

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Geografia
Programa de Pós Graduação em Geografia Humana

Rafael Cesario Aragi

Prof. Dr. Francisco Capuano Scarlato

Tese de Doutorado

Fogo-fátuo: os incêndios de ônibus na capital paulista

(Versão corrigida)

2023

RAFAEL CESARIO ARAGI

Fogo-fátuo: os incêndios de ônibus na capital paulista

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Orientador: Francisco Capuano Scarlato

(Versão Corrigida)

São Paulo/ Ilha do Desterro

2023



ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Anuência do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Rafael Cesario Aragi

Data da defesa: 01/09/2023.

Nome do Prof. (a) orientador (a): Prof. Dr. Francisco Capuano Scarlato.

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento ao Sistema Janus e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 12/09/2023.

(Assinatura do (a) orientador (a))

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

A692f Aragi, Rafael Cesario
Fogo-fátuo: os incêndios de ônibus na capital paulista / Rafael Cesario Aragi; orientador Francisco Capuano Scarlato - São Paulo, 2023.
332 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. Área de concentração: Geografia Humana.

1. Incêndio de ônibus. 2. Genocídio da população negra. 3. Urbanização Crítica. 4. Colapso da Modernização. 5. Mobilidade do trabalho. I. Scarlato, Francisco Capuano, orient. II. Título.

ARAGI, Rafael Cesario. **Fogo-fátuo: os incêndios de ônibus na capital paulista.** Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do Título de Doutor em Geografia Humana.

Aprovado em:

Banca Examinadora:

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

À todas as famílias que sofrem com a perda de um ente querido
ocasionadas pela omissão e truculência do Estado.

Agradecer

Primeiro àquela que me deu a oportunidade de viver, Roseli C. Aragi

Sim mãe, o primeiro muito obrigado a você.

Ao Samir, meu pai, corresponsável pelo compartilhar de material genético que me formou,

mesmo tendo partido cedo, na lembrança com amor.

Na sequência aos meus irmãos, Dé e Ju Aragi, que mesmo de longe

Me motivam, inspiram e dão coragem.

À minha avó, mãe de minha mãe, pelos cuidados na tenra idade

Seu Bruno, meu avô, sempre com seus dizeres “olho vivo!” sigo nas esquivas dessa vida.

Aos amores vividos e as dores sentidas, obrigado, se relacionar é mil vezes mil, muito mais complicado do que fazer um doutorado.

Obrigado aos manos e manas pelas conversas, trocas de ideias e desabafos

Na dificuldade de falar, falei, e agradeço a escuta de vocês.

Aos não humanos que me acompanham e me acompanharam, Nankin, Jazira, Halu, Pytuna e ao Juka, mais novo chegado, afagos de muito obrigado.

Por fim, admirado Professor Scarlato, agradeço por todo este tempo ter me acompanhado,

não é apenas sobre orientar um pós graduado, é sobre a sensibilidade e paixão pela

Geografia e o ensino, lições apreendidas por estar ao seu lado,

Ao mestre sou grato com admiração, resistência, amor e compaixão.

Um salve a todos de todas as quebradas, aos que correm pelo certo e os que infelizmente se meteram em “coisa errada”.

Aqueles que vivem na pele o que nesta tese ficou apenas como palavras registradas.

Aos familiares dos que perderam vidas nesta “guerra particular”

Aos que acompanham os parentes encarcerados,

A população encerrada atrás das grades,

todo respeito e votos para que continuem lutando por sua, por nossa, dignidade.

Resumo

Aragi, Rafael Cesario. **Fogo-fátuo: os incêndios de ônibus na capital paulista**. 2023, 293 f. Tese (Doutorado) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

A problemática de pesquisa que ao longo de quatro anos foi sendo explorada, perseguida, temida e vivenciada foi a dos eventos de “incendiar ônibus” na capital paulista e suas cidades adjacentes da Região Metropolitana de São Paulo. Os caminhos percorridos para circular por entre labaredas, balas perdidas, becos e vielas, avenidas expressas, penitenciárias, saguões dos Institutos Médicos Legais e de Bolsas de Valores, foram tão variados quanto a própria complexa paisagem desta metrópole. Como adiantado na apresentação do texto a tese é composta por ensaios, estes ensaios são resultado de diferentes momentos da redação e de contextos que em um curto período temporal se manifestaram de forma intensa, afinal, não nos era comum sobreviver a pandemias e a ascensão de governos de extrema direita no Brasil e no mundo. Estruturalmente a tese possui nove (9) textos. Estes possuem subdivisões internas derivadas da imanência da realidade estudada. A conexão entre estes textos é em alguns momentos explícita, mas, muitas vezes caberá aos leitores, estudiosos, curiosos, conectar e estabelecer sentido lógico das proposições, sugere-se inclusive que não se siga a sequência apresentada, mas que se busque embarcar nos textos de acordo com o interesse que se busca alcançar.

Palavras-chave: Incêndios de ônibus, Urbanização Crítica, São Paulo, Violência, Mobilidade do Trabalho, Mobilidade Urbana

Abstract

Aragi, Rafael Cesario. **Fogo-fátuo: os incêndios de ônibus na capital paulista**. 2023, 292 f. Tese (Doutorado) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

The research problem that over the course of four years was being explored, pursued, feared and experienced was the events of “burning buses” in the capital of São Paulo and its adjacent cities in the Metropolitan Region of São Paulo. The paths taken to circulate through flames, stray bullets, alleys and alleys, express avenues, penitentiaries, halls of Legal Medical Institutes and Stock Exchanges, were as varied as the complex landscape of this metropolis itself. As advanced in the presentation of the text, the thesis is composed of essays, these essays are the result of different moments of writing and contexts that in a short period of time manifested themselves intensely, after all, it was not common for us to survive pandemics and the rise of extreme right governments in Brazil and in the world. Structurally, the Thesis has nine (9) texts. These have internal subdivisions derived from the immanence of the studied reality. The connection between these texts is sometimes explicit, but it will often be up to readers, scholars, the curious, to connect and establish logical meaning in the propositions, it is even suggested that one does not follow the presented sequence, but that one seeks to embark on the texts according to the interest sought to be achieved.

Keywords: Bus fires, Critical Urbanization, São Paulo, Violence, Labor Mobility, Urban Mobility

Sumário

Apresentação.....	12
1. Introdução.....	15
2. Hidras, Vampiros e Cruzados: Mil faces de um frio Deus em um Mundo em (Des)encanto.....	18
3. Forma Abstrata: Lógica Concreta: Reflexões acerca da Mercadoria.....	30
3.1 Duplas Faces.....	31
3.2 Aceleração de Partículas: o vácuo ascendente da valorização.....	35
3.3 Prometeu Acorrentado e a Queda Tendencial da Taxa de Lucro.....	38
3.4 Midas e a dessubstancia enquanto conteúdo.....	42
4. Reflexões acerca da Formação da Região Metropolitana de São Paulo e uma aproximação do recorte sócio espacial.....	46
4.1 Becos, vielas, ruas, avenidas, marginais: reflexões sobre a formação da Região Metropolitana de São Paulo em diálogo com Francisco de Oliveira e Erich Maria Remarque.....	46
4.2 Regressões analíticas: o passado através do presente e o presente no passado.	47
4.3 Região Concentrada: os/as peregrinos/as do valor em meio às ruínas do/a capital..	59
4.3 O acesso à moradia e o trabalho, retratos de vidas privadas.....	65
4.4 “Sem novidade”, “pela ordem” “ no corre”.....	80
4.5 No latão: o transporte de corpos, corpos em transe.....	84
5. Labaredas Periódicas: coletando materiais das cinzas.....	89
5.1 Introdução.....	89
5.2 Ataúde: o acervo.....	93
5.3 Exumação: Laudo prévio.....	95
5.4 Do pó ao pó: os títulos das notícias, seus conteúdos e respostas às provocações...	97
5.5 Apontamentos reiniciais:.....	173
6. Retrato: Revelações do Atlas da Violência.....	175
6.1 O Atlas da Violência.....	176
6.2 O que os gráficos gritam?.....	178
6.3 Aumentando a escala, do nível nacional para o estadual, ou da epiderme às vísceras.....	186
6.4 Quase Tocando o Chão: a Região Metropolitana de São Paulo e os Homicídios	190
6.5 Evocando os mortos: Atlas da Violência de 2020.....	193
6.6 A diminuição do número de mortes violentas no Brasil, o reflexo ludibriante dos dados.....	194
6.7 Outros fatores que corroboraram com o rebaixamento dos homicídios no país: queda no crescimento populacional, Estatuto do Desarmamento e Armistício entre as Facções.....	196
6.8 Um Voo interseccional sobre o Atlas da Violência 2020: síntese de evidências e constatações já anunciadas.....	201

6.9 Da reconstituição das vítimas ao propósito deste intento: o retrato falado em sentido contrário.....	208
7. A violência em Análise: para além do bem e do mal, Zizek em “Violência” Marx e sua turma a partir de “O Capital”.....	210
7.1 Mesclado de Psicanálise e a teoria do sujeito: inversões, distanciamentos e reaproximações.....	211
7.2 O Outro: a ameaça que constitui o Eu.....	217
7.3 A linguagem como violência.....	223
7.4 Inveja e ressentimento.....	227
7.5 A as periferias e a autocentrada identidade do Capital.....	231
.....	235
7.6 Pai : o Estado e o extermínio da população negra. Padrasto: o crime organizado tutelando e produzindo órfãos.....	235
8. O território do cárcere ou o cárcere do território.....	238
8.1 Panorama da População carcerária no Brasil.....	240
8.2 O Perfil da população carcerária brasileira.....	243
8.3 Vasculhando os escombros prisionais e amontoados prisionais se encontram as pessoas que neles estão presas.....	245
8.4 São Paulo, a triste recordista.....	248
8.5 1533 - Primeiro Comando da Capital.....	251
8.6 Prisões: incubadoras da organização do “crime”.....	253
8.7 Vozes aos envolvidos: entrevistas com ambos os lados.....	261
8.7.1 A mobilidade do trabalho e o transforma-se em policial.....	262
8.7.2 O Sequestro do Estado e a permanência no cativeiro prisional.....	270
8.8 Os ecos e o oco.....	272
.....	273
9. Mobilidade das massas: mobilidade do trabalho e a mobilidade urbana.....	274
9.1 Regressão e Progressão sob trilhos e corredores de ônibus.....	277
9.2 Relatórios, relatos e desabafos dos usuários do “busão”.....	281
9.3 Pausa técnica, ou melhor, pausa étnica.....	287
10. Fogo: labaredas significativas.....	292
10.1 Processos alquímico psíquicos: o fogo como arquétipo.....	293
10.2 Fogo falo, Falo fogo!.....	297
10.3 Condenação perpétua.....	299
11. Coágulos referenciais.....	302

Apresentação

A presente tese foi redigida no contexto de uma “nova” expressão da crise do sistema produtor de mercadorias mundializado. Diariamente assistiu-se a crescer os casos de contágio e de mortes de pessoas pelo denominado COVID-19. A perplexidade da imposição da *vida normal* é o que mais atormenta este escritor. Nos quatro cantos do mundo se anunciam os êxitos dos países que, de forma mais rápida, assumiram, não a responsabilidade de zelar por seus habitantes, mas sim, por assegurar medidas de flexibilização das atividades produtivas para que a moribunda economia mundial siga respirando a custo de nossos plenos, e vulneráveis, pulmões.

Com nuances particulares, cada Estado Nacional lança diariamente medidas que exacerbam, o que Claude Raffestin (1993) colocava, em “Por uma Geografia do Poder” (1993), o trato das vidas nos termos da abstração: *população*. Terminologia asséptica, desvinculada de qualidades sensíveis, retratada em estatísticas, vetada de história, seres compilados em algoritmos já sem vida aos olhos do Estado. Por isso, os arautos que ocupam o poder na atual conjuntura não esconderam: “Alguns vão morrer, lamento, essa é a vida” até que se chegue à “imunidade de rebanho” (J. Bolsonaro).

As vidas que “não importam” são as vidas que justamente os conselhos empresariais, os poderes legislativo, executivo e judiciário, impelem a volta anormal da vida normal. Os *home offices* de decreto, os atendentes mascarados, as domésticas e atendentes com seus borrifadores de C₂H₅OH (álcool). Passeatas organizadas com incentivo dos sindicatos patronais e federações de atividades econômicas reivindicando que, aquelas pessoas cuja as vidas “não importam”, não cessem de alimentar as fornalhas da vida normal.

O capital, tendo em suas entranhas sua própria negação se anuncia através de um grande apreço pelo cotidiano, aquele discutido por Henri Lefebvre e aprofundado em

nossa realidade por professores e estudantes do LABUR. O fetiche da mercadoria na reprodução das relações sociais de produção, o próprio fetiche desta reprodução/destruição.

Os profissionais liberais da reflexão acadêmica, onde me insiro, não estão excluídos desta realidade, tanto porque a alva torre de marfim do saber acadêmico vem sofrendo seus desmontes, a “miséria do movimento estudantil” chegando aos seus limites, a vida por prazo. As agências de fomento, receptoras deste conhecimento financiado e financeiro, caridosamente se antecipam às decisões, e concedem meses de prorrogação dos prazos, a Universidade de São Paulo, muitíssimo sensibilizada oferta até 180 dias de prorrogações aos pós graduandos, com as seguintes condições: “não cessem”, “produzam”, “não interrompam,” “vida quase normal”.

É justamente nos momentos críticos que se pode pôr em questão os sentidos que as práticas vão tomando. Por muitos anos houve dentro da universidade, ainda há, bem da verdade, uma luta por um alargamento dos prazos, pelo oferecimento de maiores períodos de bolsa, para não falar no reajuste das mesmas, em um contexto que se considerava como a normalidade. O humanismo tomou conta dos corações das personas da burocracia acadêmica e dos agentes financiadores? Ou, ao seu modo, a Universidade se alinha com os protestos na esplanada dos poderes? Talvez ambas as coisas, a contradição nos move.

Em movimento sigo, no grupo dos anormais, sentido por não ter ocorrido o abandono do calendário romano gregoriano e as abstrações do tempo métrico diante de uma oportunidade como esta, causada pela hecatombe , por tantos combatida, não de responsabilidade do vírus, e sim, pela (in)sociabilidade imposta na economia capitalista.

A fim de conhecimento e desabafo compartilho que neste processo de produção da pesquisa a vida normal foi marcada por: Cirurgia de remoção de uma hérnia discal L4-L5,

reforma de uma casa, o término de um casamento, readaptação da vida solitária, a morte de cão(panheiro) de treze anos e o reaprender a sociabilizar neste pós fim do mundo. Uma disputa acirrada nas eleições, um levante civil militarizado contra os resultados das urnas. Uma nova paixão, um coração transbordante de aflição. Todas coisas normais! Por isso, leia este trabalho sem grandes pretensões, sua elaboração foi feita no campo do possível nesta quase impossível realidade.

Referindo-se a esta tese de Doutorado cabe adiantar que a forma texto eleita para redigi-lo é a do “Ensaio”, este como base no entendimento de Theodor Adorno, em “O ensaio como forma”.

O ensaio, porém, não admite que seu âmbito de competência lhe seja preescrito. Em vez de alcançar algo cientificamente ou criar artisticamente alguma coisa, seus esforços ainda espelham a disponibilidade de quem, como uma criança, não tem vergonha de se entusiasmar com o que os outros já fizeram. O ensaio reflete o que é amado e odiado, em vez de conceber o espírito como uma criação a partir do nada, segundo o modelo de uma irrestrita moral do trabalho. Felicidade e jogo lhe são essenciais. Ele não começa com Adão e Eva, mas com aquilo sobre o que se deseja falar; diz o que a respeito lhe ocorre e termina onde sente ter chegado ao fim, não onde nada mais resta a dizer: ocupa, desse modo, um lugar entre os despropósitos. Seus conceitos não são construídos a partir de um princípio primeiro, nem convergem para um fim último. Suas interpretações não são filologicamente rígidas e ponderadas, são por princípio superinterpretações, segundo o veredicto já automatizado daquele intelecto vigilante que se põe a serviço da estupidez como cão-de-guarda contra o espírito. (ADORNO, 2003 p. 17-18)

Complementando o sentido do que está por vir:

O ensaio não segue as regras do jogo da ciência e da teoria organizadas, segundo as quais, como diz a formulação de Espinosa, a ordem das coisas seria o mesmo que a ordem das ideias. Como a ordem dos conceitos, uma ordem sem lacunas, não equivale ao que existe, o ensaio não almeja uma construção fechada, dedutiva ou indutiva. Ele se revolta sobretudo contra a doutrina, arraigada desde Platão, segundo a qual o mutável e o efêmero não seriam dignos da filosofia; revolta-se contra essa antiga injustiça cometida contra o transitório, pela qual este é novamente condenado no conceito. O ensaio recua, assustado, diante da violência do dogma, que atribuiu dignidade ontológica ao resultado da abstração, ao conceito invariável no tempo, por oposição ao individual nele subsumido. (Idem, p. 25)

(Ilha do Desterro, inverno gélido /Primavera incerta de 2022)

1. Introdução

A problemática de pesquisa que ao longo de quatro anos foi sendo explorada, perseguida, temida e vivenciada foi a dos eventos de “incendiar ônibus” na capital paulista e suas cidades adjacentes da Região Metropolitana de São Paulo.

Os caminhos percorridos para circular por entre labaredas, balas perdidas, becos e vielas, avenidas expressas, penitenciárias, saguões dos Institutos Médicos Legais e de Bolsas de Valores, foram tão variados quanto a própria complexa paisagem desta metrópole.

Como adiantado na apresentação do texto a tese é composta por ensaios, estes ensaios são resultado de diferentes momentos da redação e de contextos que em um curto período temporal se manifestaram de forma intensa, afinal, não nos era comum sobreviver a pandemias e a ascensão de governos de extrema direita no Brasil e no mundo.

Estruturalmente a tese possui nove (9) textos. Estes possuem subdivisões internas derivadas da imanência da realidade estudada. A conexão entre este “terno¹” de textos é em alguns momentos explícita, mas, muitas vezes caberá aos leitores, estudiosos, curiosos, conectar e estabelecer sentido lógico das proposições, sugere-se inclusive que não se siga a sequência apresentada, mas que se busque embarcar nos textos de acordo com o interesse que se busca alcançar.

A abertura dos trabalhos é feita com o texto: “Hidras, Vampiros e Cruzados: mil faces de um frio Deus em um mundo em (Des)encanto”. Este ensaio é um convite a pensar a objetividade do mundo por via da metafísica supranatural de uma realidade construída histórica e socialmente determinada.

¹ Terno é o termo usado para se referir ao número nove (9) no jogo de dominó.

O segundo texto, “Forma Abstrata: Lógica Concreta: reflexões acerca da mercadoria”, é o mais denso teoricamente, aglutina anos de estudos sobre a teoria do valor e da crítica à economia política. Enfado necessário, a assepsia do texto deriva da própria frieza da lógica de reprodução crítica do Capital.

O cenário, o palco, a realidade geográfica em que se insere este trabalho é apresentado no texto “Região Metropolitana de São Paulo: uma aproximação do recorte sócio espacial”, nele poder-se-á ter acesso à uma proposta de interpretativa acerca da produção do espaço metropolitano em uma chave de leitura que constata uma urbanização crítica como movente deste processo.

A fonte de dados sobre os incêndios de ônibus foram coletadas e organizadas no texto “Labaredas Periódicas: coletando materiais das cinzas”. Como o título sugere, foi nas notícias jornalísticas que se levantou informações sobre os incêndios, uma proposta de método e levantamento de dados é a metalinguagem deste texto. Este levantamento, documentação e análise prévia das entrevistas é o “terminal central da tese”. A partir da realidade expressa nas notícias, direta e indiretamente foi-se estruturando os caminhos por onde a análise da realidade paulistana deveria seguir. Elaborou-se uma reconstituição ampliada das cenas dos incêndios.

“Retrato: revelações do Atlas da Violência” devolutiva da leitura dos relatórios que abordam o panorama da violência em âmbito nacional. Um texto denuncia, um texto fatídico sobre o processo em andamento de extermínio de uma parcela específica da população em todo o país.

Com a intenção de aprofundar e buscar um entendimento mais amplo diante da tão fria e rude morte foi elaborado o texto “A Violência em Análise: para além do bem e do mal”, Zizek em ‘Violência’, Marx e sua turma a partir do ‘O Capital’.

Pesquisar e se deixar levar, nessa deriva reflexiva às vezes é ser levado para lugares incômodos, mas este é o risco da implicação. O texto “O território do cárcere ou o cárcere do território” é uma visita ao sistema penal brasileiro, ambiente de surgimento do cartel de drogas Primeiro Comando a Capital, um dos grupos que utilizou o “incendiar de ônibus” como tática de suas ações na capital paulista no conflito com o Estado.

Para pensar o próprio ônibus, e o sistema de transporte estruturado sobre seu chassi foi elaborado “Mobilidade das massas: mobilidade do trabalho e mobilidade urbana” distinguindo-se e complementando justamente a mobilidade do trabalho e sua manifestação como mobilidade urbana. Os eventos recentes de paralisação das rodovias brasileiras reafirmam o papel central que a circulação exerce em uma sociedade mobilizada pelo trabalho, cabendo ao leitor traçar as diferentes tratativas pelo Estado aos diferentes agrupamentos sociais que realizaram e realizam ações desta natureza, onde se evidencia a parcialidade racial, ideológica e econômica do mesmo.

Encerrando os trabalhos “Fogo: labaredas significativas” onde se questiona o próprio fogo como signo, sinal, significante, o que destrói, mas também aglutina as pulsões e purifica as inquietas emoções.

Aviso importante: cada ensaio acima descrito traz em si uma introdução, um desenvolvimento e quase sempre um apontamento final. Nos mesmos se apresentam os percursos de método e fontes escolhidas para o diálogo reflexivo, justificando assim a ausência de um item específico sobre “metodologia”.

2. Hidras, Vampiros e Cruzados: Mil faces de um frio Deus em um Mundo em (Des)encanto²

2.1 Parágrafo Introdutório

O presente ensaio, abrindo o trabalho visa discorrer sobre o moderno sistema produtor de mercadorias, sobretudo a respeito de seu caráter religioso, uma vez que no decorrer desta tese serão abordados elementos que estão presentes no campo simbólico e de práticas dos mais variados ritos, que no decorrer do processo modernizador discursivamente foram sendo negado, mas que na prática social se mostram como componentes possuidoras de grande poder, o ouro, o ferro, o sangue, o fogo, lágrimas e milhares de seres sacrificados. Diversos autores, dentre eles Marx (1983) ao longo de suas reflexões denunciam que na aparente objetividade do mundo das mercadorias um complexo processo metafísico se põe em operação. As coisas tornadas Mercadorias assumem as características sociais e os homens se coisificam. Este movimento reveste as relações com um moderno feitiço, fetiche, dessacraliza outras existências e se instala como uma relação vampiresca enfeitada (Stengers, 2018). Esta religião de culto permanente se manifesta “até o atingido estado de mundo do desespero ao qual ainda é confiada a esperança” (Benjamim, 2011).

2.2 Prelúdio

No centro da cátedra(L) as vozes e experiências se transmutam em códigos letras.

A comunicação máxima, assume a forma texto. A prática ecumênica da ciência moderna

² A inspiração e motivação deste exercício é decorrente das aulas e boas conversas com o Prof. Dr. Manoel Fernandes na disciplina “História da Geografia na Geografia Histórica do Capitalismo”, oferecida no PPGH, segundo semestre de 2018, somados às discussões no curso Antropologia Política, oferecido pelo também Prof. Dr. Salvador Schavelzon, cursado no mesmo período.

tem na escrita relação semelhante aos bordados feitos em cerimônia fúnebre em homenagem alinhavada na mortalha que envolverá o morto. Contudo, desconfia-se que o homenageado é deixado de lado, a produção cerimonial se autonomiza, a mortalha reveste o mundo moderno.

Mas não será esta prática incessante de escrever a louvação à sociedade fantasmagórica em que o trabalho morto, e mais do que ele o Deus Dinheiro elevado aos céus?

Os papiros sagrados, os livros de encanto, as contas de poder, os cálculos metafísicos, o tecido de múltiplas faces maleáveis, onde estão? Dos papiros hoje *papers*, dos livros de encanto hoje registro de encarcerados, das contas contabilidade, da aritmética cósmica balística, dos tecidos a trama dura das grades e coletes a prova de bala.

O antídoto do veneno é o próprio veneno (Stengers, 2005, apud, Sztutman, 2018), contra o texto mortalha o coquetel ensaiado na crítica “levada a sério” (Castro, 2012). Por outros mundos possíveis, o mergulho radical no mundo que busca envolver o Cosmos com sua autorreferência mórbida, a fim de, não cortar a cabeça da hidra (Comisión Sexta del EZLN, 2016) sabendo que outras duas ressurgirão, mas instalar pragas pagãs em seus interstícios (Stengers, 2005, apud, Sztutman 2018).

2.3 Observações sobre os ritos modernos

A louvação tem seu ápice no trabalho, não atividade produtiva genérica e aistórica, mas aquela voltada a especificidade da produção do valor. Valor aqui pensado por via da reflexão de Marx (1983). Valor enquanto enquadramento na pretensa abstração totalizante da forma social capitalista de ver e atuar no mundo. Valor enquanto

mediação específica da forma social posta pela produção de mercadorias (Postone, 1993).

Mas por que o trabalho? Para com ele e através dele, com cédulas de Deus, acessar e desfrutar de seu corpo, a carne mercadoria. “Louvados são aqueles que gozam da benção de Deus”. Deus se renova, as faces de Deus mudam conforme a estação, o Novíssimo, o Único, o Imperdível, o Poderoso, o Reconfortante, o Esplendoroso. Deus alimenta os corpos e as almas.

É por meio de Deus e para Deus que o ritmo dos corpos, os movimentos da vida cotidiana se realizam. A cerimônia ecumênica dos mais agraciados organiza-se em jornadas peregrinais diárias de mais de oito horas nos templos erguidos em Seu nome. Aqueles menos afortunados montam suas tendas e nas ruas louvam-No. Mas não se pode ser ingênuo, o trabalho tende a 24 horas x 7 dias (Brum, 2016). O regresso ao lar é feito por meio Dele. Sua alimentação é Ele. Todos habitamos a casa de Deus, a certeza disso está no contrato, no aluguel pago em Seu nome, da escritura régia celebrada em sacro cartório.

Por Deus vivemos, por Deus morremos, e mesmo na morte a Ele devemos. Os jazigos, os ataúdes, a cerimônia são Dele. Nascemos assistidos por Ele, em alguns casos somos filhos diretos Dele, que em vitro, como a sacra virgem fecunda os impossibilitados da criação.

O manjed(Ouro) possui o rebento, a vida está destinada a louvar a Coisa. A Coisa não é simples Coisa, é uma superpoderosa Coisa (Marx, 2011). Nós a criamos, e ela, ascendida aos céus, nos domina. A dialética relação do soberano e dos vassallos, o poderoso é aquele que está condenado ao exercício do poder, o poder do poderoso está neste caso nos poros mais profundos dos dominados, que desejando estar mais próximos Dele mais aumentam seus débitos e fé Nele.

Chegamos a isso: a exploração mesmo sem patrão, já que o introjetamos. Quem é o pior senhor se não aquele que mora dentro de nós? Em nome de palavras falsamente emancipatórias, como empreendedorismo, ou de eufemismos perversos como “flexibilização”, cresce o número de “autônomos”, os tais PJs (Pessoas Jurídicas), livres apenas para se matar de trabalhar. Os autônomos são autômatos, programados para chicotear a si mesmos. E mesmo os empregados se “autonomizam” porque a jornada de trabalho já não acaba. Todos trabalhadores culpados porque não conseguem produzir ainda mais, numa autoimagem partida, na qual supõem que seu desempenho só é limitado porque o corpo é um inconveniente. (Brum, 2016)

Esta corporeidade do sujeito coisificado pela Coisa que o sujeita é atingida pela autoflagelação do trabalho e por ações voltadas aos corpos. Aos “fracassados”, que se deparam com os limites do Eu manifesto através do corpo uma variada quantidade de estimulantes, antidepressivos, droga terapias “*New Age*”, comida Diet rica em fibras.

E assim dopamos esse corpo falho que se contorce ao ser submetido a uma velocidade não humana. Viramos exaustos-e-correndo-e-dopados. Porque só dopados para continuar exaustos-e-correndo. Pelo menos até conseguirmos nos livrar desse corpo que se tornou uma barreira. O problema é que o corpo não é um outro, o corpo é o que chamamos de eu. O corpo não é limite, mas a própria condição. O corpo é. (Brum, 2016)

É o trato da mônada organizada sob a sombra do Deus Trabalho, sombra viva, institucionalmente atuante. O neoliberalismo é uma farsa que todos quer convencer. Na ausência de garantias sociais o Moderno Estado com sua Máquina de Guerra Permanente estria o espaço social (Deleuze & Gatarri, 1997), impele os servos do Senhor à busca do Paraíso com o *slogan* de “*Self Made Man*”.

Os baluartes do Estado Moderno carregam Seu nome, “Ordem e Progresso”, na moeda nacional se lê “Deus seja Louvado”. E é para todos louvarmos Deus que as ações do Estado se organizam. Aqueles que desta prática desconfiam, se desviam e a afrontam é declarada guerra. A sacra guerra permanente, *Jihad* contra os infiéis, contra todas as criaturas profanadoras de Seu poder, de Sua sacra ordem.

É o Estado quem, como outrora foi a inquisição, que averigua se os súditos do Valor-trabalho praticam o louvor de modo a respeitar os preceitos sagrados. Aqueles que desejando se aproximar do Senhor buscam alternativas burlescas estão condenados duplamente, condenados e privados de exercerem sua primeira pena uma vez que estão a priori condenados a viver por meio do suor de seus rostos”. Atentar contra a propriedade é atentar contra a Lei do Estado, atentar contra o Estado é atentar contra Deus.

O homem enclausurado [...] é marginalizado da sociedade pelo próprio Estado: é o *homo sacer*, sagrado. Não pode ser sacrificado, mas sua morte não constitui homicídio e pode ser assassinado impunemente. (Agamben apud Arroyo, 2018)

Ser condenado é uma nova oportunidade para se redimir com Ele. Nos cadafalsos da sociedade moderna, recordista histórica de encarceramentos e “privações de liberdade”, os centros de reclusão são monastérios em que o renascimento é proporcionado. Filiando-se a religião direta do Crime Organizado, tutor maior dos Deus Dinheiro nas prisões, ou aos institucionalistas Evangelizadores do Protestantismo, dois caminhos no curto horizonte da “Ilha” são anunciados.

A justificativa da transformação mente, não há possibilidade de mudança ou existência categorial. Por Deus “caíram” e por Deus retornarão. Quem são os as caídos caídas?

Aquelas que, nas mutações da modernização sofreram a metamorfose de serem convertidos a corpo objeto, nas caçadas civilizadoras dos diversos mundos existentes nos arroubos da modernidade, e que, após séculos de objetificação absoluta são (re)metamorfoseados em sujeitos objetificados em uma objetificação relativa. A mutação

realizada via feitiço Legal, decreta-se a igualdade jurídica, nega-se a condição concreta da vida. O que importa é a metafísica tautológica do Dinheiro.

Os sujeitos, homens e mulheres, héteros e homossexuais, de origem afrodescendente, asiática e de povos “autóctones” da América, que sobreviventes ao holocausto colonial (Davis, 2002) são a lembrança amarga de um projeto canibal sobre matéria pouco palatável. O ódio a que ainda são vítimas tais segmentos é justificado secularmente por ser colocado nas costas destes povos a culpa e a forma corpórea do fracasso desta forma social apocalíptica. O que se esquece é que o inferno terreno é produzido em Homenagem a Deus. Este Deus único, branco, macho, hétero, positivo iluminista.

Sob as mãos Dele “O homem é um ser em dívida. Isso significa dever: estar em dívida.”(Agamben apud Arroyo, 2018), pois seu filho direto ofertando sua vida nos colocou sob a “(da)divida” de Deus.

Foi sua iluminação: fé significa crédito. É o crédito que se outorga à palavra de Deus. E, para nós, é o débito para com Deus. É muito esclarecedor: a economia e a ética estão baseadas nos mesmos conceitos: débito e crédito. Porque, o que é o dinheiro senão um crédito? Sobretudo depois que Richard Nixon separou o dólar do padrão ouro. O que resta nas notas é um puro crédito sem conteúdo. Temos crédito em um débito que não está garantido por nada. (Agamben apud Arroyo, 2018)

2.4 De como o dinheiro virou Deus e assumiu seu lugar na Terra e no Céu

Percorrer este caminho é inevitavelmente caminhar pelas rotas permanentes do fluxo de trocas de uma economia mundo em formação. Wallerstein (1990) nos dá preciosas dicas de como pensar este percurso de formação do “Sistema Mundo” em conjunto à formação e fortalecimento da forma moderna de Estado e de estabelecimento do capitalismo. Capitalismo enquanto processo de produção, circulação e consumo de mercadorias em escala crescente ao redor do Globo.

Pierre Clastres (2003) por sua vez, em “Sociedade contra o Estado”, traz uma antítese do projeto “Mundo”. Clastres, ou melhor, os povos ameríndios, sobretudo os Guarani, têm enquanto constituição de sua Cosmopolítica aversão ao *Um*, pavor da permanência de um *Líder*, ojeriza à cristalização de um *Estado*.

Como ocorre este encontro de Deuses, Tupã e o Valor? Como agem os súditos destas divindades? De um lado estão os que ao se depararem com os Brancos se questionam se são Homens ou Deuses, do outro estão aqueles que ao se depararem com os Ameríndios se questionam se são Homens ou Animais.

Destas perspectivas derivaram práticas, os Indígenas observavam os corpos dos brancos mortos em busca de saber se apodreciam como os seus, Iguais. Os Brancos matavam e abriam os corpos dos nativos em busca de vestígios de Alma, pressupondo o Outro. A metafísica moderna profana o corpo, o Valor não está no objeto, mas é imprescindível a este, mata-se todos os que se levanta a dúvida da existência de alma, alma sendo a própria autorreferência da “imagem e semelhança” do capital.

A marcha colonizadora teve na conformação do ideal identitário do que se constituía como humano e não humano um momento central. Este humano *laboralis*, forjado a ferro e fogo na Europa vai buscar em tudo e todos a própria “imagem e semelhança”. Aqui está uma possível chave para entender o etnocídio e genocídio decorrentes.

Ele tem em comum com o genocídio uma visão comum do Outro: o Outro é a diferença, certamente, mas é sobretudo a má diferença. [...] Extermina-se os outros porque eles são absolutamente maus. O etnocida, em contrapartida, admite a relatividade do mal na diferença: os outros são maus, mas pode-se melhorá-los obrigando-os a se transformar até que se tornem, se possível, idênticos ao modelo que lhes é proposto, que lhes é imposto. A negação etnocida do Outro conduz a uma identificação a si. Poder-se-ia opor o genocídio e o etnocídio como duas formas perversas do pessimismo e do otimismo. (Clastres, 2011, p. 79)

Mas as ideias não operam por si mesmas, são praticadas por aqueles que nelas crêem. Os missionários da modernidade com seu Deus unívoco travaram literais batalhas contra o paganismo, ou seja, contra os pagãos, os Outros.

Os estudos do processo de constituição da forma moderna de socialização por mediação da Mercadoria tem em “A Assim Chamada Acumulação Primitiva” n’O Capital de Marx (1983) um importante documento histórico de denúncia à imposição por via de “Leis Sanguinárias” sobre os povos a fim de através deles constituir uma população (Raffestin, 1993), súditos do Rei, produtores do Valor.

Na passagem do Período Medieval para a Era “Moderna” historiadores como Maurice Dobb, Thompson, Eric Hobsbawm, o sociólogo Wallerstein e o filósofo Michel Foucault, cada qual com suas abordagens e interesses de pesquisa dialogam com o que em a “Acumulação Primitiva” de Marx é abordada de forma ampla, centrada principalmente nos fatos ocorridos no interior da própria Europa.

Há um certo consenso no que toca a formação do Estado e sua Máquina de Guerra Permanente, do crescimento das relações mercantis com conseqüente monetarização da sociedade, destroçamento de formas artesanais de produção substituídas por uma crescente mecanização dos processos produtivos, doutrinação dos corpos ao ritmo do trabalho, separação dos meios de produção de seus possuidores, despossessão das terras comunais e instauração da propriedade privada como a mais elevada e digna dentre as existentes, a constituição do sujeito enquanto indivíduo sob os preceitos iluministas, arcabouço filosófico da modernização.

Mas ao ler estes autores pouco, ou quase nada é encontrado sobre o duplo indissociável do Valor (Scholz, 2017), o lado escuro, a linha de dobra (Pitarch, 2018) aquilo que não vai ao público, o que historicamente se conformou e ficou no privado, o Feminino.

[...] surge o problema de que, a exemplo do marxismo acima criticado dos movimentos trabalhistas, sua posição é a princípio *sexualmente neutra*. Em suas obras, até agora, aquela crítica abstrai sua conotação sexual específica e não vê que o "trabalho" abstrato, alvo de suas objeções, constitui um *princípio masculino* fundamental que anda de mãos dadas com relações sexuais assimétricas, ou melhor, com a dominação masculina. A "crítica do valor" comporta-se de modo masculinamente universal, como é típico do pensamento masculino do Ocidente, e sugere ser igualmente válida para todos e para todas. (Scholz, 2017)

Partindo da mesma indignação sensível Silvia Federici (2004) denuncia esta interdição do campo dissociado do Valor. Debruçando-se sobre a perseguição que as mulheres sofreram na mesma "Acumulação Primitiva" enquadradas na figura demonizada de Bruxas, Feiticeiras, Depravadas Insubordinadas.

A caça às bruxas aprofundou a divisão entre mulheres e homens, inculcou nos homens o medo do poder das mulheres e destruiu um universo de práticas, crenças e sujeitos sociais cuja existência era incompatível com a disciplina do trabalho capitalista, redefinindo assim os principais elementos da reprodução social. (Federici, 2004, p. 297-298)

Mais adiante a autora frisa:

A caça às bruxas foi também instrumento da construção de uma nova ordem patriarcal na qual os corpos das mulheres, seu trabalho, seus poderes sexuais e reprodutivos foram colocados sob o controle do Estado e transformados em recursos econômicos. (Federici, 2004, 310)

Scholz complementa:

Ora, a mulher (na figura da bruxa) mantinha uma relação "simpática" com a natureza; de certo modo, ela fazia as vezes parte da natureza. Para que a racionalidade do homem moderno pudesse impor-se na esteira do legado antigo e para além dele, era necessário portanto literalmente eliminar a mulher e tudo o que ela representava (o sensível, o difuso, o incalculável, o contingente, etc.). Não se tratava apenas do fato de os homens expropriarem brutalmente a ciência medicinal empírica das mulheres; antes, o que estava em jogo era um projecto fundamentalmente diverso de relacionamento com a natureza (cf. Bovenschen, 1977) [...] Pais da Igreja, poetas e pensadores antigos eram citados no fito de tornar plausível a inferioridade da mulher e sua predisposição à bruxaria e ao pacto com o demónio. Imputavam-se mais uma vez às mulheres atributos como inconstância, concupiscência, raciocínio débil, extravagância, perfídia e credulidade (cf. Becker, 1977, pp. 342 ss.)(Scholz, 2017)

Neste processo:

[...] a Igreja forneceu o impulso decisivo para a destruição da antiga imagem mística do mundo, e nesse sentido foi plenamente propícia aos novos poderes e às novas idéias. Em que pese sua "animosidade ao progresso", a Igreja atuou de certa forma como um algoz a serviço da

nascente modernização. [...] O Iluminismo, como o impulso seguinte da modernização patriarcal, ligada ao valor, pôde assim condenar a caça às bruxas com venerável indignação sobretudo porque essa "tarefa" já havia sido previamente realizada. (Scholz, 2017)

Com estas passagens de Scholz e Federici, ligando-as à reflexão que inicia esta passagem acerca do tratamento do Outro, o Não Idêntico, pode-se ter mais elementos para pensar como o Deus Valor Patriarcal Ocidental violentou corpos, saqueou existências, profanou mundos impondo-se como Único.

Uma outra face desta Divindade Moderna está sustentada pelo culto científico utilitarista funcional a que o conhecimento foi submetido ao longo do mesmo processo da "Assim Chamada Acumulação Primitiva". As centrais de cálculo (Latour, 2000) possibilitando, mais uma neste conjunto de cisões, apartar a experiência do conhecimento. Afinal, a ciência moderna, este culto iluminista ao Deus Dinheiro, passa a compor ela mesma parte Dele (Marx, 2011).

O etnocídio destacado por Clastres (2014) não ocorreu e ainda ocorre sem que haja em contrapartida da Salvação um aproveitamento útil do que sabem os "selvagens primitivos". O projeto modernizador é de amplo espectro, atua nos corpos, na alma e na mente. A névoa dos corpos queimados continuam excitando nosso olfato (Sztutman, 2018).

2.5 O(s) Presente(s): esta(s) possibilidade(s) atada(s) por correntes

A Paz Perpétua é propagada por aqueles que, seguindo a tradição filosófica ocidental kantiana, assumiram o temido "*Um*" (Clastres, 2003) como a configuração do mundo. (Stengers, 2018).

A tautologia do processo de valorização da economia moderna (Marx, 1983, 2011) constitui uma subjetividade identitária nos mesmos moldes. O sujeito projetado no ser

amorfo Humano, nos termos do que é concebido nos Direitos Universais é feito à “imagem e semelhança” deste moderno terreno e metafísico Deus (Kurz, 2003).

A cacofonia de vozes dos que manifestam a preocupação e o direito de se manifestarem por essa abstração universalista tem nos falantes da esquerda a preocupação, vista pelos filtros da luta de classes, com os proletários, os pobres em vias de pauperização. Nos falantes da direita a preocupação com os cidadãos de bem, os também trabalhadores, filhos e frutos da mãe Pátria. O enquadramento ontológico do Homem Universal *sui generis* do iluminismo é concebido por meio da ontologia do Trabalho moderna. Nesta perspectiva, assumida em todas as escalas da sociedade moderna, dos sujeitos à Máquina de Guerra Permanente do Estado o genocídio e etnocídio vão deixando terras arrasadas.

É seu *regime de produção econômica*, espaço justamente do ilimitado, espaço sem lugares por ser recuo constante do limite, espaço infinito da fuga permanente para diante. O que diferencia o Ocidente é o capitalismo, enquanto impossibilidade de permanecer aquém de uma fronteira, enquanto passagem para além de toda fronteira; é o capitalismo como sistema de produção para o qual nada é impossível, exceto não ser para si mesmo seu próprio fim: seja ele, aliás, liberal, privado, como na Europa ocidental, ou planejado, de Estado, como na Europa oriental. A sociedade industrial, a mais formidável máquina de produzir, é por isso mesmo a mais terrível máquina de destruir. Raças, sociedades, indivíduos; espaço, natureza, mares, florestas, subsolo: tudo é útil, tudo deve ser utilizado, tudo deve ser produtivo; de uma produtividade levada a seu regime máximo de intensidade. (Clastres, 2011, p.86)

Essa metafísica moderna da religião Valorização do Valor concebe um Homem Abstrato, referenciado no Macho Branco Ocidental e seu par, o não humano, a Natureza em abstrato, o estoque de recursos. A passagem de Clastres citada acima remete diretamente à “Pequena Fábula” de Kafka (2011):

"Ah", disse o rato, "o mundo torna-se a cada dia mais estreito. A princípio era tão vasto que me dava medo, eu continuava correndo e me sentia feliz com o fato de que finalmente via à distância, à direita e à esquerda, as paredes, mas essas longas paredes convergem tão depressa uma para a outra que já estou no último quarto e lá no canto fica a ratoeira para a qual eu corro". - "Você só precisa mudar de direção", disse o gato, e devorou-o.

Neste mecanismo claustrofóbico de paredes que se aproximam e dispositivos de captura posicionados à espera do vir a ser na sociedade moderna colapsada a busca por encontrar e abrir brechas nesses muros segmentadores da vida cotidiana parece ser uma das poucas saídas.

Aliar a crítica radical à moderna sociedade mediada por mercadorias é um momento, ouvir e levar a sério aquelas e aqueles que ao longo dos estouros da modernidade assistiram diversas vezes seus mundos serem destruídos-reconstruídos-redestruídos parece ser necessário (Sztutman, 2018).

Enquanto o Apocalipse não chega, e este parece ser o papel maior das instituições modernas, justifica-se o atuar em estado de sítio permanente diante da iminência de um conflito radicalmente transformador (Agamben, 2015). Os muros se estreitam, a repressão cresce, a perseguição sufoca. Seguir no exercício crítico de abrir fendas, por estas ouvir, ver e, abrir mão de estes “além Muros” querer trazer para este Moderno Muro Emparedado, mas tomá-los como inspiração para outros possíveis em que o vil metal apenas ressoe enquanto nota musical e que outros Deuses e Deusas povoem esta vã e entulhada vazia moderna existência é a utopia esperança.

A partir daqui os passos serão dados sobre terrenos áridos e paisagens desoladoras, um retrato da totalidade concreta da abstração do Deus valor na capital de um país sul americano que recebe nome de santo, São Paulo, uma homenagem ao responsável por reorganizar a igreja católica.

3. Forma Abstrata: Lógica Concreta: Reflexões acerca da Mercadoria

Este momento da redação é dos mais ásperos da escrita desta tese. Nele estão aglutinados anos de estudos coletivos nos grupos de estudos realizados no Laboratório de Geografia Urbana (LABUR), momento saudosos de um tempo em que os encontros eram calorosos, apesar das análises sobre esta vil realidade posta pela abstração do capital.

Com estas palavras introdutórias expressa-se os agradecimentos à companhia na investigação dos fundamentos lógico abstratos que se concretizam de maneira tão dura no cotidiano compartilhado desta grande metrópole de uma ex -colônia tropical. Essa “travessia” não se voltará apenas à constituição de um mundo externo, mas também tomou, inevitavelmente como são as reflexões radicais, a própria constituição enquanto sujeitos sujeitados postos por estas abstrações. Talvez por isso a lembrança tão visceral daqueles encontros.

Adiantando o que seguirá nestas laudas, para quem sabe poupar os possíveis leitores desta tese de doutoramento de um inoportuno exercício reflexivo que pode ser considerado demasiado filosófico, ou das divagações das nuvens perdendo os pés do chão, expressões corriqueiras vindas de astutos geógrafos, apegados a concretude objetivada de uma lógica abstrata historicamente datada, por mais que considerada ontológica. Este momento da escrita é o compartilhar das bases teórico metodológicas conceituais que ao longo da formação acadêmica foi se delineando, atravessando todos os âmbitos da vida.

No que se refere à problemática desta pesquisa, “os incêndios de ônibus”, aposta-se que tais reflexões são importantes no sentido de esmiuçar por via dos próprios movimentos do capital como que sua tautologia afirma sua própria negação como

momento de sua própria realização negativa, e esta apreendida pelo conjunto da sociedade passa a ser um alvo de ataques e também de uma religiosa proteção.

A formação e o estilhaçamento da metrópole é a história do movimento lógico abaixo apresentado. O contato dialético de uma abstração real na periferia mundo que se constituiu como centralidade e determinando formas desdobradas da própria periferia da qual faz parte.

3.1 Duplas Faces

O duplo constituinte da mercadoria, valor e valor de uso, é um simultâneo indissociável que se desdobra sobre todas as relações modernas em que a contradição se apresenta em apenas uma de suas faces, o valor de uso, enquanto manifestação qualitativa e sensível, “corpo” da mercadoria, onde o valor “parece, portanto, algo casual e puramente relativo (...)” (Marx, 1983, 46). Contudo, “na forma de sociedade a ser por nós examinada, eles constituem, ao mesmo tempo, os portadores materiais do – valor de troca.” (Ibid., p. 45-46)

O que se apresenta como efêmero e casual – o valor – na realidade é o fundamento da produção de mercadorias e o que possibilita que diferentes valores de uso possam ser trocados, uma vez que o valor é justamente a abstração dos valores de uso (“qualidades geométricas”), a fim de que seja feita a relação à componente comum das mercadorias, dispêndio de trabalho humano (Ibid, pág. 47). Por isto Marx (1983, p. 47) afirma que “é precisamente a abstração de seus valores de uso que caracteriza evidentemente a relação de troca das mercadorias”. Marx, na passagem anterior, aponta que, mesmo na troca simples, aquela em que produto se troca por produto, há na troca a equiparação de produtos diferentes, onde necessariamente se apaga o particular de cada um e neles se encontra algo comum, trabalho humano – valor.

O valor, porém, como frisa Postone (1995, 191-192) derivando de Marx (1983), não é determinado na produção individual, ou seja, pelo trabalho e tempo concreto individual despendido na produção, mas sim pelo tempo médio social para a produção de uma dada mercadoria. Isto porque “a força conjunta de trabalho da sociedade, que se apresenta nos valores do mundo das mercadorias, vale aqui como uma única e a mesma força de trabalho do homem [...] à medida que possui o caráter de uma força média” (Marx, 1983, 48). Assim, é o tempo abstrato, métrico e homogêneo da média social, a expressão da magnitude do valor produzido pelo então trabalho abstrato ou simplesmente trabalho.

Não resta, portanto, dos trabalhos concretos individuais na relação de troca nada mais do que uma “objetividade fantasmagórica” ou uma “gelatina de trabalho humano”, o mesmo que dizer que se apagam todas as qualidades individuais da mercadoria, inclusive a do trabalho que a produziu³. Assumindo este caráter fantasmagórico, o valor de uma dada mercadoria, ao ser expresso pelo preço, esconde um “processo social” que passa “por trás das costas dos produtores e lhes parecem, portanto, ser dadas pela tradição”, quando, na verdade, é a média de infinitos trabalhos mortos que realmente a compõe (idem, 52).

Postone (1995, p. 167) afirma que o “valor é uma objetificação não do trabalho per si, mas, de uma função específica do trabalho”. Esta função específica do trabalho auto mediado é a de produzir riqueza na forma valor. Em outras palavras, a tautologia da valorização.

Porém, ao mostrar-se sempre pelo seu duplo contraditório, no caso o valor de uso, ou como atividade produtiva no caso do trabalho concreto, “a dimensão histórico social

³ Importante atentar-se própria condição d mercadoria força de trabalho, neste momento Marx faz sua reflexão acerca de produtores individuais, mas como adiantado, esta lógica e realização da abstração do valor é fundamental para se pensar a própria constituição e negação da força de trabalho em sua particularidade, a de ter-se que levar ao mercado para se realizar.

específica do trabalho, portanto, é também expressa e velada pela aparente transistórica dimensão material do trabalho” (Postone, 1995, p. 166).

Esta forma de aparecer materialmente, que no fundo se trata de uma objetivação da forma social, faz com que a mercadoria reflita “aos homens as características sociais do seu trabalho como características objetivas dos próprios produtos do trabalho”. Isto é o mesmo que dizer que a forma social moderna produtora de mercadorias, velada pela aparência objetiva em que se expressa, reflete nas coisas o que é social, tornando estas coisas físicas metafísicas. Tal característica é o que Marx chamou de fetichismo da mercadoria que, segundo ele, “adere aos produtos de trabalho tão logo são produzidos como mercadorias, e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias.” (Ibid., 71)

Tendo em vista o fetichismo da mercadoria em que os processos sociais constituintes do valor são escondidos por sua apresentação objetificada, como diz Postone (1995), ou como sendo aparentemente inatas às mercadorias, como afirma Marx, uma série de desdobramentos se manifesta fenomenologicamente, obnubilando as abstrações reais que os constituem. Em outras palavras, os sujeitos são sujeitados “a um sistema de dominação social que não parece social, mas objetivo” simplesmente (Postone, 1995, p.125).

Nesta reflexão talvez esteja uma possível interpretação do porquê se atinge os ônibus enquanto protesto. O veículo de transporte coletivo como uma síntese do conjunto de violências cotidianas, aquele que carrega as lembranças do navio negreiro, do camburão, do rabecão do IML que carrega os corpos mortificados nas periferias. Aqui se anuncia uma tese!

A efetivação desta dominação abstrata e impessoal, exercida pelo tempo médio social, só se realiza através da forma mercadoria e seu caráter fetichista. Neste sentido, a

expressão “eles fazem, mas não o sabem”, ressalta a efetivação da metafísica valor em sua fantasmagoria.

Os produtos do trabalho aparecem como um conjunto material, escondendo atrás de si o trabalho que as produziu. Este foi realizado simultaneamente com outros trabalhos individuais que se confrontam no mercado constituindo um tempo médio – que se constitui sempre a posteriori da produção e determina a magnitude do valor produzido individualmente – o que leva a abstração dos trabalhos individuais, constituindo o trabalho abstrato que aparece como concreto, o que apaga a forma social específica sob a qual foi realizado. Assim, tem-se a ontologização do trabalho, uma vez que se perde de vista o caráter metafísico da mercadoria, pois esta passa a ser entendida apenas em, e por sua concretude. O que permitiria dizer que o mesmo pão dividido na Santa Ceia é o que se come nos dias atuais e que os produtos da carpintaria de João são da mesma natureza dos que hoje em dia se produzem nas carpintarias.

A exemplificação é bufona, mas ajuda a demonstrar como o valor de uso e o trabalho concreto ofuscam o valor de troca e o trabalho abstrato, possibilitando encontrar em toda a história da humanidade as categorias modernas, como se estas últimas sempre ali estiveram. O resultado desta forma específica de relação social, em que o trabalho enquanto média é o mediador do próprio trabalho, é que os sujeitos passam a ser impelidos a produzir mercadorias num tempo mínimo necessário, tendo-as como riqueza em sua concretude. Portanto, ao ver-se como produtor individual, o trabalhador não pode perceber que está se relacionando e sendo determinado socialmente. O mesmo vale para os capitais individuais, onde os capitalistas, longe da leitura do marxismo vulgar que os enxerga como sujeitos dotados de consciência de classe e detentores de super poderes, são também personas do capital e, assim sendo,

respondem às suas determinantes tanto quanto, não podendo deixar de particularizar as diferentes formas as quais são sujeitados à lógica da valorização com fim em si mesma.

Deste modo, o sujeito sente sobre suas costas o peso desta dominação impessoal e indireta, tendo como única saída responder às determinantes do tempo médio social para repor sua existência. São *sujeitos sujeitados que percebem a abstração de forma concreta!*

3.2 Aceleração de Partículas: o vácuo ascendente da valorização

A via por onde a dominação social se manifesta, como aponta Marx (2011,629 [625]), Mandel (1982), Kurz (2004, 72-73) e Postone (1995, 212- 213), é a da *concorrência* que não se limita apenas aos capitais particulares, pois também os trabalhadores passam a enfrentar-se no mercado de trabalho como concorrentes diretos (Engels, 2010)(Kurz, 2004, 73-74) . Assim, diz Marx: “*A concorrência executa as leis internas do capital; faz delas leis compulsórias para o capital singular, mas não as inventa. Ela as realiza.*”

Kurz (2004) destaca o caráter dinamizador que a concorrência empreende. Uma vez já dito que a magnitude do valor e o conseqüente mais valor gerado no interior do processo produtivo, objetivo central da produção no sistema capitalista, não se limita à unidade produtiva particular, mas sim à média social que é constituída posteriormente à produção no enfrentamento das mercadorias no mercado. O capital particular tem por imperativo produzir na média ou abaixo da média do tempo social para garantir uma taxa de mais valia e de lucro através da realização da mercadoria.

O imperativo do aumento da produtividade e constante adequação ao tempo médio social, mostrando-se apenas pela capacidade de produzir mais produtos com menos trabalho, vela a concorrência e torna compulsória a realização da contradição imanente

do capital, que é a de negar a cada movimento de reprodução o seu próprio fundamento substancial – o valor, na forma de trabalho vivo.

Esta condição quando pensada na perspectiva dos trabalhadores pode ser percebida como a capacidade de reproduzir-se com a média salarial ou até mesmo abaixo dela. Um processo de depreciação da força de trabalho como consequência da própria desvalorização do capital. Este duplo Capital – Trabalho tem muito mais implicações que uma mera relação de exploração do segundo pelo primeiro, um é determinado pelo outro, e ambos se encontram sob a execução da concorrência. Em termos sociais se manifesta um complexo processo de exclusão e desagregação, o princípio mediador desta sociedade é a negação de si própria. E se ao chegar até este ponto da leitura existia alguma dúvida do porquê perder tempo com estas reflexões acredita-se que o entendimento se explicita.

Na passagem do Grundrisse em que se dedica a analisar o processo de reprodução do capital em suas duas componentes, capital fixo e circulante, Marx (2011) demonstra que, ao incorporar trabalho na forma objetificada como capital fixado no processo produtivo, e não trabalho vivo, ocorre inexoravelmente um aumento em seu tempo de rotação, aquele necessário para que se pague e possa gerar mais-trabalho para além daquele capital fixado no processo de produção.

Isto posto, por um lado tem-se o aumento do tempo de rotação do capital e por outro a diminuição do tempo médio social, que é o determinante da magnitude do valor produzido pelo mais-trabalho. Nesta contradição posta e repostada a níveis mais críticos pelo seu próprio movimento a partir do aumento da produtividade, o capital impossibilita a realização de sua lógica de valorização do valor, uma vez que aumentado o trabalho na forma objetivada – trabalho morto – rebaixa-se o tempo médio necessário com o aumento da produtividade. Em outras palavras, o quantum de valor por unidade produzida passa a

ser menor, o que torna seu tempo de rotação cada vez maior, pois fixa parcelas ainda maiores de valor na produção, diminuindo a participação de trabalho vivo.

O aumento do tempo de rotação se expressa contraditoriamente como aumento da pressão sobre o tempo de produção e de circulação, em que o capital tenta reduzir a zero estes últimos para recuperar o montante de valor fixado no processo produtivo e dele gerar mais valor. Tarefa que só pode ser realizada ampliando a contradição e repondo o capital em níveis cada vez mais críticos, pois, sob o imperativo de alcançar mais rápido o tempo de rotação na prática acaba por ampliá-lo quando se aumenta a composição orgânica do capital a fim de tornar mais rápido o tempo de produção.

Nas palavras de Marx a questão fica da seguinte maneira:

Os custos de circulação enquanto tais não põem valores, mas são custos das realizações dos valores – deduções deles. A circulação [aparece] como série de transformações em que o capital se põe, mas, no que respeita ao valor, não adiciona ao capital, mas o põe na forma de valor. Como essa série de processos acontece ao longo do tempo e tem custos, custa tempo de trabalho ou trabalho objetivado, esses custos de circulação são deduções do quantum do valor. [...] O tempo que dura ou custa para esse processo ser posto em operação pertence aos custos de produção da circulação, à divisão do trabalho, à produção fundada na troca. (MARX, p. 523 [512], 2011)

Diante desta aporia Marx continua:

O máximo da valorização do capital, assim como da continuidade do processo de produção, [dar-se-ia se] o tempo de circulação [fosse] posto = 0; significa, portanto, que são abolidas as condições sob as quais o capital produz, sua limitação pelo tempo de circulação, a necessidade de percorrer as diferentes fases de sua metamorfose. Em razão disso, é uma tendência necessária do capital lutar para pôr o tempo de circulação = 0, i.e., superar a si mesmo, porque o tempo de circulação só é posto como momento determinante do tempo de produção do capital. É o mesmo que superar a necessidade da troca, do dinheiro e da divisão do trabalho neles baseada, em consequência, o mesmo que abolir o capital. (MARX, p. 526 [515], 2011)

Fazendo um salto explicativo, talvez tão mortal como o da mercadoria, Marx vai dentro do capítulo dedicado à grande indústria apontar que, não apenas ao tocante à circulação, mas ao conjunto indissociável da valorização, uma das saídas encontradas para acelerar o tempo de circulação se dá na obtenção de crédito, o que é o mesmo que

dizer que o tempo de circulação passa a ser negativo, uma vez que há o adiantamento da circulação e o processo produtivo se reinicia sem a necessidade de espera do retorno do quantum de valor liberado dos valores de uso pela realização da troca. Veja-se, estamos realmente diante de mecanismos da feitiçaria e da física quântica, Marx antes de Einstein chegava, por outras vias, a própria noção da relatividade do tempo e da matéria.

Contudo, a massa de mais valor produzida no processo produtivo não deixa de ser descendente em relação ao valor fixado no processo produtivo em busca de ser valorizado (Marx, 2011, p. 551 [543]), e mais do que isso, o volume e a dependência creditícia chega a tal ponto que é impagável em termos globais, pois o montante de trabalho futuro necessário para saldar estes créditos, em nível de cumprir a valorização do valor passa a ser o de uma grande ficção, ficção que se realiza com a uma nova corrida da colonização, agora em escala interespaial.

As palavras acima são, para este doutoramento um importante entendimento da questão estudada. A contradição posta acaba por, em conjunto com o aumento da produtividade em busca de garantir valorização, deslocando, em certa medida, a própria centralidade do processo produtivo, altamente automatizado, para a necessária circulação dessas mercadorias em maior volume e menor tempo. As revoluções nos meios de transporte, o encurtamento das distâncias através da aceleração dos deslocamentos. O capital social é injetado nas infraestruturas de transporte. As “artérias” de circulação de mercadorias sem valor e de uma força de trabalho desvalorizada. Nas estradas de rodagem, nas ferrovias, nos portos e ruas das cidades há uma espécie de apresentação pública da produção realizada na esfera privada. O desfile fúnebre cotidiano do trabalho morto acelerando e insaciavelmente consumindo o trabalho vivo, que não basta em supri-lo e, qualquer ameaça a necessária livre circulação das mercadorias é, como logicamente está apresentado acima, um atentado à fictícia e sacralizada valorização.

Marx coloca a questão nos seguintes termos:

O próprio capital é contradição em processo, [pelo fato] de que procura reduzir o tempo de trabalho a um mínimo, ao mesmo tempo que, por outro lado, põe o tempo de trabalho como única medida e fonte da riqueza. Por essa razão, ele diminui o tempo de trabalho na forma do trabalho necessário para aumentá-lo na forma de supérfluo; por isso, põe em medida crescente o trabalho supérfluo como condição – questão de vida e morte – do necessário. Por um lado, portanto, ele traz à vida todas as forças da ciência e da natureza, bem como da combinação social e do intercâmbio social, para tornar a criação da riqueza (relativamente) independente do tempo de trabalho nela empregado. Por outro lado, ele quer medir essas gigantescas forças sociais assim criadas pelo tempo de trabalho e encerrá-las nos limites requeridos para conservar o valor já criado como valor.” (Marx, 2011, 588-589 [582])

3.3 Prometeu Acorrentado e a Queda Tendencial da Taxa de Lucro

O capital em seu movimento tautológico do valor produzir mais-valor, “comporta-se simultaneamente como fundamento de si mesmo como algo fundado, como valor pressuposto a si mesmo como mais-valor, ou ao mais valor como algo posto por ele”. (idem, 623). Assumindo, por meio do fetichismo da mercadoria, a condição de sujeito do processo (idem).

É por esta razão que Marx (idem, 624[620]) afirma que o capital passa a medir o mais-valor não por sua “medida real”, que é a relação entre trabalho excedente e trabalho necessário, mas por si mesmo como pressuposto. Para o capital então, o mais-valor novo produzido “de si mesmo como valor pressuposto que se valoriza” é o lucro. Por isso Marx diz: “O produto do capital é o lucro” (idem).

Porém, ao considerar o lucro como vindo de si, e pondo o lucro como medida de sua valorização já pressuposta, o capital “abole outra vez a separação” entre trabalho excedente e trabalho necessário, e o “põe em identidade consigo, como capital, que, agora acrescido do lucro, recomeça o processo em dimensões maiores” (idem).

Marx diferencia o lucro como “grandeza de valor do capital” da taxa de lucro como a relação entre a proporção de mais-valor e do valor do capital. Em outras palavras, a preocupação de Marx se centra em demonstrar que, embora um empreendimento se

mostre lucrativo nos termos acima apresentados, a sua taxa de lucro não é ascendente, ao contrário, é determinada pela “relação entre a parte do capital que é trocada por trabalho vivo e a parte que existe na forma de matéria-prima e os meios de produção” (Marx, 2011, 624 [620]).

Por conseguinte, quanto menor se torna a porção trocada por trabalho vivo, tanto menor se torna a taxa de lucro. Portanto, na proporção mesma em que, no processo de produção o capital enquanto capital ocupa um espaço proporcionalmente maior ao do trabalho imediato, ou seja, quanto mais cresce o valor excedente relativo – a força criadora de valor do capital –, tanto mais cai a taxa de lucro.(MARX, 2011, 625 [621])

Esta é para Marx “a lei mais importante da economia política moderna e a mais essencial para compreender as relações mais complicadas” (idem, 626 [622]). Marx afirma que a diminuição da taxa de lucro é sinônimo: 1) do enorme *desenvolvimento de capacidades científicas* derivado e pressuposto da força produtiva já produzida e da base material que ela forma para nova produção; 2) da *diminuição da parte do capital já produzido que tem de ser trocado por trabalho imediato*, requerido para a produção de um valor gigantesco que se expressa numa *grande massa de produtos a preços baixos* e, 3) da dimensão a que o capital abrange de modo geral, incluindo sua extensão que não é o capital fixo, como o intercâmbio extremamente desenvolvido da *universalidade do mercado e da universalidade do trabalho simultâneo*.

Resumindo, a diminuição da taxa de lucro aponta para o fato de que: “todas as condições de riqueza [...] que o desenvolvimento das forças produtivas suscitado pelo próprio capital em seu desenvolvimento histórico, que alcançado em certo ponto, suprime, em lugar de pôr, a autovalorização do capital” (idem, 626-627 [622]). Na sociedade estudada esta dessubstancialização ser chamada de progresso e o objetivo do “desenvolvimento”.

De meados do século XIX, quando Marx elaborou suas reflexões e escritos com base no que já assistia na Europa, sobretudo na Inglaterra, até os dias correntes, o

processo de modernização enquanto desdobramento de sua lógica de valorização passou por mudanças formais no tocante à estrutura produtiva, econômica e política. Esta lógica é ilógica em termos de realização positiva, uma vez que nega seus pressupostos toda vez que se repõe ampliadamente na forma de capital, assim, negando sua substância valorizadora que é o trabalho.

Estas mudanças foram vistas pela História Econômica e por autores da economia política como sendo a passagem de um capitalismo concorrencial para um capitalismo monopolista ou imperialista e deste para um capitalismo flexível, sendo todos estes momentos da reprodução crítica do capital onde a concorrência continua sendo o elemento dinamizador do processo, executando a contradição imanente do capital.

O desdobramento da lógica da valorização, dinamizado pela concorrência, foi interpretado pelos historiadores econômicos e economistas políticos por sua expressão fenomenológica em que os avanços tecnológicos produtivos e organizacionais e pela constante ampliação fronteiriça dos empreendimentos marcavam rupturas e superações. Contudo, o próprio Marx, em um trecho já citado anteriormente, afirma que, onde estes veem passagens, há na realidade, em níveis mais críticos, a perpetuação da mesma lógica. Tais níveis são mais críticos levando-se em conta que a substância valorizadora é repostada negativamente.

Se, como afirma Lênin (1989) quando discute o imperialismo e o capital monopolista, ocorria a transferência de valor por via da extração da mais valia absoluta nos países “periféricos”, ao passo que pela concorrência em níveis mundiais os empreendimentos tiveram de investir em capital para aumentarem a produtividade e se manterem no tempo médio social, houve também a sobreposição da mais-valia relativa sobre a absoluta. O que significa dizer que, devido aos níveis de produtividade mundiais, a produção de mais valor em relação aos valores fixados no processo produtivo é ínfima,

destacando assim o papel fundamental que o sistema de crédito passou a ter para que as empresas pudessem permanecer no mercado.

Tal momento foi denominado por Kurz como Colapso da Modernização (Kurz, 2004) e por Ernest Mandel de Capitalismo Tardio (Mandel, 1982). Onde a revolução microeletrônica, manifestada como automação e elevado grau de cientificização, tomou conta dos ramos produtivos enquanto os setores ligados à circulação, aqueles que não produzem valor, mas “renda de serviços” (Marx, 2011), passaram a ser os que mais ascendem ao lado da financeirização da economia (Kurz, 2002).

Neste conjunto pode-se situar o serviço de transporte de passageiros, um mal necessário à manutenção do processo ficcional da produção de valor, e que, ao lado de outras necessidades, como a habitação, são negadas à população por estarem a este mesmo processo de busca por valorização do valor. A reprodução crítica do capital é o elemento nuclear de uma territorialização do capital e da urbanização crítica enquanto explosão e implosão concreto abstrato desta forma social, esta é a base sob a qual se pensará o processo de metropolização neste doutorado.

Um momento da abstração real em que a mais-valia relativa supera absolutamente a mais-valia absoluta que, mesmo sendo intensificada, não é capaz de produzir um mais valor para além do que já se comprometeu como promessa futura de valorização na forma de capital fixo. Neste movimento de necessário endividamento das empresas, do Estado, dos trabalhadores (empregados e desempregados) para manter-se nos níveis de concorrência/sobrevivência, estes recorrem ao mercado financeiro para obterem crédito, comprometendo assim um mais trabalho futuro que histórica e logicamente não se realizará nos termos de produção de mais valor, por mais que formalmente apareçam como aumento do assalariamento e, mais ainda sub assalariamento da população, como uma montanha monstruosa de produtos de um lado e uma massa de miseráveis de outro.

Isto só é possível, como aponta Kurz (2002), pelo próprio funcionamento esquizóide do capital onde há a separação e autonomização da produção real de valor e seu representante – o dinheiro, sendo este totalmente destituído de qualquer lastro real com o próprio valor, passando a ser ele mesmo produto e meio da especulação.

3.4 Midas e a dessubstancia enquanto conteúdo

Não perdendo o caráter fetichista da mercadoria, a questão do dinheiro – o mostrar-se como equivalente daquilo que ele não é – tem fundamento lógico, uma vez que ele não precisa se constituir no valor que ele representa, pois se trata de uma sociedade que produz coisas super poderosas (Marx, 1983). Esta particularidade da forma dinheiro sendo ela produto e produtora desta abstração real em operação enquanto forma social mediada pela mercadoria.

Ressalta-se, mais uma vez, que, mesmo havendo este descolamento irreparável do representante do valor – dinheiro – e seu quantum posto nas mercadorias e os próprios capitais de forma particular, há em termos da própria duplicidade da mercadoria que se apresentar quantidades cada vez maiores de valores de uso. Esta monstruosa pilha de mercadorias tem de ser posta em circulação e em certa medida consumida, tal qual sua produção de forma improdutiva em termos de valorização. Assim, a circulação e o consumo são acelerados e intensificados acompanhando a produção, a ficcionalização de uma forma social mediada pela mercadoria. Tal processo não acontece de forma homogênea, assiste-se o crescimento dos “oásis de valorização” circulados por desertos do real (KURZ, 2004).

É esta desertificação em termos de valorização que leva margens maiores da população à periferização. A proletarianização generalizada, o aumento da necessidade e da busca por obter gotículas representada na forma do dinheiro para reproduzirem a vida. Por vezes sufocados em pilhas de mercadorias-lixo, enquanto valores de uso, valores de

uso em queda tendencial. Uma era que pode ser representada pelo tornar supérfluo e descartáveis seres humanos e quaisquer outras formas de vida.

Como apontado, o crédito fictício, um dinheiro já descolado de qualquer lastro de valor, ingressando como adiantamento do tempo de circulação de um capital particular, e sendo capitalizado, este montante de dinheiro não resultará em um acréscimo na produção de valor da mesma empresa, mesmo que seu balanço se mostra positivo por via da inserção de suas mercadorias a um preço que apareça para o capitalista particular como lucro. Por outro lado, quando o crédito é pago ao credor na forma de juros, este mais dinheiro não possui também nenhuma relação com produção real de valor, uma vez que no processo de produção já não é possível produzir mais valor (Kurz, 2002). O que foi dito anteriormente se coloca em termos lógico analíticos, mas, fenomenologicamente, a produção de mais-dinheiro por via do próprio dinheiro, em nada remete a um absurdo ou ao milagre da multiplicação, quando se interpreta como da “natureza” do dinheiro ele “ter valor” e, mesmo autonomizado do processo de valorização, continue o tendo. O fetiche em seu mais elevado grau.

Diante disto, com a maior dependência dos capitais privados e do próprio Estado, que assume a figura de fiador infalível, as somas cada vez maiores de crédito, ou melhor, de capital fictício, passam a ser necessários para manter funcionando os empreendimentos e a economia nacional aparentemente. Por essa razão, o centro determinante da economia deixa de ser dado pela busca e obtenção de lucro e produção “real” de valor, para que a taxa de juros do mercado monetário financeiro especulativo, substancialmente ficcional assuma tal centralidade. Isto ocorre por conta da própria dinâmica do capital, o verdadeiro sujeito do processo e não por astúcia dos agentes financeiros, lembrando aqui que a abstração enquanto forma impele os sujeitos à ação, o capital é a própria forma social em operação.

Esta produção fictícia de valor em nível social remete a uma “massa de trabalhadores improdutivos” que “aumenta inexoravelmente e que é paga apenas com dinheiro creditício, renovado com créditos sempre novos” uma vez que “tem de comer, beber e habitar, além de guiar carro, consumir televisores, frigoríficos etc.” (Kurz, 2002, p.8)

Por isto, Kurz (idem) chama a atenção para o fato de que, mesmo sob o colapso da modernização, a mediação social continuar sendo realizada pelo trabalho em termos alegóricos, uma vez que se resume em vias de obtenção de dinheiro, e não enquanto substância do trabalho produtivo – que produz valor. Assim sendo, o trabalho improdutivo se mostra na forma de trabalho concreto, porém, destituído de valor, mas possuidor de preço.

A análise do fetiche da mercadoria mostra-se fundamental para se entender a forma social em que o mundo objetivo não se resume ao concreto, mas à “coisas super poderosas” (Marx, 2011, 546[537]). Uma sociedade condenada ao movimento, na cadeia perpétua da circulação vazia da abstração do valor. Neste vazio a abstração real se coloca como processo histórico de uma sociabilidade mediada pela reprodução crítica da valorização. O progresso é o avanço do colapso, objetivo e subjetivo!

A partir deste pressupostos se pensará a forma específica de sociabilidade na conformação da Região Metropolitana de São Paulo, a produção do urbano como momento de rolagem do capital. Rolo compressor que devasta o subúrbio, soterra os obstáculos e corpos, rasga a cidade com planos de avenidas, isola e conecta as periferias ao centro de forma funcional e segregadora, viver é consequência do produzir e con(sumir).

O que aqui se estuda é uma expressão particular de crise imanente da forma totalizante do capital. O colapso múltiplo e irrestrito das esferas sociais públicas e

privadas, o dismantelar coletivo e individual da subjetividade capitalista. Este processo analiticamente descrito é sobre eu, é sobre você, sobre todos nós!

4. Reflexões acerca da Formação da Região Metropolitana de São Paulo e uma aproximação do recorte sócio espacial

4.1 Becos, vielas, ruas, avenidas, marginais: reflexões sobre a formação da Região Metropolitana de São Paulo em diálogo com Francisco de Oliveira e Erich Maria Remarque

Pensar sobre o processo de formação da Região Metropolitana de São Paulo – RMSP - será nesta pesquisa um exercício de continuidade do que teve início na dissertação de mestrado “Os quebra-quebras nos trens e estações da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos: um estudo do cotidiano mobilizado na urbanização crítica da Região Metropolitana de São Paulo” (ARAGI, 2015). Para tal, na tentativa de não incorrer em repetições desnecessárias, buscar-se-á incorporar na conversa anterior novos elementos por meio de autores, que por contingência de tempo ficaram como ruídos de vozes por trás da narrativa construída naquele momento⁴.

Durante a pesquisa de mestrado (ARAGI, 2015) a reflexão sobre a RMSP buscava proporcionar aos leitores um caminho que partia do desdobramento histórico atrelando-o

⁴ Peço desculpas se soar como pedantismo se citar e usar o próprio trabalho como referência, contudo, negar que já houve uma produção que dialoga, ou que na verdade se dá prosseguimento com a pesquisa de doutoramento é um apagamento, típico do discurso oficial e da ciência enquanto dogma, feito que vem sendo debatido e desconstruído, na medida das possibilidades, por autoras (es) que se preocupam com o próprio discurso e suas apresentações como reprodutores desta sociedade que aqui se deseja também criticar. Além disso, retomar o que no mestrado foi pensado é um exercício de autocrítica, um acerto de contas, sempre em aberto bem da verdade, entre o possível do passado com o possível presente, um flerte com o método Regressivo Progressivo apresentado por Lefebvre, com a diferença de se deixar atingir e ser parte da análise e analisando do processo.

a seus fundamentos lógicos. Esta continua sendo a estratégia, porém abrindo o ângulo de enquadramento, uma vez que *post scriptum* ficou a sensação de que houve uma centralização, ou talvez autocentralidade⁵, na RMSP com poucos elementos de reflexão em escalas menores, como em nível nacional e internacional, realidades estas sem as quais pensar a particularidade da RMSP se torna manobra indutiva dedutiva.

Este auto questionamento se tornou um impulso de revisitar-se a partir da leitura da célebre, mas que até então havia, por este que vos escreve, sido mal lida, obra de Francisco de Oliveira (Chico de Oliveira) *Crítica à Razão Dualista o ornitorrinco* (2011).

Nesta obra Chico de Oliveira faz um esforço duplo, por um lado o de pensar os sentidos do processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil e, por outro, o de debater, elaborando severas críticas diga-se de passagem, aos autores que junto com ele faziam parte da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) que adotavam uma leitura de processo dualista, “moderno” e “atrasado”, e não contraditório e combinado, como OLIVEIRA (2011) advertia em 1972 e que no ensaio *Ornitorrinco* na década de 2000 era recuperado.

Uma vez assumida essa inspiração tanto em forma quanto em conteúdo aspira-se recorrer a trabalhos que tomaram RMSP como objeto de análise dentro do campo disciplinar da Geografia, tensionando-os a partir da proposta de uma crítica à razão dualista e para além desta.

4.2 Regressões analíticas: o passado através do presente e o presente no passado

No exercício realizado no mestrado inicio o texto recorrendo a um trecho da obra “Subúrbio” de José de Souza Martins (2002) para pontuar, acompanhando o pensamento do autor, que a mudança no corpo legal do Primeiro Reinado que extinguiram as leis de

⁵ Seria a imanência do objeto influenciando o processo de pesquisa?

proteção às corporações de ofício serviram como um impulso à multiplicação de funções exercidas na cidade que “deixou de ser um mero apêndice do campo” (MARTINS, 2002, p. 7).

Contudo, e isto é posto no sentido de reconsiderar o início da argumentação que outrora foi esboçado, acredita-se que afirmar que a cidade deixa de ser um mero apêndice do campo se coloca com muitas ressalvas. A primeira e, talvez a mais importante, é a de que o centro da economia, valorização, acumulação e organização das relações sociais de produção se mantiveram centradas nas atividades agrícolas exportadoras. Em São Paulo, foco deste exercício, a cafeicultura está entrando em plena expansão (MONBEIG, 1998).

O salto histórico esboçado no mestrado deixou uma lacuna de quase um século para que se realmente pudesse falar de algo no sentido de efetivação no seio da cidade do processo de urbanização via industrialização. É inegável, como bem ilustram Martins (2004; 2002) e Monbeig (1998) que no período cafeeiro a cidade ganha novos atributos, como uma diversificação das atividades, em termos produtivos e de serviços, que se explicam e somam às transformações populacionais e a alteração do estatuto da população negra à condição de “livres” atreladas a chegada maciça de migrantes.

Contudo, seguindo a própria argumentação destes autores, ilustrado por MONBEIG (1998) e interpretado por MARTINS (2004), são os interesses da elite cafeeira que estão sendo atendidos e beneficiados. A Lei “Áurea” foi de fato feita à tinta dourada d’ouro, os caminhos encontrados para substituição do trabalho dos negros escravizados permitiriam aos fazendeiros poupar vultuosas quantias de renda que antes atrelava-se à população negra cativada (Idem). A implementação de um regime de trabalho substituto ao escravo, mas que ao mesmo tempo se colocava como não assalariado, o colonato por exemplo, permitiu um segundo momento de acumulação de renda aos “fazendeiros -

homens públicos” do período (Idem). A mágica da reprodução ampliada sustentada no emprego do colonato e na expansão dos cafezais levou a marcha modernizadora, ou a ponta da lança como apontou MONBEIG (1998), ao oeste, instaurando a *propriedade privada do terra, exterminando e mobilizando populações, ao mesmo tempo reforçando em São Paulo uma centralidade*. A cidadela se tornara a *capital da principal economia cafeeira do mundo*, sem deixar de mencionar o *processo violento de inclusão marginalizada da população negra alforriada*.

A professora Doutora Sandra Lencioni no artigo “Observações sobre o conceito de cidade e urbano no Brasil” (2008) levanta justamente a discussão existente sobre quando se conforma na particularidade brasileira o fenômeno urbano. A autora vai estabelecer dois recortes paradigmáticos conceituais a partir de dois grupos de autores, de um lado o já citado Martins, embasado nas obras “O cativo da Terra” (2004) e “Subúrbio” (2002), do outro lado estão João Manoel Cardoso de Mello com “O Capitalismo Tardio” (1984) e Maria da Conceição Tavares “Da substituição das importações ao capital financeiro” (1972).

Segundo a autora, a perspectiva de TAVARES (1972) e MELLO (1984) estão situadas num entendimento que compartilha da posição de LEFEBVRE (2008) e CASTELLS (2000) em que se “relaciona diretamente o conceito de urbano à sociedade capitalista industrial”.

Para alguns autores a sociedade capitalista industrial no Brasil emerge no momento em que a reprodução ampliada do capital passa a ser comandada pela atividade industrial. Segundo Tavares (1972) e Melo (1984), dentre outros, só a partir desse momento é que podemos falar em industrialização, muito embora a atividade industrial já existisse. Só a partir desse momento, quando a reprodução ampliada do capital passa a ser comandada pela atividade industrial, é que há uma emancipação do capital industrial da atividade primário-exportadora, precisamente, da cafeicultura. A partir de então o capital industrial passa a gerar seu próprio crescimento industrial. Dessa forma, para esses autores, só em 1930 é que estão constituídas plenamente as bases de uma sociedade industrial. (LENCIONI, 2008, p.118)

Tal recorte, continua a autora, “nos conduz a situar o urbano a partir dos anos 30 do século XX, já que a premissa desses autores se funda no conceito de urbano relacionado à sociedade capitalista industrial” (Idem). Essa abordagem, segundo LENCIONI (2008, p. 119) carregaria uma aplicação conceitual sem a mediação com a particularidade brasileira, sendo uma transposição nua da realidade europeia de economias centrais para um processo em desdobramento na periferia do sistema capitalista.

O contraponto a esta leitura está, na argumentação da autora, nas reflexões de Martins (2004; 2002), e com base nestas obras a autora coloca:

As cidades materializavam as condições gerais da produção cafeeira, garantindo o comércio e os serviços necessários, o que redundou no desenvolvimento de uma extensa rede urbana no interior paulista. Rede urbana que se fez obrigatória porque a principal parcela do capital da fazenda de café era produzida na formação de fazendas de café estendendo os cafezais pelo território adentro que necessitavam de cidades para prover as condições gerais da cafeicultura. Enquanto isso a cidade de São Paulo se metamorfoseava, passando de simples vila a cidade em acelerado crescimento com chaminés de fábricas e população operária. (LENCIONI 2008, p. 120)

Estamos nesta passagem diante do Ornitorrinco! Ser de difícil decifração, uma particularidade que concebe a um animal contrariar as definições classificatórias das espécies, e em um mesmo ser aglutina-se características de dois agrupamentos, o das aves e o dos mamíferos. É uma ave, mas mama e tem pelos, é um mamífero, mas tem bico de pássaro e bota ovos!

A simples existência de atividades industriais e de pessoas ocupadas na indústria não é no caso analisado a implementação do urbano enquanto aquele que altera o sentido da relação entre este e o rural, instaurando uma forma outra de reprodução das relações sociais. Isto é dito no sentido de pontuar que as duas leituras sugeridas por LENCIONI (2008) elegem expressões da reprodução social, se apegando à forma do fenômeno urbano “que isolam as condições econômicas das políticas” (OLIVEIRA, 2011, p. 30) Ou seja, não basta ter indústria e dizer que a cidade assume o sentido urbano, ao

mesmo tempo afirmar que a partir do momento que a atividade industrial passa a ser a principal responsável do dinamismo econômico que a urbanização está garantida.

Há que se levar em consideração, segundo OLIVEIRA (2011), para além dos anunciados na leitura formal e economicista um momento de viragem no sentido político das relações de produção e reprodução da economia brasileira. Um momento em que outros interesses são defendidos que *não apenas* os da reprodução da economia agrário-exportadora.

OLIVEIRA (2011) elenca eventos que vão sustentar esta viragem: 1) “regulamentação das leis de relação entre o trabalho e o capital” - a “chamada lei trabalhista”; 2) “a intervenção do estado na esfera econômica” “com fins de subsídios a outras atividades econômicas” que não as agropecuárias e 3) mudança qualitativa no “papel da agricultura”. Adentremos um pouco nestes conteúdos.

Chico de OLIVEIRA (2011, p. 38) destaca dentro do que ele chamou de “regulamentação das relações entre trabalho e capital” o papel decisivo da implementação das leis trabalhistas que “se instaura ou se acelera a partir de 1930”, sobretudo o da instauração do salário mínimo. Em suas palavras:

O decisivo é que as leis trabalhistas fazem parte de um conjunto de medidas destinadas a instaurar um novo modo de acumulação. Para tanto, a população em geral, e especificamente a população que afluía às cidades, necessitava ser transformada em “exército de reserva”. Essa conversão de enormes contingentes populacionais em exército de reserva” adequado a reprodução do capital, era pertinente e necessário do ponto de vista do modo de acumulação que se iniciava ou que se buscava reforçar, por duas razões principais: de um lado, propiciava o horizonte médio para cálculo econômico empresarial, liberto do pesadelo de um mercado de concorrência perfeita, no qual devesse competir pelo uso dos fatores; de outro lado, a legislação trabalhista *igualava reduzindo* – antes que incrementando – o preço da força de trabalho.

É interessante notar no fragmento que a reflexão não fica centrada nas taxas de exploração da mais valia e acumulação em nível do marxismo tradicional, OLIVEIRA

(Idem) destaca a realização histórica da abstração real da valorização do valor da bem e mal vista indústria brasileira. O processo de racionalização da exploração do *trabalho* enquanto uma categoria de nova natureza social, nem cativo, nem “pré-capitalista”, *mas de propriedade do trabalhador*, e este também passou a ter uma referência do quanto sua força de trabalho em determinada atividade, de início industrial, lhe garantiria de salário. O Estado rasga o véu da indeterminação do preço da força de trabalho, isto é uma afronta àqueles que se fizeram na prática da compra de trabalhadores em termos literais.

O cálculo do salário mínimo segundo OLIVEIRA (2011, p. 37-38) naquele momento se deu com base na aritmética nutricional “(em termos de calorias, proteínas etc.) para um trabalhador que deveria enfrentar um certo tipo de produção com um certo tipo de força mecânica, comprometimento psíquico etc”. Uma racionalização da reprodução social, a quantificação da reprodução da *sobrevivência*.

Há uma reconfiguração nas relações de poder dos senhores latifundiários e seus “condados”. O poder passa a se concentrar na esfera de um Estado em mutação, as *personas* de Getúlio Vargas, de Juscelino Kubitschek e a sequência de generais de 1964 - 1984 marcam este processo. Mas como estamos diante do ornitorrinco a configuração é a da mescla do burocrata com a das gerações mais novas dos antigos coronéis, barões e demais figurões centenários da política brasileira, que desde cedo enviavam seus herdeiros à Europa para se graduarem bacharéis (SCHWARZ, 2008, p. 151-154).

O emprego com salário mínimo estipulado por lei, o exercício do poder aplicado de forma “impessoal” juntamente com o espetáculo difuso (DEBORD, 2008) da santificada indústria e do processo de urbanização serviram de incentivos à população das distintas regiões do país, sobretudo das áreas rurais para a urbanas. Este movimento não tem explicação apenas nos “atrativos” da “nova” cidade, mas, também no próprio campo.

Paul Singer (1973) na obra “Economia Política da Urbanização”, apesar de fazer uma leitura que para OLIVEIRA (2011) está na chave dualista de interpretação do processo modernizador, contribui no entendimento da mobilidade do trabalho (GAUDEMAR, 1977) que passa existir com as transformações ocorridas no pré e pós-anos 1930⁶. Para SINGER (1973, p. 38) a reconfiguração da divisão sócio territorial do trabalho posta pelo processo de industrialização encadeou dinamismos e estagnações nas demais regiões. Mas o que mais interessa neste ensaio das reflexões de Singer é que em sua leitura tanto as regiões que se beneficiaram como produtoras de matérias-primas para indústria ou que continuaram sendo produtoras de commodities, quanto as que se ressentiram contribuíram para mobilizar contingentes à cidade. Ou seja, a *mobilidade do trabalho e do capital* (GAUDEMAR, 1977) são *marcas do processo modernizador*.

No caso das que se puseram como regiões que assistiram um dinamismo produtivo, com um processo de modernização das técnicas de cultivo e criação, assim como o de expansão das áreas cultivadas sobre as pequenas propriedades, houve liberação das pessoas para caírem nas “correntes migratórias” (SINGER, 1973, p. 38). Já nas regiões que viram suas atividades se ressentirem, com a pauperização dos pequenos proprietários e o aumento da pressão dos latifundiários sobre os agregados e meeiros em saldar tratos intratáveis, levaram uma grande parcela da população ao mar de gente que afluía aos centros de acumulação, sobretudo São Paulo e Rio de Janeiro. Estando nos centros dinâmicos ou estagnados uma “*força centrífuga*” é posta em movimento sobre os pequenos proprietários e trabalhadores sem terras das áreas rurais brasileiras.

⁶ Não podemos colocar apenas na industrialização o fator responsável por “atrair” os contingentes de migrantes. MARTINS (2004) e MONBEIG (1998) apontam que a expansão dos cafezais, principalmente o trabalho de derrubada das matas, para o oeste paulista, norte paranaense e sul mato-grossense se deram por conta de braços de mineiros e baianos principalmente.

O segundo ponto destacado é o da participação direta do Estado na esfera econômica com a finalidade de, em modos gerais, “criar as bases para que a acumulação capitalista industrial, no nível das empresas, possa se reproduzir” (OLIVEIRA, 2011, p. 40-41). Isto se deu através da atuação estatal “operando na fixação de preços, na distribuição de ganhos e perdas entre os diversos estratos ou grupos de classes capitalistas, no gasto fiscal com fins direta ou indiretamente reprodutivos, na esfera da produção com fins de subsídios a outras atividades produtivas” (2003, p. 40-41).

Seguindo a argumentação de OLIVEIRA (Idem) o Estado age a fim de “destruir o modo de acumulação para o qual a economia se *“inclinava naturalmente”* (agroexportador), criando e recriando as condições do novo modo de acumulação” (industrial) . Isto, sendo feito por via de:

[...] investimento em infraestrutura, impondo confisco cambial ao café [...], rebaixando o custo de capital na forma do subsídio cambial para as importações de equipamentos para as empresas industriais e na expansão do crédito a taxas de juros negativas reais, investindo na produção (Volta Redonda e Petrobras, para exemplificar), o Estado opera continuamente transferindo recursos e ganhos para a empresa industrial, fazendo dela o centro do sistema. (idem)

Como visto, para além das argumentações que se pautam na substituição das importações no período das Guerras Mundiais e entre guerras, ou num desdobramento “quase natural” da acumulação de capitais nas mãos dos cafeicultores e estes por livre iniciativa os inverterm em atividades industriais, houve neste período uma viragem em termos político estratégico econômicos que reconfiguraram as relações entre: capital x trabalho, terra x capital e capital x capital, o “x” desta relação sendo o Estado.

O terceiro ponto ao qual Chico de Oliveira (2011, p. 42) elege como fundamental para se entender o processo de viragem da reprodução das relações capitalistas de produção se refere à metamorfose que a agricultura é submetida neste momento.

A tese central desta questão é a de que a agricultura teve que continuar sendo estimulada, porém com a finalidade de contribuir com o processo de implementação e

expansão da indústria e não de si mesma. Esta contribuição sendo por um lado a de, por via das exportações permitir a geração de divisas e com estas suprir as necessidades de aquisição de bens de capitais estrangeiros, e por outro, com a produção de alimentos, garantir as condições de reprodução das camadas urbanas ao mesmo tempo de ofertar matérias primas para a produção industrial (Idem).

Este momento é marcado segundo OLIVEIRA (2011, p. 43) por uma acentuação da característica do meio agrário brasileiro que foi e continua sendo o de “expansão horizontal da ocupação com baixíssimos coeficientes de capitalização”, o que nas palavras de Ariovaldo Umbelino de OLIVEIRA (1999) se reconfigura uma extensa territorialização do capital. O destaque feito por Chico de OLIVEIRA (2011) é o de que esta expansão teve em seu interior a combinação de níveis produtivos e de relações de trabalho combinadas e contraditórias, a agricultura “moderna” e a “primitiva”, mas, tentando se afastar de uma visão dualista, o autor se esforça em deixar aos leitores a ideia de complementaridade entre ambas as expressões da agricultura e de como sua manifestação, dita “primitiva”, se fez fundamental ao processo modernizador intentado por via da industrialização. Parafraseia-se Marx (1983): “a colônia revela os segredos da metrópole” e o “atraso” é a expressão negativa do “progresso” positivado.

Francisco de OLIVEIRA (2011, p. 46) destaca que enquanto o trabalho nas atividades urbanas sofreu por via das leis trabalhistas na década de 1930 uma reformulação com garantias mínimas e proteções aos trabalhadores o mesmo tardou a ser ampliado aos trabalhadores e atividades agrícolas, sendo feita apenas na década de 1950 e com a fragilidade de se fazer valer até os dias correntes da segunda década do século XXI. Isto é recuperado no sentido de traçar uma perspectiva de análise condizente com a contraditória realização da lógica de acumulação do capital em especial à formação da RMSP. E nesta intenção recupera-se as palavras de OLIVEIRA (Idem) sobre o papel

que esta “contraditória e combinada” agropecuária exerceram para o processo de industrialização:

Elas permitiram um extraordinário crescimento industrial e dos serviços, para o qual contribuíram de duas formas: em primeiro lugar, fornecendo os maciços contingentes populacionais que iriam formar o ‘exército de reserva’ das cidades, permitindo uma redefinição das relações capital – trabalho, que ampliou as possibilidades da acumulação industrial[...]. Em segundo lugar, fornecendo os excedentes alimentícios cujo preço era determinado pelo custo de reprodução da *força de trabalho rural* [...].

Como adiantado anteriormente a citação, as relações de produção tidas como “atrasadas” no campo permitiam um rebaixamento extremo dos custos de reprodução da força do trabalhador rural, seja na super exploração ou por via da combinação da produção para o mercado combinada com as de subsistência. Isto é dito não no sentido de criticar apenas a desigualdade nas relações de troca e apropriação da renda produzidas pelos meeiros e posseiros pelos proprietários das terras ou atravessadores comerciais, mas sim no de reforçar os traços do ornitorrinco, em que se constitui uma metrópole ao mesmo passo que se repõem uma marcha devastadora no campo brasileiro, consumindo solo, vegetação e o mais trágico, pessoas.

Chico de Oliveira (2011, P. 43) neste momento da discussão faz paralelos diretos com a “Assim chamada acumulação primitiva” de Marx (1983). Tal interpretação suscita, principalmente no conjunto de autores que estão pensando o processo de modernização brasileiro e mundial de forma crítica e radical⁷, o dissenso sobre se houve ou não tal processo em termos particulares ou se se refere apenas ao universal. Em outras palavras: existe acumulações primitivas após a acumulação primitiva europeia que culmina ao pôr em marcha ao moderno sistema produtor de mercadorias, ou há no processo modernizador universal a existência de momentos não simultâneos do processo de

⁷ Tais adjetivos são trazidos não por posituação publicitária da prática acadêmica entusiasta, mas por assim muitas vezes ser denominada pelos próprios pesquisadores.

valorização em que acumulações primitivas particulares acontecem já atreladas a reprodução ampliada do capital universal?

Cursos e cursos da graduação e pós-graduação têm levantado tal discussão. Aqui, com a intenção de sinalizar uma posição, e é bom lembrar que se posicionar é sempre perigoso, principalmente pensando na autonomização que os textos têm depois de escritos, inclina-se a pensar este processo de modernização a partir da particularidade da constituição do Brasil como um processo inscrito dentro do que KURZ (2004) chamou de simultaneidade negativa em um processo de modernização retardatária com vista a considerar a totalidade concreta deste processo universal e particular (SCHOLZ, 2010) com foco no Brasil.

Concorda-se com Chico de Oliveira em dizer que o campo brasileiro passou por um processo de acumulação primitiva? Não totalmente. Houve uma mudança nas relações estabelecidas entre a produção de renda e seu direcionamento à fomentar as atividades industriais internamente ao país além das relações sociais de produção (formação de uma metrópole interna). Se a isso denominamos “Acumulação Primitiva” como considerar o que existiu no processo colonizador (formação de uma metrópole externa) em que a produção agropecuária da colônia Brasil se atrela à modernização dos países do centro do capitalismo?

Estas perguntas revelam a ideia, ou ao menos se acredita que revelam, de uma simultaneidade negativa do processo de um sistema pretensiosamente universal, mas que, em termos formais da totalidade concreta desta abstração, que é a reprodução ampliada do capital, se manifesta de forma particular. Aqui então, o ornitorrinco não é aberração, mas a expressão melhor acabada desta reprodução. Roswitha SCHOLZ (2010) diz isso de forma melhorada: “É preciso satisfazer o particular, o não-idêntico para que não se volte a subsumir tudo ao valor, ou ao capital, como determinação da forma

abstracta”, isto na própria perseguição dos desdobramentos da abstração concreta do valor.

Aproveitando-se dos paralelos, este processo de modernização via industrialização interna ao Brasil vai, como já adiantado, realizar-se com resistências. As elites oligárquicas (Café com Leite – São Paulo/Minas Gerais) na década de 1920 reprimiram e aperfeiçoaram o aparato de controle e violência sobre os levantes das baixas patentes militares (Revolução de 1924 e 1932) e da população civil, simpatizante aos levantes, sindicalizada e as camadas em que o racismo velado fez a violência incidir. A trágica ironia é que este aparato de Estado vai ser posteriormente fundamental para o desenvolvimento das políticas modernizadoras despertadas nos eventos que justificaram sua criação dos governos após 1930. Este elemento é o duplo indissociável da regulação das relações capital x trabalho, complemento da proteção legal está a punição como meio de garantia à ordem e ao progresso.

A repressão política às revoltas militares permite ao aparelho de Estado, utilizando-se do recurso ao ‘estado de sítio’, que autoriza a suspensão das garantias constitucionais, aprofundar sua ação em duas direções perseguidas em períodos ‘normais’, alargando seu âmbito. Em primeiro lugar, atingindo as organizações operárias: não importa que a classe operária não tenha participado das revoltas políticas, e nem a repressão ao movimento operário surge a perseguição aos movimentos militares. Simplesmente se abrem possibilidades alargadas fora de qualquer controle e logo legalizadas, incorporadas à estrutura do aparelho funcional do Estado (como a criação do DOPS, em 1924, por causa da Revolução de 1924). Em segundo lugar, o regime de exceção legalizado (na ditadura ou no ‘estado de sítio’) favorece a repressão ilegal aos criminosos comuns. (PINHEIRO, 1991, p. 49)

Este é o quarto elemento que na análise de Francisco de Oliveira (2011) fica de fora, a violência direta sobre, primeiramente aqueles que diretamente reivindicavam uma mudança na orientação oligárquica da política brasileira, e posteriormente tendo ocorrido mudanças no sentido do que fora reivindicado, a violência se fez instrumento da manutenção da santificada ordem da acumulação e desenvolvimento da economia em processo de industrialização. Vale dizer que, falar da violência estando sob as miras de

um governo ditatorial é insensatez, característica que não se pode atribuir a Chico de Oliveira que publica “A crítica à razão dualista” em 1972.

Destacar o papel estruturante da violência extra econômica no processo de industrialização é aqui importante no sentido de não deixar perdê-la de vista em meio às análises políticas, sociológicas, econômicas e geográficas que para remontar a gênese da RMSP saltam aos pulos de momento a momento do processo como se a tensão e os estalos das molas não fossem impulsionados e sentidos por ninguém.

Até este momento foi feita uma reflexão sobre a industrialização ao “modo brasileiro”, pensando as bases para se indagar sobre o sentido do urbano em formação com uma reorganização econômica, política e social. Deste ponto em diante a escala de análise será aumentada para nos aproximarmos um pouco mais da RMSP, ao passo que o desdobrar do conjunto de mudanças acabou por, em São Paulo e na região Sudeste, concentrar as atenções, capital e trabalhadores.

4.3 Região Concentrada: os/as peregrinos/as do valor em meio às ruínas do/a capital

Voltando ao que foi feito na dissertação de mestrado (ARAGI, 2015) em que elaborou-se a estratégia textual de, uma vez feito alguns apontamento sobre a passagem da acumulação agrário exportadora à industrial, destacar a relevância produtiva desta em termos cada vez maiores no Produto Interno Bruto e do número de trabalhadores ocupados no segundo setor que naquela ocasião ficou apresentada da seguinte forma:

Segundo SEABRA (2004: 274), após 1930 “São Paulo e sua região formaram o *hardcore* da acumulação e da reprodução capitalista com características endógenas, centralizando, por mais de quatro décadas, os investimentos produtivos e gerando economias de aglomeração”. Como já dito pela autora, entre as décadas de 1940 e de 1970 “São Paulo ficou no centro da mobilidade do capital e do trabalho nacional” (idem), sendo a capital paulista a que mais recebia migrantes no país, não à toa, pois como

frisa Seabra (idem: 275) em 1970 São Paulo respondia por “58% do valor da transformação industrial do país”. (ARAGI, 2015, p. 15)

Continua-se concordando com os dados apresentados, surge, porém, uma inquietação acerca da narrativa com a impressão de ter deixado aos leitores o cenário como protagonista e os atores como coadjuvantes, por mais que se concorde que na sociedade fetichista “as coisas superpoderosas” mostrem-se como portadoras de características que lhes foram atribuídas socialmente como se fossem de sua inata natureza (MARX, 1983). Isto é dito sem uma positivação dos sujeitos sujeitados como os sujeitos históricos e heróicos da marcha modernizadora, pensando principalmente na camada de trabalhadores (as) urbanas (os) que está se formando, em paralelo ao recrudescimento da reprodução dos trabalhadores (as) agrícolas, mas também, sem deixar de pensar nos próprios industriais e camadas abastadas da sociedade pós 1930.

Perseguindo os escritos de OLIVEIRA (2011) justamente no tocante a forma de como a produção industrial vai se ligar a reprodução das relações sociais de produção é notado que “a industrialização sempre se dá visando, em primeiro lugar, atender às necessidades da acumulação, e não às do consumo” (Idem, p. 50). Contudo, e quem diz isso é o próprio OLIVEIRA (idem), o fornecimento à massa trabalhadora urbana de produtos industrializados se faz como meio de “manter baixo o custo de reprodução desta força de trabalho” (Idem) isto em um jogo da racionalidade empresarial de gastar divisas importando os produtos de consumo para manter os níveis de reprodução da força de trabalho ou de a própria indústria, como um mal necessário, produzir bens de consumo não duráveis para as camadas populares.

O argumento de OLIVEIRA (2011, 51) avança em direção a pensar a quem, ou a que, se destina a produção industrial que o Brasil assiste. Uma vez dito que apenas por contingência da reprodução da camada trabalhadora se produz os bens de consumo não duráveis baratos, o foco de mercado dos produtos industrializados duráveis e de maior

“valor agregado” será voltado a um reduzido “público consumidor”, mas com elevado poder aquisitivo. Mas isso se deu de forma diretamente excludente e por uma racionalidade de privilégios de classe? Não.

Chico de Oliveira vai destacar que é justamente na produção de bens duráveis de elevado valor agregado que a “*rationale* da acumulação” elegeria para estimular os “*efeitos interindustriais*”, em que se alavancam um maior número de elementos a partir de uma cadeia complexa de produção. Isto foi muito bem estudado por SCARLATO (1981) justamente quando este se dedicou a decifrar, ela, que foi e continua sendo uma das mais relevantes marcas deste processo, a indústria automobilística.

Assim, com a fixação dos salários mínimos, que como visto tendiam a um nivelamento por baixo por um lado, e com a produção subvencionada, direta e indiretamente, produzindo para atender um mercado consumidor endinheirado restrito, esta dinâmica se torna possível, pois:

[...] do ponto de vista da acumulação essa produção pode realizar-se porque a redefinição das relações trabalho-capital deu lugar à concentração de renda que torna consumíveis os produtos, e por sua vez, reforça a acumulação, dado que a alta produtividade dos novos ramos em comparação com os salários da um ‘salto de qualidade’, reforçando a tendência à concentração de renda. (OLIVEIRA, 2011, p. 51)

Estes elementos são importantes pois caracterizam a RMS, o símbolo da moderna indústria e sucesso do sujeito monetarizado, o automóvel e, por outro lado, uma massa consumidora de produtos baratos, mas nem por isso de menos prestígio como os refrigerantes da gigante *Coca-Cola*, as lâminas de barbear etc., muitas vezes sendo distribuídos por uma rede de comércio ambulante e de lojas de variedades em que são transformados os vagões de trens, as calçadas das ruas, os terminais e os próprios ônibus. Característica que vão se reforçando na cidade urbano industrial dos anos 1930 em diante e que foram apontadas como as de uma cidade dividida, a economia urbana e

seus dois circuitos (superior e inferior) de Milton Santos (2009), por exemplo, reforçando uma leitura dualista de um processo contraditório e complementar.

Aproveitando do exemplo suscitado acima, o da circulação de mercadorias industriais na própria cadeia de consumo da classe trabalhadora urbana, nos coloca diante da questão do papel dos serviços neste processo modernizador retardatário brasileiro. Esta discussão é traçada por OLIVEIRA (2011, p. 53-56) em que este autor, caracterizando enquanto se esforça por compreender a industrialização, se vê envolvido numa disputa interpretativa que vai dizer que o que se sucedeu no processo de urbanização brasileira foi o de conformação de uma economia com o “Terciário ‘inchado’”, típico de economia subdesenvolvidas.

Em outras palavras, segundo os teóricos do subdesenvolvimento, o setor Terciário *tem* participações nos agregados referidos que *ainda não deveria ter*: é “inchado”. Uma das características, assim, do “modo de produção subdesenvolvido” é ter um Terciário “inchado”, que consome excedente e comparece como um peso morto na formação do produto. (OLIVEIRA, 2011, 53)

Exemplificando estes autores está a seguinte passagem de Milton Santos (1965, p. 3) na obra “As cidades nos países subdesenvolvidos”: “A função comercial e de serviços é, essencialmente, a característica das grandes cidades do mundo subdesenvolvido. Todas as demais funções que lhe agregam surgem a título mais ou menos subordinado”.

A afirmação de SANTOS (1965) se coloca plausível quando se considera a realidade brasileira pré 1930, em que algumas cidades vão ganhar a centralidade de entreposto comercial e nó organizador da rede de transportes responsáveis por organizar a escoação da produção agropecuária para os portos de exportação. Mas o que pensar quando a cidade tem em seu interior o processo de produção e valorização, como no caso do processo de industrialização analisado? OLIVEIRA (2011, p. 55) diria: “[...] ela não poderia dar-se sem o apoio de serviços propriamente urbanos, diferenciados e desligados da unidade fabril propriamente dita, as chamadas “economias externas”.

Em seguida OLIVEIRA (2011, p. 56) continua:

Em poucas palavras, o fenômeno que existe não é o de uma “inchação” do Terciário. O tamanho deste, numa economia como a brasileira, do ponto de vista de sua participação no emprego total, é uma questão estreitamente ligada à acumulação urbano-industrial. A aceleração do crescimento, cujo epicentro passa a ser a indústria, exige, das cidades brasileiras - sedes por excelência do novo ciclo de expansão -, infraestrutura e requerimentos em serviços para os quais elas não estavam previamente dotadas.

O argumento de sustentação da tese de OLIVEIRA (2011, p. 57) é montado na perspectiva de que com o crescimento simultâneo da indústria com os serviços urbanos só pôde ser realizado com uma baixíssima composição de capitais, o que ajuda a explicar o seu crescimento em termos absolutos quase que completamente no uso do emprego de força de trabalho “que é remunerada a níveis baixíssimos”. MANDEL (1982, p. 269) corrobora da tese:

No capitalismo, esse processo de centralização tem caráter duplo: é técnico e é econômico. *Tecnicamente*, uma divisão crescente do trabalho só pode combinar-se com uma socialização crescente e objetiva do trabalho por meio de uma ampliação das *funções intermediárias*: daí a expansão sem precedentes dos setores de comércio, transporte e serviços em geral. *Economicamente*, o processo de centralização só pode manifestar-se por meio de uma centralização crescente de capital, entre outras, sob a forma de uma integração vertical de grandes empresas, firmas multinacionais e conglomerados.

Trazendo o enunciado acima para a totalidade concreta em análise, a conformação do urbano no Brasil e, em especial a conformação da RMSP, OLIVEIRA (2011, p. 59) aponta:

Ora, o processo de crescimento das cidades brasileiras – para falar apenas do nosso universo – não pode ser entendido senão dentro de um marco teórico onde as necessidades da acumulação impõem um crescimento dos serviços horizontalizado, cuja forma aparente é o caos das cidades.

Esta cidade com aparência caótica é a expressão do processo de modernização retardatário em sua intensa e concentrada industrialização. Mais uma vez as reflexões de Chico de Oliveira (Idem) fazem com que não se dicotomize a realidade em campos opostos de progresso e atraso, tanto em nível regional quanto intra urbano. Ao seu modo, o urbano que aqui se constitui é o da indústria multinacional automobilística, por exemplo,

que, ao mesmo tempo, é atendido pelos serviços de reparo de fundo de quintal. Uma cidade “subdesenvolvida” em que se comparando os níveis de padrão de vida real, a classe média brasileira deste período, possui um nível mais alto do que as dos países de economia central, incluindo-se aí “todo tipo de serviços pessoais no nível da família, sustentado na exploração da mão de obra, sobretudo feminina” (OLIVEIRA, 2011, p. 58), por exemplo.

Estes são momentos que aqui se consideram fundamentais para entender a particularidade deste processo de urbanização em sua configuração particular de desenvolvimento e centralidade na atividade industrial que para tal demandou uma reconfiguração e atuação política intensa para possibilitar que o centro de valorização fosse redirecionado para outras atividades que não as agropecuárias. De forma também particular, o papel que o setor “Primário” da economia passa a ter no desenvolvimento do “Secundário” foi feito de modo a não ressentir as exportações e excedentes alimentícios, ao mesmo tempo que incorporando mudanças no processo produtivo, mas, principalmente usufruindo da componente força de trabalho em níveis de pauperização da população “campe sina”. Além do que, a modernização via industrialização, pelo o que foi exposto até este momento, se deu com mudanças políticas significativas em termos de abertura e estímulo à produção industrial, contudo, “um dos seus requisitos estruturais é o de manter as condições de reprodução das atividades agrícolas, não excluindo, portanto, totalmente, as classes proprietárias rurais nem da estrutura do poder nem dos ganhos da expansão do sistema” (OLIVEIRA, 2011, p. 65). Estas condições de reprodução sendo as estrutura fundiária e a tardia e frágil extensão das leis trabalhistas às atividades agrícolas. Este apanhado geral do processo posto em marcha ritmada pelas batuta e baionetas do Estado após 1930 vão, com nuances, ser mantido até a década de 1980, período que é atravessado por regimes democrático-ditatoriais, em que a componente *violência* se

expressa como meio de exercício da política econômica social do desenvolvimentismo “industrial” brasileiro.

No texto elaborado no mestrado as reflexões acima expostas não foram organizadas principalmente por se ter pressa de chegar no argumento de *crise de valorização*, para este dar sustentação ao argumento da periferização do processo de formação da RMSP. Contudo, revisitando a dissertação através de novas leituras, não se descarta o argumento de reprodução crítica do processo de valorização, mas a este é sobreposta a realidade concreta da abstração da valorização que o Estado brasileiro após 1930 se inclina para viabilizar a industrialização. O argumento de Chico de Oliveira levantou inquietações sobre a narrativa antes elaborada. A principal delas é justamente a de que não foi preciso a crise imanente se manifestar após 1970 para que houvesse a constituição de uma periferia nesta cidade urbano industrial. A própria argumentação de OLIVEIRA (2011) é a de que a modernização via industrialização é estruturalmente sustentada no uso extensivo de mão de obra, no campo e no urbano, ou seja uma intensa mobilidade do trabalho (GAUDEMAR, 1977). Nesta mobilidade Chico de Oliveira (2011, p. 59) vai apontar a permanência de elementos “não propriamente capitalísticos”, ou seja uma “in”completa e complexa divisão social do trabalho instaurada, em que se observa que:

Uma não-insignificante porcentagem das residências das classes trabalhadoras foi construída pelos próprios proprietários, utilizando dias de folga, fins de semana e formas de cooperação como o “mutirão”. [...] ele contribui para aumentar a taxa de exploração da força de trabalho, pois o seu resultado – a casa- reflete-se numa baixa aparente do custo de reprodução da força de trabalho [...]. Assim, uma operação que é, na aparência, uma sobrevivência de práticas de “economia natural” dentro das cidades, casa-se admiravelmente bem com um processo de expansão capitalista, que tem uma das suas bases e seu dinamismo na intensa exploração da força de trabalho.

Estas mesmas bases e dinanismos que OLIVEIRA (Idem) encerra tal citação são os fundamentos críticos de reprodução da lógica de valorização, que tende ao máximo

rebaixar os custos de produção, por via da superexploração do trabalho vivo empregado no processo de produção (mais valia absoluta) e, se tratando de uma economia concorrencial, fixando capitais no processo produtivo aumentando a produção diminuindo o número de empregados (mais valia relativa). De qualquer maneira, para aqueles que *incorporam a força de trabalho*, o processo se mostra de maneira crítica, pois, estes são os que sentem de forma sensível o desdobrar deste processo. Contudo, sobreviver sob tal lógica fetichista (MARX, 1983) pode, para àqueles e àquelas que são agraciados por terem suas forças de trabalho consumidas em alguma atividade remunerada, sobretudo legalizadas, gerar uma sensação de que a “vida tem melhorado”, isto se levar-se em conta o consumo de mercadorias, principalmente as que se restringiam ao consumo de uma classe média e média alta. A racionalidade da reprodução cotidiana não tem outro parâmetro para mensuração senão o da comparação do consumo de “valores de uso”, o que se expressa por: - “antes nós não tínhamos, mas hoje nós temos” e muitas vezes completado com: “Graças a Deus!”.

4.3 O acesso à moradia e o trabalho, retratos de vidas privadas

Hoje, ao se deparar com a tese de DAMIANI (2004) presente na dissertação estendo o significado da “urbanização crítica” para além da expressão que se configurou com o explicitar desta nas periferias favelizadas, restrição muito mais minha que da autora, mas ao processo de conformação da RMSP, como a própria Amélia DAMIANI gosta de repetir em suas aulas, se trata de um processo de proletarização e não apenas de urbanização.

O momento apresentado por OLIVEIRA (2011) na citação acima, destacando o processo de extensão do urbano em sua horizontalidade, ligado à intensa mobilidade de trabalhadoras e trabalhadores e sua reprodução particular na forma particular da

modernização brasileira e constituição da RMSP é trazido a uma análise sensível e profunda por Daniel Manzione GIAVAROTTI (2018). Suas pesquisas de mestrado e doutorado no extremo sul da Zona Sul, em específico a conformação do bairro Jardim Ibirapuera e favelas adjacentes, como o Pinhal Velho, tem na narrativa dos interlocutores entrevistados durante a pesquisa a experiência concreta do que é sintetizado por OLIVEIRA (2011).

GIAVAROTTI (Idem) conseguiu estabelecer uma periodização do processo de conformação desta parcela da periferia da RMSP apontando que, nas décadas de 1960 e 1970 as famílias conseguiam comprar seus lotes em bairros recém loteados. Esta compra foi feita principalmente por trabalhadores empregados em ramos ligados à indústria onde os agentes imobiliários buscavam interessados em adquirir terrenos, a preços considerados acessíveis, e tendo uma relativa garantia de que as dívidas seriam quitadas devido, muitas vezes, serem firmados acordos de desconto direto dos salários com os donos das firmas. Nestes terrenos comprados à prestação as construções foram, em maioria, feitas nos moldes comentados por OLIVEIRA (Idem), pelos próprios moradores, individualmente e em sistema de cooperação em mutirões, onde o dono da laje preenchida arcava com o “churrasco” ou o “feijão” para a “turma”.

O mesmo processo se deu no bairro da Vila Carrão, Zona Leste, loteamento que se liga ao processo de fragmentação das terras do “grande proprietário” João da Silva Carrão⁸, “Conselheiro Carrão”. No início da década de 1960, em conversas com dona Esther e seu Bruno⁹, os mesmos disseram que o dono da indústria de metalurgia em que Seu Bruno trabalhava como torneiro mecânico, sabendo que o mesmo tinha recém casado, ofereceria o montante para a compra de um terreno para que seu funcionário

⁸ Figura política e latifundiária do Império.

⁹ Meus avós.

tivesse uma casa própria para constituir sua família, saindo da casa de seu pai na Moóca, e que Seu Bruno teria de seu salário descontado em muitas parcelas, para “não pesar nas despesas do mês”, o preço do terreno. Seu Bruno, através de seus companheiros de oficina ficou sabendo que na “distante” e mal-afamada “Vila Carrão”¹⁰ estavam sendo feitos loteamentos e existiam bons lotes por preços julgados como “baratos”. Desta maneira, nos fins de semana e feriados foi levantado, com auxílio de Seu Jovino, vizinho de frente do lote e um dos poucos moradores do novo loteamento, que trabalhava como ajudante geral em uma firma e dominava o ofício de pedreiro.

Estes exemplos são, na periodização encontrada em GIAVAROTTI (2018), o de uma primeira geração proletária proprietária que consegue se estabelecer nos loteamentos abertos na “periferia da ‘cidade’”, cidade esta que vai transformando a ocupação da terra, da atividade agrícola passa a condição de substrato nos negócios imobiliários. Esta periferia como bem diz o autor se coloca como uma centralidade relativa e dela é formada uma segunda periferia. Este processo é observado no estudo de GIAVAROTTI (Idem) através da dinâmica de acesso à propriedade do solo urbano e das moradias desdobrado pelas gerações seguintes a dos “trabalhadores da indústria”.

No caso de Dona Esther e Seu Bruno, seus filhos acessaram a moradia através do parcelamento e concessão de construção no próprio terreno dos pais. A casa térrea, com quintal de terra, árvores frutíferas, galinhas e “galos bravos”, se transfigurou em sobrados subdivididos entre os irmãos, onde os filhos solteiros compartilhavam da mesma casa que Dona Esther e Seu Bruno e a filha mais velha, casada e com filhos e seu marido recém desempregado, “levantou” um sobrado “independente”.

¹⁰ O bairro tinha fama de ser o lugar de esconderijo de traficantes e assassinos na época, além de no mesmo estar um dos maiores cemitérios da América Latina, o “Cemitério da Vila Formosa”, que iniciou a função no fim dos anos 1940.

O que o estudo de GIAVAROTTI (Idem) e a experiência da família Cesario demonstram, é que houve, no processo de reprodução da camada trabalhadora urbana de São Paulo, uma dificuldade e, até mesmo, impossibilidade de obtenção da “casa própria” pela geração seguinte a do “boom” industrial, a promessa de independência e prosperidade transformada em sub parcelamento e fracionamento dos lotes particulares dos pais.

Dois movimentos ajudam a buscar compreender o porquê desta inacessibilidade. Um deles foi o que ALFREDO (1999) aponta como o da indústria da construção e agentes imobiliários se voltarem para as “centralidades periféricas” como saída para ampliarem suas iniciativas, principalmente buscando uma relação entre obterem terrenos à preços mais baixos do que na região central em busca de aumentarem suas taxas de Lucro/Renda, movimento que culminou no encarecimento do solo urbano nestas áreas. Em simultâneo OLIVEIRA (2011, p. 66-67) aponta:

Por outro lado, a industrialização, em sendo tardia, se dá num momento em que a acumulação é potencializada pelo fato de dispor, no nível do sistema mundial como um todo, de uma intensa reserva de “trabalho morto” que, sob a forma de tecnologia, é transferida aos países que iniciaram o processo de industrialização recentemente. Assim, na verdade, o processo de reprodução do capital “queima” várias etapas, entre as quais a mais importante é não precisar esperar que o preço da força de trabalho se torne suficientemente alto para induzir as transformações tecnológicas que *economizam* trabalho. Esse fator, somado às leis trabalhistas, multiplica a produtividade da inversões; por essa forma o problema não é que o crescimento industrial não crie empregos – questão até certo ponto conjuntural -, mas que, ao acelerar-se, ele pôs em movimento uma espiral que distanciou de modo irreversível os rendimentos do capital em relação aos de trabalho.

Da soma destes fatores temos que, por um lado há o encarecimento das habitações, próprias e de aluguéis, em que outrora fora possível edificar o sonho da casa própria. Além disto, esta prole tem a roda viva do processo de reprodução do capital estreitando suas possibilidades de reproduzirem-se, não apenas através do emprego na indústria, mas em todos os outros setores, uma vez que há o repasse interdepartamental

(Depto. I para o Depto. II) para os serviços da componente tecnológica (MARX, 2011) (MANDEL, 1982) e o trabalho morto assume parcelas maiores da atividade “produtiva” expulsando a força de trabalho ou sujeitando-a a condições de maior sobreexploração.

A “queima de etapas” a que se refere Chico de Oliveira não se deu neste processo sem o comprometimento do Estado brasileiro em obter crédito internacional a fim de continuar apoiando o desenvolvimento da indústria nacional. Como consequência desta “via de desenvolvimento” há em paralelo à mudança da orientação econômico produtiva do país o crescimento geométrico das taxas inflacionárias¹¹, contribuindo com o processo de perda do potencial aquisitivo real dos ganhos dos trabalhadores, ao passo que contribuiu para uma maior concentração e má distribuição de rendas no país, em especial às metrópoles regionais.

Por mais que Chico de Oliveira se esgueira da discussão sobre a crise de valorização do valor nos termos do Marx da crítica do valor e do fetiche da mercadoria, a história concreta da modernização retardatária (KURZ, 2004) brasileira chega a este ponto, uma vez que para o próprio Chico de Oliveira apontar a permanência do “atraso” como consequência política não é cabível, pois: “Mais cedo ou mais tarde tem de impor-se inexoravelmente a lei da rentabilidade, que diz que somente é válida e capaz de participar no mercado aquela produção que corresponda ao nível mundial de produtividade” (KURZ, 2004, p. 160).

O que parece na citação como oscilação conjuntural da criação de empregos na indústria se revelou como estrutural, a tragédia do “sucesso” da industrialização brasileira. As regiões que se destacaram como sendo as dinamizadoras deste processo, em

¹¹ “A partir da década de 1930, a inflação apresentou tendência exponencial de crescimento, só revertida com o Plano Real, em 1995. A taxa média de inflação anual foi num crescendo de 6% nos anos 30 para 12% nos anos 40; 19% nos anos 50; 40% nas décadas de 60 e 70; 330% nos anos 80 e 764% de 1990 a 1995, caindo para 8,6% de 1995 a 2000”. (IBGE, 2003)

especial a RMSP, passaram a explicitar que houve uma virada na curva ascendente dos empregos e rendimentos vistos desde 1930. Os anos de 1970, que tiveram em termos nacionais um frondoso crescimento a nível de Produto Interno Bruto (PIB) com média de 10% (IBGE, 2003), iniciam “com recessão econômica, desemprego e com evidente desconcentração da atividade industrial na região urbana de São Paulo” (SEABRA, 2004, p. 275). E o que se anunciara antecipadamente na RMSP passou a ser percebido em nível nacional: “Até a década de 80, os postos de trabalho destruídos pelas crises eram recriados nos períodos de crescimento econômico. A partir dos anos 90, grande parte dos postos de trabalho eliminados só ressurgiriam na informalidade, isto é, ocupados por trabalhadores sem carteira assinada” (IBGE, 2003).

Esta longa digressão, para que seja possível retomar o fio da meada, tem como partida a problemática da dificuldade de aquisição e de custear as habitações pelas gerações seguintes as dos sujeitos que viveram o momento ascendente da economia industrializadora. Este problema é aqui importante por estar imbricado com o processo de produção do espaço metropolitano paulista. Uma reprodução que, posta e, ao mesmo tempo, pressuposta do processo crítico de reprodução do “milagre” recuperador, intensifica o alargamento da malha periférica e a torna densa. Em “A crítica à razão dualista” Chico de OLIVEIRA (2011) está diante de um “espraiamento” horizontalizado do urbano. Nas décadas seguintes a de 1970, como decorrência da incapacidade de acesso e como fruto do “empreendedorismo dos pobres” há uma verticalização das moradias autoconstruídas. Não são apenas os agentes especuladores imobiliários que vão buscar ter suas taxas de lucros atendidas nas periferias como apontava ALFREDO (1999, p. 96-98), fazendo da demanda “popular” por moradia seu filão de negócio, mas também a “gente como a gente” que, por terem se colocado como proprietários da terra urbana de seus lotes, os possibilitam atuar nesta triplicidade, trabalhador/proprietário/empreendedor.

É nesta relação que são levantadas casas de três, quatro e até cinco andares, onde cada um é ocupado por uma família, sublocado a um parente, alugado um quarto a um imigrante, que chama outros e abrem uma oficina de costura e nesta se complexifica uma trama de relações¹².

¹² A leitura realizada posteriormente ao Exame de Qualificação do artigo de meu estimado orientador Francisco Scarlato com a professoras Gloria Anunciação Alves “São Paulo: uma metrópole em constante mutação” traz um elemento que talvez tenha ficado muito disperso no texto que é o da complexidade do próprio termo “periferia” e “periferizados”. Esta chamada de atenção pela banca examinadora se fez no sentido de pontuar que periferia não deveria ser traduzido apenas como sinônimo de precariedade e pobreza, por mais que estes elementos sejam presentes em sua configuração. Este alerta proveniente destes experientes pesquisadores e excelentes docentes se dirigiram à complexa trama de relações e atividades que estas pessoas, sujeitos periféricos, cotidianamente desenvolvem para se reproduzirem diante e para além da precariedade. Há um trecho do artigo destes pesquisadores em que afirmam: “A periferia da cidade e metropolitana acabou constituindo-se em um espaço com uma paisagem em que temos a impressão de inacabado, onde as moradias, por serem construídas a partir do próprio trabalho dos moradores, a que muitos chamam de autoconstrução, nos momentos possíveis, levava muito tempo para serem concluídas, quando o eram. Faz assim, em sua produção, emergir algo muito significativo que é o homem periférico. Superando as relações espaço e tempo dos meados da década dos sessenta do século XX, quando representava um amontoado de casas que pareciam ter surgido de chuva do céu, estas, cada vez mais, constituindo uma cultura de homens e mulheres que podem ser chamadas de pessoas periféricas (D’ANDREA, 2013)” (SCARLATO, F. E ALVES, G.A., pág. 162, 2018) Nesta tese os “homens periféricos” que adiciono também as “mulheres periféricas” estão a todo momento sendo lembrados e lembradas, diretamente por meio de narrativas, por vezes autobiográficas e por vezes através do vasto material contracultural produzido nas periferias, sobretudo por meio das citações referenciadas de letras de RAP, divagações decorrentes de pichações e grafites em muros da metrópole e do espírito comunitário das variadas associações socioculturais que abrangem da religião ao empreendedorismo destes muitas vezes “empresários da própria miséria” como lembra Robert Kurz (2004).

A este processo é importante destacar que em termos de reprodução das relações de produção e sobretudo da força de trabalho, mesmo que minimamente e de forma insuficiente, o Estado tem de agir a modo de garantir as “condições” desta reprodução. Deste modo, há uma transferência da mais valia global captada pelo Estado à própria produção do espaço urbano metropolitano, sobretudo no tocante às obras infraestruturais. Não se deve, porém, interpretar tais ações por parte do Estado como pura benesse direcionada à possibilitar o desenvolvimento da economia e da camada trabalhadora no sentido de conformação de um Estado de Bem Estar Social. As obras infraestruturais, como a da construção do Metrô na década de 1970, a construção de blocos de moradias nas COHABs, abertura e pavimentação de novas e antigas avenidas de fundos de vales idealizadas pelo engenheiro-urbanista Prestes Maia, e os mais variados serviços e equipamentos urbanos, são também o meio de obtenção e rolagem de créditos em escala nacional e internacional, assim como possibilitar a própria reprodução da produção e “funcionamento” urbano. O destaque aqui feito é o de frisar que o setor financeiro participa e direciona a produção do espaço metropolitano para além do que a construção de centros financeiros globais na capital paulista (CARLOS, , 2009; 2015), da vasta rede bancária e a distribuição de agências (CONTEL, 2009). No mais elementar, muitas vezes precário, serviço e equipamento urbano, na mais remota comunidade periférica desta metrópole o espaço está sendo produzido por via desta junção: direcionamento da mais valia social e do capital fictício na forma de créditos do setor financeiro.

Para não perder a oportunidade de trazer mais uma vez a rica capacidade de Chico de Oliveira de sintetizar a totalidade concreta do que foi elaborado de forma mais genérica logo acima é feita a seguinte citação para ligar os pontos da reprodução crítica e negativa da relação capital x trabalho x urbanização:

Sem embargo, a relação começa a desequilibrar-se no sentido de um salário real que não chegava a cobrir o custo de reprodução, da força de

trabalho, simplesmente pelo fato de que, não somente à medida que o tempo passa, mas à medida que a urbanização avança, à medida que novas leis de mercado se impõem, o custo de reprodução da força de trabalho urbana passa a ter componentes cada vez mais urbanos: isto é, o custo de reprodução da força de trabalho também se mercantilha e industrializa. Em termos concretos o transporte, por exemplo, não pode ser resolvido pelo trabalhador senão pelos meios institucionalizados e mercantilhados que a sociedade oferece, energia elétrica que ele e sua família utilizam também não comporta soluções “primitivas”, a educação, a saúde, enfim todos os componentes de custo de reprodução se institucionaliza, se industrializam, se transformam em mercadorias [...]. (OLIVEIRA, 2011, p. 84)

Não se perde de vista que a atuação do Estado é de fundamental importância e peso neste processo. Assegurando uma reprodução precária de um contingente crescente do exército de reserva e dos resistentes que lutam cotidianamente para se manterem na “ativa”, de ainda estarem empregados, o Estado encontra meios de justificar-se a si mesmo, à sociedade e às esferas financeiras em diferentes escalas. Possibilitando e controlando a circulação das mônadas de trabalhadores no movimento diário e pendular do tempo morto da valorização indo e vindo de seus trabalhos, no interruptor da luz que ilumina os cômodos das habitações, do gotejar da água que sai das torneiras, nos postos de saúde em que maltratados médicos maltratam seus pacientes, nas inauguradas ruínas das escolas públicas em que se amontoam os filhos dos potenciais trabalhadores e nas viaturas de agentes de (in)segurança pública que prendem e matam nas periferias, o Estado é responsável, (mal)feitor e beneficiado.

Esta dependência do crédito e reprodução do capital fictício, que foi destacada anteriormente, passa a ser uma dependência social. O capital fictício, fazendo uso de uma metáfora de Robert Kurz (2002), é o aparelho que permite ao corpo, com a já decretada falência múltipla, continuar respirando e tendo batimentos. Retomando o raciocínio enunciado na citação de OLIVEIRA (2011, p. 84) acima, em que há um processo de industrialização e urbanização crescente das necessidades da camada trabalhadora, OLIVEIRA (2011, p. 90) complementa:

Ocorrem situações em que o trabalhador renuncia ao consumo de certos gêneros alimentícios, em face de um salário que não cresce, para consumir os tipos de bens assinalados. Para isso, ele é forçado inclusive pelo fato de que assume compromissos de relativo longo prazo na compra de bens duráveis – com o crediário – dos quais não pode se furtar, sob pena de ver-se desclassificado para o sistema de crédito e, no limite, ver ameaçado seu emprego.

Percebe-se na citação que o momento de análise de Chico de Oliveira tem como referência o saldo dos créditos de emprego. Ao trazermos este fenômeno para análise atual, levando em consideração a cidade de São Paulo e a RMSP, constata-se que a insuficiência dos rendimentos salariais deixa de existir nas camadas mais pobres da população, não por aumento real do mesmo, mas por inexistência. Esta afirmação é feita com base nos dados divulgados no ano de 2017 pelo IBGE e que foram analisados pelo jornal VALOR (2018). Para se ter uma ideia da magnitude do problema reproduz-se fragmentos da reportagem:

Maior polo de riqueza do país, a Região Metropolitana de São Paulo, que concentra 39 municípios, tem 700.193 pessoas vivendo na pobreza extrema, número 35% maior do que era em 2016. São 180 mil pessoas a mais, mostra a análise de LCA Consultores a partir de dados recentes divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para chegar aos resultados, a consultoria adotou a linha de corte do Banco Mundial, que considera em situação de pobreza extrema quem tem US\$ 1,90 de renda domiciliar per capita por dia (corrigida pela paridade de poder de compra). Esse valor era equivalente a R\$133 mensais em 2016, de acordo com o IBGE. Em 2017, era de R\$136, conforme cálculo da LCA. (VALOR, 2018)

Este processo remete à década de 1990, em que a desigualdade social, o número de miseráveis e de violência se tornaram marcas da RMSP. Isto é afirmado com base no artigo de BRANDÃO e JANNUZZI (1995), pesquisadores do Seade (Sistema estadual de análise de dados). Neste estudo, que analisa os primeiros quatro anos de 1990 os autores concluíram:

Comparando a distribuição das famílias de RMSP segundo níveis de renda per capita, entre 1990 e 1994, observa-se substancial aumento da parcela situada abaixo da linha de pobreza. Neste Período, o conjunto que não dispunha de renda suficiente para suprir suas despesas com bens e serviços passou de 39% para 42% do total de famílias da região. Em termos absolutos, este crescimento permite estimar a incorporação de

cerca de 550.000 novas famílias ao contingente abaixo da linha de pobreza. (BRANDÃO e JANNUZZI, 1995, p. 104)

As causas diretas para a situação acima são apontadas como decorrentes do movimento recessivo da economia em conjunto com as políticas de abertura do mercado nacional à atuação dos capitais estrangeiros de forma mais direta, ocasionando uma reestruturação do padrão concorrencial, que diferente das apostas feitas com otimismo pelo Governo e sua equipe tecnocrata, gerou efeitos como o aumento do desemprego e reduziu a renda dos trabalhadores (BRANDÃO e JANNUZZI, 1995, p. 101).

No estudo realizado nesta segunda década de 2000, os redatores destacam que este número seria maior caso não existisse o programa de “erradicação da pobreza” *Bolsa Família*, ou seja, política distributiva mitigadora do Estado vinculada ao movimento de circulação e financeirização da economia brasileira criada na gestão do Partido dos Trabalhadores (PT) no início da década de 2000 e que tomou proporções de estandarte dos governos que substituíram o PT na reviravolta da gestão de Dilma Rousseff. Houve, como percebido, um desdobrar mais do que crítico da realidade estudada por Chico de Oliveira, uma verdadeira tragédia da modernização. Voltando ao texto do VALOR os autores adjetivam esta camada crescente de miseráveis:

O aumento da miséria afetou sobretudo – e mais uma vez – a parcela menos instruída da população, além de pessoas de cor preta ou parda, de acordo com o levantamento da consultoria. O número de pessoas de cor preta ou parda vivendo em situação de extrema pobreza cresceu 61% no ano passado na região metropolitana de São Paulo, acima do aumento entre a parcela branca da população (13,6%). (Valor, 2018)

Esta clivagem social, com nítido recorte de gênero e racial imputa às periferias e à reflexão sobre uma metropolização particular na reprodução do sistema capitalista mundial que qualifica a abstração das relações sociais de produção e reprodução neste processo. Apoiando-se na ideia do ornitorrinco, depara-se com um processo que constituiu uma das maiores regiões metropolitanas do mundo, conformou uma cidade global, líder global também nas cifras de violência, de má distribuição de renda, de

pessimismo com relação ao futuro, um dos lugares mais perigosos para pessoas negras e jovens do Planeta.

No mestrado foi apresentado dados referentes às camadas da população que residiam nas periferias com base nos rendimentos familiares, onde as periferias se conformam com pessoas vivendo nas camadas C (R\$960,39), D(R\$489,97) e E (R\$276,70) respectivamente (PAIVA, 2008 apud ARAGI, 2015). Vale frisar que no ano de 2008, o mesmo de publicação do estudo de PAIVA (Idem), em termos Brasil se alardeava que o país passava a ser um país composto majoritariamente de classe média, a “nova classe C”. Mais uma vez tem-se que apontar que esta ascensão derivou de uma conjunção da diminuição da desigualdade de renda, através de políticas distributivistas e de combate a miséria postas em prática pelo Governo Federal e, ao mesmo tempo, a um aumento de renda ligado ao aumento do número de empregos e dos salários e isto com relação às receitas positivas das transações comerciais internacionais, com destaque as com a China (NERI, 2008, p. 8). NERI (2008) analisando a dinâmica de crescimento da “nova classe C” diz que a mesma deveria ser entendida de forma a complexificar seu entendimento, indo além do recorte de renda domiciliar absoluto à uma abordagem no campo das expectativas e do imaginário social que a sociedade esboçava de si. Deste modo é arriscada uma apresentação deste fenômeno social:

O que é ser de Classe C? computador, celular, carro, casa financiada, crédito em geral e produtivo em particular, conta-própria e empregadores, contribuição previdenciária complementar, se sairmos daquelas iniciadas com C temos ainda diploma universitário, escola privada, plano de saúde, seguro de vida. Mas de todas, a volta da carteira de trabalho talvez seja o elemento mais representativo de ressurgimento de uma nova classe média brasileira. (NERI, 2008, p. 39)

Esta mobilidade de estrato de renda dinamizado pelo fluxo de capital fictício na primeira década de 2000 muda de rota na década seguinte. As explicações para tal se ligam a conturbada e instável situação política, com uma série de escândalos de corrupção, uma aliança anti-governo de setores ultraconservadores ligados aos negócios

de segurança, agronegócio e de cunho religioso. A força de tal instabilidade sendo catalisada e popularmente sustentada por uma recessão econômica que fez o crescimento do “sacro PIB” decair a taxas sofridas.

Segundo a análise feita pelo Sead sobre os dados oferecidos pelo Dieese com base nas Pesquisas de Emprego e Desemprego na RMSP, as taxas de desemprego entre os jovens (16 a 24 anos) atingiu em 2016 a taxa de 35%, sendo o índice mais elevado desde o começo dos anos 2000. Analisando o universo total da População Economicamente Ativa (PEA) a taxa de desemprego em 2016 (16,8%) “foi a maior desde 2006 (15,8%) e a taxa de desemprego aberto (14,0%) a mais elevada de toda a série da pesquisa, iniciada em 1985” (SEAD, 2017). De forma mais detalhada o estudo aponta que:

Setorialmente, o desempenho do nível de ocupação (-4,0%) resultou de reduções em todos os setores de atividade, com destaque para a Indústria de Transformação, onde foram eliminados 163 mil postos de trabalho (-10,6%). No setor de Serviços – responsável por 59,5% do total de ocupados na RMSP –, destacam-se o decréscimo do nível de ocupação no segmento de informação e comunicação; atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados; e atividades profissionais, científicas e técnicas (eliminação de 103 mil postos de trabalho, ou -10,8%), e os aumentos em alojamento e alimentação; outras atividades de serviços; e artes, cultura, esporte e recreação (geração de 24 mil postos de trabalho, ou 2,2%), transporte, armazenagem e correio (14 mil, ou 2,2%) e serviços domésticos (13 mil, ou 2,1%). (SEAD, 2017)

Tais dados demonstram por números o processo de redução da importância dos empregos na indústria de transformação, o que vem sendo percebido desde a década de 1980. Há porém a demonstração do aumento de desemprego no setor de serviços, este que foi o destino de parte dos trabalhadores da atividade industrial. Mais do que isso é demonstrado que o desemprego nos serviços se deu principalmente nas atividades de emprego de mão de obra especializada e complexa.

Apresentar estes dados tem a intenção de explicitar que o sonho e realização de parte da “Nova Classe C” da década anterior vem se deparando com uma realidade

negativa, em que a manutenção do padrão de consumo e das aspirações para o futuro são dificultadas. Observa-se assim, que a segunda década dos anos 2000 está na RMSP marcada por um aumento da pobreza absoluta, do desemprego e do desalento.

Um ponto de fundamental importância, e que no mestrado teve-se a intenção, mas não se conseguiu alcançar, é o de deixar explícito que nesta reprodução crítica da sociedade do valor, em que o mesmo é imediatamente vinculado ao gênero masculino, fez seu lado dissociado, o feminino (SCHOLZ, 2000), passar por uma transformação conjuntamente com as que aconteceram no processo de modernização retardatário de conformação da RMSP. Por um lado, se assiste a mercantilização e industrialização de atividades que historicamente, revestida com as roupagens biologizantes, morais e da “tradição”, ficaram relegadas às mulheres e sujeitos feminilizados, como por exemplo, “o cuidar, o educar o amar e despendar afeto”. De outro lado, se tem a luta das próprias mulheres por ocuparem postos de trabalho tidos como masculinos em concomitância com o crescimento do desemprego, em que muitos dos casos passa-se a preferir empregar as mulheres em relação aos homens inclusive por uma justificativa salarial, elas continuam ganhando menos. E na realidade das periferias da RMSP, a figura masculina é muitas vezes precocemente ausentada, o que se liga às taxas de morte de jovens, em destaque os negros, e o também elevado índice de encarcerados. Não à toa o estudo do IBGE (2002) de amostras residenciais (Pnad) apontou que não apenas na RMSP, mas em todo o país, tem tido um aumento de domicílios chefiados por mulheres (O Globo, 2017).

Voltando aos dados do Seade (2017*) dedicados à esta realidade da mulher no mercado de trabalho na RMSP o estudo aponta:

Os dados mostram que, pelo terceiro ano consecutivo, a taxa de desemprego das mulheres foi mais intensa do que a dos homens. Em 2015, o desemprego feminino registrou a taxa de 14,3% passando, em 2016, para 18,3%, a mais alta desde 2007. Já entre os homens, a taxa passou de 12,2% para 15,5%, a maior desde 2005.[...] Vale observar que a elevação da taxa de desemprego veio acompanhada de um prolongamento do tempo de procura. O tempo médio despendido pelas mulheres

desempregadas na procura de trabalho aumentou de 28 para 37 semanas, entre 2015 e 2016, e o dos homens nesta mesma situação, de 27 para 36 semanas.

Continuando o relatório diz:

O comportamento do nível de ocupação das mulheres refletiu os decréscimos generalizados entre os setores de atividade analisados: Indústria de Transformação (-11,2%), Construção (-15,0%), Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas (-6,0%) e Serviços (-1,9%). No setor de Serviços, que emprega 71,7% do total das mulheres ocupadas, grande parte dos segmentos analisados teve retração, exceto os de Transporte, Armazenagem e Correio, que aumentou 16,0%, e de Serviços Domésticos, com elevação de 3,4%. Nesse caso, o crescimento deveu-se exclusivamente ao aumento entre as diaristas, uma vez que diminuiu o emprego entre as mensalistas. (SEAD, 2017*)

Com relação à remuneração da força de trabalho feminina é afirmado: “Em 2016, o rendimento médio real das mulheres ocupadas na Região Metropolitana de São Paulo equivalia a R\$ 1.695, enquanto o dos homens, a R\$ 2.281”. (Idem)

Este recorte sobre a reprodução da força de trabalho feminina é aqui tida como de fundamental importância para se entender, sobretudo a dinâmica de reprodução das relações sociais nas periferias da RMSP, onde estas são o “arrimo” familiar. E tendo isto como princípio não fica difícil imaginar o desassossego destas sujeitas e de seus familiares em uma realidade que tem uma média de tempo de procura por emprego de mais de dois anos, do ter que recorrer novamente aos serviços de diaristas (DIAS, 2013) para levar dinheiro para dentro de casa e de olhar para o mundo a sua volta sem *esperanças terrenas* de mudança.

O que vem todas estas informações a dizer? Primeiramente que um projeto de desenvolvimento modernizador explicita sua insustentabilidade enquanto forma social de mediação ao passo que ao avançar tira debaixo de si seus fundamentos. Em segundo lugar, percebe-se que esta abstração contraditória e negativa é devastadora do ponto de vista de sua realidade concreta, veja-se o aumento das taxas de miséria, violência, problemas ambientais devastadores nos centros urbanos e fora dele, e do acirramento

nas relações sociais em uma sociedade clivada. E, em terceiro lugar, evidencia-se que não há àqueles que sejam imunes a este colapso, isto em termos materiais e também subjetivos. A este respeito o Jornal Valor (VALOR, 2018*) afirma que em 2017 cerca de 900 mil pessoas deixaram de fazer parte das camadas A e B, sendo que no sudeste este movimento foi mais intenso. As causas para tal comportamento estão ligadas à crise político-econômica que o país se encontra, em que o número de empregos criados passariam a predominar no setor informal e sem carteira de trabalho com remunerações mais baixas. Neste processo assiste-se novamente um crescimento da Classe C, agora, porém, como resultado inverso ao de 2008. Em queda livre caem das camadas “superiores”, em termos de renda, milhares de sujeitos às camadas medíocres onde se aspira ocupar, ou voltar ocupar, os patamares acima, ao mesmo passo que se apavoram com a latente possibilidade de descerem mais degraus na escala social (SCHOLZ, 2008). OLIVEIRA (2011, p. 136) aponta que: “Mas o setor informal apenas anuncia o futuro do setor formal”.

É difícil se deparar com a realidade acima descrita e não retomar a reflexão sobre a dupla liberdade dos sujeitos no processo de modernização e a conseqüente mobilidade do trabalho a que estão sujeitados (GAUDEMAR, 1977). Tanto a escalada quanto o tropeço nos níveis de renda estão diretamente relacionados à dinâmica que a reprodução destas milhares de vidas encontram em relação direta com o processo de valorização colapsado que até o momento se vem esboçando no desvendamento da RMSP.

No seu aspecto positivo, a “liberdade” conduz à possibilidade do trabalhador escolher o seu trabalho e o seu local onde exercê-lo; no seu aspecto negativo, ela conduz às exigências do capital e ao seu poder de despedir a qualquer altura um trabalhador, ou de transformar o seu trabalho assim como as condições em que ele o exerce. Em ambos os casos, a força de trabalho deve ser móvel, isto é, capaz de manter os locais preparados pelo capital, quer tenham sido escolhidos ou impostos; móvel, quer dizer apta para as deslocações e modificações do seu emprego, no limite, tão indiferente ao conteúdo do emprego como o capital o é de onde investe, desde que o lucro extraído seja satisfatório. (GAUDEMAR, 1977, p. 190)

Atento a esta dinâmica, OLIVEIRA (2011, p. 136) pontua: “O conjunto de trabalhadores é transformado em uma soma indeterminada de exército da ativa e da reserva, que se intercambiam não nos ciclos de negócios, mas diariamente”.

4.4 “Sem novidade”, “pela ordem” “ no corre”¹³

Aproveitando de um verso de Fred Zero Quatro do grupo recifense Mundo Livre S/A em que o mesmo diz “ Não há guerra alguma, é só o capital cruzando os mares, deixando por onde passa terras arrasadas”, e levando a sério as terminologias “exército da reserva” e “exército da ativa” é fácil traçar paralelos entre a reprodução da força de trabalho e dos agrupamentos humanos mobilizados diretamente pelo Estado nos conflitos bélicos. Na narrativa ficcional e autobiográfica, como toda boa biografia e ficção, Erich Maria Remarque (1975) discorre sobre a vida no *front* de batalha na I Guerra Mundial. Ao ler a passagem que será reproduzida abaixo, neste momento de redigir estas reflexões sobre a RMSP, surgiu o apavoro de perceber que, a mobilização para a guerra do início do século XX é a versão concentrada de uma mobilidade que se faz em tempos de “paz”, onde, a dinâmica de reprodução dos capitais, guiada pela concorrência, perpetua os ânimos de uma luta por sobreviver, onde todos são seus inimigos mesmo embora seus camaradas. Os acasos a que as vidas dos soldados no *front* dependiam, ligados diretamente ao aprimoramento das forças destrutivas do capital (KURZ, 2002*2003) são os acasos que milhões de sujeitos estão sujeitados à sobrevivência em uma guerra difusa.

¹³ Expressões e gírias usadas no cotidiano das periferias indicando, em uma apropriação livre dos termos: “Tudo segue igual, fazendo o que tem que ser feito para sobreviver”.

O *front* é uma jaula, dentro da qual a gente tem de esperar nervosamente os acontecimentos. Estamos deitados sob a rede formada pelos arcos das granadas, e vivemos na tensão da incerteza. Acima de nós paira a fatalidade. Quando vem um tiro, posso apenas esquivar-me e mais nada; não posso adivinhar exatamente onde vai cair nem influir em sua trajetória. É este acaso que nos torna indiferentes. Há alguns meses eu estava sentado num abrigo jogando cartas; muito tempo depois me levantei e fui visitar uns amigos que estavam em outro abrigo. Quando voltei, já não existia o primeiro: fora completamente destruído por uma granada. Voltei ao segundo abrigo, e cheguei no exato momento de ajudar a desobstruí-lo, pois nesse ínterim também havia sido soterrado.

No abrigo à prova de bombas, depois de dez horas de bombardeio posso ser esvaquiado, e posso não sofrer um único arranhão; só o acaso decide se sou atingido ou fico vivo. Cada soldado fica vivo apenas por mil acasos. Mas todo soldado acredita e confia no acaso. (REMARQUE, 1975, p. 82)

Uma guerra em que as necessidades mínimas de reprodução da massa de despossuídos está em relação direta com a da reprodução da lógica abstrata da tautologia do processo de valorização do valor. Processo este, que tem comportamento vampiresco. Mas a sede por novas fontes de valor levou ao esgotamento das fontes passíveis de alimentá-lo. O capital, como vampiro, não se percebe no reflexo fetichista da realidade social posta por si, faz de sua imagem a autorreferência de sua grandeza, nega com isso a vitalidade que o suporta. Cada novo patamar da composição orgânica do capital impele uma horda de sujeitos, figurativa e literalmente, às valas em que se entrincheiravam para tentar sobreviver às granadas e mísseis teleguiados do capital fictício em sua busca desesperada e sem pudores por juro. O mínimo necessário estipulado nos anos de 1930 como o salário mínimo dos trabalhadores urbanos, que historicamente passou por uma defasagem, como demonstra OLIVEIRA (2011), foi e continua sendo, racionado pela lógica da acumulação. De volta a realidade do *front*, em que o soldado veterano de apenas vinte anos de idade pensa consigo: “[...] a situação não pode estar tão ruim, pensam os recrutas. Nós os deixamos com suas ilusões; sabemos que a comida é tão importante quanto a munição, e é somente por isso que vão buscá-la” (REMARQUE, 1975, p. 87). Aproveitando a ideia de preparação e reprodução

dos novos combatentes da concorrência do mercado de trabalho OLIVEIRA (2011, p. 143)

aponta:

Políticas piedosas tentam “treinar” e “qualificar” essa mão-de-obra, num trabalho de Sísifo, jogando água em cesto, acreditando que o velho e bom trabalho com carteira assinada voltará quando o ciclo de negócios se reativar. Será o contrário: quando se reativar, e isso ocorrerá de forma intermitente, sem sustentabilidade previsível, então em cada novo período de crescimento o trabalho abstrato virtual se instalará mais fundamente.

A concorrência e o individualismo que espantaram ENGELS (2010) ao visitar Londres em meados do século XIX e que o levou a afirmar que:

A concorrência é a expressão mais completa da guerra de todos contra todos que impera na moderna sociedade burguesa. Essa guerra, uma guerra pela vida, pela existência, por tudo e que, em caso de necessidade, pode ser uma guerra de morte, não se trava apenas entre as diferentes classes da sociedade, mas também entre os diferentes membros dessas classes: cada um constitui um obstáculo para o outro e, por isso, todos procuram eliminar quem quer que se lhes cruze o caminho e tente disputar seu lugar. Os operários concorrem entre si tal como os burgueses. (ENGELS, 2010, p. 117)

é sintetizada no verso dos Racionais MC's na canção “Jesus Chorou”:

“[...]Cada um no seu corre, Tudo pelas verde, uns mata, outros morrem [...]”. Com a sensibilidade aflorada por essa realidade cruel das periferias da RMSP é expresso na letra da mesma canção: “[...] Sozinho eu sou agora o meu inimigo intimo [...] Periferia: Corpos vazios e sem ética, Lotam os pagode rumo à cadeira elétrica, Eu sei, você sabe o que é frustração, Máquina de fazer vilão, Eu penso mil fita, vou enlouquecer [...]”.

A angústia narrada no rap acima compõe um inconsciente que paira na sociedade moderna. As experiências vividas de horror, fome, medo e culpa, transmitidas de geração em geração levantam suspeitas sobre o projeto humano que a sociedade das “luzes” de fato possibilitou existir.

Tornamo-nos animais selvagens. Não combatemos, nos defendemos da destruição. Sabemos que não lançamos as granadas contra homens, mas contra a Morte, que nos persegue, com as mãos e capacetes. [...] Uma raiva louca nos anima; não esperamos mais indefesos, impotentes, no cadafalso, mas podemos destruir e matar, para nos salvarmos ... e nos vingarmos [...] Corremos agachados como gatos, submersos por essa onda que nos arrasta, que nos torna cruéis, bandidos, assassinos, até demônios; essa onda que aumenta nossa força pelo medo, pela fúria e pela avidez de vida, e que é apenas a luta pela nossa salvação. Se seu próprio pai viesse com os do outro lado você não hesitaria em lhe atirar uma granada em pleno peito” (REMARQUE, 1975, p. 92).

Essa mobilidade a que estão submetidos os sujeitos mobilizados traz à tona o humano demasiado humano de um projeto civilizador. O soldado em sua narrativa transferindo aos animais e selvagens os sentimentos de si enquanto exemplo máximo de um sujeito sujeitado a lógica abstrata da disputa territorial nas guerras de ordenamento mundial do século XX, denuncia a miséria a que o capitalismo pode a todos arrastar. Os períodos de trégua, em que a liberdade “positiva” do sujeito mobilizado pode ocorrer são frequentemente, em se tratando de uma sociedade colapsada, desbancada por sua característica compulsória. O soldado narrador expressa isso com a mais crua sinceridade:

Alcançamos as posições abrigadas da reserva, gostaríamos de rastejar para dentro delas e desaparecer; ao invés disso, somos obrigados a voltar e mergulhar novamente no horror. Se não fôssemos autômatos nesses momentos, continuaríamos ali, deitados, exaustos, inertes. Mas somos de novo arrastados para a frente, sem forças, mas ainda selvagens e furiosos; queremos matar, pois aqueles que estão a nossa frente são nossos inimigos mortais; seus fuzis e suas granadas estão apontando para nós, se não os exterminarmos seremos destruídos por eles. [...]
Perdemos toda a noção de solidariedade; quase não nos reconhecemos, quando, por acaso, a imagem do outro cai sob nosso olhar de fera acossada. Somos mortos insensíveis, que, por um feitiço trágico, ainda conseguem correr e matar.(REMARQUE, 1975, p. 93-94).

Este feitiço trágico chama-se “sobreviver”, e a “[...] sobrevivência é a vida reduzida ao essencial, à forma abstrata da vida, ao fermento necessário para que o homem participe na produção e no consumo” (VANEIGEM, 2002, p. 171). Aos sobreviventes do inferno diário “Só uma coisa nos conforta: ver que há outros mais fracos, mais abatidos, mais desamparados, que nos olham com olhos esbugalhados, como se fôssemos deuses que muitas vezes conseguiram escapar a morte” (REMARQUE, 1975, p. 106).

4.5 No latão: o transporte de corpos, corpos em transe

Esta marcha diária dos sujeitos mobilizados, como muito bem lembra OLIVEIRA (2011), tem de ser atendida pelo Estado com serviços e infraestrutura urbanas de transporte a fim de permitir que nos *fronts* de produção improdutiva os recrutados cheguem aos seus postos, nesta representação da valorização. As habitações periféricas e o trabalho concentrado na cidade de São Paulo resultam em uma intensa e expressiva manifestação por meio do deslocamento urbano da mobilidade do trabalho de milhões de pessoas em direção à capital. Os dados do mestrado ainda se mostram válidos, naquela ocasião com levantamentos feitos pela Sead (2012) constata-se que na capital paulista estavam concentrados 64,5% dos empregos da RMSP.

Observando os resultados prévios da Pesquisa de Origem e Destino (METRO, 2018) referentes aos dados de 2017, o município de São Paulo continua concentrando o maior número de viagens na RMSP. A pesquisa aponta que em 2017 aconteciam 41,4 milhões de viagens por dia na RMSP, destas 28,2 milhões com veículos motorizados e 13,2 milhões não motorizados. Das viagens feitas com veículos, 15,3 milhões foram feitas por meio de transportes coletivos (trem, metrô e ônibus). Dos deslocamentos feitos por ônibus na RMSP o relatório diz que 8,6 milhões de viagens foram realizadas diariamente no ano de 2017. Em comparação com 2007, o relatório demonstra que houve uma queda no uso do transporte individual e crescimento do uso de transporte coletivo na região metropolitana paulista. Cruzando estes dados com os que anteriormente foram demonstrados sobre a dinâmica econômica, de renda e desemprego, é possível inferir uma relação entre a opção pelo transporte de passageiros em vista a onerosidade do transporte individual, isto juntamente com a inauguração de novas linhas do Metrô (Linha 4 Amarela, Linha 5 Lilás e Linha 15 Prata), modal que teve acréscimo no número de viagens diárias, 3,4 milhões (METRÔ, 2018). É importante destacar que também houve

crescimento dos deslocamentos feitos a pé e por transporte não motorizados, principalmente com bicicletas. Esta informação pode alegrar os entusiastas da vida saudável e das cidades funcionais verdes, mas a realidade nos “tristes trópicos” demonstra que esse fenômeno tem ligações com o crescimento da pauperização agravada pelas ações de reestruturação do Bilhete Único e do Vale Transporte (diminuição do número de integrações e tempo para realizá-las e cobrança de taxas maiores para os vales transportes) na gestão dobradinha (Governo e Prefeitura) do Partido Social Democrata Brasileiro (PSDB) personificado nas figuras de João Dória e Bruno Covas.

Assim como na redação da dissertação de mestrado, volta-se às reflexões de Pierre GEORGE (1979) por ver nelas uma potente síntese da situação que enfrentam “As Populações Ativas” em sua reprodução de sobreviventes nos centros urbanos metropolitanos.

As reivindicações referentes à divisão dos tempos de trabalho são inseparáveis das que visam às condições de circulação e transporte. O tema principal da vida cotidiana nas aglomerações e regiões urbanas e industriais, fora do trabalho propriamente dito, é a forma e a duração das *migrações alternantes* ou migrações pendulares [...]. Ora assegurada pelos empregadores, ora deixadas a responsabilidade das coletividades locais, constituem um dos elementos da vida das populações ativas, e mais diretamente ressentido pelos interessados. (GEORGE, 1979, p. 62)

Este movimento de consideração do tempo de circulação como tempo de trabalho não tem eco nos debates públicos, acadêmicos, políticos e da iniciativa privada no Brasil e em especial na RMSP. Observando os dados da pesquisa de Origem e Destino (METRO, 2018) constata-se que o tempo médio das viagens na RMSP é de mais de três horas diárias. Em termos práticos é o que se gasta, por exemplo para sair de Parelheiros e chegar a o centro de São Paulo e voltar para o bairro, usando a lotação ou ônibus até o metrô e dali seguindo com este e o inverso para retornar.

No que toca diretamente a reprodução destes sujeitos sujeitados (ativos pois ativados como autômatos como lembra REMARQUE (1975)) o tempo de trabalho, contando aí o de deslocamento até chegar deste e deste retorna às habitações expressa como o tempo métrico homogêneo da abstração da valorização constrange seu duplo oposto complementar dissociado da reprodução (SCHOLZ, 2008). Mais tempo no trabalho, assumindo a métrica das 24 horas, é o mesmo que menos horas se relacionando afetivamente com os familiares e comunidade local, menos horas no cuidado de si (sem entrar no mérito moral), menos sono, menos qualquer outra coisa que não trabalho e, talvez mais do que ele, consumo, como promessa de mais trabalho (BAUMAN, 2007).

Doravante parte do “tempo cotidiano” está entrosada ao tempo de ida de um lugar para outro, o que se torna uma espécie de “tempo intermediário” entre o tempo de trabalho e o tempo livre reservado à vida pessoal e familiar do trabalhador. Assemelha-se ao sistema de “constrangimento” representado pelo trabalho e, por consequência, se integra no esquema de organização do tempo de trabalho, insere-se entre os temas de reivindicações inspirados pelas condições de trabalho e de existência subordinada ao trabalho. (GEORGE, 1979, p. 61)

A viagem diária no tempo do trabalho é uma viagem na abstração concretizada no espaço produzido, na e pela abstração real do capital. As rugosidades de SANTOS (2009, p. 140) são mais do que expressões da sucessão de períodos técnicos. São o estranhamento vivenciado daqueles que vivem em habitações com acabamento por fazer e trabalhar nos luxuosos e edipianos edifícios espelhados nos Jardins. Não conta com serviço de saneamento na Zona Sul da RMSP e é diarista em Higienópolis. “Trabalho e vida familiar estão envolvidos, para o indivíduo em dois “ambientes” distintos e sua imagem é expressão de concepções funcionais ou estéticas próprias de cada época, de cada escola de arquitetos urbanistas planejadores [...]” (GEORGE, p. 61).

O ritmo dos deslocamentos posto pelo “horário comercial” pode ser lido como a expressão dos corpos dos sujeitos automáticos, automatizados, feitos autômatos quando

vistos em sua manifestação de mônada. Filmes e animações, não à toa, elegem a representação do ciclo contínuo e supostamente repetitivo no urbano através de imagens do grande e cadenciado fluxo de pessoas e meios de transporte nas cidades. O tempo aritmético organiza a produção e o espaço.

Quando é necessário ter em conta a separação espacial entre os locais de trabalho e os da vida familiar, surgem diversas tendências ao bloqueio para tempos de trabalho em períodos de atividade contínua, concentrado de um lado e do outro tempo de trabalho e tempo livre para limitar a fração de tempo forçado, o qual compreende o tempo de trabalho, tempo de percurso e tempo de imobilização fora do lugar de domicílio: jornada contínua, sempre de cinco dias, que se tornaram a forma de organização mais geral de tempo de trabalho nas aglomerações e regiões industriais que obrigam deslocamentos de algumas dezenas de minutos entre domicílio e emprego. (GEORGE, 1979, p. 62)

A especialização temporal se coloca como especialização espacial. Retalhos, o verdadeiro *PatchWork*¹⁴

Observando, e mais do que isso, sendo parte deste contingente mobilizado do exército ativado que faz uso do transporte coletivo na RMSP, ler a narrativa do jovem soldado alemão nos *fronts* de batalha da I Guerra Mundial na França e na Rússia possibilitam um acionar de sensações do desconforto físico, ligados diretamente com as condições dos meios de transporte utilizados e uma angústia diante de uma tautologia necrófila que caminha sob a abstração do tempo. Ir e voltar, não apenas do trabalho, mas com trabalho para os acampamentos de sobreviventes, denominados em nossos dias como casas, lares, habitação, barraco, muquifo, cafofo, e a mais atual entre os jovens, “bairros”(!).

No mestrado a análise esteve direcionada à particularidade do transporte ferroviário de passageiros, seu funcionamento, sua história, sua expressão no espaço produzido na RMSP e conseqüentemente ligada à efetivação da lógica do capital como história da metrópole paulistana, mas sobretudo, aos eventos de rebelião nos

¹⁴ Colchas de retalhos.

“quebra-quebras” dos trens suburbanos da morte, em que “O trem avança lentamente. Às vezes pára, e os mortos são descarregados. Ele pára frequentemente” (REMARQUE, 1975, p. 192).

O doutorado, porém, avança para campos mais distantes dos eixos da estrada de ferro. Segue em direção às linhas de frente / acampamentos. Para chegar, os caminhões engaiolados, denominados de ônibus e vans, são usados pela maioria da população. O que se busca é encontrar nas chamas que engolem estes mesmos ônibus e no chassi carbonizado dos desvelados caminhões o que impulsiona tornar alvo estes tão usuais e estimados meios de circulação.

A chuva aumenta, e esticamos as lonas das barracas para cobrirmos as cabeças. A água tamborila nelas. Os regatos da chuva correm em volta de nós. Os caminhões sacolejam através dos buracos; balançamos de um lado para o outro, sonolentos. Na frente dos caminhões, dois homens levam longas forquilhas. Prestam atenção aos fios do telefone, que pendem tão baixo pela estrada que poderiam arrancar-nos as cabeças. Os dois homens pegam-nos com as varas bifurcadas e levantam-nos, afastando-os de nós. Escutamos os seus avisos: “Atenção! Fio!”, e, na nossa sonolência, abaixamo-nos, e novamente nos endireitamos. Monotonamente, os caminhões sacolejam; monótonos são os avisos, e monótona cai a chuva. Cai por sobre as nossas cabeças e as dos mortos lá na frente, sobre o corpo do pequeno recruta com o ferimento que é grande demais para o seu quadril; cai na cova de Kemmerich; cai nos nossos corações. Em algum lugar, há uma explosão. Estremecemos, os olhos abrem-se, despertamos, as mãos já preparadas para saltar do caminhão para as valas ao longo da estrada. Nada mais, apenas os avisos monótonos: “Atenção! Fio!”; abaixamo-nos e voltamos a cochilar! (REMARQUE, 1975, p. 62)

5. LABAREDAS PERIÓDICAS: COLETANDO MATERIAIS DAS CINZAS

5.1 Introdução

“Fogo!”

Quem exclama? O motorista do ônibus em chamas? O comandante da polícia de campana? Ou o “acerto” na porta do bar por não fechar a conta em poucas gramas? Estes são elementos dessa trama. Segue de ponto final a ponto final no vai e vem, sem fim, da grande capital.

Como se aproximar desta realidade sem se “queimar”? Sem ter que entrar em becos sem saída da “realidade cruel” metropolitana? Ou ter de se relacionar com os canas em suas parciais versões típicas da história que diz quem ganha? Sem poder deixar de mencionar, são tempos pandêmicos, São Paulo registra cifras assustadoras de contágios e óbitos pelo Covid – 19.

Ir a campo neste contexto é justificavelmente inviável. Mas como o geógrafo abrirá mão de seu mais intenso momento de pesquisa? Por um lado há um acúmulo de experienciar cotidianamente esta realidade como passageiro dos ônibus da cidade, do outro, ter vivido em bairros em que a ocorrência dos incêndios aconteceram e continuam acontecendo.

Além do mais, uma questão ecoa na mente deste pesquisador? O que se deseja desvendar a partir do estudo dos incêndios de ônibus na RMSP? Com certeza não se deseja fazer um levantamento policalesco dos casos, tarefa a qual esta pesquisa não se inclina. Previamente se sabe que as partes envolvidas nestes eventos estão sobre a linha tênue da legalidade/ilegalidade, um passo em falso se cai no fosso de justiças que correm

em linhas paralelas, unidas no “infinito finito do capital”, como nos lembra o querido Prof. Anselmo Alfredo.

O recurso a que se recorrerá será o de uma “geografia histórica do presente”. O material de informação e o próprio campo consistirá em recortes espaço tempo parciais das notícias de jornais. Este não é um recurso novo para este pesquisador. Em minha pesquisa de mestrado sobre “Os quebra-quebras nos trens de passageiros da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos” , este foi o material que permitiu ter acesso a estes eventos que foram analisados desde meados do século passado até o início deste século.

De improviso, pautado sobre algo quase como intuitivo foi elaborado um levantamento das notícias de jornal, em específico do “*O Estado de São Paulo*”, por dois motivos, o primeiro de este representar e se afirmar como um jornal de valores conservadores, e isto em termos de análise discursiva em alinhamento com o Estado (unidade administrativa da federação brasileira), e em segundo lugar, este periódico ter disponível digitalmente todo o seu acervo desde a primeira edição do mesmo com índice remissivo, o que ajudou de forma inestimável o levantamento do material.

As notícias foram agrupadas por um recorte temporal de décadas e a partir deste conjunto se elaborou uma análise do contexto em que os eventos dos quebra-quebras ocorrem. Este “jeito de fazer” se mostrou muito proveitoso, sem o qual não seria possível acessar a tempo e espacialmente os eventos.

Na elaboração da dissertação me faltaram fontes e exemplos de pesquisadores familiares à Geografia que servissem de referência metodológica e arcabouço argumentativo que justificasse o que ali estava sendo feito. Não se iludam, no doutoramento não será muito diferente, com a exceção do proveitoso e tardio contato com

a obra de José de Souza Martins com o título: “Linchamentos: a justiça popular no Brasil” lançado em 2015 e por mim lido na versão de 2019.

Esta obra, como o seu título aponta, trafega pelo universo dos linchamentos na sociedade brasileira nos anos noventa do Século. XX, e tem por objetivo elaborar um banco de dados “que sirva como referência para estudos sobre diferentes aspectos da justiça de rua”. (MARTINS, 2019, p. 173). E para tal o autor fez uso das notícias de jornais de todo o país, contando inclusive com fomento da FAPESP . Sua justificativa para o uso dos jornais é colocada nos seguintes termos:

Essa foi a fonte escolhida porque não há outra fonte de informação regular e consistente sobre o tema. As fontes alternativas são muito precárias. De um lado há os boletins de ocorrências das delegacias de polícia. Mesmo que fosse possível percorrer *todos* os municípios brasileiros (ou uma amostra probabilística deles), ainda restaria a dificuldade de que apenas uma parte dos linchamentos é definida como tal nos documentos policiais. Muitas vezes, até por imposição legal, os linchamentos são classificados como homicídios, tentativa de homicídio ou agressão de autoria indefinida. Em parte porque nas delegacias não se trabalha com o que se poderia chamar de figura de *sujeito coletivo de delito*, que é o sujeito dos linchamentos. (MARTINS, 2019, p. 174)

Traçando comparações com minha pesquisa, fica evidente a dificuldade de percorrer todas as delegacias da RMSP, assim como na pesquisa de Martins sobre os linchamentos. Semelhantemente com o ocorrido na pesquisa dos linchamentos, os registros policiais sobre os incêndios de ônibus são registrados de diferentes maneiras, tais como: “depredação de instrumentos públicos”, “depredação de patrimônio das empresas de ônibus”, tentativa de homicídio, e “atentado terrorista”(!).

Um pouco mais adiante da citação anterior Martins (*idem*) aponta:

“Por outro lado, os registros policiais limitam-se ao delito propriamente dito. Os dados e opiniões sobre as circunstâncias dos linchamentos, muitas vezes de maior interesse sociológico do que os registros da polícia, quando aparecem, são divulgadas exclusivamente no noticiário dos jornais”.

A afirmação de Martins anteriormente apresentada ganha maior sentido quando o mesmo define qual é o objetivo do estudo sobre os linchamentos por meio dos recortes de jornais:

A referência do estudo não é propriamente o caso, mas a *sociedade numa certa circunstância, a sociedade que lincha*: a diversidade de valores e orientações de conduta que ganham visibilidade *parcial* em cada caso de linchamento. (MARTINS, 2019, p. 179).

Nos é possível acompanhar a intenção de Martins em sentido à abordagem geográfica desta sociedade que queima ônibus.

As semelhanças entre as duas pesquisas não se limitam ao uso das fontes jornalísticas. Percorrendo a leitura do texto dedicado à “Questão de método: uma crítica das fontes de dados” foi constatado que o interesse desta pesquisa é parte do que foi refugado na pesquisa dos linchamentos, e esta sobra nos é importante inclusive para poder ter uma definição sócio criminalística do que se está estudando.

A pesquisa de Martins com ajuda financeira da Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo teve a oportunidade de contratar uma empresa especializada em recortar notícias de jornais. Sim, isso existe, a especialização não tem limites! Mas o que interessa é que do material que a equipe de recortadores selecionava havia conteúdos que fugiam ao que interessava seu contratante, e o mesmo diz:

A pequena diferença é a de que os recortadores incluíam nos pacotes a mim enviados diariamente recortes sobre os casos de chacinas e, às

vezes, casos de execuções praticadas por justiceiros. Esses casos eram descartados. Não considero essas ocorrências casos de linchamento, pois falta nelas a espontaneidade própria do comportamento de multidões grandes e pequenas”. (MARTINS, 2019, p. 175)

Isto é aqui afirmado talvez de forma precipitada, mas pelo o que já se tem de conhecimento sobre os incêndios dos ônibus nas últimas décadas, é que os mesmos se ligam justamente às formas não espontâneas de “justiçamento” ocorridas nas ruas da metrópole. Nosso levantamento permitirá reafirmar ou redefinir tal colocação.

E para finalizar esta apresentação justificativa introdutória do uso dos recortes de jornais como fonte de material de pesquisa é curioso que o próprio Martins eleja o jornal *O Estado de São Paulo* como uma de suas principais fontes. Em suas palavras ele diz:

O jornal *O Estado de São Paulo*, dos grandes o que mais publica notícias dessas ocorrências em todo o Brasil, é claramente muito cauteloso no noticiário policial. Mas, aparentemente, dá atenção os casos de linchamento pelo mesmo motivo que dá atenção a outros casos de comportamento das multidões e de protesto popular, como os saques e depredações (que também acompanho de maneira não sistemática). A velha tradição positivista desse jornal parece indicar que esses são sintomas de anomia, de problemas sociais. É como se por meio deles o jornal estivesse se referindo ao estado de saúde da sociedade, o que é diferente do sensacionalismo puramente policial, e as vezes mórbido, de *Notícias Populares*”. (MARTINS, 2019, p. 183-184).

Assim como Martins, essa abordagem durkheimiana da agência jornalística que possui íntima relação com o próprio histórico da Universidade de São Paulo e da elite ilustrada da “locomotiva do país” nos interessa. Analisar o discurso daqueles que vêem como anomia os eventos das multidões em atos violentos é uma excelente entrada para se questionar o próprio caráter do que se considera normalidade nesta sociedade e sua expressão no processo de urbanização a que está relacionada.

5.2 Ataúde: o acervo

Como apontado anteriormente, a fonte de dados desta pesquisa consiste majoritariamente de recortes das notícias sobre os “incêndios de ônibus”. Este termo entre aspas, artifício que limita a pesquisa de forma que a pesquisa no banco de dados do índice remissivo do jornal aconteça de forma associada foi literalmente o que se utilizou para realizar a busca no acervo do “Estadão”.

Abaixo se apresenta uma foto da página de pesquisa:

RESULTADO DE BUSCA PARA "INCÊNDIO DE ÔNIBUS" (135)

Em todo o acervo Somente capa Somente material censurado

Acervo (135)

[» BUSCA AVANÇADA](#)

FILTRE POR EDIÇÃO

EDIÇÃO SÃO PAULO EDIÇÃO BRASIL

» [Entenda a diferença entre as edições](#)

FILTRE POR PERÍODO

De 1875 a 2010 (135)

As barras no gráfico exibem a quantidade de ocorrências do termo procurado em cada período. Clique sobre uma das barras para exibir resultados do respectivo período.

Ano	Ocorrências
1875	0
1880	0
1890	0
1900	0
1910	0
1920	0
1930	0
1940	0
1950	1
1960	1
1970	1
1980	1
1990	1
2000	12
2010	8

FILTRE POR CADERNOS

<input type="checkbox"/> CIDADES (48)	<input type="checkbox"/> GERAL (28)	<input type="checkbox"/> METRÓPOLE (18)
<input type="checkbox"/> INTERNACIONAL (12)	<input type="checkbox"/> EDITORIAL (10)	<input type="checkbox"/> ALIAS (4)
<input type="checkbox"/> OPINIÃO (4)	<input type="checkbox"/> PRIMEIRA (3)	<input type="checkbox"/> CADERNO 2 (2)

[Exibir todos cadernos](#)

Exibindo 135 ocorrências | de 1950 a 2010

Proclamação da República

Veja essa e outras capas que marcaram época

A Província de São Paulo

VIVA A REPUBLICA

Acervo Estadão

Há 100 anos

HÁ UM SÉCULO O QUE ERA NOTÍCIA EM 1920

NO DIA QUE NASCI VEJA O JORNAL DAQUELA DATA

TÓPICOS

1. Primeira Guerra O conflito, de escala global, foi iniciado na

Imediatamente ao visualizar o gráfico de distribuição de ocorrência do termo pesquisado percebe-se que há um salto expressivo das ocorrências de incêndios de ônibus na passagem dos anos 1990 aos anos 2000. Lembrando que este primeiro contato com o material se faz de maneira “cega”, uma vez que só a entrada em cada uma das notícias permitirá dizer se se referem às manifestações sociais ou se são acidentes de outra natureza.

Este período de maior ocorrência dos incêndios será o de maior foco de análise da pesquisa, contudo, uma regressão espaço temporal se mostra proveitosa para acompanhar a ocorrência destes eventos e seus contextos.

Analisando a quantidade de notícias por “caderno” do periódico em que foi publicado temos a seguinte distribuição: “Cidades” (48), “Internacional” (12), “Opinião” (4), “Geral” (28), “Editorial” (10), “Primeira” (3), “Metrópole” (18), “Aliás” (4), “Caderno 2” (2). O que se pode previamente apontar a partir destes dados é que “os incêndios de ônibus” estiveram presentes em quase todos os cadernos do editorial deste jornal, fato que revela o impacto destes eventos na realidade paulistana nos últimos anos sendo tratado desde aspectos da dinâmica das “cidades” aos cadernos dedicados às artes e análises contemporâneas. É evidente, porém, que é nos cadernos ligados aos eventos urbanos (“Metrópole” e “Cidades”) que os “incêndios de ônibus” mais foram noticiados.

Pelo visto a “metrópole” possui uma cicatriz de queimadura. Uma marca de guerra! É por meio destas marcas que seguiremos nosso estudo. A análise das notícias e textos do jornal indicarão quais serão as melhores formas de apresentá-los, se por meio de recortes por décadas, por natureza de eventos relacionados à instigação das ações e outros dos quais somente a leitura do material permiti-lo-á.

5.3 Exumação: Laudo prévio

Após feita a leitura das notícias anteriormente apresentadas foi feita uma seleção daquelas que se relacionavam com os interesses da problemática de pesquisa. A leitura foi feita seguindo a periodização oferecida pelo acervo jornalístico do Estadão. Portanto, as 35 notícias abordadas abaixo seguem uma sequência cronológica.

Como apontado no exame de qualificação e em parte acatado, a suposta e aparente linearidade temporal implica em uma observação sequencial que pode isolar ou afastar eventos que possuem ligações causais e também manifestações muito próximas.

Para tentar minimizar essa situação foi feita uma análise posterior das notícias tendo a atenção para mais elementos que ligavam as notícias para além da sequência temporal, em conjunto buscou-se observar a localização das ocorrências, sendo esta uma outra possibilidade de interesse pela busca neste compêndio.

Tendo em mente algo como o proposto por Jorge Luis Borges em “Rayuela” (Jogo da Amarelinha) em que o mesmo oferece uma vasta possibilidade do leitor em percorrer seus capítulos, será exposta uma tabela com as informações que permitirão às pessoas que se ocuparem em ler este texto em percorrerem as notícias de acordo com o que lhes instigar.

De modo geral poder-se-á observar que dentre as causas principais que levaram aos incêndios de ônibus estão: o assassinato de jovens nas periferias; prisão e assassinato de membros do PCC; os “Salves Gerais do PCC”; o conflito entre perueiros e as empresas de ônibus no fim da década de 1990; as más condições de serviços nas linhas; atentado político e os aumentos dos preços das passagens. Além disso foram abordadas notícias que abordavam os incêndios de ônibus mas não se referiam a casos específicos, mas sim ao debate proposto pelo jornal a partir destes assim como o uso político que foi feito dos mesmos.

Será percebido que há algumas notícias de outros estados e cidades, principalmente Rio de Janeiro, capital carioca e Florianópolis, capital catarinense. Nestas notícias foram encontradas ligações com a problemática aqui pesquisada, por vezes fazendo menção ao caso paulista, por vezes servindo de presságios interpretativos.

Número da notícia	Causa principal	Localidade	Ano
1	Ataque de grupo "terrorista" ALN	Brasilândia	1972
2	"Revolta popular" contra má prestação de serviços	Campo Limpo	1983
3	aumento do preço da passagem	Praça do Patriarca	1988
4	Assassinato de estudante (passageiro) pelo motorista	Jardim D'Abril	1991
5	Prisão de membro da facção criminosa (Carioca)	Rio de Janeiro	1995
6	Assassinato de cinco "menores" por seguranças da empresa de ônibus	Rio de Janeiro Belford Roxo	1997
7	Conflito entre os perueiros e as empresas de ônibus	Mateo Bei e Av. Sapopemba	2000
8	Conflito entre os perueiros e as empresas de ônibus	Capital Paulista	2000
9	Conflito entre os perueiros e as empresas de ônibus	Grajaú	2000
10	Uso político do combate aos incêndios	Capital Paulista	2000
11	Uso político do combate aos incêndios	Rio de Janeiro	2003
12	Morte de traficante por policiais	Rio de Janeiro	2005
13	Morte de traficante por policiais	Rio de Janeiro	2006
14	Salve Geral do PCC	Heliópolis	2006
15	Salve Geral do PCC	Capital Paulista	2006
16	Salve Geral do PCC	Vila Madalena	2006
16	Salve Geral do PCC	Água Branca	2006
17	Salve Geral do PCC	Capital Paulista	2006
17	Uso político do combate aos incêndios	Capital Paulista	2006
18	Guerra de facções e assassinato de traficantes pela polícia	Rio de Janeiro	2006
18	Salve Geral do PCC	São Paulo	2006
19	Salve Geral do PCC	São Paulo	2006
19	Guerra do tráfico e o Estado	Rio de Janeiro	2006
20	Salve Geral do PCC	São Paulo	2006
20	Guerra do tráfico e o Estado	SP/RJ	2006
21	Assassinato e prisão de jovens na periferia	Tiquatira	2009
22	Assassinato e prisão de jovens na periferia	Heliópolis	2009
23	Assassinato e prisão de jovens na periferia	São Paulo	2009
24	Assassinato e prisão de jovens na periferia	São Paulo	2009
25	Assassinato de jovem	Jaçanã	2013
26	Uso político do combate aos incêndios	São Paulo	2014
27	Assassinato e prisão de jovens na periferia	Sorocaba	2014
28	Uso político do combate aos incêndios	São Paulo	2014
29	Uso político do combate aos incêndios	Centro	2014
30	Guerra de facções e assassinato de traficantes pela polícia	Florianópolis	2014
31	Guerra de facções e assassinato de traficantes pela polícia	Florianópolis	2014
32	Assassinato e prisão de jovens na periferia	Diadema	2014
33	Salve Geral do PCC	Osasco/Carandiru/Vila Sabrina/ Eu Chaves/ Vila Guilherme	2014
34	aumento do preço da passagem	Centro	2016
35	Normalização da violência	Rio de Janeiro	2018

Com a tabela em mãos, você que está interessado em perseguir este rastilho de pólvora, combustível, dinheiro, drogas, poder, suor e sangue em chamas pode se perder com segurança.

5.4 Do pó ao pó: os títulos das notícias, seus conteúdos e respostas às provocações

Segurança identifica e busca doze terroristas. Quarta-Feira, 29 de março de 1972

(pág. 13) [1]Brasilândia

A notícia aponta que “os órgãos de segurança de São Paulo” identificaram e passaram a perseguir “12 terroristas” que atuavam na “área de São Paulo”. No texto é afirmado que a maioria dos mesmos eram membros da ALN (Ação Libertadora Nacional). A notícia divulga os nomes e as ações que os mesmos integrantes, homens e mulheres, estiveram envolvidos, um resumo da “capivara”.

Três acusados são apontados como terem participação em um incêndio de ônibus na Vila Brasilândia, Praça Cruzeiro, ocorrido em novembro de 1971, onde atearam fogo no ônibus e mataram um cabo da polícia militar.

A notícia toma praticamente toda a página, ao lado das informações são expostas fotografias 3x4 das pessoas acusadas. Pode-se dizer que, se não foram obrigados pelos “órgãos de segurança” a publicarem tal notícia contribuíram ativamente na busca e divulgação dos “suspeitos”. Esta observação é feita para chamar a atenção à prática da escrita e da repercussão do material *post laborem scientia*. Tal feito não é o que aqui se pretende, por isso as identidades dos sujeitos apontados como participantes não serão divulgadas, mas sim, os dados de relevância geográfica e sociológicas.



Vale destacar que a análise do material do acervo traz elementos diretamente veiculados pelas notícias como também indiretos, no caso destaco a publicidade da *FORD RURAL*. A companhia automobilística lançava um de seus modelos icônicos da época que ironicamente fora batizado com o nome Rural mesmo sendo uma mercadoria industrial que tem íntima ligação e determinação com o processo de urbanização mundial,

e que no Brasil vai ter justamente a formação da Região Metropolitana de São Paulo como uma de suas resultantes e determinantes.

Esta notícia é interessante também por destoar e ao mesmo tempo aproximar do conjunto de notícias e contexto dos incêndios de ônibus na passagem aos anos 2000 em diante. O que se tem noticiado é a busca de pessoas ligadas à luta política no período da ditadura civil militar que por meio da ação direta e armada buscavam alternativas ao regime. Em momento algum os apontados são denominados de criminosos, mas sim de terroristas, denotando um aspecto político do conflito. Observa-se também que os 12 procurados são brancos e alguns de famílias abastadas e do círculo dos “quatrocentões paulistanos”.

No decorrer das próximas leituras buscar-se-á observar o trato e contexto dos incêndios.

Grupo ataca e incendeia ônibus. 28 de outubro de 1983, pág. 34. [2]

“Dois ônibus foram depredados ontem por motivos não esclarecidos, por um grupo de pessoas em um ponto do Jardim Ipê, Campo Limpo, e um veículo acabou parcialmente incendiado”. Este é o resumo do ocorrido na manhã do dia anterior (27 de outubro de 1983). O delegado de polícia ouvido pelos jornalistas apontava poder ser um caso de “revolta popular”, contudo não descartava a possibilidade ser apenas “provocação de algumas pessoas”, provavelmente com o intuito de desqualificar a ação e poder seguir o indiciamento de dois jovens presos no local, um de 20 e um de 17 anos.

A narrativa aponta que primeiramente o ônibus foi depredado, em seguida, frisado na notícia: “comandada por um homem alto, negro, que até arrancou vários bancos do veículo e os jogou para fora”. Este é o único sujeito descrito na notícia, a intenção deste

feito fica por parte deste leitor com indagações sobre quais seriam as intenções de caracterizar o “homem, negro, alto”?

Na notícia anterior, os terroristas brancos recebiam nome, codinome e retrato, na atual notícia o sujeito recebe contornos genéricos, “fenotipados” e racializados. Com o poder de saber o que se desdobrou nas décadas seguintes, pode-se afirmar que este passaria a ser o procedimento típico da sociedade democrática, um direcionamento das ações violentas do estado à população negra nas periferias da metrópole paulistana e nas demais metrópoles nacionais.

O fim da notícia fica da seguinte maneira:

Na CMTC, a informação é de que a Viação Bandeirantes forma um consórcio com a Viação Santa Cecília – as duas com 265 carros e operam 31 linhas -, e nos primeiros nove meses do ano já receberam 27 advertências e 18 multas por mau estado dos veículos, não cumprimento de horário e número insuficiente de ônibus nas linhas.

Como advogado do diabo, a notícia aponta tais condições como as causas que justificaram ou ao menos incentivaram as ações da multidão, que segundo a notícia chegava a cem pessoas assistindo o incêndio parcial do ônibus.

Não se pode deixar de lembrar que a ação aconteceu no horário de pico de uma manhã paulistana na periferia da zona sul de São Paulo, envolvendo aquelas e aqueles que na mobilidade diária passaram a enfrentar e viver no urbano de forma cada vez mais crítica.



A página que a notícia foi publicada oferecia mais elementos para caracterizar o processo de urbanização que a metrópole passava. Uma curta notícia se referia à “Aprovadas novas placas de veículos”, impulsionada pelo grande aumento das frota automobilística nacional e a necessidade de normatização da mesma. Não esquecendo que na notícia anterior trazia a publicidade de um automóvel da montadora estadunidense reafirma-se o sentido da metrópole automobilística.

Uma segunda notícia que chama bastante a atenção é a “Prefeitura tem planos para punir os donos de terrenos baldios”, aqui o que se destaca é avanço da normatização e ajustamento espacial em uma metrópole e formação, onde a especulação imobiliária e o capital da construção civil se enfrentam nas personas dos proprietários de terra e dos capitalistas em busca de garantirem seus ganhos no processo de intensa urbanização do momento.

A CMTC acredita em atentado. (06 de janeiro de 1988, pág. 32) [3]

A notícia trata de um incêndio de ônibus ocorrido na Praça da Patriarca. Não houve identificação do responsável, mas o

[...] presidente da CMTC, Antonio João Pereira, acredita que o incêndio que, no final da tarde de terça-feira, destruiu completamente um ônibus da empresa na Praça da Patriarca, 'provavelmente, foi um atentado praticado por um extremista interessado em provocar uma reação popular, aproveitando-se daqueles que ficaram insatisfeitos com o recente aumento da tarifa'.

A notícia segue com o responsável da CMTC declarando que o ato seria um absurdo e não passou de um episódio isolado,

[...] porque a população, 'apesar da crise econômica financeira e social que o País enfrenta, não aderiu a essa tentativa de desestabilização da ordem, pois sabe que o sistema de transporte coletivo de ônibus da cidade está sendo recuperado e renovado com eficiência, como demonstra a redução do tempo das viagens'.

O seguimento da notícia consiste no embate entre o referido presidente da CMTC e o Secretário dos Negócios Metropolitanos Getúlio Hanashiro, que se opunha ao referido aumento das passagens. O mesmo colocava:

[...] 'Na véspera da assinatura do decreto, falei ao prefeito Antonio Sampaio sobre minha preocupação, pois os estudos da linhas intermunicipais não havia nenhum elemento que permitisse justificar o aumento de 33% na tarifa. Agora se a população se manifesta com esse reajuste, o culpado por essa situação é quem aumentou a tarifa acima do custo real e não quem critica essa atitude'.

Hanashiro continua seus apontamentos referentes à Companhia Municipal de Transportes Coletivos: "[...] significa que a empresa mantém permanentemente a taxa de lucratividade, enquanto os salários dos usuários se deterioram com a inflação".

Abaixo seguimos analisando o conjunto de notícias contidas na página 32 de 06 de janeiro de 1988. Vale observar que não há referência à anúncios automobilísticos nesta página, estando o transporte coletivo em foco, relacionando os aumentos das tarifas com o peso na capacidade aquisitiva dos usuários, a supra lucratividade dos empresários do setor, o rebatimento nos outros modais que não reajustaram as tarifas se mantendo como opções mais acessíveis e podendo super lotarem, e no conflito das posições um embate

entre as esferas administrativas da Secretaria Metropolitana com a instância municipal da cidade de São Paulo, um duelo entre os tecnocratas na tentativa de controlarem o processo de urbanização posto pelo movimento de reprodução ampliada do capital, ou seja como atuar na condição de objeto diante do Sujeito insaciável processo de produção de mercadorias.



Na notícia: “Ônibus em SP sobe o dobro da inflação” é trazido aos leitores o argumento do vereador do PMDB Marcos Mendonça a respeito do reajuste que motivou o atentado contra o ônibus já tratado anteriormente. O jornal aponta:

São Paulo conseguiu, nos últimos 24 meses, um recorde nacional : é a cidade em que houve o maior aumento das tarifas de ônibus urbanos. Os reajustes totalizaram 1233% nesse período, quando, segundo cálculos do vereador Marcos Mendonça, do PMDB, nunca poderiam ser superiores a 600%. Quem aprovou todos esses aumentos foi o prefeito Jânio Quadros.

O vereador havia submetido um Projeto de Lei um ano antes em que defendia que os reajustes das tarifas não superassem os índices inflacionários. Nesta disputa o absurdo de valorização do valor se demonstra como inflação decorrente da própria crise imanente de remuneração do capital, um descolamento escalar de sua representação monetária, o dinheiro, em relação às mercadorias produzidas e as outras formas de circulação deste capital, como os investidos nas ações financeiras e suas respectivas

remunerações na forma de juros, isto em um contexto de reconfiguração da agenda política e econômica do país, é o ano da “nova Constituição”, é a abertura do mercado em conjunto a liberdade democrática da mercadoria.

Marcos Mendonça acha que ter uma empresa de ônibus, atualmente, é um negócio muito vantajoso. Além dos empresários poderem aplicar seus rendimentos, diariamente, no mercado financeiro (“eles recebem à vista e pagam suas contas a prazo”), ficam com muito mais do que necessitam para sobreviver.

Os milhões de passageiros diários da Capital deveriam pagar uma passagem em torno de Cz\$10,00. Como os empresários recebem o dobro desse valor, o vereador do PMDB calcula que “Cz\$ 60 milhões são subtraídos da população todos os dias”. Existem 32 empresas particulares em São Paulo que, excluindo a CMTC, ficam com Cz\$ 42 milhões do total de Cz\$ 60 milhões. Isto é, mais de Cz\$ 1 milhão por dia para cada uma delas.

Após fazer as críticas ao superfaturamento do negócio mega vantajoso do transporte coletivo de ônibus na Capital, com base nos estudos do vereador é apresentada uma lista comparativa entre os preços dos itens básicos de reprodução dos sujeitos metropolitanos. Assim, vão listar tomando por consideração que a passagem estava custando Cz\$ 20,00:

A mesma comparação pode ser feita com outros produtos em relação a atual tarifa de ônibus. O reajuste concedido ao feijão cariquinho permitiria apenas que a passagem custasse Cz\$ 6,88. Com o arroz agulhinha tipo um o preço seria ainda inferior, Cz\$ 6,11, subindo para Cz\$ 7,70 em relação à lata de óleo de soja e Cz\$ 6,38 com a lata de extrato de tomate.

O que o jornal, usando dos argumentos do vereador peemedebista refere-se é à especificidade da mercadoria força de trabalho de levar-se ao mercado para trocar-se, esta mobilidade compulsória ao qual es(tão)(amos) sujeitados a fim de realizar(mos) a troca a fim de garantir a sobrevivência nesta forma específica de sociabilidade, “livres como pássaros”, correndo e atrasados como o coelho de Lewis Carroll, sobrepostos uns sobre os outros nos ônibus, trens e metrô, caminhando quilômetros, pedalando horas.

A transição democrática imposta pelos militares chegaram ao seu ápice, se elaboraria naquele ano a famigerada Constituição de 1988, aquela que previa o respeito à

vida, o direito à habitação digna, saúde, educação, segurança, justiça, alimentação. Mas como já apontava Anselmo Alfredo, em alguma de suas aulas e divagando a respeito da dialética de Hegel e a rodopiando feito Marx, “se tem de haver uma garantia na forma jurídica positiva é porque em termos objetivos o que se pretende garantir com as leis não se realiza senão como negativo de seu enunciado”.

Moradores queimam ônibus depois da morte de estudante. (08 de março de 1991, pág. 16) [4]

Esta é a notícia que abre a década de 1990 referindo-se aos incêndios de ônibus. O ato aconteceu no Jardim D’Abril, periferia da Zona Oeste da capital. Um estudante, ao retornar para casa, segundo as informações do texto jornalístico, havia reclamado com o motorista devido a sua condução inapropriada para um transporte de passageiros. Este ato se repetiu próximo ao embarque do estudante e em seu desembarque, quando solicitou mais uma vez ao motorista que tomasse mais cuidado. Neste momento:

“O motorista pegou seu revolver, de dentro de uma bolsa de couro, apontou para Lucatto e ameaçou: ‘você é muito folgado’. O estudante, assustado, pediu para descer. Santos parou o ônibus e descarregou a arma. Matou Lucatto e fugiu”.

Em protesto os moradores do bairro atearam fogo em um ônibus da empresa na noite do incidente com o estudante. As informações do jornal apontavam que a insatisfação com o serviço oferecido pelas empresas e a forma agressiva que os motoristas conduziam os ônibus dentro do bairro seriam motivo para novos incêndios se não cessassem.

É afirmada repetidas vezes a condição de estudante da vítima, por sua vez a profissão motorista também é citada repetidamente, a vítima tendo a metade da idade do agressor. Este encontro nefasto levou a voz juvenil da periferia a se indispor com o mau trato cotidiano. O condutor, persona que agiu de maneira fria e premeditada por portar

uma arma, exercia sua função de acordo com a abstração do tempo métrico, as empresas não se importam com o como é feito o serviço, mas sim com uma tabela de horários fiscalizada pela empresa e pelos órgãos reguladores.

Nada justifica o feito, mas o contexto é mais amplo do que o colocado pela notícia. No fim da mesma é redigido:

Em nota oficial, a CMTC lamentou a morte do estudante e o incêndio do ônibus afirmando que a “violência tem origem nas desigualdades provocadas pela estrutura sócio-econômica”.

Na mesma página é noticiada uma agressão realizada por um soldado a uma dona de casa que buscava seu filho no colégio Rio Branco. O fato seria decorrência de um desagrado da vítima por ter sido multada pois parou em fila dupla na porta do colégio.

De alguma maneira estão presentes elementos similares nestas notícias, há estudantes, violência decorrente do trânsito e condução inapropriada de veículos. De um lado o ato aconteceu nas escuras ruas da periferia, de outro as claras em um bairro denominado de Higienópolis. No Jd. D’Abril o transporte coletivo, do outro lado o transporte individual que literalmente entupiu as ruas da capital.

Em comum temos a circulação urbana, vinculada à mobilidade do trabalho. Mobilidade esta violenta em origem, a impulsão inata após séculos de açoite. Sem cair na chave classista de análise, mas não é possível negar que há diferenças nas condições de realização desta mobilidade, como por exemplo as condições de circulação dentro da cidade.

Assim, começa a década de 1990, a década que foi considerada nas letras do grupo Racionais MC 's como a da virada violenta. O sonho metropolitano desabou, as periferias se ergueram, os contingentes se movem no ritmo do relógio do “horário comercial”. Os técnicos do poder tentam controlar um processo insubordinável, as neuroses urbanas florescem, sua seiva escorre no asfalto da cidade.

(Parêntesis Cariocas premonitórios I) Traficantes matam 2 e incendeiam 3 ônibus
(09 de março de 1995, pág. 31) [5]

Esta notícia se refere a um ato realizado na capital carioca. Foi chamada de premonitória pois tais atos passariam a acontecer em outras capitais e os sujeitos envolvidos passariam a se repetir, agentes do tráfico, das forças policiais do estado, a população local onde os incêndios acontecem e os funcionários das companhias de ônibus (motoristas, cobradores, fiscais, empresários ...)

A notícia se resume a:

Traficantes da Zona Oeste do Rio queimaram três ônibus ontem e mataram dois passageiros. Os bandidos obrigaram pelo menos cem moradores da Favela de Antares, no bairro de Sta. Cruz, a participar de manifestação contra a prisão de um traficante, que terminou com o incêndio dos ônibus.

Neste pequeno fragmento os jornalistas fazem uma tipologia dos sujeitos da ação como “bandidos” e “traficantes”, a massa envolvida é colocada como “cem moradores”. A situação é explícita, o poder supralegal do tráfico se rebelando contra a ação legal do Estado policial. No jogo de forças os “moradores” ficam no fogo cruzado, dois dos quais foram assassinados no evento por terem reagido a ação por “pensarem ser um assalto”.

A premunição desta notícia de jornal é a da teleologia do que passaria a se propagar para as outras capitais do país, mas que em São Paulo estaria muito presente duas décadas depois.

QUINTA-FEIRA, 9 DE MARÇO DE 1995

CIDADES

viçosa

OPERAÇÃO S. PAULO

Traficantes matam 2 e incendeiaram 3 ônibus

Armadão de fuzis e metralhadoras, criminosos obrigaram moradores da Favela de Andaraí, na Zona Oeste de Rio, a participar de protesto contra pedido de asseio de chefe do tráfico no local

SEMOPRANCO

Rio — Traficantes da Zona Oeste do Rio operaram em três ônibus, matando dois passageiros. Os bandos armados de fuzis, metralhadoras e granadas foram obrigados a participar de manifestação contra o pedido de asseio, que aconteceu no sábado, 6 de março. De acordo com a polícia, a ação foi levada para dentro da favela de Andaraí, na Zona Oeste de Rio, onde os criminosos se reuniram para discutir o pedido de asseio.

BANDIDOS
CORTARAM ENERGIA E FAVELA É ACORDARAM MORADORES

Em favela, que controla o comércio de drogas na região, eles passaram a cortar a energia elétrica e a água. Os moradores foram obrigados a participar de uma manifestação contra o pedido de asseio.

DETORES ASSASSINADOS
Grupos invadem cadeia e lincham três detidos assassinados em atentado da polícia

Um grupo de detidos invadiu a cadeia de São Paulo e linchou três detidos assassinados em um atentado da polícia. O grupo também invadiu a cadeia de São Paulo e linchou três detidos assassinados em um atentado da polícia.

GREVE DE ÔNIBUS AFETA 2,5 MILHÕES DE PASSAGEIROS

GREVE DE ÔNIBUS AFETA 2,5 MILHÕES DE PASSAGEIROS

Os ônibus pararam em todo o Estado de São Paulo, afetando cerca de 2,5 milhões de passageiros. A greve foi convocada por trabalhadores do setor.

SEGURANÇAS ESPANCAM DONO DE RESTAURANTE

Seguranças espancaram o dono de um restaurante em São Paulo. O incidente ocorreu durante uma discussão entre os dois lados.

JUIZ É PROMOTOR DENUNCIAM AMEAÇAS

Um juiz foi promovido a promotor e denunciou ameaças contra ele. O juiz afirmou que recebeu ameaças de morte.

FALECIMENTOS

Lista de falecimentos registrados no Estado de São Paulo.

Assine o Estação

Na mesma página há uma notícia com o título “Grupo invade cadeia e espanca três”, este ato aconteceu a 653 quilômetros da capital pernambucana, um grupo de 15 pessoas encapuzadas invade a penitenciária e assassina três acusados de terem matado dois soldados da PM. No seu avesso a ação ilegal se manifestava, como vingança dos assassinados o assassinato dos assassinos, o Código de Hamurabi no Séc. XX. O questionamento através da ação direta ao campo jurídico político, o resgate do chefe do tráfico e a represália ao assassinato dos policiais se unem.

Em uma pequena notícia, na mesma página na capital mineira, uma greve de ônibus deixou cerca de 2,5 milhões de passageiros sem transporte. O transporte dos “coletivos” se tornaram estruturantes na dinâmica das regiões metropolitanas. Abastecendo os centros de mão de obra, a circulação cotidiana dos extremos periféricos, “os fins de linha”, ligados por esta rede de transportes, lucrativo negócio como visto anteriormente.

(Parêntesis Cariocas premonitórios II) Viação para serviço no Rio após ataque a ônibus. (05 de março de 1997, pág. 26) [6]

A viação Santo Antônio suspendeu ontem a circulação de sua frota, depois que dois ônibus da empresa, um deles lotado de passageiros, foram incendiados anteontem à noite, na Estrada do Calundu, no município de Belford Roxo, na Baixada Fluminense. No mesmo local, há 12 dias, cinco menores foram assassinados a tiros, após serem retirados à força de um ônibus por supostos seguranças de empresa por não terem dinheiro para pagar a passagem. Ninguém ficou ferido no incêndio dos ônibus.

Este resumo do ocorrido traz elementos importantes para pensar o contexto da ocorrência destes atos. Em uma linha suburbana fluminense o poder paralelo agindo às sombras da omissão e talvez cumplicidade do estado. A segurança particular lidando com os “indesejáveis”, que neste caso seriam os “menores”, termo abstraído de características de raça, gênero e credo, deixando apenas a hipótese de não terem condições de pagarem o preço das passagens.

De acordo com Azevedo [delegado responsável pelo caso], há duas hipóteses: a ação foi praticada a mando de um traficante de drogas, cujo nome não foi divulgado, primo de um dos cinco menores assassinados, ou por moradores da região em represália à morte dos adolescentes e à falta de segurança”.

A dupla hipótese do delegado nitidamente desconsidera uma terceira, e mais provável situação, o tráfico parte da comunidade que se rebelou contra tal ato violento ligado à empresa. Mais uma vez, a ação direta une as partes nesta relação de poder e violência. A máxima weberiana não se aplica, o monopólio da violência na prática é sentido de forma pulverizada, pelas mãos do crime organizado paramilitar e dos traficantes. Afinal de contas, a história de uma das principais facções do Rio de Janeiro nos permite traçar um pequeno paralelo com a Colômbia. E o que não se pode deixar de pensar para o caso paulistano, algo que a experiência premonitória carioca nos daria, foi no interior do presídio de segurança máxima que a mente revolucionária socialista se encontrou com a mente do sobrevivente periférico, encontro que inclusive tem um acervo audiovisual o retratando.

Apenas para que se tenha conhecimento do que acompanhou a notícia do incêndio dos ônibus listo os títulos das notícias da mesma página: “Estudante é morto a tiros na porta da escola”; “Trio assalta apartamento momentos antes da festa”; “Bando rouba banco em unidade da Marinha”; “DHPP investiga sumiço de mãe e filho no espírito Santo” e “Droga e álcool leva 90 mil a hospitais”. A violência garantiu neste dia uma página inteira, não houve espaço para publicidade, o espetáculo do horror, o negativo da “Pax”.



Perueiros voltam a depredar ônibus em protesto contra multa. (22 de janeiro de 2000, pág. 24) [7]

Esta notícia retrata a sequência de manifestações realizadas pelos “perueiros clandestinos” contra a apreensão de seus veículos e a aplicação de multas para liberá-los dos pátios do Detran. Segundo dados da notícia, os protestos aconteceram em diversos pontos da Zona Leste paulistana, com interrupção das vias de circulação e depredação de ônibus, onde quatro veículos foram incendiados.

Na dissertação do mestrado foi rapidamente abordado o tema das “Bestas Lotadas” e o conflito que existiu em torno de sua existência. Interpretada naquele momento e reafirmado novamente, estes conflitos se mostram relacionados à abertura de espaço para atuação no monopolizado mercado de transportes na capital paulista, empreendimento lucrativo como visto nas reportagens acima.

Neste sentido a violência das ações dos “perueiros clandestinos” atuou como par oposto e indissociável da economia capitalista em um contexto que se pode caracterizar como o de abertura de fronteiras. De algum modo, houve uma expansão territorial do capital por via destes transportadores “clandestinos”. Esta expansão, aqui sendo interpretada como expansão da própria crise de acumulação do capital, os empresários da própria miséria apostando na sorte de conseguirem rotas de transporte de passageiros em linhas que atendiam para além dos pontos de “fim de linha”. Uma demanda da urbanização crítica da RMSP.

A respeito dos incêndios a notícia afirma que houve uma sequência de atos num mesmo dia, em que os manifestantes fecharam as vias de grande circulação na Zona Leste, como as Avenidas Sapopemba e Mateo Bei, e elegem ônibus a serem incendiados, no caso noticiado veículos comuns e Trólebus (ônibus elétricos) foram alvos das ações.

Como desencadeador dessas manifestações a reportagem coloca como sendo a mudança na política de cobrança dos valores das multas no valor de R\$ 3000,00 aproximadamente, que anteriormente só eram pagos no licenciamento dos veículos, ou seja uma vez ao ano, e que passou a ser cobrado no ato e requisito para a retirada dos veículos apreendidos nas *blitz* de fiscalização nos diversos pontos da cidade.

A arma do Estado atuou com a face econômica, a resposta dos perueiros com seu oposto extraeconômico.

Nesta página, lembrando que se referia a um dia do período de férias escolares de verão, era noticiado: “Mais de 300 mil veículos devem ir para a Baixada”, este movimento de turismo de massas que caracteriza as aglomerações urbanas da sociedade industrial como pontuara Pedro Serrer (2018). O resultado deste deslocamento como anunciado é o de congestionamentos quilométricos, o aumento para 10 horas de percurso em trechos que normalmente se realizam em 50 minutos. A expressão da captura do lazer na sociedade espetacular.



Como saída aos que não puderam se sujeitar à descida para a Baixada, os shopping centers se tornaram outra característica da metrópole paulistana. Como um dos mais antigos e maiores Shoppings da cidade de São Paulo, o “Center Norte” era tema de uma das notícias desta página. No caso o mesmo estava sendo autuado por em seu interior não estar sendo respeitada a “Lei Antifumo” de 1996 que posteriormente viraria vitrine da gestão Serra até ser adotada em âmbito federal.

A normatização dos hábitos em um espaço normatizado por princípio, fume menos, viva e consuma mais!

Transurb culpa Prefeitura por ações de perueiros. (31 de janeiro de 2000, pág. 19)

Nesta notícia é redigido em meia página a complexidade do conflito envolvendo os “perueiros”, as empresas de ônibus sob a representação do sindicato Transurb, o secretário de transportes da gestão municipal de Celso Pitta, o posicionamento distanciador do Governo do Estado de São Paulo e a força policial militar sob seu comando.

O sindicato das Empresas de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros solicitava maior boa vontade e menos “omissão” na fiscalização e combate ao transporte irregular na cidade. Em nota apontavam segundo o jornal ao se referirem a ação de incendiarem 11 ônibus na capital:

[...] “ação terrorista organizada por um grupo extremamente violento, que nasceu e cresceu às margens da omissão do poder público em cumprir seu dever de fiscalizar, apreender e, se for o caso, prender”.

Na sequência o jornal apresenta o conflito existente entre os âmbitos administrativos envolvidos na questão, onde o secretário municipal dos transportes, já citado neste levantamento, Getúlio Hanashiro, apontava que o papel municipal estava sendo feito na medida do possível, com a fiscalização e *apreensão de mais de 2 mil peruas clandestinas*, mas que a falta de segurança nas ações de fiscalização impediam a prefeitura de executarem maiores esforços por conta do risco envolvendo a integridade física dos fiscais da SPTrans. Isto, segundo Hanashiro, por o Estado negar o deslocamento de contingentes da PM para atuarem na segurança dos fiscais. Hanashiro, por sua vez, explicitava que a Guarda Municipal, força policial sob comando da prefeitura, não tinha preparo para lidar com ações da natureza da situação, uma vez que têm a função de zelar pelo patrimônio municipal.

A fim de somar esforços na “guerra com os perueiros” a prefeitura estava entrando com um pedido no Ministério Público para que o Estado se obrigasse a estar engajado na disponibilização dos policiais militares para escoltar os fiscais municipais.

Respondendo a carta do sindicato dos empresários do transporte de passageiros Hanashiro colocava:

[...] a culpa pelo aumento do número de lotações clandestinas na cidade é “de toda sociedade e da imprensa. Ambos foram tolerantes a esse tipo de transporte, como ainda são tolerantes com os camelôs e as rádios-piratas.”

Nitidamente o secretário municipal volta às acusações de uma possível culpa de volta a todo o conjunto social. Porém, longe da análise do tecnocrata de carreira, passam ao largo os vínculos do transporte por lotações com o crescimento da demanda urbana por transporte, principalmente nos bairros da “neo periferia”, ou o nível básico de uma crítica liberal dos entraves do monopólio das empresas atuantes naquele momento na oferta dos serviços que partilhavam a cidade entre si, e até mesmo uma possível crítica de nível administrativo, como no caso da gestão estadual se negar ao auxílio a ação municipal que tinha o falecido pupilo malufista ocupando a prefeitura.

Finalizando a notícia é redigido algumas frases sobre o assassinato de um perueiro na cidade de Guarulhos em uma ação de fiscalização do transporte irregular das peruas. Um homem de 30 anos dirigindo uma perua fugiu de um bloqueio de fiscalização e foi perseguido pela GCM e pela PM até ser contido e receber 6 (seis) tiros na cabeça disparados pelos PMs. Os policiais seguiram afastados e sob poder da PM em detenção enquanto se abria ações administrativas contra os mesmos.

Por fim, o jornal reproduz a decisão da Transurb de que não levaria a frente a ameaça de paralisar o transporte dos ônibus em estado de greve como pressão à prefeitura paulistana por intensificar o controle dos “perueiros”.

Em resumo, conflito! Choque entre os interesses privados dos empresários oficiais e os da própria miséria (perueiros), entre as esferas públicas administrativas em suas escalas de atuação e também de suas referentes às forças policiais. Os números são significativos: 11 ônibus incendiados, mais de 2 mil peruas apreendidas, extermínio de um homem em uma ação de fiscalização e um jogo político envolvendo o PSDB estadual e o PTN (atual Podemos) na gestão municipal.

Na foto que acompanha a notícia observa-se a carcaça de um ônibus consumido pelas chamas e ao lado, aquela que simbolizava por gerações o veículo Hippie por excelência, a perua Kombi, que passara a ser utilizada para “lotar” nos bairros da RMSP.

Ainda nesta página foram noticiados: “Problemas não frustraram a temporada”, “Ex juiz argentino preso no Rio deve ser extraditado”, “Ladrão assassina vendedor a tiro em semáforo”, “Empresário atira na mulher e nos filhos e se mata”, “Duas pessoas morrem em tempestade em Minas”, “Acidente mata cantor na via Anhanguera”, “Sete invadem prédio e roubam 10 apartamentos” e “Rapaz é morto dentro de delegacia em Santos”.

[9]

O texto da notícia traz a informação da prisão preventiva de um acusado de envolvimento no incêndio de um ônibus na Zona Sul da capital. O veículo pertencia a empresa Viação Ibirapuera e foi incendiado no Grajaú. O acusado era um rapaz de 22 anos, que exercia a função de cobrador nas peruas ilegais, que foi reconhecido pelo motorista do ônibus incendiado como participante no ato em conjunto com outros homens.

A notícia traz números interessantes, segundo a mesma, no primeiro mês do ano de 2000 foram incendiados 19 ônibus, de acordo com a redação do jornal há uma relação com a apreensão de 685 peruas clandestinas no mesmo período, e no total para o ano 1944 peruas haviam sido recolhidas.

O chefe de operações da SPTrans, major Luiz Flaviano Furtado, afirmou ao jornal que a empresa em conjunto com as forças policiais passaria a agir no sentido de mapear os terminais e estacionamentos das peruas clandestinas para aumentar a eficiência das *blitzes*.

Ao lado desta notícia há uma outra com o seguinte título: “Perseguição causa tumulto na Aclimação”, nesta notícia é narrado o caso de uma perseguição a uma perua ilegal por policiais da GCM em uma das vias mais movimentadas do bairro da Aclimação, também na Zona Sul. O destaque do noticiado é o de que a GCM teria realizado três disparos contra o perueiro em fuga, colocando em risco os transeuntes que se encontravam no mesmo local da ação policial.

O motorista do veículo irregular foi preso e levado à delegacia pelos guardas municipais, em apoio e protesto contra a prisão do perueiro 50 outros perueiros cercaram a delegacia, causando muita tensão segundo o jornal.

Na mesma página Celso Pitta é destaque da seguinte notícia: “Pitta promete acabar com buracos nas marginais”, ação recorrente nas gestões municipais em um dos símbolos da capital paulista, porém, o diferencial seria o de que o então prefeito em exercício realizaria isso em um tempo recorde de 72 horas na Marginal Pinheiros e Tietê.

Ao lado desta notícia era anunciado: “Juristas discutem redução da maioria penal”. Em resumo diria o jornal: “Maioria acha que mudança não resolve a questão do aumento da violência”. A notícia é interessante pois é uma das bases para se entender os incêndios futuros nas próximas décadas dos anos 2000:

No encontro, na sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-Santos), a maioria mostrou-se contra o projeto de redução da idade penal para diminuir a criminalidade. Segundo Digiácono, a lei dos crimes hediondos tem dez anos, está sendo bem aplicada e os presídios estão lotados. Segundo ele, os crimes praticados por jovens no País chegam a 1,9%, “um índice desprezível”. Os juristas que participaram do debate entendem que se o sistema Febem não é bom, o prisional é pior. “Não adianta discutir maioria penal, mas a efetiva aplicação do ECA”, afirmou o advogado Rodrigo Lira, vice-presidente da OAB. Já Julio Arakaki, titular da Delegacia da Criança e do Adolescente, mostrou-se a favor da redução de idade. Para ele, o projeto em estudo na Câmara dos Deputados é uma medida de emergência. Luiz Flávio Borges D’Urso, presidente da Associação Brasileira dos Advogados Criminalistas, apresentou uma proposta alternativa: até 12 anos, o menor seria inimputável e dos 12 aos 18 passaria por avaliação psicológica.

Os elementos acima são elucidativos de um contexto em que a violência assola o cotidiano na RMSP, chacinas, latrocínios, grupos de extermínio rendiam notícias aos cadernos e jornais especializados em notícias policiais. As saídas desta situação em debate seguiam polos divergentes, de um lado uma crítica à situação penal do país e principalmente do Estado de São Paulo, de outro a defesa de um encarceramento massivo dos jovens pobres negros das periferias como alternativa a situação de “emergência” que os índices de crimes tinham atingido. No meio do caminho o pragmatismo frívolo de um tecnocrata que, diante da horrenda situação social de seu presente conseguia elaborar uma proposta em que livrava as crianças menores de 12

anos, e de sua adolescência em diante estariam sujeitas à “avaliações psicológicas” para determinação de sua liberdade ou cárcere.

Por fim a notícia divulgava que o Movimento Nacional de Direitos Humanos estava enviando para entidades nacionais e internacionais, um relatório, “O Estado Infrator”, como instrumento de denúncia e crítica ao governo estadual pelo encarceramento de “adolescentes em cadeiões e tortura na Febem”.



Nesta página se observava a foto de uma apreensão de veículo clandestino em uma blitz no terminal Santana, Zona Norte de São Paulo, homens em seus trajes de trabalho, camiseta de time, bermuda, tênis e boné sendo abordados pelos “homens de farda”. Observa-se ainda ao fundo uma Van que era conduzida pelos clandestinos e uma Kombi que transportava o contingente fardado das autoridades do Estado, e mais ao fundo da imagem podia-se ler o letreiro da fachada de um prédio com os dizeres: “Lar Cristão”, um importante retrato da periferia dispersa.

Ao fim da página uma publicidade de cruzeiro e de venda de artigos de luxo com desconto de 50%!

[10]

Esta notícia está sendo apresentada por trazer os incêndios de ônibus como um tema abordado pelos candidatos à prefeitura da cidade de São Paulo nos debates realizados pelas emissoras de TV. Nesta ocasião, o candidato Paulo Maluf atacava a candidata Marta Suplicy afirmando que esta e seu antigo partido, o PT, apoiavam os perueiros e suas “ações terroristas”. Marta respondeu dizendo que as acusações seriam “absurdos” e que Maluf deveria apresentar propostas e não acusações sem fundamento.

Maluf, segundo a redação da notícia, realizou uma reunião com alguns perueiros clandestinos onde afirmou: “Defendo o direito do perueiro trabalhar, mas o perueiro terrorista que incendiar ônibus vai para a cadeia”. O candidato, acusado e condenado por uma série de crimes administrativos, lavagem de dinheiro, desvio de verbas e uma lista infindável de outras ações ilegais enquanto esteve nos postos políticos, seguiu suas acusações à candidata Erundina, dizendo que por culpa de suas ações enquanto esteve à frente da gestão municipal, Maluf acusava com as seguintes palavras: “Quem defendeu os tubarões das empresas de ônibus foi a Erundina”.

A resposta da candidata Erundina foi: “Quem entende de tubarões é o Maluf e a população sabe disso”. A candidata apresentou alguns dados referentes ao preço da tarifa em sua gestão afirmando que: “no governo dela correspondia a US\$ 0,35 e dobrou de valor nas gestões de Maluf e seu afilhado Celso Pitta”.

Ainda nesta página: “Erundina cai e perde segundo lugar para Maluf” e “Eleitor desconhece número de candidato”. Como diria o jovem velho Marx: “A história se repete, primeiro como tragédia, depois como farsa”.

(Parênteses cariocas III) Garotinho estreia programa de rádio no Rio. (27 de abril de 2003,

pág. 43) [11]

A pequena notícia anuncia:

O novo secretário de Segurança do Rio, Anthony Garotinho, estreou um programa de rádio semanal, às 10 horas de ontem, pedindo ajuda aos ouvintes. Nas duas horas do Encontro Mercado com Garotinho, da rádio Carioca AM, ele disse que bandidos e maus policiais têm de ser denunciados e lembrou que o consumo de drogas dá recursos aos traficantes. “Se você quer ajudar sua família, cuide bem de seu filho e evite que ele use drogas”, afirmou. Garotinho anunciou que tornará inafiançável o crime de incêndio de ônibus.

O pequeno fragmento é um mostruário condensado do contexto sócio político no início do século XXI. O aparato espetacular do poder fazendo uso dos canais midiáticos para se aproximar de camadas da população abrangendo um espectro mais amplo que a classe média televisonária. Um caráter populista de uma política elitista.

O final da citação remete diretamente ao objeto desta pesquisa, como argumento no discurso espetacular do controle se anunciava inafiançabilidade para atos de incendiar ônibus no Rio de Janeiro, uma nítida tentativa de controlar o fogo que se alastra.

Ainda nesta página uma outra notícia chama a atenção por abordar a realidade penitenciária da RMS, “Bandidos resgatam 12 presos de CDP em Santo André, no ABC”. Ações dignas de cenas cinematográficas e das atuais séries dos *streamings* que abordam as ações do crime organizado e o combate ao mesmo.

Em resumo, 10 pessoas ajudaram na fuga de 12 presos do referido CDP de Santo André, trocando tiro com os agentes penitenciários das muralhas para permitir que os detentos conseguissem atingir os uros com a ajuda de uma escada improvisada, na ação um detento foi morto pelos policiais, que agiram com reforços da Polícia Civil e Militar para “inibir uma fuga em massa”.

Na mesma notícia é relatado que em uma outra penitenciária, o Primeiro Comando da Capital – PCC -, resgata 18 presos em Diadema com o uso de dinamites para explodir

o muro que dava acesso à cela onde estavam seus integrantes. Segundo o diretor da cadeia : “sempre se falou de detentos ligados à organização criminosa, mas que isso jamais foi comprovado”.

Ainda nesta notícia é apontado que após o ato foram transferidos 60 detentos para presídios da capital, aliviando a lotação da cadeia que continha 302 presos antes da fuga. A atuação do PCC nesta ação remonta ao início da organização em que a pauta dos direitos dos encarcerados tinha maior centralidade.

As outras notícias desta página eram: “Preso último sequestrador de Patrícia Abravanel”, “Tubarão”, “Maconha prensada”, “Possível vingança”, “Acidente”, “Advogado preso com 74 quilos de maconha”, “Sara deixa a casa dos pais e vai morar com irmã” e “Carnaval eletrônico”. Esta é a poesia ultra real do cotidiano metropolitano.



(Parênteses cariocas IV) O Tempo está se esgotando. (03 de dezembro de 2005,

pág. 03) [12]

Reproduzirei o artigo da página editorial do jornal na íntegra, isto com a intenção de que os leitores tenham contato com o contexto ao qual o texto se refere e o posicionamento do corpo editorial do “O Estado de São Paulo”.

A deterioração da segurança pública, em especial no Rio de Janeiro, chegou a tal ponto que quem pensa já ter visto tudo em matéria de violência praticada por bandidos é sempre surpreendido por uma ação criminosa ainda pior, mais cruel e covarde. É o que acaba de acontecer com o ônibus cheio de passageiros incendiado por um bando de traficantes, na noite de terça-feira, no Rio. Não é a primeira vez que nas “guerras” de traficantes, com a polícia ou entre eles mesmos, veículos têm sido queimados. Só neste ano, isto já aconteceu com 73 ônibus no Estado do Rio, mas não com pessoas dentro. Desta vez, elas foram deliberadamente impedidas de escapar. Às 22 horas, um grupo de 10 rapazes desceu o morro do Quitungo, na zona norte, com quatro garotas. Fizeram sinal para o ônibus parar, entraram e jogaram gasolina sobre o chão, os bancos e os passageiros e atearam fogo.

O motorista, um dos poucos que conseguiu escapar, foi impedido de abrir a porta traseira para dar aos passageiros desesperados uma chance de fugir do inferno em que se transformou o veículo. “Eu gritava que havia criança no ônibus, mas os bandidos não ligaram para isso”, testemunhou uma sobrevivente. Um pai já queimado, desesperado, tentou em vão salvar a família – a jovem mulher e a filha de 1 ano, mortas carbonizadas. O saldo da tragédia foi de 5 mortos, quase irreconhecíveis, e 14 feridos, muitos em estado grave.

O motivo deste ato bárbaro foi represália pela morte de um traficante, em confronto com policiais militares, um pouco antes. Os traficantes convocaram os moradores para fazer um protesto num acesso ao morro e ante a recusa destes, decidiram incendiar o ônibus.

Não é a primeira vez que os traficantes do Rio se esmeram em sua selvageria, para dar demonstrações de força e intimidar tanto as forças policiais como as comunidades em que estão inseridos. Além dos toques de recolher cada vez mais frequentes impostos aos moradores dos morros e favelas que mantêm sob estrito controle, as punições para os que, de alguma forma, lhes dificultam a atividade criminosa, costumam ser barbaramente exemplares.

O problema é que agora, como mostra este trágico episódio, não reconhecem mais quaisquer limites para seus atos cada vez mais monstruosos, deixando claro que estão dispostos a tudo para manter a população dos morros permanentemente apavorada e assim, submissa a seus propósitos.

O segundo ato deste drama é, do ponto de vista da falência do poder público, tão grave quanto o primeiro. Não demorou muito para que quatro dos bandidos que participaram do incêndio do ônibus parecessem mortos a tiros, dentro de um carro, no mesmo bairro. No banco da frente, um cartaz informando: “Taí os quatro que queimaram o ônibus. Nós do CVRL (uma facção da organização criminosa Comando Vermelho) não aceitamos atos de terrorismo.” E sabe-se que eles estão à procura dos outros.

Ou seja, chegamos ao absurdo de também o combate ao crime, por outras facções, estar se transformando numa boa medida em assunto de bandidos. Trata-se de uma clara tentativa dos traficantes – que já dominam vastas áreas do Rio, onde só se entra com sua permissão, como é notória há muito tempo – de assumir mais funções do Estado, as de investigar, prender criminosos (rivais), julgá-los, condená-los e executá-los sumariamente.

Esses dois episódios fornecem a mais inquietante e eloquente demonstração da tão propalada falência do Estado no que se refere a segurança pública. Uma das mais respeitadas especialistas na questão, a socióloga Julita Lemgruber, diretora do Centro de Estudos de Segurança

da Universidade Cândido Mendes, está coberta de razão quando adverte que, se o Estado não reagir logo, haverá outras ações criminosas tão ou mais violentas que o incêndio do ônibus. E isto vale para todo o País, não apenas para o Rio, embora ali a situação seja particularmente grave. Está mais que na hora de municípios, Estados e governo federal abandonarem as promessas retóricas – sempre reiteradas nos momentos de crise aguda e logo depois esquecidas – e unirem esforços de maneira efetiva para o combate ao crime. O tempo está se esgotando rapidamente.

Um arsenal de imagens terrificantes tomam a mente dos leitores ao se depararem com tal coluna. Uma ação extremamente violenta de traficantes impulsionada pela ação violenta do Estado, sendo punida pela violência do Comando Vermelho rival dos demais.

Os tecnocratas debruçados sob um arsenal sociológico durkheimiano weberiano se debatem para fazer caber o ideal do monopólio da violência ao Estado no sentido de um combate às anomalias da sociedade contemporânea.

Passam longe, quase não se vê na realidade, um descer ao chão do cotidiano das comunidades retratadas, em todas as escalas administrativas rogadas no texto. O nexo e duplo desta violência, o mercado e a cadeia de produção, circulação e consumo de mercadorias, não ultrapassa ao perseguido mercado de drogas tido como um absoluto em termos de responsável pelas atrocidades. Os outros elos dessa rede se esmorecem no pavor da análise branca e da camada média desta sociedade.



A racionalidade do capital compõe os apelos dos especialistas, “mais Estado, por favor!”, o herói fálico e violento é requisitado, mas seu super poder míngua, em passo conjunto ao da crise da sociedade produtora de mercadorias o qual sustenta e por ela é sustentado.

Ainda nesta página: “O Pnad e a reeleição” e “As verbas da Saúde”. No primeiro o corpo editorial se debruça na reflexão da difícil tarefa de superação de Lula e o PT por qualquer outro candidato, mas em especial Fernando Henrique Cardoso, em um contexto de crescimento econômico e política distributivista executada pelo governo petista e seu amplo eleitorado nas regiões Norte e Nordeste. De fato não seria possível. E no segundo texto se debatia a questão de realocação de verba para compor a verba da pasta da Saúde assim como desta para outras pastas, o jogo de contas da administração, longe da reflexão de sua repercussão na vida dos sujeitos da “nação”.

(Parênteses Cariocas V) - “Traficante se entrega no Rio” (08 de janeiro de 2006, pág. 147) [13]

O então chefe do tráfico na comunidade onde foi incendiado o ônibus com passageiros dentro, supostamente a seu mando e perseguido pelo CV, se entregou à

polícia com medo de ser morto por seus rivais, que o perseguiram desde a data do incêndio (29 de novembro de 2005).

Como definir a tênue linha da justiça e legalidade nesta situação?

As ações das facções criminosas de complexa organização e código de conduta passam nos anos 2000 a preencher as frestas deixadas e causadas pelo Estado nas metrópoles nacionais. São Paulo e Rio de Janeiro são as capitais em que isto mais se percebe a sobreposição do discurso legalista e jurisprudente oficial sobre uma “justiça das ruas” que sob os interesses dos grupos criminosos é efetivada no território.

“Lotação também é atacada na capital. (19 de maio de 2006, pág. 42) [14]

A notícia traz o caso de dois incêndios em lotações na zona sul, Heliópolis. A lotação da COOPERPEOPLE foi abordada à 1 hora do dia 18 de maio de 2006. A notícia traça relações entre as cooperativas de lotações com os ataques à ônibus, as bases para esta colocação se sustentam na prisão de um homem que teria confessado ter ateadado fogo em alguns ônibus a mando da Transcooper, cooperativa atuante nas zonas norte, leste e oeste. Segundo a reportagem o homem receberia R\$ 1000,00 por veículo incendiado, além de ser orientado a “agir diante da população, para demonstrar que onda de violência continuava” além de atribuir os atos ao PCC, que no período estaria cometendo uma série de atentados no Estado e principalmente na capital.

O presidente da Transcooper em resposta à acusação de envolvimento da cooperativa no incêndio das lotações da Cooperpeople afirmava que não existia fundamento em serem acusados, pois se estivessem envolvidos o homem preso deveria dar nomes de pessoas com quem teria falado. Continuando sua defesa, o presidente afirma que o suspeito não só estava mentindo como também não dizia quem eram os

verdadeiros responsáveis pois “o PCC domina as penitenciárias e sabe que será morto se delatar alguém”.

A notícia afirmava que até aquela data do total de incêndios 2 eram contra lotações e 87 contra ônibus, isto com a intenção de “tirar de circulação ônibus das grandes viagens, favorecendo as cooperativas”.

Na mesma notícia é redigido que a PM teria matado na Favela dos Pilões, Heliópolis, dois homens e em Osasco teria matado outros três. Todos segundo a notícia estariam envolvidos com possíveis atentados contra delegacias e quartéis da PM. Os policiais afirmaram que agiram sobre legítima defesa pois teriam sido “recebidos a tiros”. De acordo com a notícia no local os policiais encontraram um “armamento de guerra: uma carabina 38, uma AR-15, com dois carregadores, três revólveres calibre 38, duas pistolas 380, uma granada militar com a inscrição do PCC, uma bomba caseira, cinco rádios comunicadores, e cocaína, crack e maconha”.

A guerra estava declarada, os interesses do PCC, dos empresários de transporte de passageiros e do Estado eram postos à mesa, onde cada um apresentava seus argumentos e sacavam suas armas.

“Em menos de 24 horas, 14 mortos em reação policial” (19 de maio de 2006, pág.

42) [15]

Como continuação da notícia anterior, mas tendo como foco o conflito direto das forças policiais com os membros do Primeiro Comando da Capital era noticiado:

Em menos de 24 horas, 14 pessoas foram mortas pela polícia, que continua a reação aos ataques do PCC. O número de mortos em confronto com policiais passou de 93 para 107, segundo balanço fechado às 18h de ontem pela Secretaria de Segurança Pública. O saldo oficial desde a noite de sexta-feira é de 152 mortes. Os dados da secretaria não incluem os 9 mortos nas 73 rebeliões em presídios do Estado. As vítimas, portanto, chegam a 161. Foram 30 policiais mortos, 3 guardas municipais e 8 agentes penitenciários, além de 4 civis sem ligações com a polícia e com o crime.

“Sem abalo, V. Madalena mantém rotina festiva”. (14 de julho de 2006) [16]

A notícia faz menção a um incêndio em um ônibus no badalado bairro da zona oeste paulistana, diferentemente do padrão dos demais incêndios, realizados nos bairros mais periféricos. Abaixo será reproduzido na íntegra o pequeno texto:

O incêndio do ônibus que faz a linha Munhoz – Vila Madalena, na esquina da Rua Aspicuelta com a Fidalga, onde se concentram alguns dos bares mais badalados do bairro, foi mais espetacular do que dramático. Três rapazes embarcaram no veículo em um ponto da Rua Mourato Coelho, mandaram cinco passageiros descer, jogaram gasolina no chão, tacaram fogo e saíram correndo em direção à Rua Cardeal Arco Verde. Tudo isso por volta das 23 horas de quarta-feira, quando o movimento era grande na região.

A maioria dos clientes dos quatro bares que ficam nessas esquinas – Quitandinha, Filial, Genésio e Saquê Sushi Bar – deixou seus lugares nas mesas das calçadas. Muitos correram para tirar os carros estacionados de perto das chamas.

Apesar de ter sido o primeiro ataque de vulto a uma das regiões mais chiques da cidade, a ficha ainda não parecia ter caído para os moradores e frequentadores do bairro. As grandes labaredas eram lembradas, assim como a forte explosão que ocorreu cerca de meia hora depois. Mas a maioria não se sentiu em risco no momento dos fatos. “tinha helicópteros, sirenes, e gente de pijama nas ruas, conta Mariana _____ gerente do restaurante Feijoada da Lana”.

Como lidar com tantas informações? Do que surge no pensamento decorre da passagem em que o jornal afirma que “foi mais espetacular do que dramático”. E por que? A sensação de ler esta notícia é a de um deslocamento de um evento ligado à realidade periférica na metrópole e que é projetada, mas não efetivamente realizada, no epicentro gastro festivo da capital, frequentado inclusive, muito possível, por quem está lendo estas páginas.

Teria o “Estadão” chegado à reflexão da realidade espetacular e se referia a forma e conteúdo do incêndio? De onde vêm a tranquilidade ou impulso de autoproteção dos frequentadores dos bares em ir buscar seus veículos? Estariam por meio do consumo espetacular dos incêndios noticiados tele jornalisticamente e por via impressa menos

sensíveis que os moradores das periferias? Ou a situação causada pelos três jovens foi uma tamanha situação que nem mesmo pode ser apreendida?

De algum modo o veículo utilizado como transporte coletivo que cruzava as famosas ruas e passava em frente a renomados e já “tradicionais” bares da “Vila Madá” teve que ser notado para além do “busão chato” que atrapalha a descontraída conversa abastecida de cerveja gelada e algum quitute.

Na bem da verdade, o jornal segue um discurso tacanho, a Vila Madalena sempre foi alvo de ações do crime, assaltos, roubos de carros, sequestros relâmpagos, tráfico, o que foi rompido desta vez parece ter sido o véu das aparências, “a periferia está em todos os lugares”.

Acompanhando esta página temos como primeira notícia: “PCC usa carro para explodir Banco”, exatamente isso, dois símbolos e momentos distintos do Capital se mostram em sua implicação, uma facção criminosa usando um carro como bomba explodiu as fachadas de bancos na cidade de São Paulo e de Osasco, o capital fictício, de um pós fordismo fundidos.

A segunda notícia da página se refere a um ônibus que após ser incendiado perdeu o controle e invadiu a garagem de uma casa, se chocando com um veículo que estava ali estacionado. O ato foi atribuído também ao PCC, e

testemunhas relataram o procedimento costumeiro dos bandidos: munidos de coquetel molotov, pediram que todos descessem e atearam fogo no ônibus da linha 1786 – Santana/Vila Albertina, da Viação Sambaíba. “Eram três caras, quando o ônibus começou a pegar fogo eles já estavam fugindo nas motos” disse [H.N], de 21 anos, técnico de informática.

N. contou que o motorista ao descer do ônibus esqueceu de puxar o freio, e o ônibus estava em uma descida. O resultado disso foi um incêndio em uma das casas da rua [...].

E a parte mais intrigante e de forte apelo imagético reflexivo é a de que indo o motorista e algumas testemunhas ao 20º DP da Água Fria dar queixa e fazer um Boletim de Ocorrência (B.O): “Logo após o incêndio do ônibus, várias crianças passaram a fazer

festa, tirando as peças do veículo[!]”. Em que ritmo bailavam estas “crianças selvagens¹⁵”? Talvez sob alguma batida de Rap, forró, pagode, sertanejo, arrocha ... propalado por um aparelho sonoro comprado a crediário em oferta no Carrefour, como estampa a publicidade no centro da página.

¹⁵ Para minimizar o espanto do leitor ao se deparar com o termo “selvagem”, tão arraigado à nossa mentalidade eurocêntrica que atribui ao termo “selvagem” conotação negativa se mostra cabível, por generosidade e oportunidade de empurrar as cercas da moral e mentalidade ocidental cristã para mais longe das terras sonhadas a fim de que os “senhores do mundo” sejam eles mesmos seus próprios prisioneiros. A inspiração de usar a expressão “crianças selvagens” é uma referência direta aos escritos do autor anarquista Hakim Bey, que na obra ‘Caos: terrorismo poético & outros crimes exemplares’ (BEY, pág. XVII – XVIII, 2003) tem um item com este mesmo título “Crianças selvagens”. Em uma outra publicação denominada de Temporary Autonomous Zone (Zona Autônoma Temporária) Hakim Bey resgata a imagem destes insurgentes ontológicos juvenis. “Jovens demais para helicóptero de guerra – fracassados na escola, dançarinos de *break*, poetas púberes de vilarejos à beira da estrada – um milhão de centelhas caindo em cascata dos rojões de Rimbaud & Mogli – frágeis terroristas cujas bombas espalhafatosas são amor polimorfo & preciosos fragmentos compactos de cultura popular – franco atiradores punk sonhando em furar as orelhas, ciclistas animistas deslizando no crepúsculo cor de estanho pelas ruas fora de temporada, ladrões sorridentes, de olhar enviesado, de totens poderosos, troco pequeno & navalhas de pantera – estão em todos os lugares, nós os vemos – publicamos esta oferta para trocar a corrupção do nosso próprio *lux et gaudium* por sua perfeita & gentil imundície” (Idem). Dentro da virada ontológica no campo da antropologia e nas epistemes decoloniais há um movimento de reivindicação do termo “selvagem” como positivo, o que afronta a racionalidade colonizadora.



Especialistas divergem sobre a Lei de Segurança. (09 de agosto de 2006, pág. 42)

[17]

Nesta notícia o periódico aborda a discussão sobre a solicitação do Secretário de Segurança Saulo Abreu de aplicar aos atentados realizados pelo PCC a Lei de Segurança Nacional criada na Ditadura Civil Militar para crimes naquele contexto considerados como crimes políticos. O debate se dá sob a ótica do jurista Renè Ariel Dotti, que aponta: “É uma contradição evidente e insuperável”, se referindo ao enquadramento dos atos do PCC como ações de cunho político.

A Lei de Segurança

tipifica crimes como o de sabotagem contra meios de transporte, por exemplo, com pena que varia de 3 a 10 anos. O incêndio a ônibus poderia ser enquadrado nessa categoria. Se julgada como crime contra o patrimônio, previsto pelo Código Penal, a conduta pode ser punida com pena alternativa. Dessa forma, usando crimes com descrições genéricas, seria possível aplicar penas mais duras aos bandidos que fizeram os ataques.

O contraponto feito pelo jurista foi o seguinte:

[...] a proposta é a cortina de fumaça criada por um governo que briga por leis penais mais duras, mas se omite no cuidado do sistema prisional. “ A lei prevê a proteção às instituições do Estado Democrático de Direito, que estão funcionando. Aplicá-la seria uma forma de abuso”.

A leitura do jurista quanto a prática do governo paulista em buscar aumentar em número e tempo de encarceramento e encarcerados é de total acordo, sobretudo em relação a condição penitenciária de milhares de pessoas nas mais adversas condições e sofrendo os mais inescrupulosos abusos.

Vale ressaltar, coisa que o jornal e o próprio jurista deixaram de comentar, que o próprio PCC vai surgir como uma objeção a esta realidade super precária dos presídios no estado e na capital paulista.

Uma segunda opinião favorável a aplicação da LSN foi propalada pelo advogado e professor da UNISANTOS, Pedro Lazarini Neto, em que o mesmo dizia que: “o PCC está atacando o Estado Democrático de Direito, o que legitima o uso da LSN e exige punição mais rigorosa. ‘Daqui a um tempo, se não usarmos esse instrumento, vão decretar estado de sítio. Essa é uma freada anterior, indispensável’”.

A notícia termina lembrando que a LSN foi aplicada em 06 de junho de 2006 contra o Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST) que teria invadido a câmara dos deputados naquela data.

Ao fazer citação a esta forma de conduta do MPF fica evidente a diferenciação levada a cabo na eleição do que são crimes políticos e do que são crimes “comuns”. Acelerando os fatos históricos temos ciência que no ano da realização do Mundial de Futebol houve a aprovação da Lei Anti Terror, em que a LSN se espalhou por campos e ações sociais antes melhor delimitados. Isso, porém, não significa dizer que crimes quaisquer passaram a ser enquadrados como terrorismo, mas que movimentos sociais organizados tiveram, no quarto mandato do PT no Governo Federal, suas ações tipificadas como terrorismo.



Nesta página acompanharam a notícia anterior: “Troca de farpas emperra ação em SP”, abordando a truncada negociação do Governo Paulista em negociar com as ofertas do Governo Federal em uma explícita disputa eleitoreira no uso do caso PCC; “PT acusa Saulo de fazer terrorismo eleitoral”, o diretório do PT entraria com um pedido de crime de calúnia e difamação contra o Secretário de Segurança do Estado de São Paulo, Sandro Abreu, por este ter repetidamente ligado o PT aos atos do PCC em um programa de TV; e por fim “No Congresso, leis demoram”, nesta notícia o jornal aborda a vagarosa dinâmica do Congresso em avaliar e dar seguimento às propostas de Leis na casa, tal fato seria agravado pelo ano eleitoral.

Por fim, percebe-se que em nível nacional os atos do PCC se fizeram sentir e que no campo político e jurídico se tornaram um trunfo. Os incêndios de ônibus eram mais lembrados do que a explosão de carros em frente a delegacias, assassinatos de policiais e outros atos realizados pelo grupo no que ficou conhecido como o “Salve Geral”. No centro e à esquerda da página se observa um helicóptero do Exército com soldados da Força de Segurança Nacional que haviam pousado no Campo de Marte!

(Parênteses Cariocas VI) “Lorde é condenado a 444 anos de prisão”. (08 de novembro de 2006). [18]

De maneira breve, apresentado como o desfecho do caso do incêndio do ônibus com passageiros no Rio, foram condenados em Júri Popular os envolvidos e réus confessos do ato. Como anunciado no título da notícia, o mandante do caso foi condenado a 444 anos de reclusão, um segundo envolvido a 309, por ter comprado a gasolina e derramado nos passageiros e veículo. A namorada de Lorde, apontada como a mulher que teria feito sinal para que o coletivo parasse no ponto onde foi atacado, receberá um julgamento separado.



Acompanhando o caso carioca está a notícia principal desta página: “PCC mantém greve de fome”. Fazendo uso de uma tática de ação não violenta, Marcola, líder do PCC, juntamente com outros “cabeças” da organização realizavam greve de fome em protesto contra o Regime Disciplinar Diferenciado que foram submetidos.

Marcola teve uma reunião com sua advogada, segundo a notícia, e entregou a mesma uma carta com a intenção de divulgar os motivos que o levaram a tomar a decisão do protesto em conjunto com os demais presos. O conteúdo da carta de acordo com a

advogada seria uma explicação dos motivos que os impeliram a iniciar a greve de fome, sendo eles:

[...] as condições das celas, que estariam sem ventilação e com forte cheiro de tinta.

Na carta, segundo ela, Marcola protesta ainda contra o RDD, dizendo que é injusto ele estar preso nesse sistema porque foi absolvido em todas as instâncias em que era acusado.

A administração do Centro de Readaptação Penitenciária (CRP) apreendeu a carta sem apresentar justificativas maiores a não ser a de que a advogada solicitou papel e caneta para a redação de uma procuração e não uma carta.

O encaminhamento do CRP a respeito da greve foi o de solicitar a liberação de doação das refeições negadas pelos detentos, mas “já reduziu a quantidade de comida oferecida aos detentos para evitar desperdício”.

“A moda do PCC” (31 de dezembro de 2006) [19]

Em um pequeno parágrafo que segue o jornal publica as seguintes palavras:

Só no incêndio de um ônibus interestadual morreram sete pessoas. Numa madrugada de pânico, como que repetindo no Rio de Janeiro o horror do PCC, delegacias e cabines de polícia foram metralhadas. Um soldado da PM que patrulhava a Lagoa, região nobre da cidade, morreu atingido por 12 tiros. Durante o dia, houve arrastão em Bangu. O saldo final, até o fechamento desta edição, é de 18 mortos.

Acompanhando o desenrolar deste texto percebemos que no fragmento anterior há uma colocação que inverte, ou simplesmente atribui a São Paulo e ao PCC uma forma e práticas de ação violentas como genuínas. Os textos (Parênteses Cariocas) nos mostram outro percurso interpretativo, e na franqueza da escrita, a preocupação não é a se ater ao sotaque dos atos, se arrastam o “s” ou se dizem “mano, tá ligado?”. O que se percebe, é um avanço dos conflitos entre o crime organizado, este em termos genérico abstratos por enquanto, mas que futuramente será adjetivado em outros textos, com o Estado, e os

contextos das ações, justamente os adjetivos que acompanham os grupos, são próximos mas também divergem.

O que dá base para estas aproximações é um processo intenso de periferização das metrópoles brasileiras, sendo SP e RJ, os maiores expoentes disto, mas não as únicas, de norte a sul, leste a oeste, crescem os “periferizados”, uma massa de proletariados, arrastados ao centro do capital em seu movimento crítico, que despossuí e descarta. Uma horda lançada ao próprio azar, pois estar vivo, para muitos é sorte, como apontam os dados das sequências históricas do Atlas da Violência, sobretudo para os que se enquadram no “triplo P” (Pobre, “Preto” e Periférico).



Como tem se repetido, muitas vezes os textos que acompanham a mesma página das notícias que diretamente abordam os incêndios trazem importantes contribuições para entender a atmosfera mais ampla dos mesmos.

O texto principal desta página “A nefasta sanha de prender mais, mais...” do jornalista e professor Marcos Rolim, traz importantes indagações sobre a política de encarceramento em massa posta em prática pelo Brasil, e principalmente pelo estado de São Paulo.

De início o jornalista, como alguém que conhece do assunto afirma:

Governantes, gestores, magistrados, legisladores e formadores de opinião devem lidar com problemas reais e, tanto quanto possível, procurar soluções para eles. No Brasil, entretanto, tornou-se comum que, entre pessoas com responsabilidade pública o compromisso mais autêntico seja o de estabelecer uma sintonia com o senso comum e as expectativas socialmente disseminadas – ainda que isto signifique, como ocorre normalmente, agravar os problemas reais.

A advertência do jornalista segue trazendo dados daquela primeira década de 2000:

[...] o Brasil é um dos países onde mais se aprisiona, sendo que na última década -2000], mais que dobramos nossas taxas de encarceramento. Esta tendência, tornada mais nítida a partir da aprovação da “Lei dos crimes hediondos” (Lei 8072/90), está se acentuando por conta da extraordinária sensação de insegurança, motivada, em parte pelo aumento das ocorrências de determinados crimes – e, portanto, pelo alargamento de experiências concretas de vitimização -e, de outra, pela transformação da violência em um espetáculo rentável por boa parte da mídia nacional.

A rentabilidade do crime, continua Molim, é alargada para outras esferas da sociedade, onde o mesmo demonstra haver uma cadeia produtiva da criminalidade (pensada aqui no duplo, punição e infração), inclusive produzindo o espaço do medo, do cárcere, privado e público, coletivo e individual.

Esta lógica propaga-se no desdobramento das práticas sociais:

Pressionados por resultados, policiais tendem a prender mais, promotores produzem mais denúncias e apelos, magistrados passam a decretar mais prisões preventivas como se estas fossem a regra do processo penal e a protelar sentenças mais longas e, [...] os membros do Congresso Nacional alteraram a legislação, criando novas figuras típicas, agravando penas e tornando a execução penal mais rigorosa.

Molim destaca:

Tais medidas, sempre saudadas pela opinião pública, logo se demonstram inócuas, mas o ciclo da demanda punitiva – ao invés de se fechar – retoma o caminho já trilhado, identificando as novas medidas como insuficientes ou “pouco rigorosas”. Como em um sintoma neurótico de repetição [...].

A reposição crítica que Molim percebe se atrela a objetividade fantasmagórica do sistema produtor de mercadorias, a reposição é sempre em níveis mais críticos, o

“humano”, a vida, é moída em engrenagens cibernéticas tele financeiras e real ficcional de um sistema em pós ruína.

Longe da visão romântica e judaico cristã zen contemporânea de nossa época, das atrocidades não brotam flores, mas sim Primeiros Comando da Capital, Comando Vermelho, Amigo dos Amigos, Facção do Norte, Primeiro grupo Catarinense [...], a balcanização do mundo como colocado no final do livro “Colapso da Modernização” de Kurz.

Neste sentido vai nos dizer Molim:

O caso de São Paulo oferece, neste contexto, com o surgimento e consolidação do PCC, as evidências mais eloquentes a respeito da produção do crime e da violência a partir de uma experiência massiva de encarceramento, para adultos e adolescentes, construída com base no desrespeito à lei e a dignidade das pessoas. O Estado, como se sabe, possui cerca de 40% de todos os presos brasileiros e é aquele que mais investiu na construção de novas prisões. Mais do que isso, foi também o lugar onde se concebeu um regime especial de execução penal- o Regime Disciplinar Diferenciado -, pelo qual é possível isolar completamente um preso por até dois anos.

A este RDD protestava Marcola como visto nas notícias anteriores, e como percebido passado mais de uma década desta notícia o patamar de ação do PCC ultrapassou as fronteiras nacionais, sendo inclusive hoje classificado como um cartel internacional de tráfico de drogas e armas.

O refinamento da catástrofe anunciada é impressionante, o discurso apelativo por maiores punições, menores tolerâncias para os atos infracionais de uma sociedade alicerçada em bancadas da bíblia, da bala e do boi, que crescem dentro de todas as esferas políticas no país, absorvidos e ecoados pela sociedade, nos arrasta a todos ao cadafalso da pós verdade. Presidentes, senadores e vereadores milicianos defendendo o cárcere para jovens a partir dos sete anos como visto nas páginas que já folheamos. Do outro lado, o próprio crime pedindo o cumprimento da Lei em seus elementos mais basilares, “Paz, Justiça e Liberdade”!

“PCC e facções do Rio: objetivos comuns, organização diferente” (31 de dezembro de 2006, pág. 36) [20]

Há muito mais semelhanças entre o Primeiro Comando da Capital (PCC), de São Paulo, e as facções criminosas do Rio do que simplesmente atear fogo em ônibus e atacar policiais. Embora a inteligência da polícia não tenha conectado comunicação entre criminosos dos dois Estados na última onda de ataques, todos usam o mesmo manual para barbarizar: ordenam atentados de dentro de presídios, atacam em comboios, agem para promover o pânico na população.

Assim começa o texto desta notícia assinada por Paulo Baraldi, “enviado especial” do jornal ao Rio de Janeiro. O repórter foi entrevistar o Secretário de Segurança do Rio, um jornalista de guerra.

A primeira colocação feita pelo secretário de segurança foi: “O crime faz escola. Criminalidade também é cultura”. Indagado sobre as conexões entre o crime organizado do Rio com o de São Paulo ele aponta: “O PCC é o aperfeiçoamento de todas as facções”. Mesmo fazendo a ressalva de que o CV é mais antigo que o PCC, o secretário percebe o discurso ideológico do grupo paulista como mais eficiente em termos de aglutinar e direcionar as suas práticas.

A respeito dos “salves”, termo usado para se referir aos atentados, a causa principal é localizada na aprovação e implementação do Regime Disciplinar Diferenciado além de terem “um interesse igual: o ganho econômico”.

O “enviado especial” aproveitou sua visita ao RJ e entrevistou também o titular da Delegacia de Repressão a entorpecentes da Polícia Federal, e este disse ao jornalista do Estadão que:

[...] acredita que está no poder do Estado o principal alvo dos bandidos. “O Estado é o inimigo deles”. Mas a formação ideológica entre as facções cariocas e paulistas é diferente, garante. “No Rio, o crime é mais uma cooperativa, não tem a verticalização igual à do PCC, que é muito mais ordenado e coordenado”.

Tal ordem e coordenação fez com que em SP, tendo os policiais como alvo de suas ações, fez com que o PCC saísse da “posição de presa para a de predador”, em desabafo dizia: “Aqui não aconteceu isso”.

O delegado, com seu vocabulário de expedicionário, segue fazendo comparações entre os atos e organização dos grupos criminosos, e se atentando a questão territorial ele destacava:

Em contrapartida, no Rio é mais fácil para a polícia saber onde estão os bandidos. “O PCC em São Paulo está pulverizado. Aqui tudo é demarcado”, esclarece a inspetora e deputada eleita Marina Maggesi.

A policial, também entrevistada pelo “enviado especial” , posicionou-se contra a ideia de que o PCC “tenha servido de base a criminosos do Rio”, continuou seu posicionamento dizendo que: “Se alguém copiou, foi o PCC. O CV já faz isso há anos”.

Por fim o “enviado” entrevista Gláucio Ary Dillon Soares, pós doutor e professor do Instituto Universitário de Pesquisa do Rio, que é um *expert* de sociologia. Gláucio Dillon Soares trouxe um elemento complexo que distingue bastante as ações do crime nos dois Estados, que é a existência ou não das milícias. No Rio as milícias, segundo o sociólogo atuam no sentido de combater o traficante comum e assumir o comando de seus territórios. Os milicianos são, segundo apontamentos e prisões já realizadas organizadas por policiais e ex -policiais expulsos das corporações oficiais, o que mina a ação dos policiais na ativa, por haver uma complexa rede de troca de informações e transações entre estas esferas oficiais e extra oficiais.

De fato, em SP, não há todavia a informação oficial da existência de grupos milicianos no molde carioca, apesar dos grupos de extermínio, os “pé de pato”, como são chamados nas periferias da RMSP.

O texto enviado pelo “especial” jornalista, em missão no Rio, termina com os dizeres:

Nesta página: “Em SP, 33 são presos em churrasco do PCC”; “No Rio, morre a 8ª vítima do ônibus incendiado” e “No ES, estado de alerta e transferência de presos”.

“O segundo sinal de alerta” (O Estado de São Paulo, 16 de maio de 2009, p. 3) [21]

Mais uma vez os incêndios de ônibus flamejam nas páginas do editorial do grande veículo de opinião pública O Estado de São Paulo. Em resumo, o periódico aborda a partir do levante e conflito popular na zona leste de São Paulo, decorrente da prisão de três jovens na “favela” do Tiquatira. Deste evento o corpo editorial parte em direção a um discurso que beira o sensacionalismo ao modo “Datena”, exigindo maior efetividade na repressão ao crime e um bom senso das ações policiais que, mesmo sabendo não existir.



Abaixo serão apresentadas citações do texto que elucidaram mais do que esta tentativa de síntese do texto.

O confronto, na tarde de quarta-feira, entre a Polícia Militar (PM) e moradores da Favela Tiquatira, na Penha, provocado pela prisão de três traficantes, que durou quase quatro horas e deixou um saldo de três feridos – dos quais dois policiais -, veículos incendiados e perturbação no trânsito, tem características que o tornam altamente preocupante. Como ele tem pontos em comum com outro episódio ocorrido, em fevereiro, este na Favela Paraisópolis, é grande e justificado o temor de que possa estar

em curso um processo capaz de levar a situações como a vivida pelo Rio de Janeiro, o que deve ser evitado a todo custo, enquanto é tempo.

Neste parágrafo o editorial revela suas preocupações, SP não pode se igualar ao Rio, a população não pode se rebelar contra a arbitrariedade policial nas periferias, sobretudo, quando seus jovens, em maioria negros e pobres, são violentados.

Tudo começou quando PMs que fazem patrulhamento na região detiveram três rapazes, numa quadra esportiva do bairro, e foram imediatamente cercados por um grupo de moradores, determinados a liberá-los. Na confusão, dois conseguiram fugir. Com o terceiro a PM afirma ter encontrado 10 pinos com cocaína, 5 trouxinhas de maconha e 12 bolinhas de haxixe.

Fica evidente o ponto de vista que o editorial adota, a perspectiva é a da narrativa do poder, do Estado, não podendo ser diferente, o jornal se alinha à política de encarceramento em massa travestido com o mote de guerra ao tráfico.

A partir daí o tumulto, que durou até as 20 horas, começou a adquirir grandes proporções. A avenida Gabriela Mistral, paralela a Marginal do Tietê, foi bloqueada com pneus e pedaços de madeira. Vias importantes da região, entre elas as pistas local e expressa da marginal, no sentido da Rodovia Ayrton Senna, ficaram interditadas.

Um segundo pavor da “sociedade do automóvel” e da circulação incessante não é omitido, onde já se viu criar problemas nas vias arteriais desta metrópole? Ainda mais advindos da favela do Tiquatira? Vale lembrar que, o Tiquatira é um bairro que fica nas várzeas do Tietê, bairro que por muitos anos sofreu com as enchentes sazonais do período de chuvas de verão, que na passagem da década de 1990 para a década de 2000 passou por um plano de “reurbanização”, removendo muitos dos moradores, no lugar de moradias é possível hoje passear por um “parque linear” às margens do córrego do Tiquatira, tributário da Bacia do Tietê. Deixa-se registrado que nada há de oposição aos parques lineares e projetos de recuperação de matas ciliares dos rios urbanos, mas sim, contra a contínua expulsão dos pobres da cidade, os negando o urbano para além da repressão.

Em pouco tempo a região virou um campo de batalha. Um grupo parou um ônibus articulado da linha Terminal São Miguel – Parque Dom Pedro, fez descer os passageiros e ateou fogo no veículo. Usando “coquetéis Molotov”, pessoas vindas da favela também incendiaram um micro-ônibus, um caminhão e um veículo de passeio.

As labaredas foram lançadas, os veículos, símbolo de um projeto urbano e social foram violados. O que foi dito sobre as pessoas? A vida dos envolvidos na “Batida policial”? Nada sabemos. Ao ler o texto é curioso que o corpo editorial fez uso de terminologias díspares para se referir ao local do confronto, “bairro” e “favela”. Se observarmos a proximidade dos adjetivos e verbos que acompanham os sujeitos nas orações, será possível perceber que “favela” está para coisas consideradas ruins e “bairro” para situações normais ou boas. A velha leitura de toponímias, uma região que carrega uma nomenclatura dada por um povo não mais presente ali, mas que em Tupi-Guarani deixou uma descrição daquela região como “cisterna amontoadada ou caixa d’água” de acordo com traduções (<http://www.saopauloinfoco.com.br/nomes-indigenas-sp/>).

Foi uma ação executada com rapidez e precisão por grupos bem organizados e armados e não por simples moradores. Tudo indica, portanto, que o confronto foi provocado por traficantes, que insuflaram os moradores a reagir contra a polícia, alegando como sempre, que os detidos eram inocentes trabalhadores, e se encarregaram das ações mais violentas.

Após caracterizar os sujeitos da ação o editor lança o seguinte apelo:

Impedir a todo custo que se repita em São Paulo o que se passa na antiga capital da República é o que se espera do governo do Estado. É preciso agir com urgência e com o máximo de energia, porque esta foi a segunda vez em pouco mais de três meses que o sinal de alerta soou. A primeira foi no dia 2 de fevereiro passado, na Avenida Giovanni Gronchi, no Morumbi, perto da Favela do Paraisópolis, quando dezenas de pessoas entraram em confronto com PMs. O motivo foi a morte, no dia anterior, em confronto com a polícia, de um ladrão e traficante, morador da favela.

Sem pudores, a exigência é muito bem expressa, “agir com urgência e o máximo de energia”. Um apelo à máquina de morte do Estado pelo Estadão, carregado de um discurso republicano aos moldes conservadores que delinearam sua constituição

oligárquica. E afinal de contas, a população da “favela” se rebelou contra a morte de “ladrão e traficante”, no dia 02 de fevereiro, “dia de festa no mar”, mas que no planalto paulista, foi celebrado com fogo e confronto em uma das áreas de maior discrepância socioeconômica da cidade, sendo uma foto aérea da região, ilustrando os prédios luxuosos com uma piscina por apartamento e Paraisópolis e suas precárias e densificadas construções lado a lado uma das primeiras imagens do “Google” quando se pesquisa por segregação socioespacial.

Nas favelas de São Paulo, como nas do Rio e de outras grandes cidades brasileiras, a imensa maioria dos moradores é constituída por trabalhadores. Pessoas honestas que querem viver em paz. O problema é a minoria de traficantes que lá se refugia e tenta impor sua “lei”, intimidando os moradores. No Rio, há tempos eles conseguiram dominar vastas áreas da cidade. Nelas, as forças policiais são recebidas a bala e já houve casos notórios de autoridades que tiveram de negociar sua ida ali com os chefões do tráfico. Uma situação absolutamente inaceitável, pois o Estado não pode abdicar do controle de áreas mínimas que sejam, de qualquer cidade, muito menos de uma da importância do Rio.

O fragmento acima é o desdobrar do discurso apelativo do jornal “O Estado de São Paulo”, manifesto pelo seu corpo de editores que, usando de expressões “é pobre mas é trabalhador” tenta dar base a um argumento que incita ações de violência dentro das periferias, mesmo sabendo que a maioria das pessoas que vivem ali querem “paz”. Uma fala que ignorar a realidade enquanto um arraigado processo de exclusão e violência contra específicas camadas da sociedade, negras, pardas e pobres, que para sobreviverem no meio urbano subiram morros, por isso um Rio de Janeiro favelizado, ocuparam várzeas, vejamos o Tiquatira e todas as comunidades de palafitas que ainda se encontram em São Paulo nos becos formados sobre os rios tributários do Pinheiros e Tietê.

E continuar propagando o senso comum, a mentira milhares de vezes repetida de que gente que presta é quem trabalha, propalado por uma elite branca que tem aversão ao trabalho como ilustrava os sociólogos e antropólogos desde o início do Século XX,

como Sérgio Buarque de Holanda, é pavoroso. Pavor que se torna pânico se se levar em conta a própria crise imanente deste sistema social que a cada progresso” efetiva o lançamento de milhões de pessoas à condição de “seres humanos descartáveis” como bem coloca Kurz e sua parceira Scholz.

No limite atrelar a figura dos que não devem ser molestados na RMSP como “os trabalhadores” é na prática dizer – “Quase todos poderão ser” – lembrando mais uma vez, nunca é excesso, e a sequência histórica do Atlas da Violência ilustra isso, jovens negros, pobres e de baixa escolaridade são as maiores vítimas de mortes violentas neste país, e a maior parte delas é realizada pelas mãos dos funcionários armados do Estado.

É uma luta antiga, a resistência contra o extermínio, e o processo é repleto de contradições, como ensinado pelo “demônio” Anhanguera, se botou fogo na “tiquatira”!

“Neste ano, 9 protestos ocorreram em favelas” (por Fernando Aranda em: O Estado de S. Paulo, 03 de setembro de 2009, pág. 40) [22]

O jurista criminalista Fernando Aranda faz uma leitura sob a ótica jurídico criminal dos eventos que no texto ficam caracterizados como “ reação da população contra o poder público”.

O protesto incendiário da comunidade Heliópolis, na zona sul de São Paulo, anteontem, já foi repetido por moradores de outras favelas da cidade, sempre como reação da população a um descontentamento com o poder público. Levantamento feito pelo Estado mostra que, desde o início do ano, foram outras oito manifestações parecidas (com queima de veículos, barricadas e enfrentamento com a polícia) -, na penúltima semana passada, no Tremembé (zona norte).

As causas, diretamente ligadas aos “protestos incendiários” são segundo o jurista: “Desapropriações, falta de transporte público e morte de algum morador – de forma acidental ou em enfrentamento [...]”. Estas causas estão presentes cotidianamente nas vidas de milhares de moradores das periferias e suas múltiplas comunidades na RMSP, o próprio sentido do urbano se revela por meio destas ações elencadas por Aranda.

Convidado por Aranda, Renato de Vitto, presidente do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais fez as seguintes colocações sobre o tema:

Usuários de ônibus danificarem um bem público que eles próprios utilizam exterioriza a revolta dos moradores com o Estado. [...] É um grito de descrença, a constatação de que as políticas públicas são seletivas e não chegam a eles.

Esta consciência, tardia por parte do especialista já é velha conhecida e debatida pelos moradores da periferia paulistana, tanto o é que em muitas das crônicas urbanas escritas em forma de letra de RAP, os artistas descortinam aos ouvidos dos ouvintes uma “realidade cruel”, “uma máquina de fazer vilão”, lugares onde o “IBGE nunca mais voltou”.

Aranda faz um apanhado das manifestações que aconteceram naquele ano até a data de seu texto.

Em janeiro deste ano, a primeira manifestação popular foi na Favela Tiquatira, na zona leste, em resposta à falta de abrigos municipais depois do incêndio que destruiu barracos. [...] No mês seguinte, Paraisópolis, na zona sul, foi palco da guerrilha. Barricadas, feridos e presos tiveram como causas duas versões. A comunidade reclama da ação violenta da polícia e de um morador morto. A polícia dizia que um importante traficante foi derrubado.

Em abril, o protesto na Favela Cidade Jardim, na zona sul, foi pela falta de água havia dois dias. Em maio, desapropriações teriam rebelado a Favela da Cidade Tiradentes (na zona leste).

Dias depois, mais uma vez a Tiquatira queimou ônibus para ganhar voz após a prisão de três supostos traficantes. Ainda no mesmo mês, a comunidade do Jardim Aracati, na zona sul, interditou o trânsito com pneus queimados para pedir transporte público melhor.

Em julho a demolição de barracos inflou a Favela do Sapo, na Água Branca (zona oeste). Semana passada, a Favela Filhos da Terra, no Tremembé, queimou ônibus e carros. O motivo segundo moradores, é que um inocente foi executado. Policiais falaram em peça do crime tirada do jogo.

Guaracy Mingardi, autor do livro “Estado e o crime organizado”, um segundo especialista convidado a participar da conversa por Aranda para responder a questão da semelhança das ações no sentido de formas de protesto (incêndio de ônibus e outros veículos, interdição de vias etc.), o especialista dizia: “Estes protestos vêm em onda, são muito parecidos até porque são inspirados um nos outros”, sua colocação, segundo ele, se faz com base na teoria sociológica da “imitação”.

Uma terceira participação a convite de Aranda, Paula Miraglia, diretora do Instituto Latino Americano para a Prevenção do Delito, em resposta a Mingardi sobre a teoria da imitação e a leitura de que os atos têm um apelo midiático muito forte, a diretora dizia: “não anula a importância da reivindicação das comunidades que lutam para sair da invisibilidade”.

Aranda termina o texto da seguinte maneira:

A organização semelhante dos protestos também acarreta vítimas parecidas. Jurema _____ assistiu só pela televisão ao protesto de Heliópolis, mas garante ter sentido “a mesma taquicardia ao ver a adolescente morta que sentiu semana passada”.

Neste dia, seu filho de 20 anos morreu e deu início ao protesto na comunidade Tremembé. Para a polícia, era o traficante Ronan. Para ela seu filho “cheirinho”.

O que fica evidente nas falas organizadas deste artigo jornalístico é uma sequência de tragédias que tem o Estado e sua política de combate ao “crime” como um dos maiores agentes da violência que desencadeia os protestos. A imitação dos protestos tem ligação com um “procedimento padrão” de agir da polícia nas “comunidades” atuando e abordando suspeitos em maioria “quase todos negros”.

“SP insiste em isolar as franjas da cidade”. (O Estado de S. Paulo, 03 de setembro de 2009, pág. 40) [23]

Este texto foi elaborado pela convidada Paula Miraglia, antropóloga, que fez colocações no texto anterior do jurista Fernando Aranda. Se aprofundando em sua posição de que os eventos enfiados proferidos pelas comunidades das periferias têm legitimidade frente ao cenário que a mesma caracteriza da seguinte forma em seu texto:

A resposta da comunidade com o incêndio de ônibus e ataques à polícia tampouco tem novidades. Mas, se por um lado alimenta o ciclo da violência, por outro, rompe de maneira bastante eficaz a invisibilidade à qual estão relegadas essas regiões da cidade.

Indo mais a fundo e ampliando sua abordagem a mesma diz:

Basta lembrar que quase 50 mil pessoas são mortas a cada ano no País sem que isso tenha atenção proporcional da sociedade (o contraste das infinitas manchetes a respeito das mortes causadas pela gripe suína é exemplar nesse sentido)

Como se estivesse escrevendo nos dias atuais, onde as manchetes abordando o Covid-19 tomam as mídias impressas e televisivas, milhares de mortes envolvendo ações de policiais ficam silenciadas. É neste sentido que a antropóloga vai dizer:

Queimando ônibus a comunidade de Heliópolis, assim como fez a de Paraisópolis também neste ano, conseguiu chamar a atenção e apontar a gravidade de (mais) um crime acontecido no bairro.

Em específico se refere à morte de uma jovem atingida por um projétil disparado por policiais da Guarda Municipal em Heliópolis em uma suposta perseguição e troca de tiros.

O título de seu artigo publicado pelo Estadão é decorrente da seguinte passagem em que reflete sobre o processo de urbanização metropolitana:

São Paulo insiste na estratégia e isolar as franjas da cidade. Faz isso por meio da baixa qualidade ou, em alguns casos, inexistência dos serviços públicos e confinado a violência letal nessas regiões. A manutenção das periferias como um reduto de desigualdade é uma realidade com a qual a cidade parece ter se acomodado. No caso da violência, contudo, a estratégia não está funcionando e há provas contundentes nesse sentido.

Esta acomodação com a barbárie caracteriza as relações concretas de um cotidiano avassalador em que as mônadas amortecidas tropeçam em corpos e seguem rumo a seus afazeres. A sensação de medo e insegurança é constante.

Mas a insegurança e o sentimento de insegurança ao qual estamos todos submetidos nos lembram (ou pelo menos deveriam) de que ou a cidade toda está segura – e é, portanto, uma única cidade – ou ninguém vai estar.

O apontamento de Miraglia é, como já visto anteriormente, compartilhado, porém os meios desta cidade unitária levantam temores. Quais serão as vias desta pacificação? Quem são seus agentes? O Estado, o mercado (legal e ilegal)? Não há saída convincente até o momento a não ser uma negação radical, mesmo que no nível teórico, pois apelar à “Paz e Ordem” travestidos de Paz e Bem” muitas vezes, e isto Miraglia não podia prever, tem levado os adoradores da morte ao poder.

C4 CIDADES/METRÓPOLE: 2009/09/03

VIOLÊNCIA

Neste ano, 9 protestos ocorreram em favelas

Manifestações são a reação da população contra poder público



Favelas Manifestações em favelas são a reação da população contra poder público. Neste ano, 9 protestos ocorreram em favelas. Manifestações são a reação da população contra poder público.

Manifestações em favelas são a reação da população contra poder público. Neste ano, 9 protestos ocorreram em favelas. Manifestações são a reação da população contra poder público.

Manifestações em favelas são a reação da população contra poder público. Neste ano, 9 protestos ocorreram em favelas. Manifestações são a reação da população contra poder público.

Manifestações em favelas são a reação da população contra poder público. Neste ano, 9 protestos ocorreram em favelas. Manifestações são a reação da população contra poder público.

Manifestações em favelas são a reação da população contra poder público. Neste ano, 9 protestos ocorreram em favelas. Manifestações são a reação da população contra poder público.

'SP insiste em isolar as franjas da cidade'

Manifestações em favelas são a reação da população contra poder público. Neste ano, 9 protestos ocorreram em favelas. Manifestações são a reação da população contra poder público.

Mídia, segurança pública e violência

Manifestações em favelas são a reação da população contra poder público. Neste ano, 9 protestos ocorreram em favelas. Manifestações são a reação da população contra poder público.

Mídia, segurança pública e violência

Manifestações em favelas são a reação da população contra poder público. Neste ano, 9 protestos ocorreram em favelas. Manifestações são a reação da população contra poder público.

Mídia, segurança pública e violência

Manifestações em favelas são a reação da população contra poder público. Neste ano, 9 protestos ocorreram em favelas. Manifestações são a reação da população contra poder público.

Mídia, segurança pública e violência

Manifestações em favelas são a reação da população contra poder público. Neste ano, 9 protestos ocorreram em favelas. Manifestações são a reação da população contra poder público.

"Mídia, segurança pública e violência". Por Renato Sérgio de Lima para O Estado de S. Paulo, 03 de setembro de 2009, pág. 40. [24]

Este é o terceiro artigo da página 40 do dia 03 de setembro de 2009, a violência rende páginas ao noticiário, é esta componente, o uso da violência como apelo midiático, que o sociólogo Renato S. de Lima aborda em seu artigo. É interessante observar que o jornal publica um texto que poderia ser lido como uma metacrítica jornalística.

O sociólogo inicia seu texto com uma pergunta: "Será a imprensa corresponsável por ações de desordem que visam a sensibilizar a opinião pública?" Para responder sua pergunta Renato escuta a versão policial que afirma:

Com características similares, as três manifestações tiveram início como uma espécie de reação da população à forma violenta como a polícia atua nessas áreas. Porém, segundo a PM de São Paulo, os episódios foram realizados no mesmo horário, no fim do dia, de forma violenta, com ateamento de fogo em ônibus e formação de barricadas com pneus incendiados, e enfrentamento de civis à polícia.

A análise segue:

A polícia afirma que esses atos foram planejados, com a distribuição de panfletos apócrifos incitando os moradores de Heliópolis a realizar protesto no horário combinado, porque despertariam "maior interesse" da mídia televisiva, inflamando ainda mais as pessoas da comunidade local.

O temor da PM, diferente do que era imaginado por este sujeito de classe média que redige tal tese de doutoramento, era o do efeito combustível que o espetáculo do espetáculo poderia causar nas próprias comunidades, e não de afetar uma opinião pública de classe média e os segmentos mais abastados da sociedade.

Ainda de acordo com a PM, o modus operandi também guardaria similaridade com outros dois momentos: a desocupação da Favela do Tiquatira, que também teve formação de barricadas incendiárias; e os ataques do PCC, que foram calculados para gerar pânico e medo na sociedade.

Dando voz ao povo, o sociólogo traz os argumentos dos acusados:

Diferentes segmentos da sociedade civil denunciam, porém, a permanência de práticas violentas por parte da polícia nas comunidades de periferia. Para esses segmentos, a violência policial continuaria sendo uma constante em suas vidas e, ao dar destaque para tal situação, o uso da mídia seria uma das únicas formas legítimas ao alcance da população para combatê-la.

Uma vez expressas as versões o autor faz uma abordagem sociológica da mídia “Num cenário onde a violência é uma das maiores aliadas na produção da notícia, pois dramatiza o cotidiano e o torna em destaque [...]”

Contudo, como que obliterado pelo Espírito de Hegel, o sociólogo espera o momento em que a razão se realiza em Paz:

Mais do que concordar com um dos lados dessa disputa, cabe ressaltar a enorme responsabilidade da mídia, sem desmerecer a dos demais atores, na construção de um espaço público capaz de garantir direitos e cidadania, no qual polícia e sociedade deixam de ser inimigos e passam a ser parceiras na defesa da paz. [!]

Assim termina seu artigo, num apelo weber-hegeliano!

“Ato fecha Fernão, deixa 1 baleado, 90 detidos e faz SP pedir cooperação federal”.

O Estado de S. Paulo, 29 de outubro de 2013, pág. 10. [25]

Violento protesto contra a morte do adolescente Douglas _____, de 17 anos, por um policial militar, no domingo, fecharam uma ontem a Rodovia Fernão Dias e provocaram uma onda de destruição no bairro Jaçanã, na zona norte de São Paulo. Ônibus e caminhões foram incendiados e lojas,

saqueadas. Um homem foi baleado. O tumulto na estrada federal fez com que o secretário estadual da Segurança Pública, Fernando Grella Vieira, ligasse para o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, para estabelecer uma “ação conjunta”. Noventa pessoas foram detidas.

Este é o resumo da notícia, o caso, como apontado nas notícias anteriores, foi decorrente de mais uma ação violenta das forças policiais nas periferias da cidade. O alarde jornalístico parece vir não da morte de Douglas, 17, mas da proporção que o protesto de sua morte teve, implicando inclusive na solicitação do governo PSDB em solicitar reforços do ministro da Justiça no governo arquirrival Partido dos Trabalhadores.

Neste caso, as vias de circulação sobrepostas revelam um jogo hierárquico de poder, para não deixar de referenciar Raffestin (1993). Uma trama perturbada por uma insurgência da população frente ao contínuo extermínio de jovens nos bairros periféricos da RMSP, a vida potencializada sob o cadafalso que a deseja consumir.

De acordo com o jornal: “O PM acusado de matar o adolescente, Luciano Pinheiro Bispo, foi preso. Ele alega que o disparo foi acidental”. Como a morte pode ser acidental quando as forças policiais usam nas mais corriqueiras operações armas letais? O risco é calculado, e as vidas que são ceifadas parecem não ter valor frente aos cálculos do Estado e sua “Paz e Ordem” no rumo de um certo “Progresso”.

Ato fecha Fernão, deixa 1 baleado, 90 detidos e faz SP pedir cooperação federal

INCENDIÁRIO

Um caminhão pegou fogo na estrada federal Fernão, em São Paulo, durante um protesto. O fogo se espalhou rapidamente, obrigando a evacuação de uma área de aproximadamente 100 metros quadrados. O acidente ocorreu por volta das 18h30, quando o veículo estava trafegando na direção de São Paulo. O motorista, identificado como Luciano Pinheiro Bispo, foi baleado durante o tumulto e levado ao hospital. Noventa pessoas foram detidas durante o ato.

Além da lamentação pelo Twitter

Além da lamentação pelo Twitter, a morte do adolescente Douglas, 17 anos, gerou uma série de reações na internet. O caso tornou-se viral, com milhares de mensagens de solidariedade e críticas às ações policiais. A família do jovem pediu justiça e a condenação dos responsáveis pelo crime.

Motorista de ônibus andou 1 km de ré

Em outra ocorrência, um motorista de ônibus foi obrigado a andar 1 km de ré devido a um acidente na estrada. O veículo colidiu com um caminhão, causando danos materiais e o bloqueio do tráfego por algumas horas.

Desordem sem consequência atrelada

Apesar da desordem causada pelo ato, não houve consequências graves para a população. As autoridades afirmaram que o protesto foi pacífico e que as operações de segurança foram realizadas de forma adequada.

Assine o Estação

O ESTADO DE S. PAULO: PÁGINAS DA EDIÇÃO DE 29 DE OUTUBRO DE 2013 - PAG. 10

Ainda nesta página, desdobradas do texto principal temos as contribuições ilustres do Governador Geraldo Alckmin que manifestou seus sentimentos a família pelo “Twitter”, sutilezas dos instrumentos de comunicação que passavam despercebidos pela sociedade e estudiosos das ciências humanas a respeito destas novas formas de comunicação e discurso do poder.

Fechando a página, como que marcando o ponto de vista editorial, o convidado José Vicente da Silva Filho, coronel da Reserva da PM e professor do Centro de Altos Estudos de Segurança da PM, fez sua análise da manifestação.

Comportamentos explosivos de massa constituem situações de perplexidade não só para o público desacostumado com cenas de depredações e incêndios, mas também para os policiais. Mas esse não é um fenômeno recente nem exclusivo de países em desenvolvimento. Em 2011, a polícia inglesa matou um jovem de 29 anos, e uma multidão em fúria queimou duas viaturas. A partir daí, Londres assistiu a uma semana de terror, com prédios incendiados e saques. Na França, em 2005, uma onda de protestos durou 20 noites.

Há movimentos espontâneos que alastram e outros que ocorrem esporadicamente por emulação de grupos de desordeiros que pretendem legitimar suas ações por algum tipo de reivindicação. Quem estuda o fenômeno ressalta pelo menos um fator explicativo dominante: o comportamento de imitação que se segue a alguma manifestação aparentemente legítima e, principalmente, quando transparece a possibilidade de baixo risco, inação ou tolerância das forças da ordem.

Desordem sem consequência atrai desordem. É normal ver pessoas comuns participando de saques, simplesmente porque “liberou geral” permitiu liberar seus freios morais. O papel preventivo da polícia é maior e mais importante do que imagina boa parte da sociedade porque constitui uma instituição de vigilância contra a barbárie que está sempre à espreita, mesmo numa sociedade aparentemente normal.

Nesta sociedade “aparentemente normal” o banal é isolar, tirar de vista e matar pobre, em maioria negros, moradores dos bairros periféricos, onde a instituição policial pratica a barbárie. O tratamento ofertado pelos gestores do “Colapso” aos seres supérfluos se realiza por via da gestão e reclusão dos corpos, com uma nítida perspectiva necropolítica constituindo uma Região “Necropolitana” de São Paulo.

“O porrete está no ar” (Gaudêncio Torquato para o jornal O Estado de S. Paulo, dia 16 de fevereiro de 2014, pág. 02) [26]

Em seu artigo na página editorial do jornal o professor de Universidade de São Paulo e jornalista parte da imagem de Diosdado Cabello, líder do Parlamento venezuelano, opositor ferrenho de Nicolás Maduro, em que aquele em frente às câmeras em um programa televisivo, aparece com um porrete com pregos na ponta afirmando que seria usado para “golpear o discurso dos opositores”. Deste fato bufonesco e trágico o professor jornalista segue sua leitura voltando-se ao cenário político brasileiro em um ano atípico de eleições presidenciais e Mundial de Futebol.

A análise de Torquato visa apontar as “porretadas” no Regime Democrático de Direito em um contexto específico da história brasileira.

A imagem de um país na corda bamba emerge com força. De um lado, um Estado que realiza uma das mais extraordinárias expectativas contemporâneas na frente de distribuição de renda, cantada e proclamada no mote dos 30 milhões de brasileiros que ascenderam à classe média; de outro, um território com visível desequilíbrio na área de serviços públicos essenciais, a partir da mobilidade urbana, faísca que acende fogueiras por todo lado. Esse Estado preparou a infraestrutura para receber o novo contingente de classe média? Onde estão os equipamentos de lazer, as praças e parques, os espaços de convivência?

O programa distributivista do governo do PT, frente a máquina do Estado, possibilitado pelo aquecimento e inchaço do setor financeiro e espraiado via capital fictício a todos os setores da sociedade aumentou o poder de consumo de um “contingente” como aponta Torquato, sem ao mesmo tempo garantir que o próprio espaço urbano fizesse parte desta distribuição.

Lembrar que o país estava em obras faraônicas para erguer os templos do espetáculo esportivo financeiro, o futebol, e que as ampliações de vias e criação de instrumentos urbanos estiveram voltados exclusivamente para atender suas demandas, é neste contexto que o jornalista fala da mobilidade urbana e dos atos do “Passe Livre” e outros coletivos, como o “Não Vai Ter Copa”, que denunciavam esta utilização dos

recursos públicos para atender a cadeia econômica do “lobby” da construção civil, do setor financeiro e do próprio futebol a nível internacional (FIFA) como bem estudou o Prof. Dr. Glauco Roberto Gonçalves em sua tese de doutoramento.

Se por um lado houve distribuição com segregação, por outro, o jornalista aponta que ocorreu um retrocesso nas liberdades democráticas, como a da livre imprensa.

O porrete está banalizado. E baixa pesado sob as turbas. Nunca bateu tanto no jornalismo, no qual estão os olhos, os ouvidos e as bocas das democracias. Os dados são assustadores: 118 jornalistas foram agredidos desde junho, 75% dos quais, segundo levantamento da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo, vítimas dos porretes da Polícia Militar. Em 2013 seis profissionais foram assassinados a mando de grupos políticos, agiotas e narcotraficantes.

Continuando seu panorama a respeito das evidências de naufrágio da democracia brasileira ele afirma:

Incêndio de ônibus virou rotina. Quase todos os dias, um ou mais. Cerca de cem já foram queimados no Estado de São Paulo nos últimos tempos, crimes atribuídos na maior parte ao PCC. O porrete informal açoita os costados do poder formal do Estado.

Enquanto isso, diz ele:

Os atos de desrespeito, deboche, humilhação espalham-se nas cercanias do império da desordem e anomia que se alastra no País. Nossa vista já alcança a efervescência a ser causada pela Copa do Mundo. Mas não dá pra ver se faltarão água e luz nas cidades e nos estádios. Ou se o acesso às arenas esportivas será fácil e tranquilo. A confiar nas autoridades, tudo correrá às mil maravilhas. A acreditar que Deus é brasileiro, teremos de fato a Copa das Copas. Com porretes contidos, claro.

Lembremos que neste ano, diante do evento internacional e da proporção que os atos populares em protesto contra a realização dos jogos no Brasil, reivindicatório de transporte público e gratuito, engolfados por um descontentamento político orquestrado pelo Movimento Brasil Livre, cometeram na aprovação da “Lei Anti Terror” e na deposição da então eleita presidenta Dilma Rousseff o próprio enquadramento das ações contra os abusos da Copa e do próprio “Golpe” como passíveis de criminalização.

No xadrez do poder o alto escalão devora suas próprias cabeças enquanto pisoteia os peões sob seus pés.

“Após 14 assassinatos em série, ônibus é queimado em Sorocaba”. (O Estado de S. Paulo, dia 02 de maio de 2014, pág. 15) [27]

A polícia Civil começa a traçar a conexão entre os 14 assassinatos que ocorreram desde a noite de domingo, em sete bairros de Sorocaba, no interior de São Paulo. A polícia também investiga se o incêndio de um ônibus na noite de quarta-feira tem relação com os crimes.

Os investigadores apontam possíveis relações dos assassinatos como uma resposta à morte de um policial militar no domingo anterior, segundo a reportagem. O policial foi atingido por 16 disparos feitos contra a viatura em que fazia ronda. Após a morte do policial iniciou uma sequência de assassinatos nos bairros da cidade. As vítimas não parecem ter sido aleatórias, e o jornal frisa a condição de ex -presidiários antes mesmo de qualquer outra caracterização das vítimas. Interessante também, é o fato de que a relação com a morte de um PM só é feita no fim do texto.

Os investigadores já descobriram que pelo menos dois homens assassinados tinham passagem pela polícia. Um deles é Clayton _____, de 33 anos, que tinha cumprido pena por estelionato, furto e tráfico, e foi assassinado a tiros, com outras duas pessoas, na noite de segunda-feira, na Vila Nova Sorocaba. O outro é o gesseiro Fábio _____, de 35, que tinha passagem por porte de arma. Ele foi assassinado, também na noite de segunda-feira, em um bar no bairro Palmeiras, por dois homens encapuzados que dispararam de 30 a 40 tiros.

A passagem acima serve para que se tenha conhecimento de como são caracterizadas as vítimas desta chacina na cidade vizinha a RMSP.

Por parte da PM o jornal afirma que: “nenhuma investigação foi aberta oficialmente porque não há indícios que levantem suspeitas sobre o envolvimento de policiais com os assassinatos”. É curioso que a máxima dos quadrinhos seja aqui posta em prática de maneira ultra realista: “*Who watches the watchmen?*” que deriva da expressão em Latim: “*Quis custodiet ipsos custodes?*”, que em tradução livre seria algo como: “Quem vigia os vigilantes?”



No tocante ao incêndio, a Polícia Civil trabalhava com a suspeita, o que fica de forma ambígua no texto jornalístico, de que sim, provavelmente, teria envolvimento com os assassinatos, mas não aponta se por parte dos que vingavam os 14 ou do policial militar!

A principal notícia desta página é: “Acusados de ataque a UPPs serão transferidos”, onde se aborda a transferência de detentos dos presídios estaduais do Rio para presídios federais para evitar que continuem comandando ações mesmo atrás das celas. Ler estes conteúdos incorre na inevitável sensação de que a forma social se reproduz em uma tautologia do não sentido. Esta falta de sentido constitui um cotidiano pesadamente experimentado, intensificado por explosões de intensificada violência, para além das micro agressões de cada dia, topadas como pedras nas calçadas ao virar de cada esquina.

“Vandalismo e seguro” (Por Antônio Pentead Mendonça para “O Estado de S. Paulo, dia 19 de maio de 2014) [28]

O texto de Mendonça traz a perspectiva do cidadão de bem, do empreendedor e defensor do Estado Democrático de Direito. Mendonça é membro da Academia Brasileira de Letras, advogado e contribui como comentarista na Rádio Estadão”.

Vejamos o que este ilustre homem branco ocidental (HBO) tem a dizer.

Ao longo dos últimos meses o Brasil tem assistido ao crescimento de uma onda de violência estúpida, que tem atingido principalmente as empresas de transporte coletivo, com a destruição de centenas de ônibus, a pedrada ou fogo.

E quantas vidas foram interrompidas incentivando estes atos? Isto não importa muito ao letrado advogado.

Afirmar que essas ações são espontâneas e refletem a insatisfação da população com tudo e mais alguma coisa seria ingenuidade. Da mesma forma que seria excessivo dizer que tudo não passa de uma enorme articulação do crime organizado em nível nacional, destinada a desmoralizar a autoridade pública e implantar o caos no País.[...]
Pode acontecer de um grupo se revoltar por conta de uma ação desastrada ou não da polícia e incendiar um ou dois ônibus ou automóveis que estariam circulando no pedaço.

Mendonça prossegue:

Mas, se isso acontece, na origem do ato de vandalismo está a quase certeza da impunidade, fruto do que aconteceu a partir do ano passado, quando a polícia foi praticamente impedida de agir nas manifestações de rua que tomaram boa parte das grandes cidades brasileiras.

O argumento já foi apresentado por outros idólatras do poder e adoradores da truculência policial travestida de “procedimento padrão”, o termo predileto é “inação”, coisa que se fosse verdadeira teria repercussão no número de mortos em operações policiais em SP e Brasil. Os olhos do ilustríssimo miram longe, miram o Mundial:

É lamentável, mas este é o espetáculo que o Brasil está pronto a mostrar ao mundo. Quem ganha com isso? O crime organizado, que estende seus tentáculos para áreas ainda fora de seu poder. Como a polícia não pode atuar como polícia, com absurdos do gênero: “por que não atirou na perna, em vez de mirar no peito?”, tolhendo a capacidade operacional da organização encarregada de manter a ordem, o crime organizado, usando seus quadros e, quando convém, a população mais carente, vai ocupando espaço, se consolidando, expandindo seu poder.

É impressionante a explícita defesa da licença de matar aos policiais que o advogado defende. Conhecedor dos procedimentos das corporações policiais, o mesmo cita o ato de atirar nas pernas e não no peito, na prática, muitos dos mortos pela polícia recebem tiros no peito e nas pernas, configurando, assim, a prova forjada de que “mesmo após ser alvejado nos membros inferiores o meliante reagiu, vindo a ser abatido em combate”.

A violência contra a pessoa tem menor importância para Mendonça do que a violência contra o patrimônio.

O resultado mais visível é a destruição dos ônibus. No começo a ação era na rua, um veículo depois do outro. Agora, a coisa mudou de patamar. Já estão atacando garagens das empresas de ônibus e ateando fogo em dezenas de veículos de uma só vez. [...]

O dado dramático é que, em função destas ações, milhares de pessoas estão sendo afetadas pela falta de transporte coletivo. Mas além disso, que significa também prejuízo para o País, os ônibus custam caro. Segundo o representante da empresa atacada em São paulo, o prejuízo com o incêndio dos ônibus chega perto dos R\$10 milhões. [...] Com um agravante: a empresa paulista admitiu que não tem seguro, situação provavelmente semelhante a da gaúcha.

A ilegalidade de operar sem seguro, transportando milhares de pessoas diariamente é ignorada, afinal, vidas proletárias são substituíveis, milhões em dinheiro parecem ser irrecuperáveis. Após uma noite mal dormida permaneceu nos pensamentos a certeza de que o letrado advogado posicionava-se muito mais violenta e radicalmente defendendo a liberdade e justificando o extermínio da população jovem pobre das periferias, ao menos de maneira mais explícita, do que o coronel da Reserva da PM e professor do Centro de Altos Estudos de Segurança da PM. Que tempos são estes, em que os militares se tornaram moderados, e uma parcela crescente da população civil se alinha com discursos de intolerância e violência? Os ovos da serpente já estavam nos ninhos, zelados por víboras, trocando de pele uniforme farda em pele uniforme engravatada, de salas de aula quarteladas até os nobres salões da Esplanada.

No topo da página podemos ler: “Amortizar dívida de crédito imobiliário geralmente é bom negócio”. O urbano fictício se repõe como que desprendido do chão, mas essa é uma miragem, pois o balão especulativo espetacular de sua reprodução infla com os gases da combustão social já intoxicada.



“Uma mistura explosiva” (O Estado de S. Paulo, dia 18 de setembro de 2014, pág. 3) [29]

Ocupando mais uma vez o espaço editorial do jornal os “incêndios de ônibus” voltam a ser mencionados. Desta vez, decorrente de um conflito entre moradores de uma ocupação em vias de desapropriação no centro de São Paulo e a PM, em seu exercício da “Lei”. Os termos e argumentos do corpo editorial são muito relevantes de serem apresentados, pois revelam a posição da qual corrobora o periódico, além de, em seu jogo da apresentação de fatos “imparcial”, o posiciona de maneira nítida no corpo social.

Não se pode dizer que foi uma surpresa a baderna que tomou conta do centro da cidade durante 12 horas, na terça-feira, das 6 horas até o começo da noite -, provocada pela resistência frente à reintegração de posse, ordenada pela Justiça, do imóvel do antigo Hotel Aquarius, na

Avenida São João, esquina com a Avenida Ipiranga, ocupado por 200 famílias sem-teto ligada à Frente de Luta por Moradia (FLM).

A famosa esquina, cantada liricamente por Caetano Veloso, é aqui cenário de um desastroso mandato judicial de reintegração de posse de um imóvel, como muitos dos que são ocupados no centro de SP, que possuem dívidas com todas as esferas administrativas, da União ao Município, superando o valor dos imóveis, além de, pôr anos estarem abandonados, entrando no mapa dos movimentos sociais por moradia no centro como lugares justificadamente passíveis de serem ocupados e reivindicados como lugar de moradia.

Tais episódios vêm se tornando corriqueiros. Mas esse, além de particularmente violento, apresentou características que mostram para que terreno perigoso essas ações, promovidas pelos ditos movimentos sociais, estão caminhando.

O espanto do redator do editorial não é com o fato de milhares de famílias não terem teto para habitar de forma minimamente digna na cidade, mas com a resistência destas famílias em serem “removidas”, “higienizadas”, “banidas”, dos “centros” da cidade, áreas em que existe uma estrutura urbana complexa e assistida dos mais variados instrumentos públicos que atendem as demandas da vida social.

Na sequência argumentativa o editor diz o que mais lhe preocupa:

Até ai, esse afrontamento parecia estar dentro dos limites do que vem ocorrendo nesses casos. A situação degenerou quando entraram em cena outros atores, os mais diversos – integrantes de outros movimentos, estudantes, black blocs, usuários de drogas, ladrões e infratores. Um ajuntamento explosivo que levou a atos de violência que se espalharam pelas imediações, do Viaduto do Chá à Praça da República, e que nada tinham a ver com a desocupação daquele imóvel – depredações e saques de lojas e agências bancárias e incêndios de ônibus.

“Um ajuntamento explosivo”! Esta expressão é digna de tratados sócio filosóficos geográficos por si só. O espanto do envolvimento de diversos atores, como coloca o redator, provém, talvez, do rompimento pós-moderno das lutas setorializadas em questões parcelares. Nisto, a questão urbana e a luta pelo “urbano” tem se mostrado um potente aglutinador nesta década de 2010. Os sujeitos elencados, nitidamente descriminalizados

pelo jornal, em suas particularidades são vítimas do processo em curso e que é muito bem concretizado na cidade. Onde já se viu usuário de droga, ladrão, estudante e mascarados se aliarem contra a PM em apoio aos desapropriados, não é mesmo? Dos estudantes aos supostos usuários de drogas, talvez os dependentes de crack que vivem na região, há uma ligação em termos de processo social que não causa espanto.

Desde o manifesto “A miséria do Movimento Estudantil” no contexto de maio de 1968, os escritos dos situacionistas no centro do capital mundial, advertiram o sentido de proletarização desta camada de jovens, que, por mais que cursaram o sonhado e necessário “Nível Superior”, seu êxito era ao mesmo tempo seu fracasso, não pessoal, mas enquanto processo social de uma formação de um exército de mão de obra complexa que sofreria com as leis do mercado e a dinâmica crítica de reprodução do capital. No limite, todos são (somos) potenciais “*Lúmpens*”. E o que é mais temido e odiado pelos gestores do colapso do que os “*lúmpens*” se unindo?

Há duas coisas altamente preocupantes nesse episódio. Uma é a reunião de um grupo heterogêneo como esse – de sem-teto a bandidos, passando por black blocs – numa situação como essa, que pode se repetir tanto no centro como em outras regiões onde existem imóveis invadidos. É uma combinação explosiva que, além de contaminar qualquer reivindicação, tem tudo para semear o pânico e o vandalismo na cidade, como já se viu, e cedo ou tarde acabar em tragédia.

Outra é o caráter marcadamente político e partidário que vem adquirindo a ação de grupos como a FLM, que tem notórias ligações com políticos petistas [...]. Ficar repetindo, como eles fazem, que os imóveis ocupados não cumprem função social só serve para incentivar novas ocupações e tentar atribuir a culpa pelo problema habitacional ao governador do Estado, que é do PSDB e comanda a PM. [...] E, diante da resistência dos ocupantes, só resta a PM retirá-los do local pela força. Não há outra saída para este tipo de situação.

O posicionamento é impassível de dúvidas, mais a direita e violento possível. São muitos os elementos que esta fala permite destrinchar pela crítica, um deles é o de que, diferente do que se passa na instância municipal, que naquele ano era ocupada por Fernando Hadad, e foi um fiasco na área habitacional, o Governo do Estado está há mais de duas décadas sob gestão do PSDB, se houvesse, uma política que vislumbrasse o

atendimento da demanda por moradia no Estado e em sua capital, pirâmides poderiam ter sido construídas.

Nesta página: “Pesquisa pede prudência” tratando a disputa eleitoral presidencial e dos governos dos Estados, com atenção especial para São Paulo; “A falta de gestão no ensino”, justificando o não aumento de verbas para a Educação e sim uma melhor gestão.



Os tecnocratas regozijam!

(Parêntesis Catarinenses I) “A ameaça do crime organizado” (O Estado de S. Paulo, 04 de novembro de 2014, pág. 3) [30]

Neste editorial o jornal aborda a onda de ataques no Estado de Santa Catarina, tendo a capital como epicentro dos mesmos e se espalhando pelo estado.

A onda de violência que tomou conta da região metropolitana de Florianópolis e de outras cidades do interior de Santa Catarina nos últimos dias é um problema que transcende o Estado. Ele mostra que a violência não poupa nenhum Estado, rico ou pobre, e que nem mesmo presídios federais escapam de ser controlados por organizações criminosas.

Este é o primeiro parágrafo do texto editorial, impressiona a tacanha indagação de que a “violência não poupa nenhum Estado, rico ou pobre”. Apegado ao mais adorado indicador social, o PIB, o redator se impressiona com o fato de Santa Catarina, reduto da

colonização Sistêmica de imigrantes europeus (italianos e alemães em maioria) ser palco de atos do crime organizado. O que o redator não se preocupou em verificar é o grau de concentração da renda no Estado e no interior das cidades. A própria Região da Grande Florianópolis, carrega os traços bem definidos da segregação sócio étnico econômica presente entre os catarinenses e “manezinhos”. Circular por Florianópolis permite traçar paralelos muito rápidos com a cidade do Rio de Janeiro. Os morros na região central da cidade são repletos de moradias altamente densificadas, a população negra e parda representa grande parte de seus moradores, que em maioria são de baixa renda. Atravessando a ponte símbolo da capital, alcançando o continente chega-se a uma segunda ilha, a ilha de pobreza, violência e múltiplas carências dos bairros do complexo do “Monte Cristo”, local em que atuei como educador pela prefeitura municipal na modalidade de Educação de Jovens e Adultos em 2016, e coincidentemente mais de uma vez as aulas foram interrompidas por ações da PM alegando combate ao Tráfico e, também por conta da “guerra” do Primeiro Grupo Catarinense – PGC, contra membros do PCC que tentava dominar pontos estratégicos do grupo catarinense. A guerra era encarniçada, jovens metralhados e mutilados de ambos os lados eram encontrados pelas comunidades na Grande Florianópolis, além de, antes mesmo de a polícia ficar sabendo, as imagens dos corpos já circulavam pelos aplicativos no celular.

Então, se espantar com o crime em um Estado tão rico e de um legado tão europeu só pode acontecer por parte de quem frequenta Santa Catarina na condição de alegre turista, desfrutando de suas belas vistas e achando bonita as fachadas das casas na beira da rodovia que dá acesso a ilha com estilo de chalés Suíços na comunidade Chico Mendes e Novo Horizonte, no quarteirão seguinte os barracos e casas de material por terminar são maioria.

Desde o dia 26, a Polícia Militar (PM) catarinense já registrou mais de 50 ocorrências em 21 cidades. A violência que começou na capital, se

espalhou pelo interior, depois que foi reforçada a segurança em Florianópolis e os ônibus deixaram de circular durante a madrugada. As ocorrências vão de incêndio de ônibus a atentados contra casas de policiais e bases da polícia.

Como estopim dessas ações era apontado:

Como acontece em outros Estados – e o melhor exemplo é São Paulo, com o Primeiro Comando da Capital (PCC) -, o foco em Santa Catarina está também nos presídios. Os presos reclamam das condições do sistema penitenciário e, em carta enviada por um grupo deles à juíza Alexandra Lorenzi da Silva, da vara de Execuções Penais, pedem melhorias neles. A magistrada prometeu a realização de vistorias nas próximas semanas.

Para o editor o mais impressionante, e aproveita para fazer crítica a gestão penitenciária aos cuidados do Governo Federal (PT) estava no fato de:

[...] a ordem pra a onda de atentados partiu de dentro do presídio de segurança máxima de Mossoró, no Rio Grande do Norte, onde estão, desde 2012, os principais líderes do Primeiro Grupo da Catarinense (PGC). Eles foram para lá transferidos depois de outra onda de atentados semelhantes aos de agora, cometidos em 2012. A ela se seguiu uma outra em 2013, sendo a de agora, portanto a terceira.

O apelo do editorial vem com os seguintes dizeres:

O que se passa ali – e que aconteceu em São Paulo em 2006 – pode se repetir em outros Estados a qualquer momento, se os governos estaduais e federal não unirem seus esforços, acima de diferenças partidárias, para enfrentar o problema.

A solução parece simples, um aperfeiçoamento no controle dos corpos encarcerados, garantindo o efetivo isolamento social e pronto! Mas não é bem isso o que a realidade demonstrou, a Hidra tem muitas cabeças, cortar ou isolar uma, ou algumas delas, faz com que outras mais surjam em seu lugar. A crítica localizada rogando eficiência, deixa ao largo passar, algo muito maior e mais profundo, uma forma social mediada por mercadorias que louva o Deus Dinheiro aqui na terra e nos céus, quando se prostra diante do produto desta mesma riqueza querendo transformar milhões em réus.

Os demais textos editoriais eram: “O Preço da Pressa”, em que se aborda o fracasso do leilão da licença de operação de telefonia em banda 4G. Sim, esta mesma que os “irmãos” usam de dentro dos presídios para dar os “salves” aos “irmãos” que

estão no “mundão” como eles dizem, correndo atrás do acelerado tempo tecnológico, o Brasil se via a deriva em meio aos tubarões das operadoras internacionais, o mote dos que estão na posição de retardatários na corrida do colapso. Acima, e como o principal texto desta edição “Uma campanha paradoxal” era abordado o debate entre as/os presidenciais transmitido pela Rede Globo em TV aberta, o editor se lamenta do baixo nível das falas e do vasto tempo perdido com acusações e contra acusações das e dos candidatos. Um espetáculo democrático, ou de terror democratizado, como preferimos.



(Parêntesis Catarinenses II) “Governador vê ação ‘extraordinária’ contra o crime em SC”. (O Estado de S. Paulo, dia 07 de outubro de 2014, pág. 11). [31]

O título da notícia é uma espécie de piada que o jornal faz usando a fala do então governador, reeleito por sinal, Raimundo Colombo (PSD). A piada consiste em após Colombo dizer que: “Fizemos um trabalho extraordinário na segurança pública. O que está acontecendo é fruto desse trabalho de enfrentamento”. Na frase seguinte, no mesmo parágrafo está escrito: “Apesar do reforço da Força Nacional de Segurança desde sábado, a violência não cessou e, na noite passada, foram registrados seis ataques”.

O Estadão, como pode-se acompanhar na sequência argumentativa do jornal, tem exigido “tolerância zero” contra o crime organizado. O número de ataques, o grau de organização e amplitude de envolvidos, que ultrapassam os diretamente ligados ao crime, como o próprio jornal assume em algumas das notícias anteriores, sobretudo nos editoriais, preocupa o alto escalão do “Estadão”, como bem coloca MARTINS (2019), já citado no início deste conjunto de ensaios, que as “anomias sociais” são de grande interesse do periódico paulistano.

A reportagem aponta para o caso catarinense:

A principal modalidade de atentado é o incêndio a ônibus. No Estado foram queimados 39 veículos. Os bandidos também cometeram 23 atentados a tiros contra casas de agentes de segurança.

O contingente federal do exército, membros da Força de Segurança Nacional, 33 soldados, tiveram como primeira missão a escolta de 20 presos dos presídios catarinenses em transferência para Porto Velho. Não se pode esquecer que, este mesmo jornal, fez severas críticas ao Governo Federal, ao apontar que mesmo em presídios de segurança máxima, ordens de líderes do PGC (Primeiro Grupo Catarinense) estavam sendo emitidas aos seus “integrantes” fora das celas.

Os portos deste Brasil, são todos velhos, a conexão via rotas do Atlântico, trouxeram e levaram uma infinidade de mercadorias. Dentre estas, chegavam aqui, centenas de milhares, milhões, de negros escravizados, expostos nas “praças e mercados de negros”. Na condição de posse de seus “senhores” foram levados ao Brasil sem fim, terra incógnita, para os brancos e negros, não para os indígenas feitos “estrangeiros em suas próprias terras”.

A Ilha de Nossa Sra. do Desterro, nome original de Florianópolis, não esconde suas origens, para além do folclórico imaginário da “ilha dos açorianos” milhares de negros e negras habitaram a ilha na condição de escravizados e posteriormente na de

excluídos, apesar de figuras como Cruz e Souza, poeta negro nascido e morto no século XIX, e Antonieta de Barros, mulher negra, jornalista e primeira integrante da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, no início do século XX, não alterarem a realidade da maior parte desta população.

Ler que o Estado está enviando 20 presos a “Porto Velho” fez com que estas divagações aflorassem suscitando outras mais. De que portos vieram os que agora estão em Porto Velho? De Porto a Porto, com correntes e açoite, o Estado segue querendo “matar” a “bola 8”?



“Grupo põe fogo em ônibus na zona sul de SP”. (O Estado de S. Paulo, dia 07 de outubro de 2014, pág. 11) [32]

Esta notícia está na mesma página da anterior, para dar melhor ênfase em seu conteúdo, e facilitar a busca caso o leitor desejar, optou-se por apresentá-la separadamente.

Um ônibus municipal de Diadema, na região do ABCD, foi incendiado na tarde de ontem, no bairro Alvarenga, na zona sul de São Paulo. Na divisa com a cidade vizinha. Segundo a Polícia Civil, o veículo foi atacado por um grupo da comunidade Jardim Novo Pantanal revoltado com a morte de um morador baleado anteontem pela Polícia Militar. De acordo com investigadores, o suspeito tinha uma arma de fogo, resistiu a prisão e foi morto após trocar tiros com a PM. [...] os moradores atacaram o ônibus na

Rua Cardoso de Melo Neto. [...] Ninguém ficou ferido. [...] A empresa informou que na hora do ataque havia cerca de 30 passageiros dentro do ônibus.

A já repetitiva observação, a vítima é apresentada como “suspeito”, o assassinato praticado pela PM é fruto de “legítima defesa”, e assim crescem os números de “suspeitos” exterminados na RMSP em conjunto com os ataques ao patrimônio, resposta a muitos destes assassinatos.

A proporção destes eventos é apontada: “A SPUrbanuss (sindicato das empresas) informou que 91 ônibus de transporte público foram incendiados em 2014 na região metropolitana.” As cifras de vidas perdidas no intervalo de quatro dias parece ser maior do que a de queima de ônibus:

“Com o caso na região do Alvarenga subiu para seis o número de suspeitos mortos em confrontos com a polícia entre sexta-feira e anteontem. Do total, três foram mortos por policiais das Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar (ROTA).

“Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar”?! Com qual objetivo o jornalista que escreveu esta notícia frisa o saldo de mortos pela ROTA? Será que com os mesmos do candidato e depois prefeito de São Paulo, Paulo Maluf que ficou famoso por repetir em suas propagandas eleitorais “Vamos botar a ROTA na rua!”?

A notícia termina da seguinte maneira:

Já a Avenida 23 de Maio, um dos corredores mais importantes da cidade, foi palco de um tiroteio entre PMs e um grupo de motociclistas, anteontem. Três suspeitos foram baleados e ficaram feridos. Na região do Campo Limpo, na zona sul, uma viatura da Polícia Militar foi atacada por mais de cem pessoas [!] usando motos na tarde de domingo.

Ao apresentar as vias de circulação da cidade é curioso como são tratadas certas regiões, transpassando o grau de importância assumido pela ótica do jornal e a camada social de quem o forma. A” Avenida 23 de Maio, um dos corredores mais importantes da cidade”? Para quem? Será que o mesmo seria dito para a Estrada do M’Boi Mirim? Matheus Bei? Av. Aricanduva? ... a tratativa em série diz que não. O tratamento dado às

diferentes regiões da RMSP permite ter contato com um posicionamento e eleição de pontos de referência dos sujeitos que estão tratando os eventos e escrevendo notícias na fábrica jornalística. As centralidades relativas que compõem o urbano são muito mais amplas do que o centro oficializado da perspectiva do “circuito superior da economia” para convidar o Prof. Milton Santos para o diálogo. Muitas vezes, a rua do comércio no bairro da periferia é a referência de centralidade que persiste por anos como referência aos jovens das “quebradas”. E nestas, quando a ROTA, ou a TÁTICA, ou o GARRA, o GOE, o DEIC, o DENARC, o DHPP e até mesmo a RONDA ESCOLAR, matam alguma pessoa, e isto não é raro, a sensação de violação não é menor do que a que sente os moradores dos centros “oficiais” do “poder” quando as fagulhas da guerra chamuscam seus “Jardins” “Ibirapueras” “Paulistas” “Liberdades” ...

“Assassinato e prisão de bandidos levam a protestos, ônibus queimados e morte”.

(O Estado de S. Paulo, dia 26 de novembro de 2014, pág. 13) [33]

Dois protestos na tarde de ontem terminaram com veículos incendiados, vias interditadas, congestionamento e até a morte de um motorista por parada cardíaca. Os atos aconteceram no Rodoanel Oeste, na altura de Osasco, na Grande São Paulo, e na Avenida Zaki Narchi, na zona norte da capital paulista. Também na zona norte o comércio de bairros fechou mais cedo, por causa de um toque de recolher supostamente imposto por criminosos.

Na sequência são dados mais detalhes destas manifestações:

O protesto no Rodoanel Oeste começou por volta das 16h30, quando um grupo de pessoas saiu de uma comunidade próxima da pista, em Osasco, e parou uma van. O grupo usou o veículo para interditar a rodovia na altura do km 22, de acordo com a Polícia Militar. Com o trânsito parado, manifestantes obrigaram motoristas de dois caminhões e de um guincho a descerem e incendiaram os veículos.

As causas prováveis:

A PM informou que o protesto foi motivado pela prisão de um traficante de drogas.

Enquanto isso na zona norte:

Comerciantes da zona norte da capital também viveram momentos de tensão e fecharam as lojas mais cedo, por causa de um toque de recolher. Homens armados, segundo relato dos moradores, passaram em ruas dos bairros Vila Guilherme, Vila Sabrina e Edu Chaves, exigindo que o comércio fechasse.

O mando da ação e o motivo seriam:

A ação seria coordenada pelo Primeiro Comando da Capital (PCC) em represália à morte de um integrante da facção: Jorge _____, de 39 anos, que foi assassinado dentro de uma pizzaria no domingo.



Na imagem acima se observa um ônibus completamente tomado pelo fogo, este veículo foi incendiado na Avenida Zaki Narchi, próximo a uma das principais delegacias da Polícia Civil, o DEIC, segundo o jornal.

Como observado, os atos repetem o padrão: AÇÃO POLICIAL (VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA) – REAÇÃO DA COMUNIDADE E DO CRIME ORGANIZADO (VIOLÊNCIA CONTRA O PATRIMÔNIO E BLOQUEIO DE VIAS DE CIRCULAÇÃO), há situações em que a chave de agressões se inverte, mas no geral é isto o que tem sido constatado.

A anúncio, de meia página, abaixo da notícia tem os seguintes dizeres:

É uma luta diária.

Um embate constante.

Saber ganhar e aprender a se tornar melhor a cada conquista. Saber perder e descobrir que o gosto da derrota é momentâneo. Brigar pelos clientes, para conhecer seus desejos, para estar presente na vida das pessoas de maneira significativa e decisiva. Transformar o complexo em simples e o simples em relevante. Não se satisfazer com o óbvio. Nunca, jamais, jogar a toalha. E em hipótese nenhuma, se intimidar com o tamanho da luta.

Todo dia é assim na E/OU-MRM.

E tem sido uma briga boa.

Uma sociedade bélica, uma batalha espetacular, dos ônibus a queimar a lata de caviar servida nos banquetes da elite centenária a brindar. O tragicômico desta publicidade é que se pode imaginar ambos os envolvidos, o Estado E/OU o PCC, como possíveis clientes da agência publicitária em uma disputa, em múltiplas camadas da realidade metropolitana paulista, nacional e mundial, pois, ambas as derrotas e vitórias, transmitem aos seus clientes e investidores o grau de confiança ou temor em fecharem negócios com ambas as “empresas”, podendo, inclusive, investirem em ambas as esferas e isto não ser contraditório, são apenas negócios. O dinheiro posto em circulação na forma de capital financeiro não deixa rastro, apenas “terra arrasada”. Na compra e venda de ações, ganham todos os “vilões”.

“Black blocs enfrentam PM e depredam o centro em ato contra tarifa a R\$3,80”. (O

Estado de S. Paulo, 09 de janeiro de 2016, pág. 13) [34]

O protesto do Movimento Passe Livre (MPL) contra o reajuste da tarifa de ônibus, trens e metrô terminou em vandalismo e confronto, na noite de ontem, entre black blocs e policiais militares, no centro de São Paulo. O tumulto deixou um rastro de destruição pelas ruas, com focos de incêndio, ônibus depredados e agências bancárias atacadas. Até as 21 horas, havia um PM e um manifestante feridos – duas pessoas foram detidas. Hoje, a passagem sobe de R\$3,50 para R\$3,80.

Este é o cenário apresentado pelo jornal, a causa, os R\$0,30, mas não só eles. O MPL, ao longo de suas manifestações, foi agregando uma crítica um pouco mais ampla em suas reivindicações que meramente o combate ao aumento das tarifas. De fundo, o movimento apontava o foco de suas ações ao “Direito à cidade”, e a mobilidade urbana, era entendida como peça chave nesta questão, uma vez que, não possuindo as infra estruturas e instrumentos urbanos nas periferias, os sujeitos periferizados, no mínimo, deveriam ter acesso a meios de transporte que o permitissem desfrutar destes equipamentos construídos com o uso da mais valia social. Estas afirmações se baseiam nas conversas com alguns de seus ex -membros, alguns dos quais estudantes do prédio da Geografia/História da FFLCH-USP, na verdade muitos deles.

Sobre este ato:

A manifestação, com 10 mil pessoas, segundo a organização, se concentrou às 17 horas na frente do Teatro Municipal, a poucos metros da Prefeitura. A passeata começou uma hora depois. Com mascarados na linha de frente, o grupo passou pelo Largo do Paiçandu, acessou a Avenida Tiradentes e entrou no Túnel do Anhangabaú. Por volta das 19h20, a confusão começou na confluência das Avenidas 23 de Maio e 9 de Julho, quando um veículo ficou no meio da passeata e deu ré. Mascarados foram em direção ao carro e a PM reagiu com bombas de efeito moral.

A região virou uma praça de guerra. A confusão se espalhou pela ladeira da Memória, levou ao fechamento da Estação Anhangabaú do Metrô e assustou passageiros do terminal bandeira.

Um novo vilão é posto em cena, os Black blocs, que por mais que já atuem nas manifestações anti globalização desde o início dos anos 2000, quase duas décadas depois passam a ser monitorados e repreendidos de mais perto pela polícia no estado e no país.

Para além dos “mascarados” participaram do ato:

[...] além do MBL, de coletivos estudantis secundaristas das escolas ocupadas, juventude de partidos políticos de esquerda e Sindicato dos Metroviários. Desde o início, a PM monitorou de perto os Black blocs. A polícia colocou também agentes à paisana na manifestação.

“Agentes à paisana”! Sem meias palavras, infiltrados no ato. Com quais intenções?

A notícia não problematiza esta situação pois, afinal de contas, o combate à liberdade de expressão defendido pelo “Estadão” parece ter ficado em um passado remoto, onde também, à paisana, cuidavam do que o jornal publicava. Agora, parece não ser tão importante, pois afinal, são apenas jovens, idealistas, estudantes secundaristas de escolas públicas estaduais, querendo derrubar um aumento de trinta centavos de reais. Não é bem assim, e a história mostrou que “a confusão se espalhou” não só pelo centro de São Paulo, mas sim por todo o país.

Nesta página também era noticiado: “25 cidades já anunciam aumento de 8 a 13%” e “Usuários têm dificuldades para recarregar bilhete”, nunca esteve tão barato e fácil circular pela cidade como se pode ver.



(Paralelos cariocas V) “À ‘caça’ de tiroteios sem sair de casa”. (O Estado de S. Paulo, dia 04 de março de 2018, pág. 18). [35]

“Empresa de ônibus ligada ao PCC tem contrato com a Prefeitura de SP, diz polícia” (O Estado de São Paulo, 08 de junho de 2022, pág. 18) [36]

Nesta notícia as suspeitas iniciais da relação do PCC com o lucrativo mercado de transportes na capital e RMSP se confirmam. Com um contrato milionário fechado via licitação a empresa UP BUS garantiu a concessão de operação de algumas linhas de ônibus na cidade de São Paulo.

Na notícia são apontados os nomes de alguns integrantes do PCC sob investigação da Polícia Civil que faziam parte do conselho administrativo da empresa, além de familiares como principais acionistas. Usada como meio de lavar o dinheiro das ações ilegais do cartel, o PCC usa das rentáveis atividades de transportes e apostas (loterias) para esquentar o dinheiro e patrimônio do Primeiro Comando da Capital. Mais uma vez o ilícito e o ilícito se misturam, o Estado e o Crime atuam em parceria.

Na mesma página o texto editorial aborda a vergonhosa participação do atual presidente da República do Brasil, Bolsonaro, na Conferência das Nações Unidas sobre o Clima COP-27, “O melhor resultado que o país pode levar ao COP-27 é a eleição de presidente comprometido com a questão ambiental”.

NOTAS E INFORMAÇÕES

Fiasco anunciado



Melhor resultado que o País pode levar à COP-27 é a eleição de um presidente comprometido com a agenda ambiental

O Brasil corre o risco de passar vergonha na 27ª Conferência das Nações Unidas sobre o Clima (COP-27), a ser realizada no Egito, em novembro próximo. É muito improvável que o

País tenha resultados concretos a apresentar em relação aos compromissos assumidos na edição anterior da cimeira, realizada na Finlândia, há seis meses. Em sua maioria, as metas de redução do desmatamento ilegal e das emissões de gases do efeito estufa, com as quais a delegação brasileira se comprometera oficialmente, não saíram do papel. Este é o retrato de um governo liderado por um negociante dos fatos e da ciência, alguém que, mesmo antes de assumir a Presidência da República, sempre foi pouco caso da agenda de proteção ambiental. Na visão estreita do presidente Jair Bolsonaro, a defesa do meio ambiente — um imperativo constitucional, é sempre bom lembrar — é associada a “esquerdistas”, organizações não governamentais “vocêntistas” e agentes econômicos estrangeiros interessados em se apropriar dos ricos recursos naturais do Brasil.

Decerto sob o manto da proteção ambiental se abrigam muitos interesses e crenças, como garimpeiros ilegais, grileiros e traficantes de drogas, madeira e animais. A obrigação de um governo sério e responsável, contudo, é justamente apoiar as ações de combate aos crimes ambientais e fomentar a participação de organizações da sociedade civil que, com muita seriedade, atuam em defesa do meio ambiente, do bem-estar dos povos indígenas e na contenção das mudanças climáticas. Tudo o que o atual presidente jamais fez e jamais fará. Bolsonaro nem sequer se esforça para fingir que

mobilia seu governo para defender o que é correto e apertar o Brasil do mundo civilizado. Basta dizer que inicialmente recentemente uma “climata consultoria temática”, sob coordenação do Ministério do Meio Ambiente, para “qualificar os dados de desmatamento e incidências a fim de diferenciar crimes ambientais de outras atividades”. Uma climata com esse objetivo nem deveria existir. Há anos, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) já produz dados altamente qualificados, tornando-se uma referência internacional no monitoramento do desmatamento ilegal nos biomas da Amazônia e do Cerrado. Bolsonaro não só segue com sua deliberada política de desqualificação do Inpe, como criou a tal “climata temática” sem contemplar a presença de técnicos do órgão. Ora, não pode ser seria uma ação que pretende combater desmatamentos ilegais e não conte com os cientistas do Inpe.

O Brasil perdeu muito da relevância que já teve em questões regionais e globais. Há algum tempo, a seriedade ambiental é a única na qual o País ainda figura como um interlocutor indispensável. Mas essa relevância, no soft power, tem sido dilapidada por Jair Bolsonaro e sua posseidatidade, para dizer o mínimo, diante da destruição de nossas florestas, rios e biodiversidade. A esperança que resta é que na COP-27, em novembro, o Brasil tenha um novo presidente recetivo de fato que esteja comprometido com a defesa do meio ambiente. ■

Crime organizado

Empresa de ônibus ligada ao PCC tem contrato com a Prefeitura de SP, diz polícia

Valor de contrato é de R\$ 600 milhões por ano; governo afirma que investigação não afeta o resultado da licitação de concessão

MARCELO ORODI

Três integrantes da cúpula do Primeiro Comando da Capital (PCC) estavam entre os acionistas da Ufibus, empresa de ônibus controlada pela facção que detém contrato de R\$ 600 milhões por ano com a Prefeitura de São Paulo. A empresa foi alvo de operação do Departamento Estadual de Investigações sobre Narcóticos (Denarc) na quinta-feira.

Os policiais do departamento descobriram que a empresa de transporte coletivo havia sido comprada pelo traficante de drogas Anselmo Bechelli Santa Fausta, o Cara Preta. Ele tinha como sócios Sílvio Luiz Ferreira, o Cebeba; Cláudio Marcos de Almeida, o Django; e Décio Gouveia Luis, o Português. Além de ser um dos maiores fornecedores de drogas e armas para facção, Cara Preta teria financiado grandes assaltos, como o roubo de 770 quilos de ouro no aeroporto de Guarulhos, em 2019. Teria sido dele a ideia de lavar o dinheiro do tráfico com empresa de ônibus

Ufibus
Empresa de ônibus controlada pelo PCC detém contrato de R\$ 600 milhões por ano com a Prefeitura de São Paulo

Anselmo Bechelli Santa Fausta (Cara Preta)
ASSASSINADO EM DEZEMBRO DE 2021
R\$ 494,4 mil

Anísio Amaral da Silva (Bia)
RCC
INTEGRAÇÃO EM APRENSÃO PREVENTIVA DO DENARC, COMO TRAFICANTE DE ORO DE 2019
R\$ 247,2 mil

Alexandre Salles Brito (Xandi, Bulão ou Engraçado)
PCC
PROTEÇÃO DE SANTIAGO FINAL
Ufibus
ACIONISTA; COMPANHANTE DE
R\$ 123,6 mil

Décio Gouveia Luis (Décio Português)
RCC
PRESENCIA DE SEUS SUPLENTE A POLÍCIA DECEMBRO PARTICIPAÇÃO EM 2 E 3 DE MARÇO E 4 DE 19 DE ABRIL EM ASSASSINATOS AUTOMÁTICOS PREVENTIVO

Cláudio Marcos de Almeida (Django)
RCC
ASSASSINADO JUNTAMENTE COM CARA PRETA
Ufibus
ACIONISTA; COMPANHANTE DE
R\$ 1,236 milhão

Sílvio Luiz Ferreira (Cebeba)
RCC
FUNÇÃO DE “SANTO ANJO PROTECTOR”
PRESENCIA EM OPERAÇÃO DE PREVENÇÃO DE INFLUÊNCIA

meu depois do assassinato de Santa Fausta, em dezembro. Além de ser um dos maiores fornecedores de drogas e armas para facção, Cara Preta teria financiado grandes assaltos, como o roubo de 770 quilos de ouro no aeroporto de Guarulhos, em 2019. Teria sido dele a ideia de lavar o dinheiro do tráfico com empresa de ônibus

ATA. Para a compra da empresa, Cara Preta usou o nome falso de Ulisses Antonio da Cunha. Na ata da assembleia da empresa registrada na Junta Comercial de São Paulo, Bia conta como secretário. Barão como integrante da facção em 2008, Xandi teria investido R\$ 113 mil. Já Cebeba teria sido o responsável pela compra de

do em janeiro embaixo de um viaduto na Vila Matilde, zona leste de São Paulo. A morte de Django teria relação com a de Cara Preta — os dois foram vítimas de uma guerra dentro da facção. Ele investiu R\$ 1,2 milhão na empresa Por fim, os parentes de Décio Português colocaram R\$ 600 mil na Ufibus. Português foi mandado para

tre elas o então delegado-geral, Ray Ferraz Fontes. A Ufibus controlaria 13 linhas de ônibus na zona leste de São Paulo. O Estado não conseguiu localizar os advogados dos acusados. A Prefeitura informou que “nenhuma oficina da Polícia Civil, informando que a investigação não afeta o resultado da licitação de con-

5.5 Apontamentos reiniciais:

Aqui se encerra a apresentação dos recortes das notícias jornalísticas coletadas no acervo digital d“O Estado de São Paulo”. Em uma espécie de escavação necro arqueológica dos conflitos urbanos envolvendo atos de “incêndio de ônibus” foram encontrados traços de uma civilização pós colapsada.

Os passageiros do Titanic querem ficar no convés, e que a banda continue tocando. Se tiver que viver mesmo o “fim da história”, não será um final feliz. Já não tem sentido algum recorrer ao Estado contra o mercado, e ao mesmo tempo ao mercado contra o Estado. A falha do mercado e a falha

do Estado tornam-se idênticas porque a forma de reprodução social da modernidade perdeu completamente sua capacidade de funcionamento e de integração. Mas com isso torna-se impossível contornar os problemas, tanto na teoria quanto na prática [...]. (KURZ, 2004, p. 219-220)

Esta é a emergência do real que arromba a porta, “rende manchete aos jornais” que imprimem suas notícias com sangue, sangue que escorre nas sarjetas abertas das periferias, caindo em leitosos córregos, desaguando em rios maiores e, mesmo correndo ao contrário, chega a um oceano, oceano há muito repleto de lágrimas, lágrimas não só de Camões e sua terra Portugal, mas de todo o sistema mundo forjado a ferro e fogo a partir do sistema colonial, onde vidas valem e continuam a valer menos que o frio metal, o mundo global do capital.

6. Retrato: Revelações do Atlas da Violência

A hecatombe cotidiana nas periferias, apresentada de forma indireta no conjunto de notícias e o número de ocorrências envolvendo os incêndios de ônibus com assassinatos de jovens nos bairros periféricos da cidade de São Paulo e de sua Região Metropolitana, e não só destas, apontam para uma inaceitável realidade.

É, a partir deste fato, o elevadíssimo número de assassinatos no Brasil em sua “disjuntiva democracia” (CALDEIRA, 2000), em que o campo de aplicação da esfera jurídica pós “democratização” (Constituição Federal de 1988) na prática permite e sustenta o extermínio dos jovens periferizados, zelando, ao que parece ser seu objetivo maior da aplicação da Constituição Federal, a propriedade privada, os bens e o patrimônio, que brada-se a necessidade de denúncia deste processo.

Para se aproximar desta cruel realidade e, de certa forma, prestar homenagens póstumas a estas vítimas que tiveram suas vidas interrompidas, buscar-se-á nas fontes de dados do Atlas da Violência mantido e organizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

De antemão já se levanta uma questão: que sociedade é esta que pode e mantém relatórios anuais a ponto de constituir um Atlas com as múltiplas expressões da violência no país? Se por um lado os dados servem como denúncia de um processo em curso, de outro ele mesmo é fruto da imanência da própria violência, fenômeno caracterizador da sociedade brasileira.

Nas páginas abaixo as leitoras e leitores encontrarão em um primeiro momento uma breve apresentação do Atlas da Violência e de como este pesquisador que vos escreve se relacionou com o pesado acervo disponível pelo IPEA. Um vez feitas as apresentações inicia-se o passeio tenebroso pelos mortuários, fazendo um percurso que

vai da escala nacional para a regional, buscando permitir às pessoas que lêem esta tese perceber a manifestação da violência, sobretudo dos casos de homicídios na realidade que estamos circunscritos. É o castelo dos horrores.

6.1 O Atlas da Violência

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada apresenta o Atlas da Violência da seguinte maneira:

A violência constitui uma das maiores questões de políticas públicas no Brasil. A superação do problema requer a produção de análises e diagnósticos balizados em evidências empíricas, a fim de que se possa propor ações preventivas efetivas. Nesse sentido, para auxiliar pesquisadores, jornalistas e interessados em geral na temática da criminalidade e violência, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública desenvolveu o presente portal “Atlas da Violência”. (IPEA, 2020)

Alguns termos chamam a atenção no trecho acima. O primeiro é o de que para os organizadores do “Atlas” a questão da violência não se limita ao campo da *Segurança Pública*, mas sim ao balizamento de *Políticas Públicas*, esferas que muitas vezes são tratadas como sinônimo por parte dos poderes executivo, judiciário e legislativo e a própria sociedade civil, esta última muitas das vezes, desesperada em ódio e pavor, seguindo os caminhos tendenciosos do *lobby armamentista e carcerário*, que ocupam todas as esferas e instituições de representações sociais, do legislativo às igrejas neopentecostais, das fábricas multinacionais aos canais televisivos, das empresas de softwares as empresas terceirizadas de produção de “quentinhas”.

O segundo elemento que se deseja destacar é o de que as bases para a elaboração do compêndio de mapas da violência no país em suas múltiplas formas é pautado no que eles chamam de *evidência empíricas*, “provenientes do Ministério da Saúde e das polícias brasileiras” (IPEA, 2020). Ou seja, o empírico no caso, é na realidade uma parte do número real de casos que são registrados e oferecidos ao instituto oficialmente, mas como em passagens do próprio atlas é reconhecido, são apenas uma

assustadora parcela do que de fato acontece, principalmente se tratando de violência contra as mulheres em espaços domésticos (privados). Além do mais, mesmo assassinatos cometidos em ações da polícia e do próprio crime organizado não chegam a ser sequer registrados devidamente, em muitas das vezes existindo o desaparecimento dos corpos das vítimas, encontrados por ocasiões de denúncias em inúmeros cemitérios clandestinos nas periferias da metrópole.

Os dados, mapas temáticos, tabelas e gráficos disponíveis no site <https://www.ipea.gov.br> cobrem dois períodos da história recente do Brasil. Iniciando em 1979 se inscreve no contexto da Ditadura Civil Militar (1964 – 1985) chegando ao presente, o que dentro das periodizações da historiografia brasileira se convencionou chamar de Período Democrático, não necessariamente de *Direito* para uma vasta parcela da população, como já apontado anteriormente por CALDEIRA (2000).

Complementando uma primeira aproximação deste material vale deixar o alerta de que, o que foi dito a respeito do não registro das ocorrências de assassinatos e crimes violentos se se considerar o período inscrito na Ditadura, no final dos anos 1970, há que se desconfiar redobradamente do que foi publicizado pelo corpo policial e o próprio Ministério da Saúde na época, uma vez que tortura e assassinatos eram dissimulados como suicídios, pessoas até hoje se encontram desaparecidas, e muitas das vezes os seus corpos são encontrados em valas comuns como o caso de Perus e do Cemitério da Vila Formosa.

Em setembro de 1990, após trabalho de pesquisa do jornalista Caco Barcelos para a produção do livro “*Rota 66. A história da polícia que mata* (1992)”, a prefeitura de São Paulo decidiu escavar o local onde estariam, desde os anos 1970, dezenas de ossadas de indigentes, pobres, desaparecidos políticos; de modo geral, as vidas descartáveis. O resultado foi impactante. De lá foram exumados 1.049 sacos contendo ossadas de centenas de corpos, muitos deles misturados e sem identificação por terem tido seus sacos abertos e/ou danificados. A partir de então se instituiu a *Vala Clandestina de Perus*, originariamente alocada no Cemitério Dom Bosco, em São Paulo. Tal fato, o das escavações, ocorreu durante o governo da prefeita Luiza Erundina (1989-1992). Acontecimento que

poderia deslocar placas tectônicas da memória política, pois as vidas da resistência clandestina à ditadura poderiam tornarem-se públicas, visto que havia a indicação de que o Doi-Codi para lá enviava suas vítimas fatais. (CAAF/UNIFESP, 2020)(<https://www.unifesp.br/reitoria/caaf/hide-blog-caaf/129-29-anos-da-abetura-da-vala-clandestina-de-perus>)

Já na zona leste da cidade de São Paulo

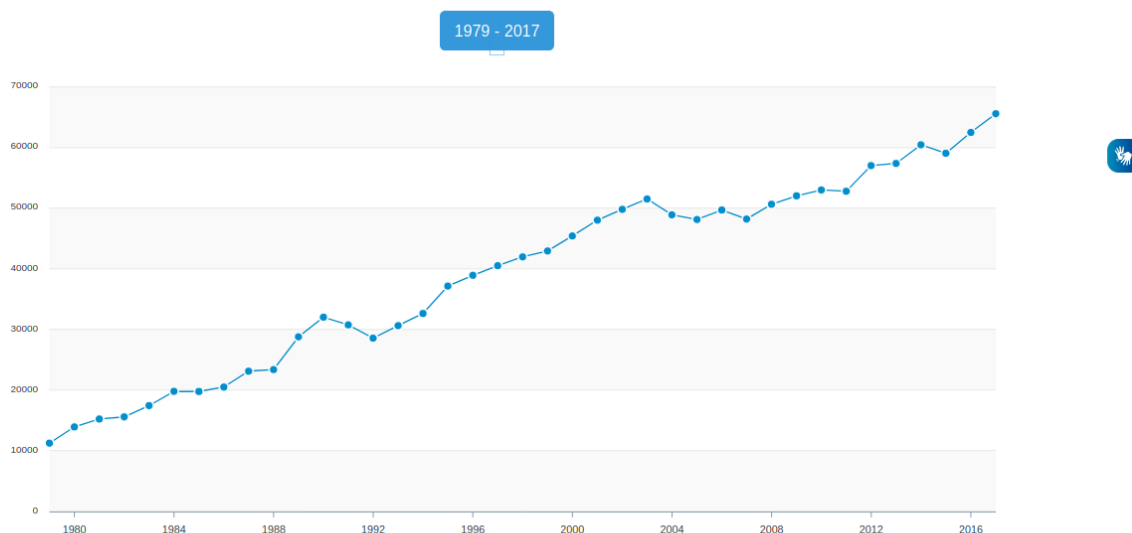
A Comissão de Familiares de Desaparecidos Políticos, o Ministério Público Federal e a Secretaria Especial de Direitos Humanos acompanham nesta segunda-feira (29)[2010], os trabalhos de abertura de uma vala clandestina no Cemitério de Vila Formosa, zona leste da cidade de São Paulo. Estima-se que estejam depositadas neste local entre duas mil e três mil ossadas. (Brasil de Fato, 2010) (https://www.redebrasilatual.com.br/radio/2010/11/ossadas_desaparecidos-mp3/)

As imagens são aterradoras, trabalhar com esta temática leva todos nós à condição dúbia de cientistas forenses e Nosferatus. É com base neste material que se elaborará um panorama sobre a questão da violência no Brasil, com especial atenção aos dados referentes à São Paulo.

6.2 O que os gráficos gritam?

Abaixo serão apresentados os gráficos contendo o número de homicídios em diferentes recortes espaciais no período de 1979 a 2016 primeiramente e em um segundo momento se dedicará a leitura do relatório de 2020 do Atlas da Violência. Como será percebido, os dados impressionam. Se não vivemos uma guerra, difícil é dar outra

denominação para este processo que não o de massacre e extermínio.

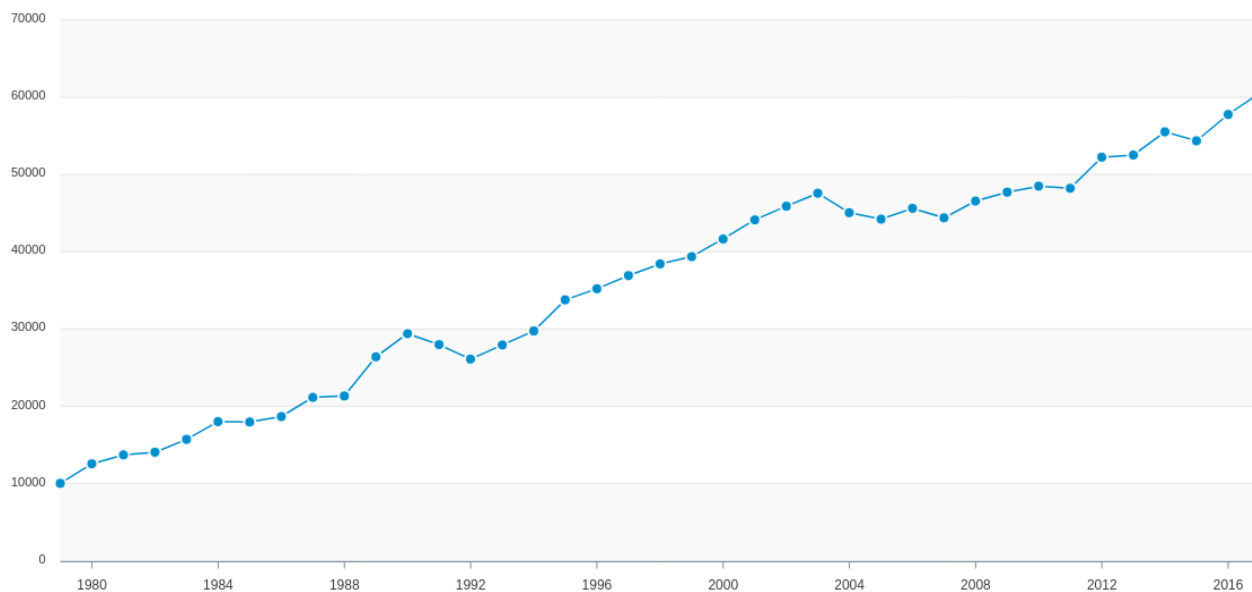


(Total de Homicídios no País no período de 1979 - 2016. Fonte: IPEA, 2020)

Pânico é o sentimento de lidar com esta linha pontilhada em ascensão quase contínua. Os quadriênios assistiram o galope da morte. No ano de 1979 foram registrados 11.217 casos de homicídios, em 2016 esse número foi de 65.602. Em termos comparativos o número de homicídios no Brasil teve um crescimento de aproximadamente 484,8%, enquanto a taxa percentual do crescimento populacional do país foi de aproximadamente 122,3% no mesmo período se se considerar que a população na década de 1970 era de aproximadamente 93 milhões de habitantes e em 2016 chegava a 207 milhões.

Observemos essa linha em suas interseccionalidades nas chaves de raça, gênero, idade e escolaridade para melhor conhecermos quem eram essas pessoas, tentando da abstração alcançar um mínimo de concretude destas vidas que não pulsam mais.

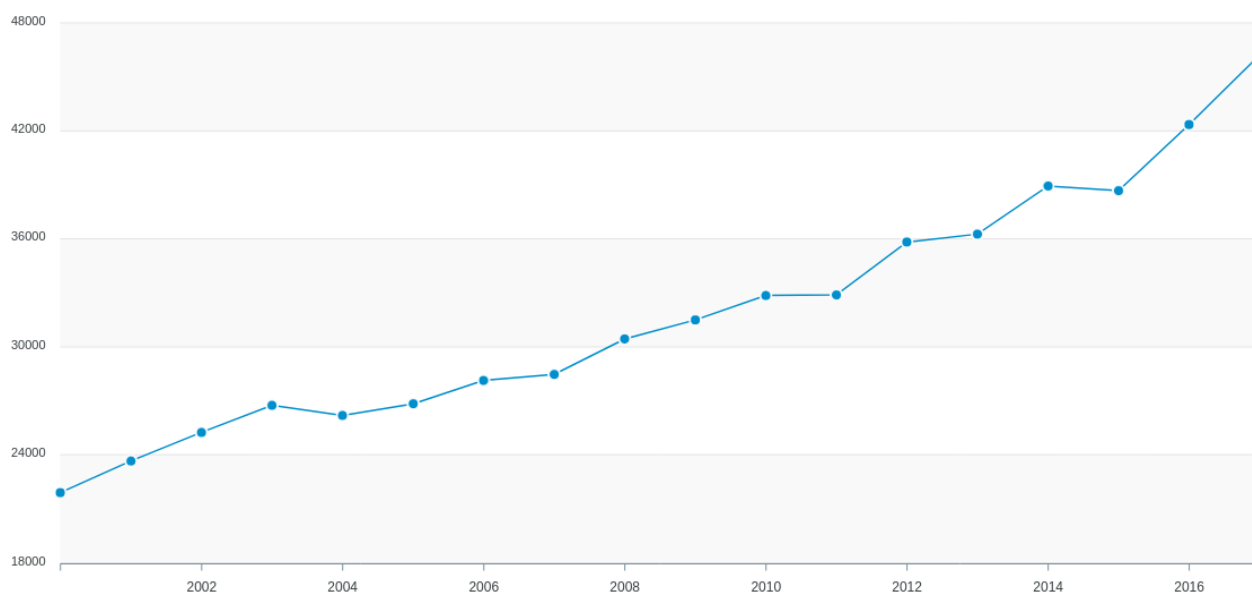
Dando início ao recorte observamos abaixo o gráfico com os dados de homicídios de pessoas do sexo masculino:



Homicídios de pessoas do Sexo Masculino entre 1979 e 2016. Fonte: IPEA (2020)

Tomando apenas o ultimo ano como referência notamos que do total de assassinatos, 65602, 60559 foram de vítimas do sexo masculino, cerca de 92,3%.

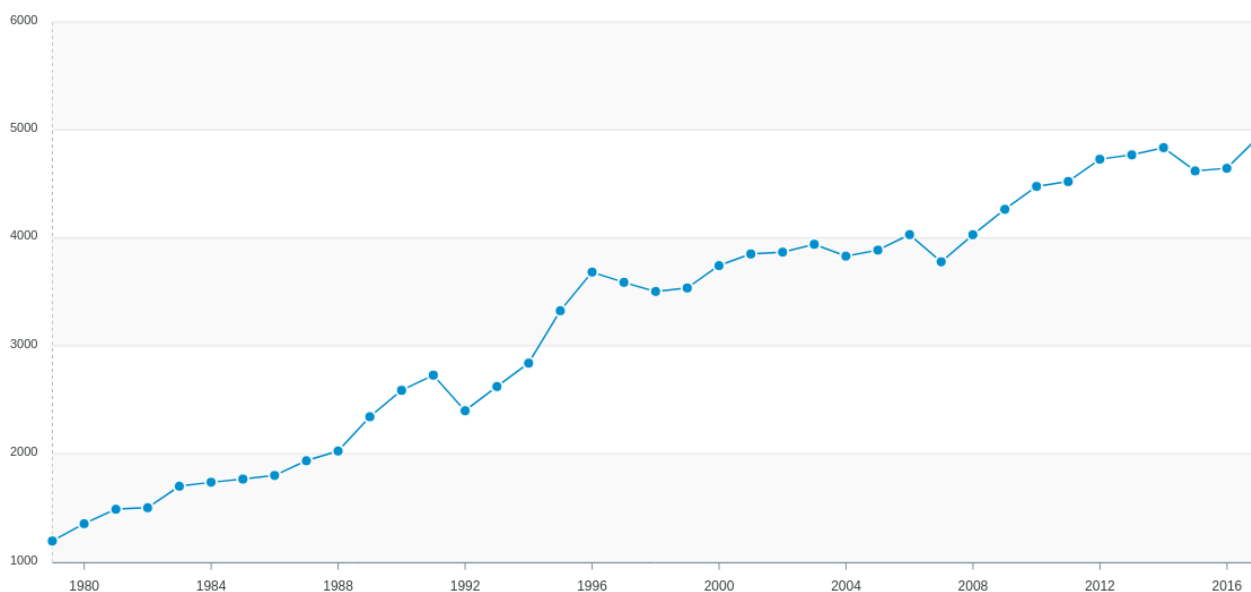
Fazendo o recorte racial sobre o de gênero temos o seguinte gráfico:



Homicídios de Homens Negros no período de 1979 à 2016. Fonte: IPEA (2020)

Os homicídios de homens negros representa dentro do total de homicídios no país 70,4%, este recorte tomando apenas as pessoas do sexo masculino é de 76,3%. Estamos diante de um fato, percebido nas ruas e sentido nas famílias das periferias, repetido pelos dados, as maiores vítimas de homicídios no Brasil são *Homens Negros*.

Abaixo se observam os gráficos de homicídios de pessoas do sexo feminino.



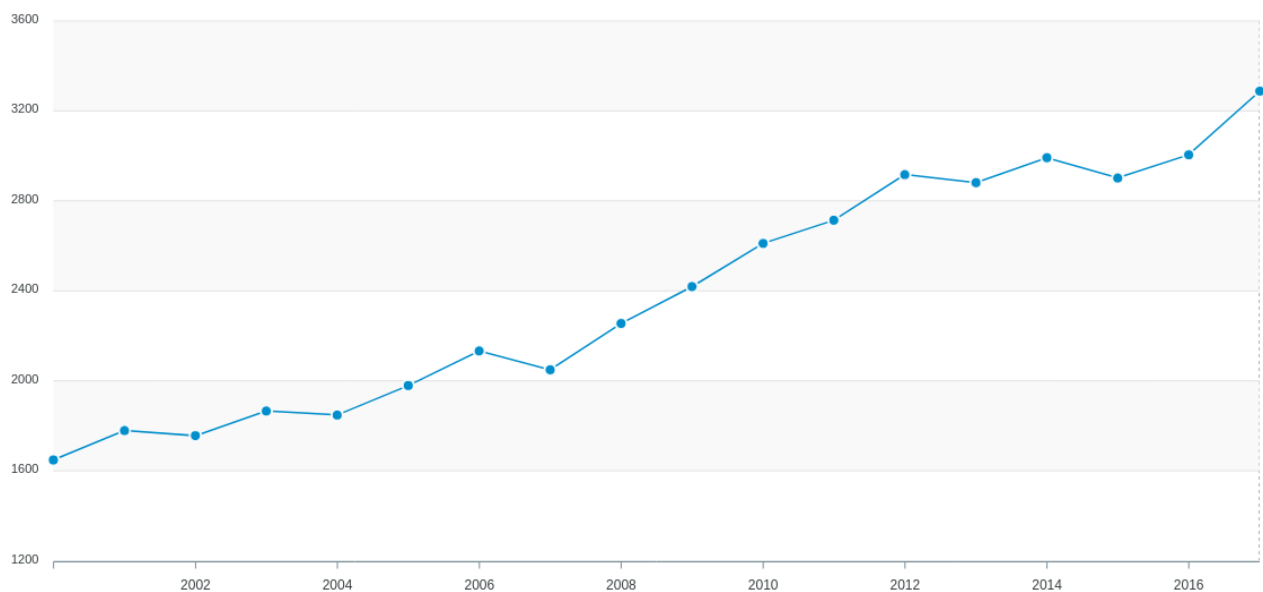
Homicídio de pessoas do sexo feminino no período de 1979 à 2016. Fonte: IPEA, 2020.

Com um total de 4936 homicídios de mulheres no ano de 2016 representando uma taxa de 7,7% do total de homicídios. A taxa de crescimento destes homicídios entre o período de 1979 – 2016 foi de 314,09%, um dado aterrorizante, por mais que em termos absolutos seja menor que o número de homens assassinados, mas o que não diminui em nada o agravante desta evolução.

É imprescindível registrar que, a própria condição da esfera feminina na sociedade patriarcal produtora de mercadorias, que relega a esfera privada à sua realização da

cisão-valor (SCHOLS, 2000) é neste âmbito também, privado ao público, acortinado, que muitas das violências são cometidas e nelas permanecem sepulcrais. O adentrar à reprodução cotidiana familiar no contexto do processo de modernização em sua reprodução crítica, é o de se confrontar com os mais variados graus de mutilações, privações e terrores físico-psicológicos (FEDERICI, 2004).

O gráfico abaixo traz informações sobre o número de mulheres negras vítimas de homicídios, infelizmente essa informação cobre apenas o período de 2000 a 2016, mas o total de mortes no último ano permite visualizar no total de mulheres assassinadas o quanto delas eram negras.



Homicídio de mulheres negras entre 200 e 2016. Fonte: IPEA, 2020

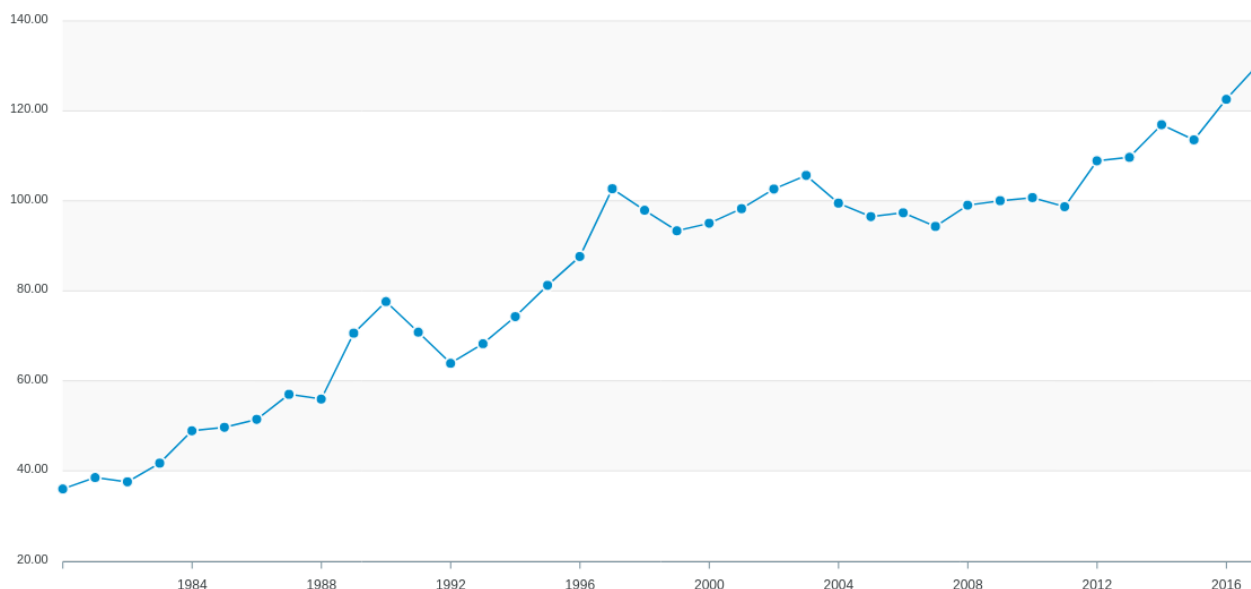
Do total de mulheres mortas no ano de 2016 as vítimas negras representaram 66,6% no Brasil.

Se nas notícias as informações raciais pouco foram declaradas, o que demonstra um cuidado do jornal “O Estado de São Paulo” em omitir tal informação, pois, nos próprios

inquéritos e boletins de ocorrência constam a “tipificação” das vítimas, a análise dos dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) as explicitam.

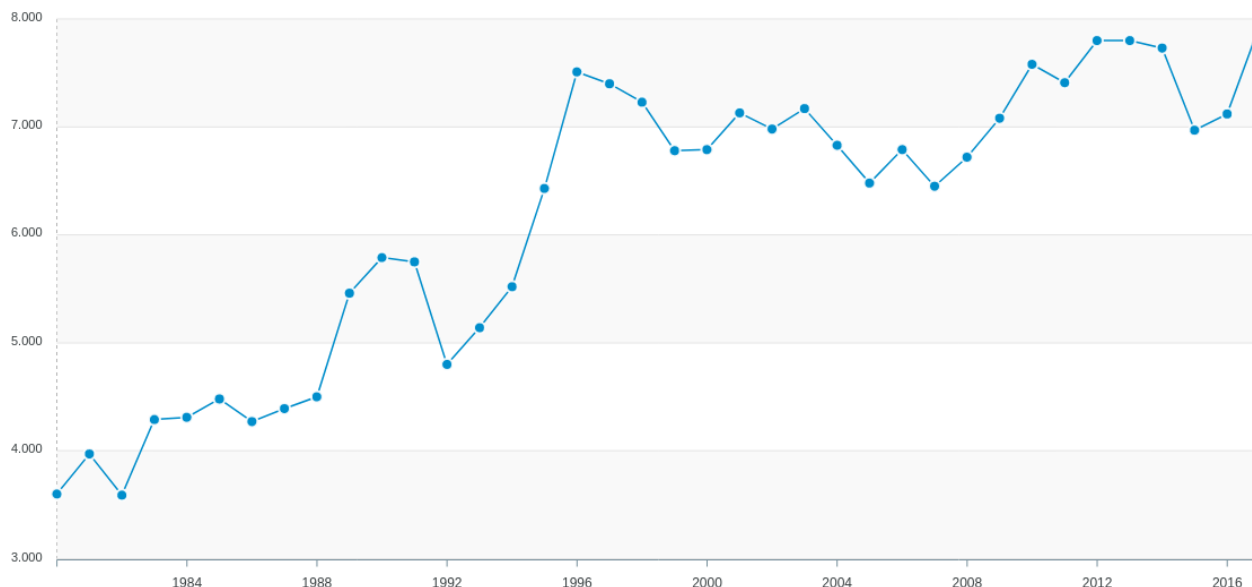
Podemos até este momento afirmar com bases “empíricas” como aponta o IPEA, que a violência no Brasil é racista e que homens e mulheres negras são suas principais vítimas.

Abaixo pode-se observar o gráfico com a taxa de homicídios de homens entre 15 e 29 anos, o IPEA não fez o recorte racial nesta leitura, mas é possível que, tendo em vista que a maioria dos casos sendo de homens negros assassinados, apontar que a maior parte destes jovens eram negros.



Taxa de Jovens do sexo masculino entre 15 e 29 anos assassinados no período de 1979 – 2017 (100 mil habitantes)Fonte: IPEA, 2020.

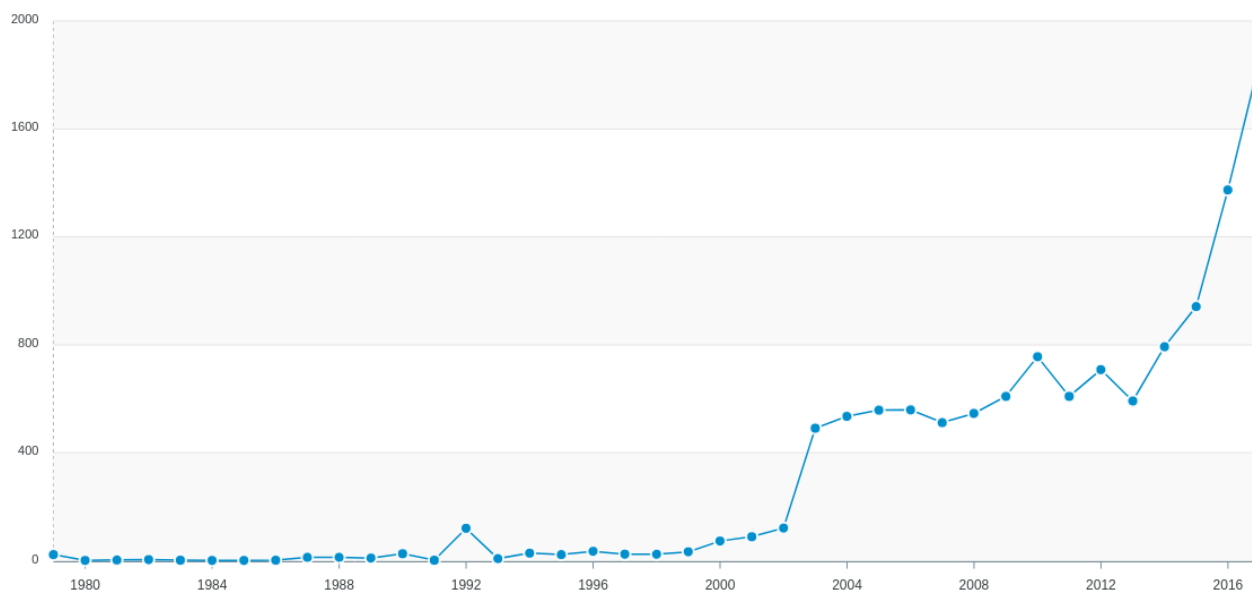
Abaixo as informações de mulheres jovens assassinadas.



axa de Jovens do sexo feminino entre 15 e 29 anos assassinados no período de 1979 – 2017 (100 mil habitantes)Fonte: IPEA, 2020.

Observa-se que entre os jovens do sexo masculino em 2017 a taxa era de 130,45/100 mil habitantes. Entre as jovens do sexo feminino a taxa foi em 2017 de 7,94/100 mil habitantes. Desta maneira se chega a uma terceira característica das vítimas de homicídios no país: Negros Jovens.

Um último apontamento que acredita-se ser pertinente antes de iniciar a análise dos dados específicos de São Paulo é o que se refere aos homicídios cometidos em ações oficiais tipificados como *Auto de Resistência e Intervenção Legal* para o ato de matar, no mesmo período de 1979-2017.



Número de homicídios cometidos em "Auto de Resistência" no período de 1979 à 2017. Fonte: IPEA, 2020.

O comportamento da linha do gráfico gera indagações que retomam o que foi apontado no início deste exercício a respeito do silenciamento do Estado frente às mortes causadas diretamente por suas ações, incluindo aí o próprio registro das mesmas. O segundo ponto é o da ascensão da chamada “licença para matar”, pauta esta que inclusive ajudou a eleger o governador do Rio de Janeiro posteriormente cassado do cargo, Witzel, e o próprio atual presidente da República J. M. Bolsonaro e uma corja de legisladores nas câmaras de vereadores, deputados e senadores, formando a chamada: “Bancada da Bala”.

A nível de registro vale aqui laudar que na semana que se desenvolve estes escritos, no mês de novembro de 2020, especificamente na semana do dia 20, data comemorativa das lutas contra o racismo e a resistência do povo negro no Brasil, na cidade onde atualmente pouso, Florianópolis, a PM do Estado de Santa Catarina matou a tiros (no plural) uma criança de 12 anos, parda, do sexo masculino, alegando que a mesma portava uma arma e drogas, o que é desmentido pelos familiares e vizinhança. Na

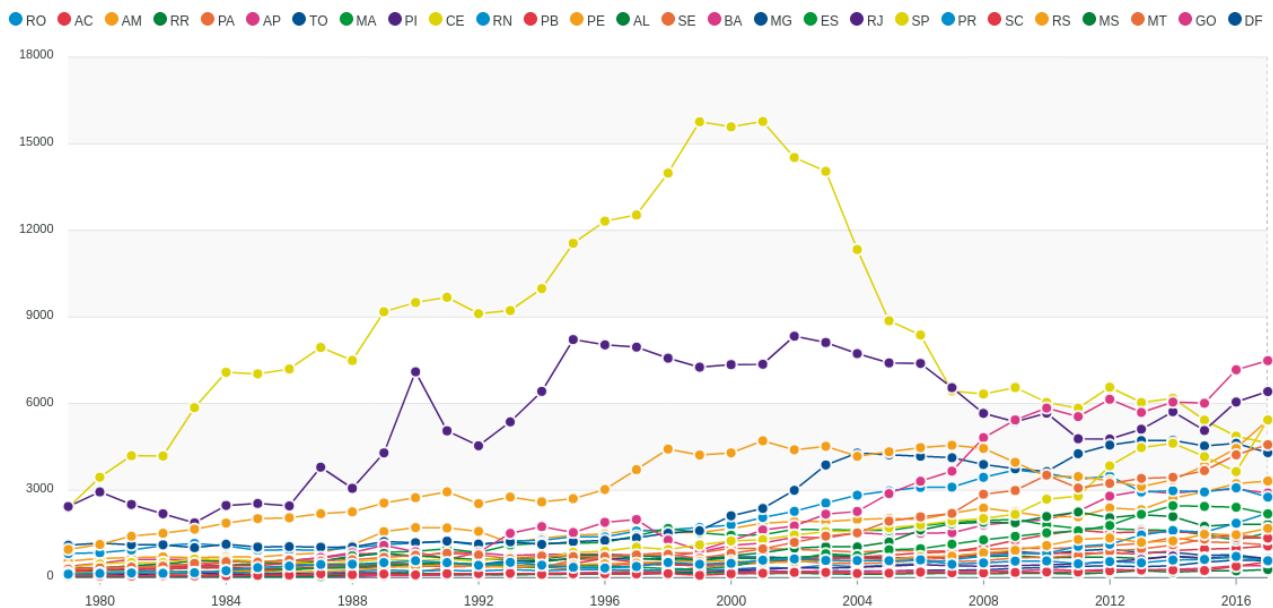
manhã do dia 20 de novembro, um homem negro de 40 anos, foi morto por dois homens que o lincharam e asfixiaram no supermercado Carrefour na cidade de Porto Alegre.

Como desdobramento desses atos uma série de protestos foram realizados nas capitais e cidades do Brasil. A veiculada e repetida imagem pelas emissoras televisivas foi a de focar nas ações que atentaram contra o patrimônio de algumas lojas da franquia francesa, pouco levantando a questão do genocídio da população negra e do racismo. Este evento teve como mais um fato lamentável o pronunciamento do Vice Presidente da República H. Mourão afirmando com voz pausada, tenra e tranquila: “No Brasil não existe racismo”. Se eles dizem “Não”, replicamos a *Negação da Negação!*

6.3 Aumentando a escala, do nível nacional para o estadual, ou da epiderme às vísceras

O mesmo exercício será feito com o recorte do Estado de São Paulo, e posteriormente com os dados municipais, porém, para estes últimos, que são a menor escala possível de se fazer consultas no banco de dados do IPEA, não são ofertados os recortes de raça, gênero e idade.

O primeiro gráfico apresentado é o de total de homicídios no período de 1979 a 2017.



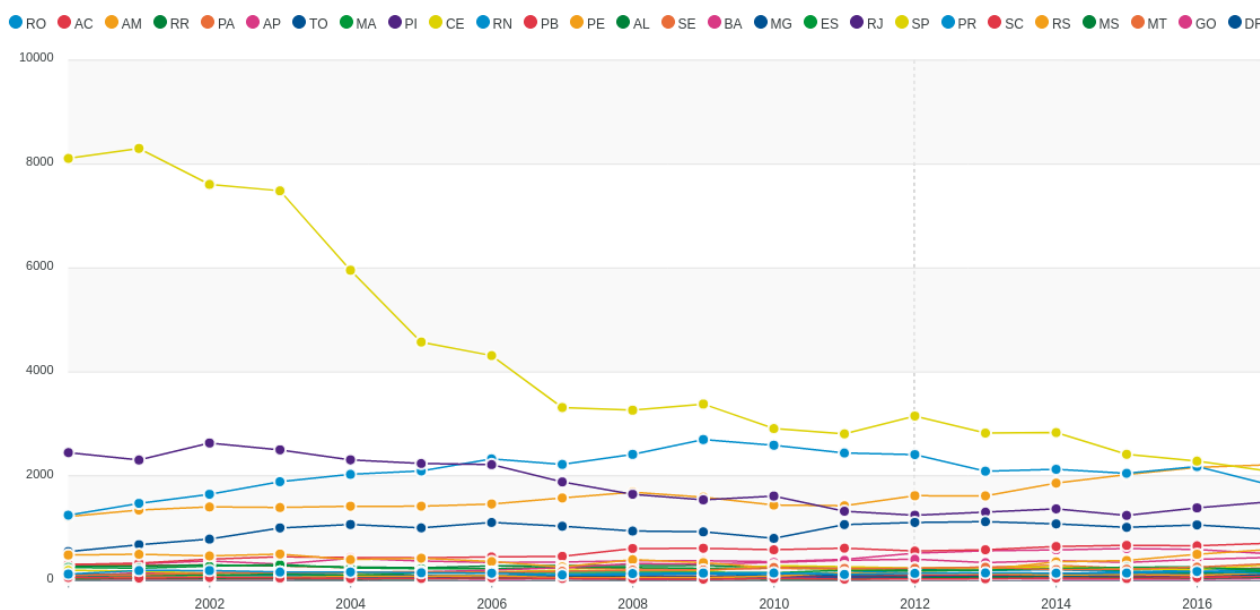
Total de Homicídios por Unidade da Federação (UF) no período de 1979 - 2017.
Fonte: IPEA, 2020

As duas curvas em destaque são em ordem de grandeza São Paulo e Rio de Janeiro. Como é possível observar, a década de 1990 e início dos anos 2000 representam uma explosão no número de homicídios principalmente no estado paulista. Em termos numéricos, São Paulo no ano 2000 teve 15773 homicídios registrados, mais do que o dobro do segundo estado com maior casos, Rio de Janeiro, com 7362. A participação de São Paulo no total de homicídios ocorridos no Brasil (48032) neste ano foi de 32,3%.

Nos anos seguintes assiste-se a um decréscimo no número de homicídios no estado de São Paulo e o crescimento em outras UF 's. A explicação extra oficial e oficial para isto está relacionada à atuação do Primeiro Comando da Capital, que instaurou um “Pacto Moralizador” nas áreas onde passava a controlar o tráfico de drogas e outras atividades do crime organizado, exercendo um controle rígido de qualquer ação violenta em seus territórios, o “Tribunal do Crime” dentro do Território Criminoso do Estado Oficial. Ao mesmo tempo se observa o crescimento do número de homicídios em outros Estados, isso também se relaciona com a atuação da facção criminosa, pois passara a expandir sua área de atuação, formando alianças e nos casos de resistência entrando em

conflito com seus rivais. Em paralelo a guerra do crime o Estado vai recrudescer ainda mais sua atuação, sustentando sob o *slogan da “guerra às drogas e ao crime organizado”* sua parcela do número de homicídios, elevando a já apresentada curva de mortes enquadradas como “Atos de Resistência”.

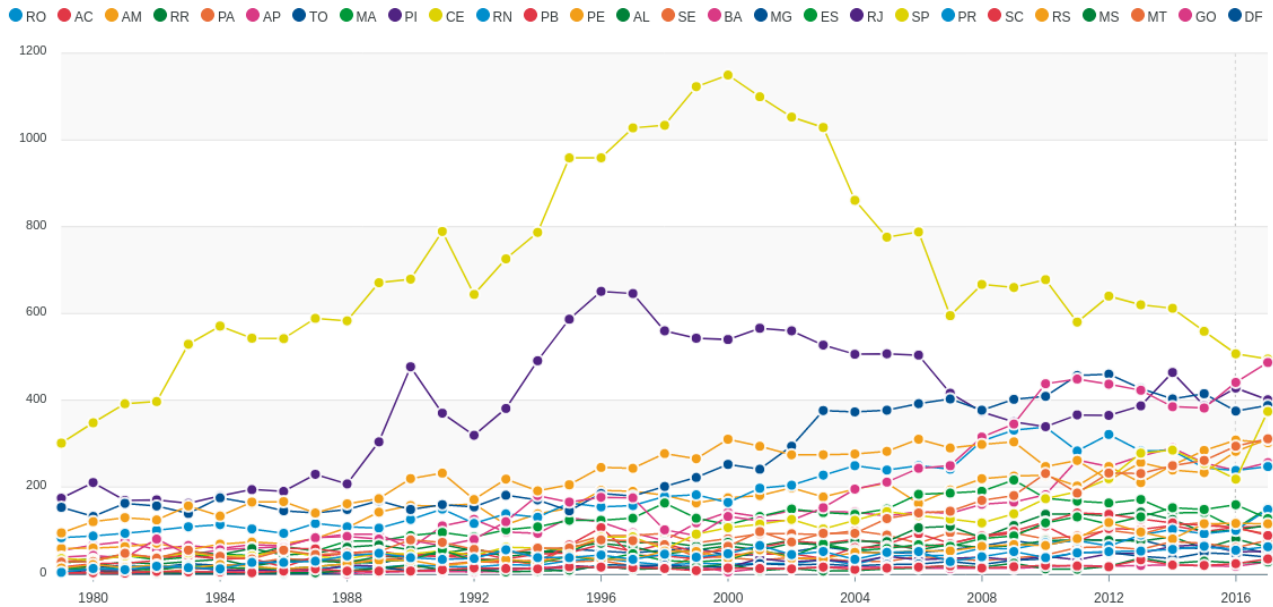
Abaixo temos o gráfico de homicídios de homens negros no período de 2000 a 2017.



Homicídios de Homens Negros entre os anos de 2000 e 2017. Fonte: IPEA, 2020.

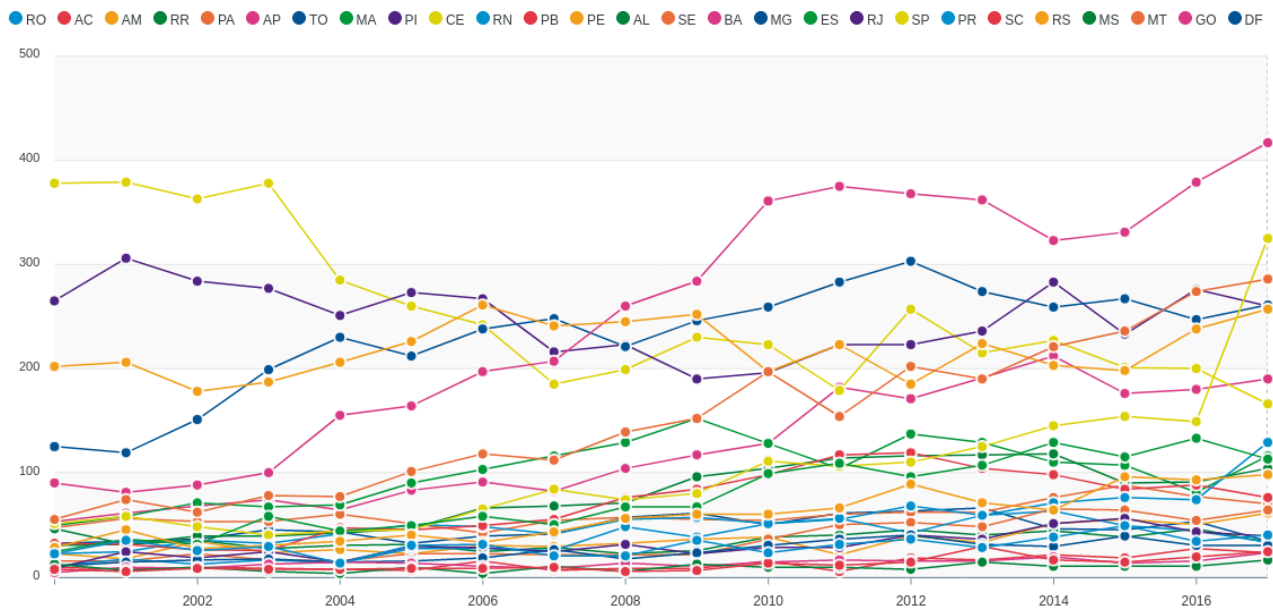
São Paulo foi a UF em que mais houve assassinato de Homens Negros no país neste período, perdendo a triste e revoltante liderança no ano de 2017 para o Rio Grande do Sul, que nos últimos anos sofre com a explosão da violência em suas principais cidades e principalmente na capital Porto Alegre. A fim de ressaltar o recorte racial destas mortes frisa-se que em 2001 foram assassinados em São Paulo 8301 pessoas do sexo masculino negras, isso representa do total de pessoas mortas em São Paulo, neste ano, 52,6%. Fazendo o exercício para as demais UF o mesmo se repete.

No tocante ao assassinato de mulheres o Estado paulista segue liderando as UF's, isso pode ser percebido de forma impactante no gráfico abaixo.



Homicídios de mulheres no período de 1079-2017. Fonte: IPEA, 2020.

Tomando o ano de 2000 como referência comparativa com os demais dados apresentados o total de mulheres assassinadas foi de 1150 feminicídios. O gráfico abaixo apresenta o recorte racial destas vítimas.



Mulheres Negras vítimas de Homicídio entre 2000 e 2017. Fonte: IPEA, 2020.

São Paulo apresenta nos primeiros anos do Séc. XXI as maiores taxas de homicídios de mulheres negras no país, em 2000 esse número é de 378 mulheres negras, e gradualmente esta vai declinando em São Paulo e crescendo em outras UF's, chegando em 2017 com a Bahia liderando o número de mulheres negras assassinadas, 417 registros.

Em termos comparativos, no ano 2000 São Paulo concentrava 32,86% dos feminicídios de mulheres negras.

6.4 Quase Tocando o Chão: a Região Metropolitana de São Paulo e os Homicídios

Muitas, das definições de “Região” e “Metrópole” elegem parâmetros econômicos, políticos e culturais como os aspectos de destaque de uma cidade sobre outras e, a partir do grau de influência e abrangência, determinam sua grandeza, positivam sua pujança regional ou apresentam a intenção de equilibrá-la. Contudo, analisar os dados circunscritos à RMSP, oferecidos pelo Atlas da Violência, permite observar que a metrópole é também o território da violência. A centralidade exercida pela capital paulista é, para além do brilho das fachadas das instituições financeiras e bancárias, concessionárias de veículos, da vasta rede de serviços, a da *recordista do número de pessoas assassinadas, da exclusão e interdição absoluta de uma significativa parcela da população, a Morte.*

Os dados oferecidos pelo banco de dados do IPEA na escala municipal não oferecem a possibilidade de fazer a leitura interseccional como foi realizado

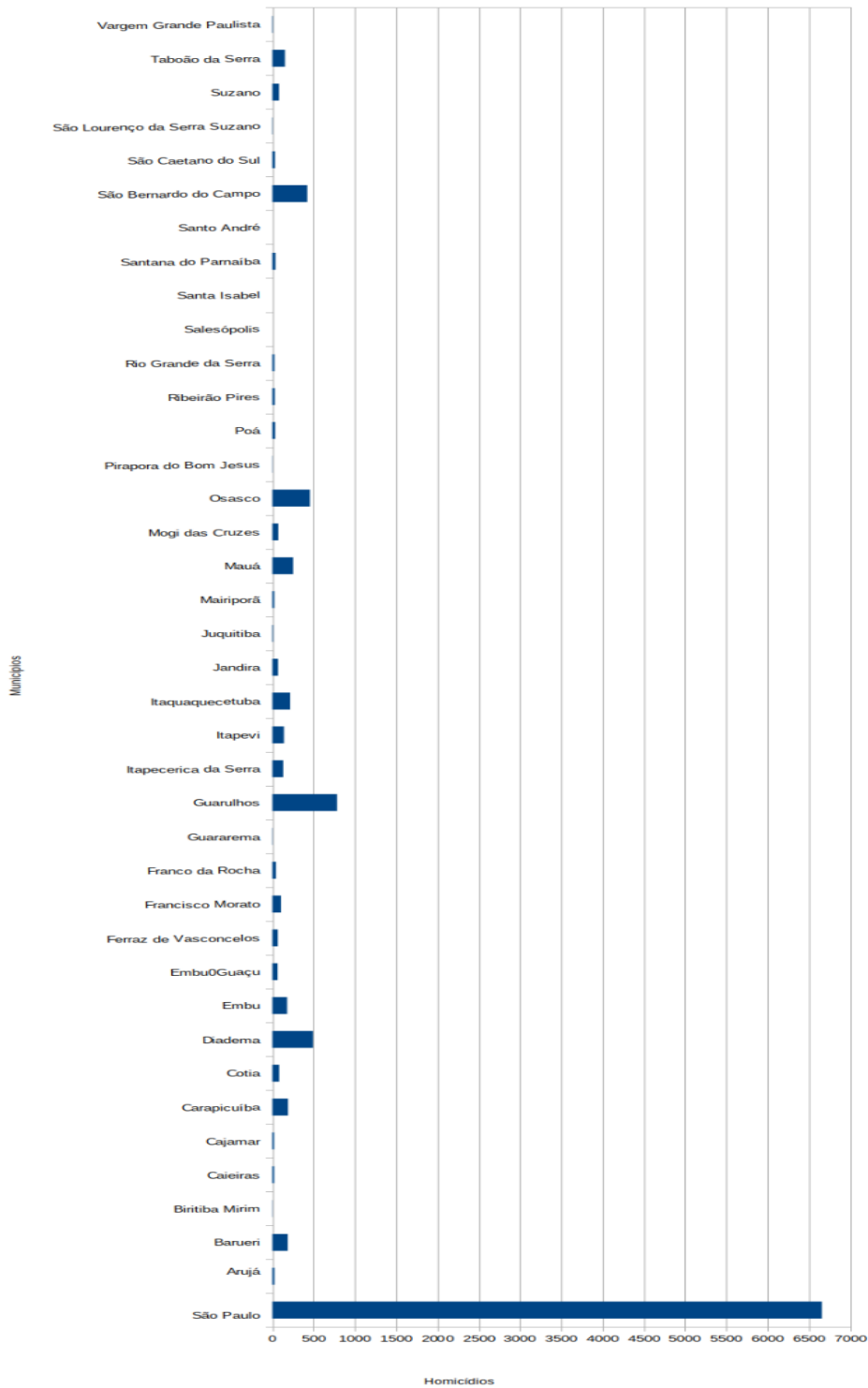
anteriormente, estando disponíveis apenas as informações do número de homicídios ocorridos nos municípios ao longo de 1979 à 2017.

Porém, com base nos próprios dados aqui já apresentados se pode inferir sobre qual parcela da população estes homicídios elegeram como suas vítimas.

Abaixo observa-se a distribuição do número de homicídios no ano de 1999 na RMSP.

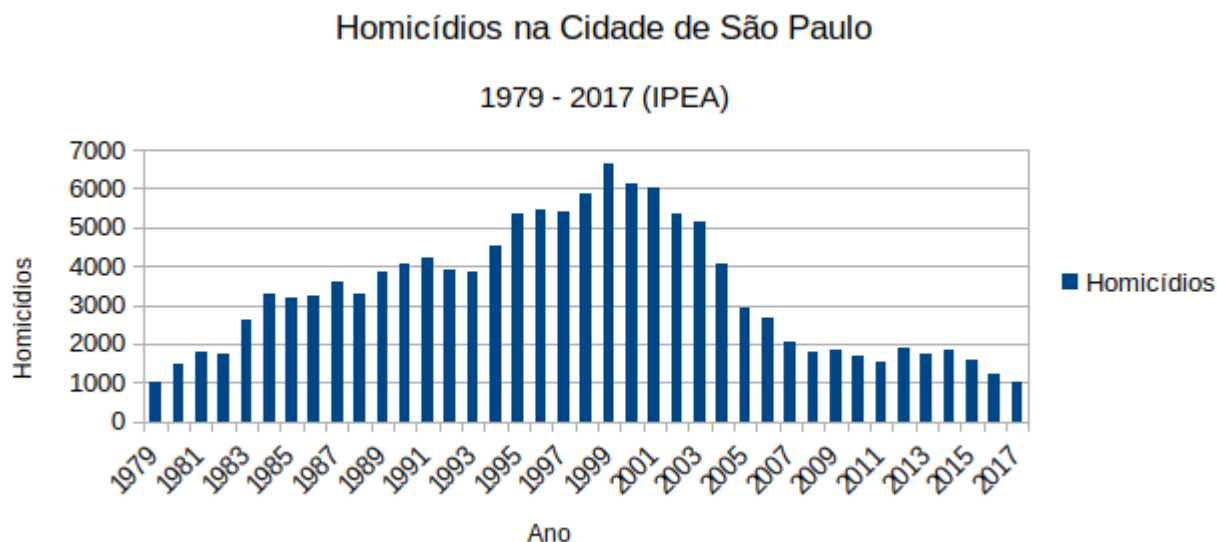
Homicídios na RMSP

1999 (IPEA, 2021)



São Paulo exacerba o número de ocorrências, 6657 mortes violentas, praticamente nove vezes maior que o segundo município onde houve maior número de homicídios, Guarulhos, com 784 casos. Abaixo se apresenta o gráfico com a distribuição

dos homicídios ocorridos na cidade de São Paulo com a intenção de se poder visualizar o comportamento deste fenômeno e sua intensidade ao longo deste recorte de quase quatro décadas.



Homicídios em São Paulo. Atlas da Violência (IPEA, 2020)

Como já registrado ao longo desta análise, a passagem dos anos 1990 aos 2000, para além dos sonhos futuristas e especulações “nostradâmicas” para o fim do mundo, foi a do ápice dos registros de homicídios na capital paulista, o que refletiu simultaneamente no número de homicídios total do país.

Retomando os pensamentos sobre as características desta região metropolitana de influência global, como muito bem lembrado por muitos geógrafos, economista, urbanistas e uma série de estudiosos, registra-se mais uma vez que, como característica desta regionalização e influência macro escalar deve-se lembrar a participação nem um pouco

singela no número de pessoas assassinadas no Estado de São Paulo, no Brasil e no mundo, uma vez que as cifras se equiparam às de zonas oficialmente beligerantes¹⁶.

6.5 Evocando os mortos: Atlas da Violência de 2020

A intenção de percorrer as páginas do último relatório disponibilizado pelo IPEA até a data de redação presente, março de 2021, vai no sentido megalomaníaco de contemplar o máximo possível de informações que se relacionem com os homicídios no país, e em específico no recorte da capital paulistana e sua área de influência, que como se observou, São Paulo, exerceu e exerce influência em diferentes escalas, da metrópole regional a nível nacional e, deste à escala internacional. A afirmação anterior faz parte da sequência de notícias envolvendo o Cartel PCC e a repercussão de suas ações onde opera.

Redigir esta análise dos dados tem se mostrado uma tarefa conturbada, em paralelo aos estudos e este levantamento das vítimas de homicídios vive-se um avanço assolador das mortes causadas por complicações derivadas do contágio pelo Coronavírus (19-20-21). No dia 03 de março de 2021 a cifra de mortos chegou a 1901 pessoas, no mesmo dia o presidente em exercício afirmava publicamente indagações no sentido de “até quando vão ficar chorando?”. Fatos que perturbam as emoções. Lidar com os relatórios de vítimas de violência, somado aos assassinatos institucionais que a população está sujeitada gera repulsa, um sentimento de paralisia, um momento de fim de perspectivas, o pavor de perder pessoas queridas ou se tornar mais um dado numérico na lista mortuária.

¹⁶ Tal afirmação é feita em um sentido provocativo mas não deixa de ter embasamento nos fatos: “A ONU estima entre 32 mil e 60 mil o número de civis afegãos mortos durante a guerra”. Fonte: <https://www.istoedinheiro.com.br/a-guerra-do-afeganistao-em-numeros/>.

O IPEA tem lançado os relatórios anualmente analisando, contudo, os dados de dois anos anteriores, assim, o Atlas da Violência de 2020, tem como principal fonte de dados o levantamento de 2018, em muitos momentos se agregam informações de dados do ano de 2019. Aproveitando esta afirmação e ligando-a ao que foi colocado anteriormente sobre as vítimas do COVID-19 registra-se o desejo de que todas estas vidas perdidas sejam consideradas como assassinadas pela gestão de Jair M. Bolsonaro, e que este e seus pares, tenham o devido julgamento como realizadores de crime contra a humanidade e esteja assim registrado no Atlas da Violência de 2023.

Feitos estes necessários expurgos, retomando a difícil respiração no peito apertado, seguir-se-á com a apresentação dos pontos centrais e que mais caracterizam a dinâmica da violência e dos homicídios contidos no Atlas da Violência de 2020 (IPEA, 2021).

6.6 A diminuição do número de mortes violentas no Brasil, o reflexo ludibriante dos dados

O relatório do Atlas da Violência de 2020 inicia trazendo o que deveria ser uma notícia a ser comemorada, a redução do número de homicídios no país:

Segundo o Sistema de Informação sobre Mortalidade, do Ministério da Saúde (SIM/MS), houve 57.956 homicídios no Brasil, em 2018, o que corresponde a uma taxa de 27,8 mortes por 100 mil habitantes – o menor nível de homicídios em quatro anos. Essa queda no número de casos remete ao patamar dos anos entre 2008 e 2013, em que ocorreram entre 50 mil e 58 mil homicídios anuais [...] (IPEA, pág. 7, 2020)

A equipe que redigiu e analisou as informações que compõem o Atlas apontam algumas possíveis explicações para esta redução nos dados de homicídios. O primeiro deles seria:

Do ponto de vista institucional, elementos importantes surgiram, em 2018, no tema das políticas públicas de segurança pública: a criação do Ministério da Segurança Pública, a aprovação da legislação criando o

Sistema Único de Segurança Pública (Susp), e a instituição do Plano Decenal de Segurança Pública (PDSP). Ainda que a Lei no 13.675/2018 (Lei do Susp) não fosse a solução para o problema da integração e governança federativa no setor, uma vez que não teria como equacionar as várias restrições constitucionais sobre o tema, foi um passo importante na direção correta para a imposição de maior racionalidade à política de segurança pública. Certamente, esse primeiro passo poderia ser a senha para os movimentos subsequentes no sentido de se reformar o marco institucional da segurança pública, o que, infelizmente, não ocorreu, fazendo com que, até o momento, tal legislação se configure apenas como uma peça anódina, que não interfere na dinâmica da criminalidade no país. (IPEA, pág. 8, 2020)

A este respeito foi publicado pelo periódico *Diplomatique Brasil* um artigo intitulado: “A proposta de Bolsonaro para uma nova Lei Orgânica das Polícias”, no dia 15 de fevereiro de 2021, problematizando a iniciativa do Poder Executivo Federal nesta reformulação hierárquica e organizacional das forças policiais em todo o território nacional.

[...] no caso da PL em foco, o que se reivindica como autonomia é, na verdade, uma transferência de controle das unidades federativas para o governo federal. Na prática, isso significa duas coisas: a) do ponto de vista estritamente jurídico-constitucional fere o pacto federativo e entra em conflito com a Constituição Federal de 1988; b) mantém a descentralização administrativa das forças policiais, deixando os encargos financeiros sobre o orçamento estadual, e promove uma centralização política, na medida em que a União teria efetivamente o controle direto de todas as armas, internas e externas. (DIPLOMATIQUE Brasil, 2021)

Sem que o argumento possa ser lido na chave de uma falsa preocupação, ou dentro de uma paranoia conspiratória, os próprios dados e assumidos posicionamentos da gestão que ocupa o Planalto, desde suas remotas aparições, na figura de deputado até a presente figura presidencial, dão sustentação a se advertir o pouco, e até mesmo nenhum apreço que tais figuras possuem à Constituição Federal “Cidadã” de 1988, além da expressa opinião de como compreendem a questão das Políticas Públicas no tocante à Segurança Pública.

A discussão do controle civil sobre as forças policiais é especialmente sensível no Brasil, onde em plena pandemia de Covid-19, sob recomendações de distanciamento e isolamento social, a letalidade policial no primeiro semestre de 2020 teve um aumento de 7% em relação ao ano anterior. Este aumento não surpreende quando se considera o discurso autoritário de políticos como Jair Bolsonaro (sem partido) e seus

apoiadores, também a favor de maior autonomia das polícias estaduais, e de práticas como vingança por parte de policiais, observadas principalmente em lugares como o Rio de Janeiro. O projeto está alinhado à “política de segurança” de “fazer morrer” aquelas categorias sociais marginais que são compreendidas como ameaçadoras da ordem, conceito difuso e politicamente mobilizado para atender aos interesses dos governos de turno. Ressalta-se ainda que estas categorias sociais marginalizadas possuem um evidente e histórico corte racializado e de classe, notável quando se avalia que oito entre cada dez mortos pela polícia são negros, segundo o relatório do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (DIPLOMATIQUE Brasil, 2021)

Os fatos acima alertam para um perigoso processo em andamento, que supera as primeiras pretensões de 2018, no governo Temer de criar bases de dados e um sistema único de informações policiais como é citado no relatório do Atlas. Mais do que isto há uma radicalização em sentido ao aumento de controle e uso do poder repressor por um Governo com orientações assumidamente ultraconservadoras, misóginas e racistas.

Faz-se necessário atenção, portanto, a este tipo de movimento que visa dar autonomia a um braço armado do Estado, que já demonstrou apoiar o discurso de Bolsonaro, em um cenário de constantes ameaças às instituições democráticas. Considerando ainda os acontecimentos de 2020 no que diz respeito às denúncias feitas sobre reiterada violência, por vezes letal, inerente à atuação policial no mundo inteiro na onda das manifestações do movimento *Black Lives Matter*, o Brasil estaria caminhando novamente na contramão das tendências atuais: enquanto em muitos lugares se discute a reforma, a redução de financiamento público e até a abolição da polícia, aqui ainda se discute formas de fortalecer a instituição. (DIPLOMATIQUE Brasil, 2021)

6.7 Outros fatores que corroboraram com o rebaixamento dos homicídios no país: queda no crescimento populacional, Estatuto do Desarmamento e Armistício entre as Facções

Acompanhando o conjunto de possíveis teses que tenham colaborado com a diminuição do número de pessoas assassinadas no Brasil, o relatório de 2020 resgata argumentos anunciados em sua versão anterior, 2019. Nela os analistas apontam uma possibilidade de ter existido uma menor taxa de homicídios atrelada à própria dinâmica demográfica do país. Em linhas indiretas o argumento é: morreram menos jovens,

principal faixa etária vítima dos homicídios, simplesmente por cada vez existir menos jovens na população.

A notícia, que pode ser comemorada de antemão, em uma leitura despreocupada, em busca de boas notícias em meio ao colapso cotidiano, esconde a tragédia. Tragédia de indiretamente se assumir que tal parcela da população teve menos baixas por estar em diminuição absoluta e que as condições concretas de reprodução destas vidas continuam em risco.

O segundo ponto elencado como tendo um impacto positivo na diminuição das mortes violentas no país é depositado na campanha de desarmamento da população. O Estatuto do Desarmamento, implementado em 2003, visa a diminuição da circulação de armas sem e com registros em meio a população. De modo geral o Estatuto oferecia um prazo para a regularização do porte e registro de armas, reduzindo os calibres permitidos e a compra e venda de munições, assim como a entrega de armas com uma bonificação por dispositivo entregue à Polícia Federal.

Sendo o principal meio de realização dos homicídios o relatório do Atlas da Violência 2020 pontua sobre a relação entre mortes e armas de fogo:

Basicamente, há quatro canais que explicam esses resultados: i) uma arma dentro de casa faz aumentar inúmeras vezes as chances de algum morador sofrer homicídio, suicídio ou morte por acidente (principalmente crianças); ii) a maior difusão de armas de fogo faz aumentar os homicídios motivados por conflitos de gênero e interpessoais (como brigas de vizinho, no trânsito, nos bares etc.); iii) quanto mais armas no mercado legal, mais armas migrarão para o mercado ilegal, permitindo o acesso a criminosos não organizados em facções; e iv) a posse de armas aumenta as chances de vitimização fatal para o próprio portador, em caso de ataque, em vista do fator surpresa. (IPEA, pág. 11, 2020)

Mesmo havendo inúmeros estudos em diferentes países reconhecendo a importância da diminuição do armamento da população o relatório explicita:

Mesmo com todas as evidências científicas a favor do controle responsável das armas de fogo e pelo aperfeiçoamento do Estatuto do Desarmamento, a legislação instituída desde 2019 vai exatamente no sentido contrário. Até o momento de consolidação do presente relatório (julho de 2020), haviam

sido exarados¹⁷ onze decretos, uma lei e quinze portarias do Exército que descaracterizaram o Estatuto, geraram incentivos à disseminação às armas de fogo e munição, e impuseram obstáculos à capacidade de rastreamento de munição utilizada em crimes.

Como uma arma com boa manutenção pode durar décadas, as consequências desta política armamentista se perpetuarão no longo prazo, com efeitos contra a paz social e a vida, já demonstrados por inúmeras pesquisas. (IPEA, pág. 11-12, 2020)

O ultimo elemento pontuado pelo relatório se dirige não à uma ação dirigida pelo Estado, mas sim pelo mercado ilegal de drogas e armas controlados por facções criminosas que são internacionalmente reconhecidas atualmente como carteis devido sua abrangência de atuação.

Abaixo são reproduzidos fragmentos do que acredita-se explicitar a situação que se encontra nesta que parece ser uma realidade concretamente paralela, agentes de uma cidade invisível porém constantemente à vista.

A guerra pelo controle do tráfico internacional das drogas no alto do Juruá-Solimões-Nordeste pode ser analisada no contexto dessa modelagem. O aumento da importância relativa de Peru e Bolívia na produção mundial de cocaína, entre 2000 e 2013 (que fez com que o Brasil assumisse gradualmente uma posição estratégica como entreposto para a exportação da droga para a África e a Europa, conforme apontado pelo UNODC, 2015, p. 54), provocou um aumento nos incentivos a favor da guerra. O processo de expansão, arregimentação de membros e parcerias estratégicas com facções locais, por parte do PCC e do CV, se insere na tentativa de garantir o controle das rotas e de tornar visível a supremacia de forças de cada um desses grupos diante do oponente, buscando dissuadi-lo de envolver-se em um conflito. Em 2016, sem a supremacia clara de um lado ou de outro, e diante da imprevisibilidade da força do oponente (ainda mais tendo em vista os invisíveis investimentos em armas de fogo e corrupção de servidores públicos, que fortalecem o poder da facção, mas não são observáveis aos olhos dos oponentes), os dois lados apostaram na contenda. Depois de um ano e meio de uma guerra que ocasionou altos custos para ambos os lados, em termos de letalidade e aquisição de armas e munição, vigorava ainda o alto nível de imprevisibilidade sobre a força do oponente e a possibilidade de se garantir a vitória de forma mais duradoura. Nesse contexto, a guerra passou a ser inviável economicamente e, a partir de 2018, o armistício ocorre, de maneira velada ou não. (IPEA, pág. 12-13, 2020)

¹⁷ Escrito, registrado, lavrado.

Fazendo uma abordagem muito interessante, algo como uma psicologia do crime organizado, os autores do relatório de maneira direta e sensível circundam a questão oferecendo aos leitores a atmosfera que envolve os envolvidos no confronto, suas motivações, consequências e desdobramentos.

Percebe-se que como principais facções e articuladoras das ações estão duas facções sediadas, ou pelo menos originadas no sudeste do país, Rio de Janeiro (CV) e São Paulo (PCC), agentes estes já citados nesta pesquisa na sessão dedicada ao levantamento das notícias de jornais envolvendo incêndios de ônibus. Os elos de muitas destas ações, neste ciclo de violências (CRIME-ESTADO-POPULAÇÃO-CRIME-CRIME-POPULAÇÃO-POPULAÇÃO-ESTADO-ESTADO-POPULAÇÃO) são articulados em torno das estruturas de ação e organização do PCC e do CV, ambos conectados interna e externamente ao território nacional. Sem ter um cenário otimista a frente, os relatores frisam:

Sem prejuízo da racionalidade nas orientações dos líderes das grandes facções criminosas, a tensão e as precárias condições nos estabelecimentos de execução penal no país tornam esse ambiente sempre um barril de pólvora, cujo rastilho pode se acender a qualquer momento, por razões pontuais e inesperadas. Por seu turno, a presunção sobre a correlação de forças entre as facções pode mudar ao longo do tempo, gerando novos incentivos para guerras. De um jeito ou de outro, a trégua entre facções é sempre instável e cíclica, o que pode ocasionar novos conflitos a partir de 2020. Reunindo os quatro fatores causais aqui analisados, fica uma grande incerteza sobre a tendência dos homicídios para os próximos anos, na medida em que, se a demografia e a experiência acumulada de boas políticas públicas influenciam no sentido de diminuir os homicídios, a política armamentista e a instabilidade no processo de guerra e paz entre as facções penais conspiram a favor da ocorrência de mais mortes. (IPEA, pág. 13, 2020)

Como quinto elemento de ressalvas sobre a diminuição do número de homicídios no país, o relatório faz um importante e alarmante apontamento sobre a redução em números e repasse confiável de informações sobre as causas de mortes violentas no país oferecidas pelas Unidades Federativas.

[...] acreditamos que um quinto fator que pode ter contribuído para a redução substancial dos homicídios, em 2018, diz respeito à piora substancial na qualidade dos dados de mortalidade, em que o total de mortes violentas com causa indeterminada (MVCI) aumentou 25,6%, em relação a 2017, fazendo com que tenham permanecido ocultos muitos homicídios. Em 2018, foram registradas 2.511 MVCI a mais, em relação ao ano anterior, fazendo com que o ano de 2018 figurasse como recordista nesse indicador, com 12.310 mortes cujas vítimas foram sepultadas na cova rasa das estatísticas, sem que o Estado fosse competente para dizer a causa do óbito, ou simplesmente responder: morreu por quê? (IPEA, pág. 9, 2020)

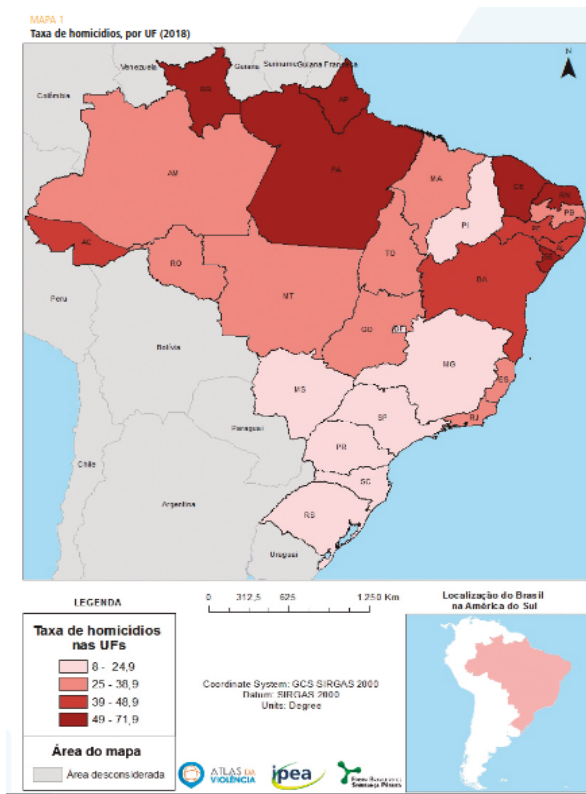
O pessimismo diante da diminuição numérica de homicídios, o que pode parecer contraditório, se justifica de maneira explícita no fragmento abaixo:

Em 2018, entre as UFs com menores taxas de homicídio, tínhamos São Paulo, Santa Catarina e Minas Gerais. Todavia, chamamos a atenção para o fato de que os indicadores de São Paulo devem ser encarados com grande reserva e desconfiança, uma vez que, em 2018, houve a continuidade do processo de piora substancial da qualidade dos dados de mortalidade no estado. Naquele ano, as MVCI aumentaram 61,4%, e a taxa de MVCI atingiu 9,4 por 100 mil habitantes, superior à taxa de homicídios no estado, que foi de 8,2. Em outras palavras, o número de óbitos violentos por causa indeterminada em São Paulo é superior ao número de homicídios registrados, fato absolutamente incomum, que causa grande preocupação.

Como visto anteriormente, a cidade de São Paulo, foco de nosso recorte de estudo, é disparadamente dentro do estado paulista a líder em mortes violentas, contudo, o silenciamento, escamoteamento ou descaso com estas vidas extintas se enquadra em uma possível artimanha aritmética que aos olhos desatentos coloca São Paulo como campeã na “diminuição” de homicídios, embora possuindo um grande número de mortes violentas de causas não identificadas. Situação esta, descabida diante do grande e constantemente treinado aparato policial, assim como os médicos legistas dos IMLs e médicos na linha de frente das emergências nos hospitais nas periferias da cidade.

6.8 Um Voo interseccional sobre o Atlas da Violência 2020: síntese de evidências e constatações já anunciadas

O mapa abaixo traz um panorama direto do índice de homicídios por 100 mil habitantes nas Unidades Federativas brasileiras.



Taxa de homicídios por UF, IPEA, 2020.

O relatório do atlas pontua como extremos de diminuição e crescimento no índice de homicídios por 100 mil habitantes respectivamente São Paulo (8,2) e Roraima (71,8). A problematização destes dados apresentada anteriormente, onde São Paulo tem um índice de 9,4 / 100 mil habitantes de MVCI e, no tocante a Roraima, o conflito travado entre as facções, sediadas na região sudeste mas exercendo forte influência em todas as regiões

nacionais e fronteiriças na disputa pelo controle das rotas de circulação de cocaína e armas¹⁸.

Reforçando o padrão das vítimas de homicídios nos anos anteriores na versão de 2020 continua presente o capítulo dedicado à “perda da juventude”, perda esta que parece ter sido menor, como já dito anteriormente, por decorrência da dinâmica demográfica brasileira e não pelo risco que estes jovens sofrem.

O relatório afirma:

Foram 30.873 jovens vítimas de homicídios no ano de 2018, o que significa uma taxa de 60,4 homicídios a cada 100 mil jovens, e 53,3% do total de homicídios do país. Contudo, ainda que a morte violenta de jovens continue representando um grave problema, os números de 2018 indicam um cenário melhor em comparação ao ano anterior: diminuição de 13,6% na taxa e de 13,7% nos números absolutos. O decréscimo nos homicídios de jovens acompanha a melhora nos índices gerais de homicídios no país ocorrida nesse período, tendo em vista que, entre 2017 e 2018, houve uma queda de 12% na taxa geral de homicídios por 100 mil habitantes no país. Homicídios foram a principal causa dos óbitos da juventude masculina, responsável pela parcela de 55,6% das mortes de jovens entre 15 e 19 anos; de 52,3% daqueles entre 20 e 24 anos; e de 43,7% dos que estão entre 25 e 29 anos. Para as mulheres nessa mesma faixa etária, a proporção de óbitos ocorridos por homicídios é consideravelmente menor: de 16,2% entre aquelas que estão entre 15 e 19 anos; de 14% daquelas entre 20 e 24 anos; e de 11,7% entre as jovens de 25 e 29 anos. (IPEA, pág. 20, 2020)

Ponderações são feitas pelo próprio relatório:

Apesar de, em 2018, ter havido melhora nos índices de mortalidade violenta juvenil, a última década ainda representa um período de aumento na taxa de homicídios de jovens. De 2008 a 2018, a taxa no país aumentou 13,3%, passando de 53,3 homicídios a cada 100 mil jovens para 60,4. Entre 2017 e 2018, contudo, apenas três estados tiveram acréscimo na taxa de homicídios de jovens, conforme apontado no gráfico 7: Roraima (+119,8%), Amapá (+15,5%) e Rio de Janeiro (+4,2%). Isso demonstra que a queda da taxa nacional é consistente, fruto de uma melhora na situação na maior parte dos estados do país. (IPEA, pág. 21, 2020)

¹⁸ Mais detalhes da questão do aumento e diminuição dos homicídios na região Norte e Nordeste ligadas ao embate e armistício entre o CV e o PCC podem ser encontradas no Atlas da Violência (IPEA, pág 16 - 17, 2020).

Os estados do Amapá e Roraima, repetidamente citados como as localidades em que houve uma explosão do número de homicídios, têm como causa a já citada questão da guerra dos cartéis de drogas por dominarem as regiões estratégicas da circulação das drogas e armamentos. O estado do Rio de Janeiro, contudo, que vinha apresentando melhoras significativas na diminuição das taxas de homicídios, assistiu um aumento dos mesmos, mortes em maioria ocasionadas em operações oficiais do estado a nível Federal e Estadual, que causaram literais fuzilamentos de supostos suspeitos.

Mesmo o relatório trazendo à tona os dados destas três UF 's como as que tiveram acréscimo no número de jovens mortos não se poderá deixar de suspeitar das demais, haja visto seus percentuais inexplicados de MVCI.

Como homenagem ao Estatuto da Criança e do Adolescente que no ano de 2020 completou 30 anos em julho de 2020, e alinhando-o ao Estatuto do Desarmamento, importantes instrumentos no combate a violência e mortes dos jovens no país, o relatório anuncia:

O primeiro ponto a notar é que a velocidade de crescimento percentual anual das taxas de homicídio e das taxas de homicídio por arma de fogo diminuiu substancialmente após o ECA, e diminuiu mais ainda após a sanção do Estatuto do Desarmamento. Os indicadores relativos ao período anterior ao ECA são sempre mais de duas vezes maiores do que aqueles posteriores ao ECA. Em segundo lugar, quando comparamos o período após o estabelecimento do ECA e antes da sanção do Estatuto do Desarmamento com o período posterior a este estatuto, verificamos uma forte queda na velocidade de crescimento das mortes, sobretudo por arma de fogo. Assim, considerando-se o conjunto de crianças e adolescentes de 0 a 19 anos, enquanto os homicídios por arma de fogo cresciam a uma velocidade média de 9,4% ao ano (a.a.) antes do ECA, entre 1991 e 2003 esse índice passou para 7,9% a.a., diminuindo substancialmente, após 2003, para 1,9% a.a. (IPEA, pág. 33, 2020)

As reduções são por demais significativas para não serem vinculadas a ambos instrumentos legais e direcionamento das práticas das políticas públicas em direção ao combate a violência. Mas como característica deste relatório, cada notícia positiva

relatada uma lista de pontos de ressalvas e atenção são levantados. Dentre estes, a respeito da proteção das crianças e jovens:

Há ainda diversos outros projetos de lei que ameaçam os direitos das crianças e dos adolescentes. Entre esses está a redução da maioridade penal. As propostas que visam à redução da maioridade penal e a mudança do tempo de internação que, vez por outra, ganham repercussão midiática e debate na sociedade, passam ao largo das causas da violência sofrida e cometida pelos jovens e desviam o foco das questões que precisam ser discutidas, como a efetiva implementação do Sinase, conforme estabelecido no ECA. No momento, outra questão preocupante, que pode trazer retrocesso no acesso aos direitos sociais, refere-se à pandemia da Covid-19, cujas consequências podem ser graves para crianças e adolescentes, principalmente para aquelas que vivem em famílias pobres. A pobreza monetária tem peso e impacto muito maiores entre crianças e adolescentes do que entre jovens, adultos e idosos. (IPEA, pág. 31, 2020)

Num mesmo fragmento as relatoras trazem vieses de um mesmo projeto governamental em curso, recrudescimento do combate a violência com estímulo ao encarceramento em massa e extermínio de uma parcela da população, e por outro lado uma abordagem negacionista da pandemia e do potencial letal do vírus Covid-19, estendendo e aumentando os impactos sentidos pela sociedade, mas em especial as camadas mais vulneráveis.

Neste conjunto da população com maior vulnerabilidade se encontram as mulheres, vítimas de um sistema patriarcal que a todo custo se esforça por invisibilizar o aspecto feminino do amplo espectro social, sobretudo público, reforçando direta e indiretamente o discurso da reclusão do feminino a esfera particular, esfera esta que se torna o pior lugar para a reprodução de milhares de vidas, onde são violentadas de múltiplas maneiras e são assassinadas. O dados do relatório do Atlas da Violência apontam que:

Embora 2018 tenha apresentado uma tendência de redução da violência letal contra as mulheres na comparação com os anos mais recentes, ao se observar um período mais longo no tempo, é possível verificar um incremento nas taxas de homicídios de mulheres no Brasil e em diversas UFs. Entre 2008 e 2018, o Brasil teve um aumento de 4,2% nos assassinatos de mulheres. Em alguns estados, a taxa de homicídios em

2018 mais do que dobrou em relação a 2008: é o caso do Ceará, cujos homicídios de mulheres aumentaram 278,6%; de Roraima, que teve um crescimento de 186,8%; e do Acre, onde o aumento foi de 126,6%. Por seu turno, as maiores reduções no decênio ocorreram no Espírito Santo (52,2%), em São Paulo (36,3%) e no Paraná (35,1%). (IPEA, pág. 35, 2020)

Nota-se uma sobreposição dos maiores índices de mortes de mulheres nas áreas de litígio da expansão das fronteiras do narcotráfico enquanto maior representante das atividades ilegais, mas também áreas de intensificação dos conflitos agrários e em áreas fronteiriças, que nos últimos anos tiveram um acentuado fluxo migratório.

Reforçando a tese do pesadelo doméstico que muitas mulheres são submetidas o relatório diz:

Ao se analisarem os homicídios de mulheres pelo local de ocorrência, notam-se duas tendências distintas. A taxa de homicídios ocorridos fora da residência da vítima segue a mesma tendência da taxa geral de homicídios e da taxa total de homicídios de mulheres no país, com quedas nos períodos entre 2013 e 2018 e entre 2017 e 2018 (redução de 11,8% em ambos os períodos), e aumento no decênio 2008-2018 (3,4%). Por sua vez, a taxa de homicídios na residência segue outro padrão: enquanto a taxa ficou constante entre 2008 e 2013, aumentou 8,3% entre 2013 e 2018, havendo estabilidade entre 2017 e 2018. Essas diferenças indicam a existência de dinâmicas diversas nos homicídios de mulheres nas residências em comparação com aqueles fora das residências. Ademais, considerando-se os homicídios ocorridos na residência como proxy de feminicídio, observa-se que 30,4% dos homicídios de mulheres ocorridos em 2018 no Brasil teriam sido feminicídios – crescimento de 6,6% em relação a 2017 –, indicando crescimento da participação da mortalidade na residência em relação ao total de mulheres vítimas de homicídio. (IPEA, pág. 39)

Como causa destas mortes o relatório vai ser enfático em apontar:

[...] verificamos que, entre 2013 e 2018, ao mesmo tempo em que a taxa de homicídio de mulheres fora de casa diminuiu 11,5%, as mortes dentro de casa aumentaram 8,3%, o que é um indicativo do crescimento de feminicídios. Nesse mesmo período, o aumento de 25% nos homicídios de mulheres por arma de fogo dentro das residências, por sua vez, parece refletir o crescimento na difusão de armas, cuja quantidade aumentou significativamente nos últimos anos. (Idem)

Os apontamentos do relatório caminham em direção a expor uma análise interseccional destas mortes de mulheres, os resultados da análise afirmam:

Em 2018, uma mulher foi assassinada no Brasil a cada duas horas, totalizando 4.519 vítimas. Embora o número de homicídios femininos tenha apresentado redução de 8,4% entre 2017 e 2018, se verificarmos o cenário

da última década, veremos que a situação melhorou apenas para as mulheres não negras, acentuando-se ainda mais a desigualdade racial. Se, entre 2017 e 2018, houve uma queda de 12,3% nos homicídios de mulheres não negras, entre as mulheres negras essa redução foi de 7,2%. Analisando-se o período entre 2008 e 2018, essa diferença fica ainda mais evidente: enquanto a taxa de homicídios de mulheres não negras caiu 11,7%, a taxa entre as mulheres negras aumentou 12,4%. (IPEA, pág. 37, 2020)

Se na passagem anterior a esta última foi possível suprir algum otimismo, após esta fica difícil acalmar as aflições com os dados. A contagem da morte em horas é por demais chocante. Os corpos vitimados destas mulheres são racializados, a violência persegue um recorte racial, os dados denunciam isto.

Em 2018, 68% das mulheres assassinadas no Brasil eram negras. Enquanto entre as mulheres não negras a taxa de mortalidade por homicídios no último ano foi de 2,8 por 100 mil, entre as negras a taxa chegou a 5,2 por 100 mil, praticamente o dobro. A diferença fica ainda mais explícita em estados como Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, onde as taxas de homicídios de mulheres negras foram quase quatro vezes maiores do que aquelas de mulheres não negras. Em Alagoas, estado com a maior diferença entre negras e não negras, os homicídios foram quase sete vezes maiores entre as mulheres negras. (IPEA, pág. 37, 2020)

Uma vez anunciada a discrepante sujeição à violência e o risco de ser vítima de homicídio no Brasil por ser negra (o), o relatório é direto ao registrar:

Uma das principais expressões das desigualdades raciais existentes no Brasil é a forte concentração dos índices de violência letal na população negra. Enquanto os jovens negros figuram como as principais vítimas de homicídios do país e as taxas de mortes de negros apresentam forte crescimento ao longo dos anos, entre os brancos os índices de mortalidade são muito menores quando comparados aos primeiros e, em muitos casos, apresentam redução. (IPEA, pág. 47, 2020)

O que pensar sobre as afirmações contidas na citação acima? Qual é ou quais são as chaves de compreensão e reflexão que auxiliam no entendimento deste processo? O fato, a concreção deste processo em andamento tristemente se mostram em números, subestimados como já dito. Que tipo de política pública tem sido direcionada à esta parcela majoritária da população brasileira? O que o relatório tem mostrado é que no tocante ao recorte racial os negros tem recebido uma atenção do âmbito de segurança

pública, seja na condição de vítimas que o sistema integrado de polícias deve atender ou, e isto já foi anunciado na primeira parte desta sessão, como alvo das operações policiais.

Apenas em 2018, para citar o exemplo mais recente, os negros (soma de pretos e pardos, segundo classificação do IBGE) representaram 75,7% das vítimas de homicídios, com uma taxa de homicídios por 100 mil habitantes de 37,8. Comparativamente, entre os não negros (soma de brancos, amarelos e indígenas) a taxa foi de 13,9, o que significa que, para cada indivíduo não negro morto em 2018, 2,7 negros foram mortos. Da mesma forma, as mulheres negras representavam 68% do total das mulheres assassinadas no Brasil, com uma taxa de mortalidade por 100 mil habitantes de 5,2, quase o dobro quando comparada à das mulheres não negras. (Idem)

O apartheid a la brasileira se acirra:

Ao analisarmos os dados da última década, vemos que as desigualdades raciais se aprofundaram ainda mais, com uma grande disparidade de violência experimentada por negros e não negros. Entre 2008 e 2018, as taxas de homicídio apresentaram um aumento de 11,5% para os negros, enquanto para os não negros houve uma diminuição de 12,9% [...]. (IPEA, pág. 47, 2020)

Seguindo na camada interseccional as pesquisadoras (es) do IPEA desde a versão de 2019 incluíram nos relatórios do Atlas da Violência dados a respeito do gênero das vítimas, com a preocupação de notificar a sociedade os casos de violência contra as populações LGBTQI+. Contudo, consta no relatório 2020 a dificuldade de obtenção de fontes seguras e condizentes com a real exposição destes grupos à violência, uma vez que a situação de gênero não é cadastrada na maior parte das vezes nos dados oficiais de registro das ocorrências. Esta tarefa tem sido realizada pela sociedade civil, como o Grupo Gay da Bahia (GGB) e Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), por via da busca ativa em suas redes e no cruzamento destas informações com os dados do Disque 100, canal de denúncia vinculado ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (IPEA, pág. 54, 2020).

Levantar esta questão da violência LGBTQI+ neste texto vem com o propósito de ilustrar o esforço das elaboradoras do Atlas da Violência em, apesar das dificuldades, expor de maneira interseccional os níveis de violência sobre a população brasileira de

modo a não perder, no discurso generalista, comum quando se trata de análises numéricas e de vasta extensão territorial, um convite de certo modo, aos próprios trabalhos da Geografia, que acompanhando o movimento das disciplinas modernas do conhecimento acadêmico, se afirmou enquanto campo disciplinar justamente no movimento das abordagens generalistas e universalizantes, no fluxo da própria universalização da forma abstrata do valor e de seu imbricamento com o desenvolvimento da ciência como parte da composição do próprio capital.

Divagações registradas, o que é posto no Atlas 2020 sobre a população LGBTQI+ pode, sem muitos esforços ser compreendido em mais um campo da reprodução social em que as esferas dissociadas, que são aquelas não enquadradas diretamente a esfera patriarcal do valor com sua violenta forma de identificação e determinação tautológica fetichista, eclipsa e sufoca seu complemento indissociável (SCHOLZ, 2000).

Retomando os levantamentos do relatório é dito:

Considerando-se a redução nos homicídios de pessoas LGBTQI+, em comparação ao aumento para as demais populações (com exceção de crianças e adolescentes), é improvável que tenha havido redução da subnotificação. Segundo o GGB, 445 pessoas LGBTQI+ foram mortas em 2017 (Mott, Michels e Paulinho, 2017), dos quais 191 eram trans, e 420 em 2018, dos quais 164 eram trans (Mott, Michels e Paulinho, 2018). Similarmente, a contagem realizada pela Antra aponta que 179 pessoas trans foram vítimas de homicídio em 2017, e 163 em 2018 (Benevides e Nogueira, 2019). (IPEA, pág. 58, 2020)

Destas mortes o relatório afirma:

Em consonância com os resultados do Atlas da Violência 2019, é possível notar que as vítimas são majoritariamente negras (exceto as vítimas bissexuais, no ano de 2017), habitantes de zonas urbanas e solteiras. Mulheres permanecem significativamente mais vitimadas que homens. Convergem com os dados do ano anterior também os relativos ao sexo do autor, indicando que as agressões foram realizadas majoritariamente por homens. (IPEA, pág. 66, 2020)

6.9 Da reconstituição das vítimas ao propósito deste intento: o retrato falado em sentido contrário

Deste modo, se reconstitui a imagem das vítimas da violência no país, esforço realizado como uma oportunidade de denunciar este processo em curso com o objetivo de além de melhor compreendê-lo, fazer ecoar entre os corredores e gabinetes frios da intelectualidade o grito de dor destas pessoas assassinadas, suas famílias e os grupos a que pertencem.

Os dados são diretos, ser negra(o) no Brasil é estar diretamente mais exposto a chances de ser vítima de homicídio, ser jovem e negro ainda mais, mulher negra mais ainda, não se enquadrar na definição binária dos sexos eleva este risco.

Este mergulho entre figuras mortuárias teve como incentivo inicial suprir uma carência de informações das vítimas de homicídios que, nas notícias jornalísticas levantadas sobre os incêndios de ônibus ficaram pasteurizadas em uma redação neutralizadora, omissa e portanto conivente com este processo em marcha.

Se nas notícias jornalísticas e B.O's não constam ou, se omitem as características das vítimas que após terem sido mortas fizeram com que as populações e grupos se manifestassem por via dos incêndios, os dados desta síntese sobre os Atlas da Violência permite que se faça uma suposição mais segura de quem eram essas pessoas, que contraditória e dialeticamente, saem da condição de majoritariamente periferizados à triste centralidade de serem as maiores vítimas de um extermínio racial da população negra potencializado pelas condições etárias e de gênero.

7. A violência em Análise: para além do bem e do mal, Zizek em “Violência” Marx e sua turma a partir de “O Capital”

Anteriormente foi feita uma leitura e apresentação do fato consumado na realidade brasileira que se refere às características bem definidas, corporificadas, sob quais segmentos sociais da população brasileira, em maior detalhe no recorte paulista, a expressão mais concreta da violência - assassinatos, é exercida.

Diante deste fato social, o absoluto e relativo, extermínio das populações jovens, negras e periferizadas, denunciado ano após ano nos Atlas da Violência, sentiu-se a necessidade de buscar auxílio interpretativo para esta prática em curso a fim de ao menos buscar, uma vez que todos nos encontramos chafurdados nesta sangria, observar com mais profundidade estes orifícios que jorram aos nossos olhos através das expressões dos assassinatos sistemáticos cometidos pelo Estado, do crescimento do papel do crime organizado enquanto Estado extraoficial, e o mote de entrada deste doutoramento, as labaredas ardentes dos incêndios de ônibus que iluminam as faces mutiladas da população nos bairros pobres da cidade de São Paulo e seus municípios limítrofes.

Reconhece-se que talvez fosse interessante, antes de partir para um percurso interpretativo do fenômeno da violência praticado por estes sujeitos citados, o Estado, o PCC e essa camada indefinida chamada de população pobre periférica (que se sabe por cruzamento de informações e conhecimento prático que se referem de modo geral ao mesmo perfil das principais vítimas apontadas nos Atlas da Violência) fazer uma apresentação dos mesmos. Contudo, neste momento de redação o que se pretende é observar um fato posto, expressão concreta de uma forma social pautada em um conjunto de abstrações (POSTONE, 1999), lançando, por intermédio das provocações de Zizek (2019) e de autores marxianos, sobretudo o próprio Marx (1989) que papel a violência, ou

melhor, as violências e o discurso que as acompanham cumprem nesta sociedade produtora de mercadorias e cadáveres¹⁹.

De forma mais concisa, o desejo deste ensaio é o de pensar e localizar o exercício da violência implicada nesta realidade posta e, nos limites desta complexa tarefa, apresentar o conjunto de contradições que envolve.

7.1 Mesclado de Psicanálise e a teoria do sujeito: inversões, distanciamentos e reaproximações

Zizek é um dos autores contemporâneos que aos olhos do autor que redige estas palavras, consegue ampliar os horizontes de uma abordagem crítica da sociedade de maneira a perseguir a imanente complexidade da mesma sem, de modo geral, cair na chave segmentar do plano pós moderno, não tomando o particular como universal e não negando no universal às particularidades dos fenômenos em análise. As bases teóricas deste intelectual agrega leituras psicanalíticas, Freud e Lacan, com autores da filosofia clássica e contemporânea, sobretudo Hegel e Marx.

No campo da Geografia há uma maior familiaridade com discussões do campo filosófico e teórico social crítico de bases marxistas, sobretudo quando se pode derivar aos fenômenos “objetivos” da realidade, herança do apelo constante e desesperado por uma afirmação de um campo do saber “autenticamente geográfico” frente às demais irmãs ciências parcelares, o que segundo estudiosos da História do Pensamento Geográfico apontavam algo como uma identidade frágil, como a adolescente que ao

¹⁹ Menção ao álbum “Fantástica Fábrica de Cadáveres” de Eduardo, ex -integrante do grupo de rap Facção Central, ao longo deste trabalho suas letras serão requisitadas a fim de por outras expressões da linguagem que não a acadêmica a violência seja abordada.

assumir uma imagem afirmativa de si vê qualquer possível variação da forma de como se apresentar ao mundo como uma ameaça, um metaleiro gótico juvenil que nega qualquer vestimenta com tonalidades que fujam do preto, como se estas fossem capazes de perturbar com cores vivas seus gostos sombrios mais profundos, revelando assim uma identidade de fundamentos frágeis ou fragilizados.

Isto tudo é dito como advertência aos demais geógrafos, pois as entradas sugeridas e inversões aparentes no percurso de abordagem do fenômeno social praticados por Žižek no texto de referência para este ensaio que é o “Violência” (ŽIŽEK, 2014), geram inquietação, um desconforto que ao permitir-se a “ouvi-lo” muito pode agregar no exercício de sondagem do real, este repleto de metafísica como lembra Marx (1989; 2011).

O percurso aqui apresentado seguirá um plano rasante sobre alguns pontos elementares, ou que ao menos se mostraram como tais ao se fazer esta complexa e provocante leitura. Destes pontos o primeiro é a apresentação pelo autor de como a violência se apresenta, trazendo uma perspectiva distinta da comumente leitura derivada de Marx. Žižek enuncia um triplo fenomênico da violência na chave Violência Objetiva – Violência Subjetiva – Violência Simbólica, sem ter familiaridade com a leitura psicanalítica há um pré entendimento destes termos nos polos invertidos, e o assumido hegeliano se mostra mais materialista que os materialistas neste momento, alcançado apenas se suportada a escuta de uma outra forma de narrativa deste mesmo “Real”.

Por Violência Objetiva Žižek a situa no campo da totalidade concreta que envolve a própria constituição dos sujeitos e sua introjeção, parte da própria subjetividade que em determinadas situações irrompe em explosões que levam os sujeitos a se defrontarem com essa mesma objetividade.

A questão é que as violências subjetiva e objetiva não podem ser percebidas do mesmo ponto de vista: a violência subjetiva é

experimentada enquanto tal contra o pano de fundo de um grau zero de não violência. É percebida como uma perturbação do estado de coisas “normal” e pacífico. Contudo, a violência objetiva é precisamente aquela inerente a esse estado “normal” de coisas. A violência objetiva é uma violência invisível, uma vez que é precisamente ela que sustenta a normalidade do nível zero contra a qual percebemos algo como subjetivamente violento. Assim, a violência sistêmica é de certo modo algo como a célebre “matéria escura” da física, a contrapartida de uma violência subjetiva (demasiado) visível. Pode ser invisível, mas é preciso levá-la em consideração se quisermos elucidar o que parecerá de outra forma explosões “irracionais” de violência subjetiva. (ZIZEK, p. 17, 2014)

Nas palavras do próprio filósofo esloveno se trata de considerar na análise do fenômeno da violência o elemento objetivo do real como um elemento de difícil percepção ao passo que introjetado como “normal”. É difícil ler esta passagem e não aproximar a abordagem proposta com a própria leitura de Marx (1989) em sua proposição de buscar no mais elementar a complexidade de uma forma social específica que produz uma realidade repleta de manhas físicas metafísicas. Em outras palavras, o rasgar ou incendiar o véu funerário do fetichismo da mercadoria que cobre o corpo social (a objetividade fantasmagórica) por meio de espasmos ou fogo fátuo de corpos que, por meio da “violência” conseguem ou ao menos tentam, denunciar uma objetividade que (n)os oprime, (n)os extermina, estigmatiza ao passo que os deseja enquanto uma compulsão paranoica pelo interromper do gozo (vida) do “Outro” (ZIZEK, p. 67, 2014).

O problema é que essa “abstração” não existe apenas na percepção distorcida da realidade social por parte de nossos especuladores financeiros, mas é “real” no sentido preciso em que determina a estrutura dos processos sociais materiais: os destinos de camadas inteiras da população e por vezes até mesmo de países podem ser decididos pela dança especulativa “solipsista” do capital, que persegue seu objetivo de rentabilidade numa beatífica indiferença ao modo como tais movimentos afetarão a realidade social. Assim, a posição de Marx não é fundamentalmente reduzir essa segunda dimensão à primeira, mas demonstrar como a dança teológica enlouquecida das mercadorias emerge dos antagonismos da “vida real”. Ou melhor, a sua posição é de que não podemos compreender adequadamente a primeira (a realidade social de produção material e interação social) sem a segunda: é a dança metafísica autopropulsiva do capital que dirige o espetáculo, que fornece a chave dos desenvolvimentos e das catástrofes que têm lugar na vida real. É aí que reside a violência sistêmica fundamental do capitalismo, muito mais estranhamente inquietante do que qualquer forma pré-capitalista direta de violência social e ideológica: essa violência não pode ser atribuída a indivíduos concretos e às suas “más” intenções, mas é puramente

“objetiva”, sistêmica, anônima. Encontramos aqui a diferença lacaniana entre a realidade e o Real: a “realidade” é a realidade social dos indivíduos efetivos implicados em interações e nos processos produtivos, enquanto o Real é a inexorável e “abstrata” lógica espectral do capital que determina o que se passa na realidade social. (ZIZEK, p. 24, 2014)

A passagem anterior vem no sentido de reforçar esse sentido amplificado do “Real” enquanto uma abstração concreta

[...] não se pode simplesmente prosseguir a crítica do valor inicial e tomar o “valor” pelo conjunto da totalidade; esta tem os seus próprios pressupostos. Justamente ao registrar o conceito de totalidade, é preciso fazer notar que não é só o valor e o que habitualmente é entendido por ele, a economia, que são constitutivos da totalidade, mas que a “totalidade” é mais abrangente; o que, provavelmente, já há muito se terá tornado evidente quando este artigo sair, com a revelação da chamada crise financeira como crise econômica mundial profunda, com todos os efeitos subsequentes. Profundamente impressionados e afetados pelo “colapso”, poderíamos desde logo, nomeadamente, voltar a esquecer (de novo) que a sociedade é mais que o conjunto de um contexto econômico e que este sempre foi o entendimento adotado no conceito de fetiche. Esquecimento este que se manifesta, por exemplo, na suposição que todos “nós” somos atingidos pela crise imediatamente e sem distinção. Perante a bomba (atômica) do colapso, todos “nós” ficamos iguais. Só um pensamento sumptuoso, à maneira do olhar do mestre de poker, é que pretenderia ver aí qualquer diferença. Contudo, e ao contrário desta atitude, é precisamente num contexto de crise que se deve relacionar a forma social fundamental com a totalidade social concreta, ligando-a ainda a uma análise social e crítica da ideologia, sem cair num vulgar academismo de esquerda. (SCHOLZ, 2010)

É justamente neste direcionamento, da percepção desconfiada do “mestre de poker”, que se toma a aparência com ressalvas, a malícia das capoeiristas angoleiras, o dissimular da constatação da ameaça para fazer esta se manifestar e então esquivar-se ou contra-atacá-la. Uma denúncia ao liberalismo e igualitaristas das mazelas e concentrador de riquezas e privilégios ao mesmo tempo que se mantêm a difícil, talvez covarde, posição de suspensão que permite reconhecer a reposição da contradição em níveis mais críticos em resposta enquanto ações de resistência. A manifestação das formas da violência é, a partir da leitura de Zizek uma oportunidade de pensar a totalidade em sua contraditória reprodução.

A regra fundamental de Hegel é que o excesso “objetivo” – o reinado direto da universalidade abstrata que impõe a sua lei “mecanicamente” e com rematado desprezo pelo sujeito apanhado em sua rede – é sempre suplementado por um excesso “subjetivo”, pelo exercício arbitrário e

irregular dos caprichos. Um caso exemplar dessa interdependência é apresentado por Étienne Balibar, que distingue dois modos opostos mas complementares de violência excessiva: a violência sistêmica ou “ultraobjetiva”, própria às condições sociais do capitalismo global, que implica a criação “automática” de indivíduos excluídos e dispensáveis (dos sem-teto aos desempregados); e a violência “ultrassubjetiva” dos novos “fundamentalismos” emergentes, de caráter étnico e/ou religioso e, em última instância, racistas. (ZIZEK, p. 24, 2014)

A citação anterior nos traz de volta ao chão ao passo que relaciona esta lógica totalitária da forma valor com seu desdobramento concreto de uma ação violenta “ultra objetiva” de produção de excluídos e *seres do ponto de vista auto referenciado da valorização são considerados e passam a ser gerenciados como seres humanos superfluos* (SCHOLZ, 2011) e como há por parte da constituição dos sujeitos sujeitados em relação neste processo uma “ultra subjetivação” do “Real” que passa a se manifestar por via de uma eclosão global de conflitos na “realidade”.

O desafio parece ser o de se aproximar das chamas da realidade sem perder de vista a corrosão do real, reconhecendo os corpos caídos, interpretando os gritos enfurecidos daquelas e daqueles que são personificados como o “OUTRO” a serem agredidos e banidos. O que em uma síntese muito dura Zizek diz: “ Em termos proto-hegelianos, a ameaça exterior que a comunidade combate é a sua própria essência intrínseca...” (ZIZEK, p. 31, 2014). Como o Capital que tem como referência de sua grandeza de riqueza o tempo social necessário na produção de mercadorias e em sua reprodução busca com todos os esforços reduzi-lo a zero, negando, assim a sua própria substância produtora de valor, o trabalho (MARX, p. 589[583], 2011).

Este processo que tem sua gênese e reprodução marcados pela violência se efetiva e passa ser “suportado”, na realidade imposto cotidianamente, onde a violência simbólica cumpre sua função: “A violência simbólica social na sua forma mais pura manifesta-se como o seu contrário, como a espontaneidade do meio que habitamos, do ar que respiramos” (ZIZEK, p. 36, 2014). A violência do “NORMAL”. Este “normal” é posto

por Postone como centro de sua leitura a respeito das formas de dominação operantes no capitalismo enquanto específico e historicamente situadas:

Na análise de Marx a dominação social no capitalismo não está, em seu nível fundamental, na dominação de uma pessoa por outra, mas na dominação das pessoas por estruturas sociais abstratas...” (POSTONE, p. 30, 1995)

O intento de trazer esta colocação de Postone é o de aproximar as inversões realizadas pelos autores, Zizek e os marxianos aqui apresentados, para, considerando suas potências argumentativas e análises críticas, situar um ponto concordante nuclear. O núcleo sendo o reconhecimento de que o conjunto de abstrações decorrentes de uma forma histórica específica, o da sociedade produtora de mercadorias, incorre em uma objetividade fantasmagórica e uma subjetividade objetificada por esta. Em síntese:

As categorias da teoria crítica de Marx, quando interpretadas como formas estruturadas de prática que são determinações de "objetividade" e "subjetividade" sociais (e não como categorias apenas de objetividade social, muito menos como categorias econômicas), podem oferecer a base para uma teoria histórica da subjetividade. Nessa leitura, a análise do caráter dinâmico do capitalismo também é potencialmente uma análise das transformações históricas da subjetividade. Se, além disso, puder mostrar que as formas sociais que estruturam a sociedade capitalista são contraditórias, será possível tratar a consciência crítica e opositiva como sendo socialmente constituída. (POSTONE, p.54, 2014)

Assume-se a perspectiva de um lugar histórico para o fenômeno da violência, rejeita-se uma ontologia do “ser violento” e a própria justificativa que sustenta a existência do Estado como aparato regulador *sine qua non*. Se mata e se morre por elementos que fogem da leitura biologizante, a sobrevivência tem significação ampliada (VANEIGEM, 2002), por mais que as principais vítimas possuam características bem localizadas (negra, não branca, jovem e pobre).

Uma sociedade que, a condição da reprodução enquanto sujeitos sujeitados resulta em uma existência dupla indissociável, portadores de força de trabalho e “trabalhadores”, onde a não realização da primeira, como a que é consumida no processo de produção de mercadorias resulta na ameaça da continuidade de existir de seus

portadores. Como se, diante da reprodução crítica desta sociedade produtora de mercadorias, as vidas são sentidas como um fardo que se tem que carregar, ou lembrando o texto de REMARQUE (1975) todos possuem uma persona “soldado ferido” que se tenta salvar, ou ao menos não abandonar, no front da vida cotidiana.

Marx esclarece aqui alguns mal-entendidos, relativamente à daí resultante oposição entre trabalho assalariado e capital: “O capitalista e o trabalhador assalariado são como tais apenas encarnações, personificações do capital e do trabalho assalariado” (MEW 25, 1964, p. 887). É sabido que foi neste contexto que ele criou o conceito de “máscara de carácter”. Como vimos, desde o século XIX até bem dentro da era fordista foi este o antagonismo decisivo da dinâmica capitalista e o movimento operário foi o respectivo sujeito político, até que por assim dizer o automovimento do sujeito automático em pessoa o destituiu e o operariado se integrou na forma do fetiche através do “tratamento da contradição” imanente. (SCHOLZ, 2008)

Sem se preocupar em ser repetitivo, cito novamente o trecho da música dos Racionais Mc's “Jesus Chorou”:

Vermelho e azul, "Hotel", pisca só no, Cinza escuro do céu
Chuva cai lá fora e aumenta o ritmo,
Sozinho eu sou agora o meu inimigo íntimo
Lembranças más vem, pensamentos bons vai,
Me ajude, sozinho penso merda pra caralho
Gente que acredito, gosto e admiro,
Brigava por justiça e paz levou tiro:
Malcom X, Ghandi, Lennon, Marvin Gaye,
Che Guevara, 2Pac, Bob Marley e
O evangélico Martin Luther King”.

7.2 O Outro: a ameaça que constitui o Eu

A citação do trecho da letra de rap, além de se referir ao sujeito sujeitado, o Eu, “meu inimigo íntimo”, é também a marca de uma passagem qualitativa no campo de sustentação da esfera política na passagem do campo ideológico que disputava perspectivas de vias de organização social para uma prática, também ideológica, por mais que se apresente como ultra objetiva, de uma gestão “pós política” biopolítica. A ideologia

da “não ideologia”, a nova política em substituição da “velha política”. O fechar dos olhos para a chacina em curso, ou iluminar apenas a face do heroicizado Estado²⁰.

Hoje a variedade predominante da política é a biopolítica pós-política – impressionante exemplo de jargão teórico que, no entanto, podemos decifrar com facilidade: a “pós-política” é uma política que afirma deixar para trás os velhos combates ideológicos para se centrar, por outro lado, na gestão e na administração especializadas, enquanto a “biopolítica” designa como seu objetivo principal a regulação da segurança e do bem-estar das vidas humanas[1]. É evidente que hoje as duas dimensões se sobrepõem: quando se renuncia às grandes causas ideológicas, tudo o que resta é a administração eficaz da vida... ou quase apenas isso. O que significa que, com a administração especializada, despolitizada e socialmente objetiva e com a coordenação dos interesses como nível zero da política, a única maneira de introduzir paixão nesse campo e de mobilizar ativamente as pessoas é através do medo, um elemento constituinte fundamental da subjetividade de hoje. Por isso a biopolítica é em última instância uma política do medo que se centra na defesa contra o assédio ou a vitimização potenciais. (ZIZEK, p. 39, 2014)

O autor continua:

[...] a política que renuncia à própria dimensão constitutiva do político, uma vez que releva do medo enquanto seu supremo princípio mobilizador: medo de imigrantes, medo da criminalidade, medo de uma depravação sexual ímpia, medo do próprio excesso de Estado e da sua carga tributária elevada, medo da catástrofe ecológica, medo do assédio. A correção política é a forma liberal exemplar da política do medo. Uma (pós-)política dessa natureza assenta-se sempre na manipulação de um ochlos²¹ ou de uma multidão paranóica: é a união assustadora de pessoas aterrorizadas. (ZIZEK, p.. 39, 2014)

A abstração desta forma social, base sustentadora da violência objetiva “normalizada” no cotidiano dos sujeitos a ela sujeitados. O medo e a segurança, como muito bem retratado por CALDEIRA (2000) arquiteta não apenas bairros e cidades

²⁰ Referência à chacina na Favela do Jacarezinho no Rio de Janeiro com o assassinato de 29 jovens no dia 06 de maio de 2021 em operação da Polícia Civil do Estado.

²¹ “Oclocracia (do grego clássico ὄχλοκρατία, transl. *okhlokratia*, composto de ὄχλος «multidão, massa, turba» e -κρατία «poder, governo») não é, rigorosamente, uma forma de governo, mas uma situação crítica em que vivem instituições, ao sabor da irracionalidade das multidões. O termo indica o jugo imposto pelas multidões ao poder legítimo e à lei, fazendo valer seus intentos acima de quaisquer determinações de Direito Positivo. A oclocracia também pode ser definida como o abuso que se instala num governo democrático quando a multidão se torna senhora dos negócios públicos, mediante intimidação das autoridades legítimas. Embora as multidões governantes possam às vezes refletir genuinamente a vontade da maioria, de forma aproximada da democracia, a oclocracia é caracterizada pela ausência ou sério comprometimento do processo democrático. (<https://pt.wikipedia.org/wiki/Oclocracia>)

fortificadas, mas também uma subjetividade de combate ao “criminoso”, subjetividade objetificada nas práticas desta pós-política quando se assume que o direito primordial na sociedade produtora de mercadorias não é a vida, mas a propriedade, e os que possuem apenas a vida como propriedade passam a ser a encarnação do “Mal”, a ameaça à santificada mercadoria e seu sacro corpóreo valor de uso. A respeito de tal situação diz ZIZEK (p. 40, 2014): “O que se afirma cada vez mais como direito humano central na sociedade capitalista tardia é o direito a não ser assediado, que é o direito a permanecer a uma distância segura dos outros”.

A segregação desta consciência é maior do que sua manifestação no espaço urbano produzido nesta chave. É uma forma que medeia a relação entre os que são considerados e se auto consideram dignos diante do *ethos* do trabalho, os que acreditam “colher os frutos graças ao suor de seu rosto” em trabalhos “dignificados” e uma crescente parcela da população que, desta perspectiva, são seres de segunda ordem, por estarem na relação postos como seu negativo ocupados em trabalhos mal remunerados em condições degradantes. Os não escolhidos, os que não compartilham dos mesmos “valores”, os que diante do liberalismo meritocrático são iguais na abstração, mas de outra “casta” na prática cotidiana.

[...] por um lado, a redução dos humanos à “vida nua”, ao Homo sacer, aquele ser chamado de sagrado que é objeto de um conhecimento tutelar especializado, mas que é excluído de todos os direitos (como os prisioneiros de Guantánamo ou as vítimas do Holocausto); por outro lado, o respeito pelo Outro vulnerável levado ao extremo através de uma atitude de subjetividade narcisista que se experimenta a si própria como vulnerabilidade, constantemente exposta a uma multiplicidade de “assédios” potenciais. (ZIZEK, p.40, 2014)

O narcisismo de uma camada média alargada²², que como personas do capital compartilham do fetiche de “autovalorização” do capital (MARX, 2011). Os filhos do

²² Referência a “Nova Classe C Brasileira”.

distributivismo do Partido dos Trabalhadores nas primeiras décadas dos anos 2000, que em um complexo edipiano passam a odiar seu “tutor” quando este, em decorrência de suas limitações, passa a representar a interdição do gozo do acesso à mercadoria. O ódio ao Pai, a obsessão anti petista e a tudo e todos que se possa relacionar com suas políticas, de proteção ao meio ambiente a questão de gênero, do combate ao racismo e a proteção às nações indígenas, e o surreal negacionista terra planista cloroquina ivermectinado.

Ainda assim, o plano da concorrência permanece obscurecido, na medida em que se fala apenas de uma relação de igual proximidade de todos com o valor, perante um neo-pequeno-aburguesamento geral na nova situação. Não há dúvida que a relação de fetiche abrange todas as situações e relações sociais. Mas por outro lado há que ver que a relação de valor e uma orientação abrangente para a concorrência se condicionam, tanto no que respeita aos grupos como aos indivíduos. E isso aplica-se tanto mais hoje ao período de decadência do capitalismo, em que a situação neo-pequeno-burguesa da autovalorização do capital humano se expressa simultaneamente em hierarquizações orientadas para a concorrência e nos correspondentes modos ideológicos de lidar com elas. Neste aspecto as classes médias assumem hoje um papel central, sendo que precisamente com a decadência a ameaça-las querem afirmar-se a todo o custo de forma imanente [...]. (SCHOLZ, 2008)

Esta afirmação em um contexto de reprodução crítica desta forma específica de sociedade encontra no banimento, no extermínio, no genocídio, em uma hecatombe assumidamente dissimulada, uma prática que acompanha sua trajetória histórica, desde a explosão da modernidade e o avassalamento do mundo os ditames da mercadoria ao presente. Uma síndrome paranóide narcísica que percebe-se na dissociação do outro sem assumir que o outro é parte de si. A pulsão de morte do reino de Tântatos , a totalidade concreta, no mundo prometido e destituído de Eros, a ilusão da modernização e o gozo constante e infinito, vendido em embalagens coloridas de plástico organizados em prateleiras interativas físicas e virtuais. O impregnar dos sentidos pelo cheiro e cenas da putrefação cotidiana.

O recalque não mais suportável, uma pulsão de vida que resulta no desejo da morte do “Outro”, a realização pela negação do reconhecimento do “Eu” naquilo que se tenta não reconhecer, uma prática social de destituição da dignidade e falência da narrativa humanista que, como estandarte dos arroubos modernizadores era aclamado como um objetivo maior. Nada é tolerado diante do supra egoico Capital que não a imagem e semelhança de si próprio. Kurz (2004) diria: “O capital” não é um grupo de proprietários jurídicos, mas o princípio comum que determina a vida e a ação de todos os membros da sociedade não só exteriormente como também em sua própria subjetividade”. Tal subjetividade conforma as relações entre os sujeitos reproduzindo em sua particularidade abstração lógica do capital.

Esse sujeito pressuposto não é, portanto, outro ser humano com uma vida interior rica e cheia de histórias pessoais, que narra a si mesmo a fim de adquirir uma experiência de vida dotada de sentido, uma vez que uma pessoa assim não pode, em última análise, ser um inimigo. “Um inimigo é alguém cuja história não se ouviu.” (ZIZEK, p. 43, 2014)

Quem eram esses milhares de homens e mulheres assassinados que se transmutaram em estatística? Reproduzimos aqui o movimento próprio deste processo de extermínio, o assassinato em segundo grau, a negação repetida da condição de humano aos que foram violentamente mortos. Este mecanismo tem determinações estruturais que conduzem a máquina de morte moderna. Uma narrativa oficial e absorvida pela sociedade de “bem” que trata o “Outro” como cadáver mesmo antes deste ter sido expropriado de sua vida, ao menos em termos biológico funcionais, porque na prática a mera sobrevivência é o que se tolera nesta sociedade aos que “não são dignos” de *vida*.

Uma sociedade que precisa, porque do contrário não poderia se reproduzir, não saber para poder continuar a fazer, tal qual os apagamentos necessários às relações de troca, abstrai-se as formas concretas de trabalho e da mesma forma a vida dos próprios sujeitos produtores de mercadorias.

Poderia o espectador desse filme continuar tranquilamente a sua vida? Sim, mas só se de uma maneira ou de outra pudesse esquecer (por meio de um ato suspensivo da eficácia simbólica) o que testemunhara. Aqui, o esquecimento implica um gesto a que se chama negação fetichista: “Sei, mas não quero saber o que sei, e por isso não sei”. Sei, mas recuso-me a assumir inteiramente as consequências desse saber, pelo que posso continuar a agir como se não soubesse. (ZIZEK, p. 46, 2014)

A tautologia de um forma social em que “a concorrência apenas executa as leis” (MARX, 2011) que a própria dinâmica do capital criou. Em uma corrida de olhos vendados os capitais individuais se empenham a manterem-se entre os capitais sobreviventes, contudo cada ciclo reiniciado é a negação de sua reprodução em termos particulares e de toda a sociedade que se ergueu sob camadas putrefatas do trabalho. A lógica não é um etéreo que paira sobre a terra e as cabeças dos sujeitos, ela os constitui, deste modo a afirmação do “Eu” passa inexoravelmente por esta constituição negativa, por mais que abrir os olhos para este fato traga todo assombro da face da morte.

O cunho ou carimbo da auto-referencialidade é imposto àqueles que, nas condições de crise capitalista, são obrigados a afirmar-se como um “Eu, S.A.” (Ich-AG) na concorrência. Há também um conceito moral característico para isto: ‘responsabilidade pessoal’. Como “Eus, S.A. pessoalmente responsáveis”, e completamente de acordo com o que recomendam os peritos em aconselhamento, terapia e espiritualidade, os indivíduos são programados para cuidar de si próprios, e formados para isso. Não se pode de modo nenhum negar que o cuidar de si pode ser útil, como objecção correctiva contextual à heteronomia com exigências excessivas. Formulado socialmente, porém, não é contextual, mas geral. É precisamente aqui que o boom da auto-referencialidade converge com a intensificação das condições de crise capitalistas. A regra é: salve-se quem puder. Antes de ser expulso da corrida, deixe os outros ficar pelo caminho. A proximidade à economia empresarial não é por acaso. Os Eus, S.A. são unidades de negócio que têm de se aguentar contra a concorrência para não serem apanhados num elevador descendente onde não há travão de emergência. A lei cega diz: Mais do mesmo! Mais do mesmo! O implacável e mortífero “Mais do mesmo!” é servido por uma mudança permanente, socialmente chamada reformas. Por mais paradoxal que possa parecer, tais mudanças são necessárias para que tudo possa continuar como habitualmente, pelo menos até que uma pessoa morra, ou até que o sistema operativo falhe. As mudanças exigidas, em última análise, mais do que nunca não passam de esforços sempre novos de adaptação a fazer até ao esgotamento – acompanhadas por uma espiritualidade que sobre-eleva e apazigua o eu em colapso, e por igrejas que oferecem as suas competências para a morte e o recomeço, cegas ao que é óbvio: para cada vez mais indivíduos, países e regiões só há morte e desaparecimento, sem um recomeço imanente. (BOTTCHEER, 2020)

O que Bottcher (2020) chama de “Eu S.A” Kurz (2004) chamava de “empresários da própria miséria” .

A nova pobreza não surge pela exploração na produção, mas pela exclusão da produção. Quem ainda está empregado na produção capitalista regular já figura entre os relativamente privilegiados. A massa problemática e "perigosa" da sociedade não é mais definida por sua posição no "processo de produção", mas por sua posição nos âmbitos secundários, derivados, da circulação e da distribuição. Trata-se de desempregados permanentes, de beneficiários de apoio social ou de prestadores de serviços baratos nos domínios do *outsourcing*, até chegar aos empresários da miséria, vendedores de rua e coletores de lixo. Essas formas de reprodução são, segundo critérios jurídicos, cada vez mais irregulares, inseguras e amiúde ilegais; a ocupação é irregular, e as rendas rondam o limiar do mínimo necessário para a existência ou até caem abaixo disso. (KURZ, 2004)

Em ambas as apresentações os autores refletem sobre o processo de rebatimento do acirrar da crise imanente do capital (MARX, 2011) na própria subjetividade dos sujeitos. O âmbito metafísico deste conjunto de abstrações têm na própria forma e conteúdos da religião laços elementares (MARX 1989). Zizek (p. 47, 2014) diz:

A divisa cristã de que “todos os homens são irmãos” significa também que aqueles que não aceitam essa fraternidade não são homens. Durante os primeiros anos da Revolução Iraniana, Khomeini mobilizou esse paradoxo quando afirmou em uma entrevista concedida à imprensa ocidental que a Revolução Iraniana era a mais humana de toda a história: os revolucionários não tinham liquidado uma única pessoa. Quando o jornalista, surpreendido, o interrogou sobre as execuções capitais noticiadas pelos meios de comunicação, Khomeini replicou tranquilamente: “Esses que foram mortos não eram homens, mas cães criminosos!”

O fragmento anterior traz duas importantes colocações, a primeira a da negação da condição de humanos aos que são tidos ou se determinam como apartados da “fraternidade” cristã. A segunda observação se direciona às implicações de tal procedimento ilustrado na Revolução Iraniana. Em ambos os casos, o que se tem é que “da palavra se fez o Verbo”²³, e não se revela na própria linguagem o procedimento de

²³ Passagem do Evangelho de João 1:14 “Aquele que é a Palavra tornou-se carne e viveu entre nós. Vimos a sua glória, glória como do Unigênito vindo do Pai, cheio de graça e de verdade”.

destituição da condição humana, os “Outros “ em absoluto que se pode vilipendiar sem culpa e até mesmo ter parcela de gozo.

7.3 A linguagem como violência

Perseguindo as reflexões de Žižek (2014) o autor passa a análise da linguagem como violência e a violência da linguagem. Por meio de seu arcabouço, Hegel Marx Freud Lacaniano, Žižek desvela e refuta o “xingar não dói” e a própria concepção da resolução oral como alternativa a violência física direta. Žižek, a seu modo, parece fazer uma crítica aos teóricos da comunicação como via de superação no reino dos enunciados mono significantes.

Uma vez que o Próximo é originariamente (como Freud suspeitou há muito tempo) uma coisa, um intruso traumático, alguém cujo modo de vida diferente (ou, antes, cujo modo de *jouissance* diferente, materializado em suas práticas e ritos sociais) nos perturba, abala o equilíbrio dos trilhos sobre os quais nossa vida corre, quando chega perto demais, esse fato pode também dar origem a uma reação agressiva visando afastar o intruso incômodo. Nos termos de Peter Sloterdijk: “Mais comunicação significa em um primeiro momento, acima de tudo, mais conflito” (ŽIŽEK, p. 49, 2014)

A citação precedente provoca a imagem da “proibição dos rolezinhos”, ou a tentativa de inibir seus participantes de adentrarem aos espaços sacros do consumo de classe média e média alta. O deslocamento de jovens, meninos e meninas, dos bairros, favelas das periferias das metrópoles em direção aos *shoppings centers* pode perfeitamente ser um exemplo do que é retratado no trecho acima. Um desmentir do discurso hipócrita da igualdade, e o exemplo suscitado tem como referência uma população excluída por uma parte da sociedade que a declara como “diferenciada”, lembrando as manifestações contra a inauguração de estações de metrô na região do bairro dos Jardins em São Paulo por parte dos moradores da região com o discurso de que “pessoas diferenciadas passariam a circular mais pelo bairro”. O que se manifesta é que a linguagem carrega um fundamento concreto, seja ele real ou uma virtualidade no

campo do desejo, lembremos da declaração do atual Ministro da Economia do Brasil, Paulo Guedes, fazendo uma fala indignada: “todo mundo indo para Disneylândia, empregada doméstica indo para Disneylândia”(<https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2020/02/12/guedes-diz-que-divida-bruta-pib-vo-ltara-a-cair-em-2020.htm?cmpid=copiaecola>).

O conforto está em não saber, não ver, não ouvir. A existência do “outro” é uma afronta, um olhar no espelho insuportável. A premissa da livre circulação, liberdade total às mercadorias, restrição absoluta àquelas pessoas que não se coloquem como porteiros, empregadas, vigias. Desnudado da persona de trabalhador assumindo a breve roupagem de consumidor fora dos cercos delimitados da segregação que compõem a produção do espaço urbano. A perversidade da criação do desejo de consumo e do sonho do desfrute dos prazeres do valor de uso como meio da realização do valor. Do vestuário aos “lugares mercadoria” a indústria cultural cria, tanto no centro como nas periferias, o desejo. O conflito eclode quando os que historicamente foram postos como consumidores “de segunda categoria”, ou os que se reproduziam no “circuito inferior da economia” (SANTOS, 2008), passam, por meio da própria expansão ficcional da economia, a sentarem-se ao lado dos “afortunados” em lojas de calçados na Av. Faria Lima ou festejam com seus *sanduíches* nas praças gastronômicas dos *shoppings centers*.

Uma das coisas que a alienação significa é que a distância faz parte do próprio tecido social da vida cotidiana. Ainda que viva ao lado dos outros, meu estado normal é ignorá-los. Sou autorizado a não me aproximar demais das outras pessoas. Posso me movimentar em um espaço social em que interajo com os outros obedecendo a certas regras exteriores “mecânicas”, sem partilhar o seu mundo interior. Talvez a lição a se tirar daqui é que de vez em quando uma certa dose de alienação se torna indispensável para uma coexistência pacífica. Às vezes a alienação não é um problema, mas uma solução. (ZIZEK, p. 49, 2014)

A camada média, os “filhos únicos” da nação não aceitam o dividir do seio, o privilégio quebrado do desfrute do iogurte da “vaca de divinas tetas” do “dinheiro sem valor”. Como lição aprendida à custa de longos esforços, e constantemente não realizada, a abstenção

do uso da violência física e o uso da linguagem como mediadora dos conflitos assume o caráter dissimulado da exclusão da violência objetiva à camadas específicas da sociedade, como visto nos dados do Atlas da Violência.

Esta simples e muito evidente reflexão sobre o modo como a linguagem funciona torna problemática a ideia prevalecente da linguagem e da ordem simbólica como meio de reconciliação e mediação, de coexistência pacífica, por oposição a um meio violento de confronto imediato e cru. Na linguagem, em vez de exercermos uma violência direta uns nos outros, procuramos debater, trocar palavras, e esta troca de palavras, mesmo quando agressiva, pressupõe um mínimo de reconhecimento da outra parte. (ZIZEK, p. 50, 2014)

Este reconhecimento como já dito é parcializado, nega-se a uma parcela majoritária da população a condição de pertencentes para além da condição crítica de “trabalhadores”, a “irmandade de consumidores seletos” é conservadora. Uma espécie de ultranacionalismo que declara como “refugiados ilegais” os que não são identificados consigo, os “estrangeiros na própria terra” (NAXARA, 1998).

A violência de uma forma de consciência posta pelo fetiche da mercadoria (MARX, 1989) é mais uma vez aqui lembrada como processo basilar deste processo violento de abstração das características viventes dos seres e coisas tão logo postas como mercadorias e equivalidas no plasma do tempo médio social. O canto estridente, afiado feito a navalha de “Madame Satã” de Elza Soares denuncia: “A carne mais barata é a carne negra”[!] Estas vidas desumanizadas são anunciadas no vocabulário jurídico, policial, midiático e popular por termos que reforçam o distanciamento a qualquer possibilidade de considerá-los como “*Ex Eu*”, são assim: os bandidos, meliantes, o traficante, o ladrão, membro de facção, o suspeito, que desta maneira recebem com apoio “popular” bala no peito. Zizek resgata o seguinte fragmento de reflexões de Hegel:

Como Hegel já sabia, há algo de violento no próprio ato de simbolização de uma coisa, equivalendo à sua mortificação. É uma violência que opera em múltiplos níveis. A linguagem simplifica a coisa designada, reduzindo-a a um simples traço. Difere da coisa, destruindo sua unidade orgânica, tratando suas partes e propriedades como se fossem autônomas. Insere a coisa num campo de significação que lhe é, em última instância, exterior.

Quando chamamos o ouro de “ouro”, extraímos violentamente um metal de sua textura natural, investindo nele nossos sonhos de riqueza, poder, pureza espiritual etc., ao mesmo tempo que nada disso tem relação com a realidade imediata do ouro. (ZIZEK, p. 50, 2014)

Zizek continua:

E mutatis mutandis o mesmo vale para a violência: quando percebemos algo como um ato de violência, sua definição enquanto tal é orientada por um critério que pressupõe o que seria a situação não violenta “normal” – ao passo que a forma mais alta de violência é justamente a imposição desse critério por referência ao qual certas situações passam a ser percebidas como “violentas”. É por isso que a própria linguagem, o meio por excelência da não violência e do reconhecimento mútuo, implica uma violência incondicional. Em outras palavras, é a própria linguagem que impele o nosso desejo para além dos limites convenientes, transformando-o num “desejo que comporta o infinito”, elevando-o a um impulso absoluto que nunca poderá ser satisfeito. (ZIZEK, p. 51, 2014)

Nesta passagem Zizek nos leva novamente ao ponto inicial e suas indagações sobre as óticas de leitura do fenômeno da violência, se afastando da aceitação da “normalidade” como representante da “violência em grau zero”, violência objetiva e da linguagem, e seu oposto, a violência subjetiva, como única expressão combatível deste fenômeno. Como um fenômeno social as formas de expressão da violência são reproduzidas e socialmente atreladas a segmentos da sociedade, parafraseando Marx em sua ideia de personas do capital, pode-se falar em personas da violência, onde estas vão encontrar uma valoração social de si tendo a própria violência do processo como referência. Com esta reflexão adentramos ao campo do reconhecimento de que, assim como há uma relação, de sujeição que fique evidente, positivadora em termos sociais da imagem do “*Macho Branco Ocidental*” para com o valor e uma negatificação das demais camadas vinculadas ao campo do Feminino, os *Não Branco Orientalizados* (SCHOLZ, 1992; 2007), processo este sustentado pelo conjunto de violências objetivas e da linguagem como mecanismo de sustentação de uma soberania sobre aquelas pessoas que relega à condição de *homo sacer*.

Para Agamben, a soberania assume a forma de uma decisão sobre a exceção – ou seja: sobre a vida –, o que “implica a sua própria suspensão”. Neste contexto, Agamben introduz o conceito de “bando (banimento)” [Bann]: “Retomando uma sugestão de Jean-Luc Nancy,

chamamos bando (...) a esta potência (...) da lei de se manter mesmo quando ausente, de se aplicar desaplicando-se. A relação de exceção é uma relação de bando. Quem é banido não é simplesmente posto fora da lei, de modo que esta lhe seja indiferente, é abandonado por ela, ficando exposto e em risco no limiar em que vida e direito, exterior e interior se confundem” (Agamben, 2002, p. 39). O bando "é uma forma de relação (...) a pura forma do estar-em-relação-com-algo em geral, isto é, a simples posição de uma relação com o que está fora da relação" (Agamben, *ibidem*). Neste âmbito, o indivíduo é despromovido a um “mero corpo”, a uma “vida nua”. Aqui desempenha um papel decisivo a figura do *homo sacer* que deu o nome ao seu livro e que provém do direito romano arcaico. O *homo sacer* é um banido, um fora-da-lei, que resvala para fora do direito, porém, precisamente por isso, é incluído nele – pode ser morto impunemente, mas não pode ser oferecido em sacrifício. (SCHOLZ, 2007)

Analisar os dados compilados pelas edições dos Atlas da Violência, ler as notícias de jornais envolvendo boa parte dos incêndios aos ônibus e defrontá-las com as passagens anteriores sobre a condição de *Homo Sacer*, se mostra muito potente à análise da condição posta às vidas negras (e não brancas de modo geral) neste país, para além do recorte do estudo na capital paulista, isto em uma complexa realidade de país de formação colonial em que este grupo “diverso” é majoritário e tratado como “minoría”.

7.4 Inveja e ressentimento

Percorrer o rastro das chamas é uma tarefa difícil e perigosa. Seu rastilho e fontes de combustão são diversas. A complexidade desta problemática de pesquisa por vezes gera a sensação de levar a mão ao fogo! Talvez, essa sensação se manifeste por trazer elementos interpretativos que saiam das recorrentes vias de análise da disciplina geográfica. Mas, diante deste caleidoscópio flamejante, segue-se com a intenção de ampliar o campo analítico dentro da Geografia, e se isto está se realizando não é por genialidade e uma superestima de quem escreve, é pela própria imanência da realidade que isto se faz possível. Adentra-se a um campo movediço, um mundo dos clarões das

sinapses, talvez uma ampliação do sentido da “psicoesfera” miltoniana (SANTOS, p.255-256, 2009).

Zizek lança o olhar para camadas subterrâneas sob as quais as expressões objetivas, linguísticas e subjetivas da violência se assentam. Horizontes pedo geológicos de conscientes e subconscientes coletivos e, inexoravelmente, individuais, neste processo de formação da sociedade mônada. Nesta sondagem psicanalítica Zizek aponta que a violência se assenta, uma vez que não se deixe de interpretá-la dentro deste processo de “dominação sem sujeito” (POSTONE, 1995), onde ocorre a inversão de subjetivação dos objetos e objetivação dos sujeitos (MARX, 1989; 2011), no sentimento e pulsão pautados em *inveja e ressentimento*.

O verdadeiro contrário do amor-próprio egoísta não é o altruísmo, a preocupação com o bem comum, mas a inveja, o ressentimento, que me faz agir contra os meus próprios interesses. Freud sabia muito bem disso: a pulsão de morte opõe-se tanto ao princípio do prazer como ao princípio de realidade. O verdadeiro mal, que é a pulsão de morte, implica a autossabotagem. Faz com que ajamos contra nossos próprios interesses. O problema do desejo humano é, segundo Lacan, ser sempre “desejo do Outro” em todos os sentidos do termo: desejo pelo Outro, desejo de ser desejado pelo Outro, e, especialmente, desejo pelo que o Outro deseja. (ZIZEK, p. 65-66, 2014).

Ao ler esta passagem pela primeira vez, um desconforto se fez presente ao projetá-lo sobre a problemática da pesquisa. Como relacionar os incêndios dos ônibus, que pela leitura das notícias jornalísticas possuem diferentes motivações para acontecer com esta ideia de inveja e ressentimento? Seguindo a ideia das camadas onde se pode perceber os incêndios como provenientes de: relação entre o crime organizado e o Estado; de revolta da população contra o assassinato de jovens nas periferias pelas forças policiais do Estado; da disputa das cooperativas de lotações por participarem na partilha do mercado de transporte na cidade e RMSP e a própria disputa territorial entre as facções, este ultimo caso menos presente em São Paulo devido a hegemonia do PCC.

No primeiro caso, e talvez de modo superficial, pode-se perceber que há explicitamente nas ações dos “salves gerais” organizados pelo PCC a tentativa, e talvez realização, via equiparação da demonstração, da efetividade de seu poder via intimidação. O que faz surgir nos pensamentos este desejo de ocupar o lugar daquele que se combate. Perambulando pelos bairros da cidade é bem comum ouvir: “aqui o ‘partido’ é a Lei”. De maneira inversa, e melhor documentado, desde os primeiros escritos políticos modernos (de Maquiavel a Webber), a soberania do Estado não aceita outra fonte de poder e manifestação de violência que a sua própria quadrícula e tessitura territoriais (RAFFESTIN, 1993).

As manifestações contra os assassinatos recorrentes dos jovens, em maioria negros, nas periferias não se localiza propriamente na lógica do ressentimento e inveja proposto por Zizek quando se assume a ótica dos manifestantes. De maneira explícita os cartazes e depoimentos à mídia não escondem suas intenções, “Parem de matar nossos filhos!”. Por outro lado, quando se inverte a perspectiva e se assume o olhar oficial talvez seja possível encontrar respaldo nas reflexões zizekianas. Muitos autores da chamada produção decolonial denunciam em seus trabalhos um conjunto de constrangimentos que são submetidas as pessoas não brancas em países de passado colonial (FANON, 2008; HALL, 2000; COSTA, 2018) . A exotização, feminilização e erotização dos corpos negros são elementos que possibilitam pensar o extermínio da população afrodescendente e, também indígena. Neste contexto um conjunto de desejo e recalque recai sobre os agentes policiais, formatados no interior de instituições que propagam assumidamente, por mais que de maneira extraoficial, um recorte racial para suas abordagens e também misógino, ao passo que a imagem auto referenciada androcêntrica. Estes elementos somados a posituação da ética protestante de adoração do trabalho parecem respaldar as ações que de antemão consideram a população negra periférica como potencial

suspeito, uma ameaça a virilidade e hétero sexualidade, além de afrontarem, em algumas situações onde se deparam com a “cultura da ostentação” a própria miserabilidade da condição de policial. Esta sobreposição de elementos parece sustentar as ações que são mais do que simples assassinatos em operações policiais, são abordagens que buscam o rebaixamento, a humilhação, o constrangimento, a perversão e violação dos corpos, um avassalar, prazer sádico.

O terceiro elemento que ganha vulto nas notícias jornalísticas foi o do conflito aberto entre as cooperativas de transportes por vans, “lotações”, e as companhias de ônibus que possuíam a exclusividade das linhas na RMSP nos anos 1990. Este embate empresarial é marcado pelo desejo explícito e assumido dos “perueiros” em participarem da “lucrativa” atividade de transporte de passageiros na cidade, tendo, com principal entrada o atendimento de áreas periféricas, os “pós fim de linha” dos ônibus convencionais. A cidade explodia e a tragédia se mostrou promissora. O problema, porém, foi o de os “perueiros” ligarem as regiões e bairros afastados a pontos de intersecção de modais, trens, metrô e mesmo terminais de ônibus que integravam com linhas que se dirigiam ao centro da cidade. Até os dias atuais há denúncias de que o PCC tem usado a movimentação financeira das cooperativas para lavar o dinheiro do tráfico, este fato, verdadeiro ou não, adiciona pólvora no conflito, como o assassinato do assessor do Deputado Márcio da Farmácia (PODEMOS), Jose António Guerino, no mês de maio de 2021 em que as investigações apontam ligações com a facção (<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/cidades/assessor-de-deputado-de-sp-e-morto-a-tir-os-de-fuzil,8710b6ea74792e08df0715224e259b00awj45skn.html>), ocorrência que liga as pontas: Estado – Mercado – Crime Organizado – População Pobre Negra Periferizada.

O movimento proposto por Žižek de apontar no nível subjetivo a inveja e ressentimento como elementos basilares das ações violentas, em um campo mais familiar

à psicanálise, provoca por sua vez a indagação sobre se estes elementos não estão também subentendidos na ideia da concorrência. Tanto para Marx (1989; 2011) quanto para Engels (2010) a concorrência atravessa todas as personas do Capital, a lógica de produção da riqueza abstrata na forma do valor é a corrida maldita de produção de trabalho e trabalhadores, capitais e capitalistas mortos, assim como de propriedades e proprietários mortos.

Impelidos a manterem-se no grupo dos sobreviventes estas personas se reconhecem como potenciais ameaças, interna e externamente ao conjunto de persona que estão sujeitados. A solidariedade de classes existe muito mais no campo discursivo do que no prático. O próprio movimento do Capital, como demonstra Marx (2011) repetido por Lenin (1984), coloca os capitais particulares uns contra os outros na luta de manterem-se às cegas dentro do tempo médio socialmente necessário da produção de mercadorias e obterem taxas particulares de lucro positivas. Este processo tautológico universalizante do valor e do Capital enquanto um abstrato universal assombra a realidade posta pelo rombo da modernização, e o que se esforça em registrar é que este universal abstrato tem em sua particularidade enquanto Forma Concreta consequências diversas sobre os sujeitos considerando sua condição de gênero e raça e grupo étnico.

7.5 A as periferias e a autocentrada identidade do Capital

Zizek (2014) analisando os ocorridos em New Orleans no contexto de catástrofe ocasionada pelo Furacão Katrina em 2005 traz provocativos apontamentos sobre os eventos decorrentes. De modo geral, após a cidade ter sido varrida por um forte furacão e logo em seguida inundada pelas cheias dos rios em decorrência das chuvas, a população que não teve condições de sair da localidade iniciou uma sequência de saques em estabelecimentos comerciais e residenciais. O ponto que Zizek traz para reflexão não é em si o dos eventos dos saqueadores, mas sim o do tratamento político midiático do fato.

De modo geral Zizek (idem) está se perguntando sobre: quem realiza os atos tidos como violentos e imorais e, ao mesmo tempo, quem se encarrega de assim os considerar e suas consequências.

Mas, pode surgir a pergunta do que isto teria a ver com a presente pesquisa. O que se deseja mostrar é que a narrativa que se constrói sobre uma determinada localidade e sua população majoritária incorre em ações ou ausência de ações com relação a estas mesmas parcelas do território e populações aí localizadas.

Zizek (idem) demonstra que houve uma propagação da imagem dos sobreviventes ao furacão que não conseguiram sair da cidade como figuras que estariam cometendo crimes atrozes tomando proveito da situação calamitosa. Estas figuras Zizek (p. 70, 2014) denomina como “os sujeitos do suposto saquear e estuprar” que desta forma apresentados justificou a ausência de medidas efetivas de suporte público e ações de resgate dos mesmos. E então Zizek (idem) lança a afirmação tenaz do recorte racial que operou nesta situação, uma vez que a maior parte da população se constitui de pessoas negras, sobre as quais foram projetadas sem filtros as fantasias racistas historicamente repetidas de perversão e violência como características da população negra. Esta projeção, segundo Zizek (idem) , justificou o não atendimento, a ausência de auxílio e de ações de resgate.

Todos nos lembramos das reportagens sobre a desintegração da ordem pública, a explosão de violência entre a população negra, os roubos e as violentações – contudo, investigações posteriores demonstraram que, na grande maioria dos casos, estas alegadas orgias de violência simplesmente não aconteceram: boatos não verificados eram referidos pelos meios de comunicação como fatos. Por exemplo, em 4 de setembro de 2005, o superintendente Eddie Compass, do Departamento de Polícia de Nova Orleans, foi citado pelo New York Times acerca das condições existentes na zona do Congresso no centro da cidade: “Quando veem os turistas que circulam por aqui, esses indivíduos tomam-nos por presas e atacam. Há espancamentos e estupros nas ruas”. Numa entrevista concedida duas semanas mais tarde, Compass reconhecia que algumas dessas informações mais chocantes não eram verdadeiras: “Não dispomos de dados oficiais que documentem qualquer homicídio. Não temos dados oficiais que confirmem qualquer estupro ou agressão sexual”[22].

A realidade dos pobres negros abandonados e deixados sem meios de sobrevivência foi assim transformada no espectro de uma explosão de violência negra, de turistas assaltados e assassinados nas ruas invadidas pela anarquia, no cenário de um enorme estádio cheio de bandos que violavam mulheres e crianças... Estas descrições não eram simples palavras, eram palavras com efeitos materiais precisos: engendraram medos que levaram as autoridades a refrear as ações de socorro das forças militares, a atrasar as evacuações médicas, fazendo com que os funcionários da polícia saíssem da cidade e com que os helicópteros permanecessem em terra. (ZIZEK, p. 71, 2014)

Ao ler tais passagens os leitores mais sensíveis podem perceber o paralelo que se deseja traçar. A catástrofe a que se faz referência no estudo das periferias das capitais de um país periférico é a catástrofe cotidiana. O furacão da pobreza, a inundação da lógica devassa do capital que assola milhares de pessoas, sobretudo negras e não brancas neste país. A narrativa oficial propala as periferias, neste caso paulistana, mas de modo geral no Brasil, como estes territórios repletos de “sujeitos do saquear e estuprar”, o lugar por excelência de “suspeitos” e não de cidadãos de direito. Assim, o socorro da miséria é sempre adiado, se assiste o calvário destas pessoas periferizadas com certa complacência como se estivessem pagando por seus pecados em um inferno cotidiano. O Estado e as camadas médias e médias altas da sociedade se colocam como indiferentes ao inferno dos “Outros” até o ponto que as chamas de seu fogo não interfiram em suas vidas.

O apaziguamento do discurso democrático racial não tem sustentação objetiva e consequentemente subjetivo. A farsa é repetidamente desmentida e reafirmada, “não há racismo”, mas os dados de pessoas assassinadas é predominantemente de pessoas negras. O país caminha para uma “equidade social”, a população negra ocupa as camadas mais baixas no acesso a renda, bens e serviços.

Freud tinha em mente quando escrevia que o inconsciente não conhece a negação: o discurso oficial (cristão, democrático...) é acompanhado e sustentado por todo um núcleo de fantasias obscenas, brutais, racistas e sexistas, que só podem ser admitidas na consciência sob uma forma censurada. Mas não estamos lidando aqui apenas com o bom e velho racismo. Algo mais está em jogo: um traço fundamental de nossa sociedade “global” emergente. No 11 de Setembro, as Torres Gêmeas

foram atingidas. Doze anos antes, em 9 de novembro de 1989, caía o Muro de Berlim. A data parecia anunciar os “felizes anos 1990”, o sonho do “fim da história” de Francis Fukuyama – a crença segundo a qual a democracia liberal, em princípio, saíra vencedora; a busca chegara ao seu termo; o advento de uma comunidade liberal global espreitava ali na esquina; que os obstáculos com que este final feliz e ultra-hollywoodiano se deparava eram meramente empíricos e contingentes (bolsas de resistência locais cujos dirigentes ainda não tinham compreendido que o seu tempo havia terminado). Em contrapartida, o 11 de Setembro é o principal símbolo do fim dos felizes anos 1990 de Bill Clinton. É o marco de uma época em que novos muros se levantam por toda a parte, entre Israel e a Cisjordânia, em torno da União Europeia e na fronteira dos Estados Unidos com o México. A ascensão da Nova Direita populista é só o exemplo mais proeminente deste afã de construção de novos muros.

Há alguns anos, uma sinistra decisão da União Europeia passava quase despercebida: o plano de estabelecer uma força de polícia de fronteiras pan-europeia a fim de garantir o isolamento do território da União e de impedir assim a chegada de imigrantes. Esta é a verdade da globalização: a construção de novos muros protegendo a Europa próspera do fluxo migratório. Sentimo-nos tentados a ressuscitar aqui a velha oposição “humanista” marxista “relações entre coisas” versus “relações entre pessoas”: na amplamente celebrada livre circulação, aberta pelo capitalismo global, são as “coisas” (mercadorias) que circulam livremente, ao mesmo tempo que a circulação de “pessoas” é cada vez mais controlada. Não estamos lidando hoje com a “globalização” como um “projeto inacabado”, mas com uma verdadeira “dialética da globalização”: a segregação das pessoas é a realidade da globalização econômica. Este novo racismo das zonas desenvolvidas é em certo sentido muito mais brutal do que o anterior: sua legitimação implícita não é nem naturalista (a superioridade “natural” do Ocidente desenvolvido) nem culturalista (também nós, no Ocidente, queremos preservar a nossa identidade cultural), mas um egoísmo econômico sem vergonha. A divisão fundamental é a que passa entre aqueles incluídos pela esfera de (relativa) prosperidade econômica e aqueles por ela excluídos. (Idem)

Circular por São Paulo e outras grandes capitais deste país é um exercício contínuo de abstrair o *apartheid* que se ergue objetivamente diante dos olhos, é “A Cidade & A Cidade”²⁴ do romance de China Miéville (2014). Derivação que só pode ser feita na posição privilegiada de quem supostamente pode circular pelos dois lados, transposições de uma realidade facetada com múltiplas interferências de sintonia.

Se nos preparássemos para abrir as fronteiras, as primeiras a revoltar-se seriam as classes trabalhadoras locais. Assim, fica cada vez mais claro

²⁴ “As duas cidades ocupam o mesmo espaço geográfico mas constituem nações diferentes, monitoradas por um poder secreto conhecido como Brecha. Em ambas as cidades, ignorar a separação, mesmo sem querer, é considerado um delito imperdoável, mais grave do que cometer assassinato”. (Boitempo)

que a solução não é “derrubem os muros e deixem todos entrar”, nos termos da exigência fácil e vazia dos liberais “radicais” de coração mole. A única verdadeira solução é derrubarmos o verdadeiro muro – não o do Departamento da Imigração, mas o social e econômico: transformar a sociedade de maneira que as pessoas deixem de tentar desesperadamente fugir de seu próprio mundo. (ZIZEK, p. 73, 2014)

7.6 Pai : o Estado e o extermínio da população negra. Padrasto: o crime organizado tutelando e produzindo órfãos

O subtítulo nasce com a ideia de pensar a relação de concepção e formação dos sujeitos modernos e em particular a situação das populações periferizadas, mas o assombro da proletarização universal que paira sobre todos que, em uma espécie de sujeição dupla, passa a ter na figura do Crime Organizado territorializado nesta periferia dispersa que compõe a forma própria do processo de urbanização crítico (DAMIANI, 2004) a presença do poder em sua esfera próxima, se não íntima, o agente do castro e da proteção, a referência e a negação.

Zizek (2014) em sua leitura lacaniana sinaliza em direção a uma proposta interpretativa da violência objetiva, antes de tudo a violência institucionalizada do poder, num sentido da dignificação sacrificial e seu par complementar, aqueles que não são dignos de serem ofertados a Deus, mas não deixam de serem mortos.

Esta passagem se encontra no seminário de Lacan, “Os nomes-do-pai”, em que Lacan usa da Pintura de Caravaggio “ O sacrifício de Isaac”, para ilustrar sua reflexão acerca da complexidade instalada na relação Pai – Prole. Na obra de Caravaggio um anjo segura as mãos de Abraão prestes a degolar seu filho, que na pintura está dominado pelo pai, que o segura pelo pescoço de bruços. O mesmo anjo com a outra mão aponta em direção a um cordeiro, fazendo alusão a passagem bíblica em que diz:

E estendeu Abraão a sua mão, e tomou o cutelo para imolar o seu filho;
Mas o anjo do Senhor lhe bradou desde os céus, e disse: Abraão, Abraão!
E ele disse: Eis-me aqui. Então disse: Não estendas a tua mão sobre o

moço, e não lhe faças nada; porquanto agora sei que temes a Deus, e não me negaste o teu filho, o teu único filho. Então levantou Abraão os seus olhos e olhou; e eis um carneiro detrás dele, travado pelos seus chifres, num mato; e foi Abraão, e tomou o carneiro, e ofereceu-o em holocausto, em lugar de seu filho.

[\(Gênesis 22:10-13\)](#)

Zizek por sua vez pega esta passagem e afirma: “Na ausência de quaisquer critérios éticos exteriores à nossa fé em Deus e ao nosso amor a Deus, rondará sempre o perigo de usarmos esse amor a Deus como legitimação dos atos mais atrozes” (p. 92, 2014). O pai que não exita a obedecer a ordem, e ser assim a própria ordem se manifestando. Porém, há uma operação de contenção da violência impelida por uma lógica que identifica no filho o próprio pai, por isso a violência se destina ao “Outro”, no caso analisado um animal, ou melhor um não humano, mas que é digno de ser ofertado a Deus.

Nesta chave de pensamento Zizek pontua que a violência praticada pelo poder em sua faceta biopolítica leva a vala comum centenas de milhares de pessoas a condição de *homo sacer*, aqueles que a violência mata mas sem uma conotação que possa ser interpretada como um ato mítico sacrificial, pois tais sujeitos são destituídos de qualquer qualidade que não apenas a de poderem ser violados e mortos, “matar não é um crime nem um sacrifício” (ZIZEK, p. 126, 2014). Na realidade a que se reflete estas passagens nos deparamos com corpos negros, assassinados sistematicamente de forma dispersa nas periferias e favelas.

Por outro lado, há por parte do crime organizado a possibilidade de transformar a imanência da morte como algo que possua um sentido, às ações recebem um lema: “Paz, Justiça e liberdade”. A condição de *homo sacer da* ótica do Estado é convertida em uma causa legítima. Os corpos abatidos são homenageados. A revolta contra os frios assassinatos do Estado é incentivada e promovida. A vítima encontra, “sob o jugo da máfia” (ZIZEK, p. 123, 2014), o padrasto protetor - agressor, meios de literalmente

demonstrar as chamadas da ira e da revolta por meio, por exemplo, dos incêndios dos ônibus.

Como visto nas notícias de jornal os incêndios não são exclusividade de ações do PCC, contudo, o PCC tem uma presença onde o Estado só se mostra como violência, que supre o papel de moderador das relações intracomunitárias. Neste sentido, ações que podem chamar a atenção da polícia e do próprio Estado em outras faces que não só a repressora, de certo modo são autorizadas, oficial ou extra oficialmente pela facção. O ditado: “não traz bode pra área” é um exemplo disso, o bode significando problema, e problema sendo, quase sempre, a polícia. E neste momento há a possibilidade de traçar paralelos entre a não aceitação por parte da facção de que sua “prole”, os “tutelados”, sejam castigados por outro macho, o Estado. Quantos de nós já não ouvimos: “em filho meu, bato eu!”?

8. O território do cárcere ou o cárcere do território

Ao lançar no buscador do computador a expressão população carcerária do Brasil surge entre as primeiras opções o site do Governo Federal com comemorativas notícias sobre os números de pessoas em regimes variados de privação de liberdade. Segundo o site oficial (<https://www.gov.br/pt-br/noticias/justica-e-seguranca/2020/02/dados-sobre-populacao-carceraria-do-brasil-sao-atualizados>) o Brasil possuía 773.151 pessoas encarceradas no ano de 2019, fazendo do Brasil o *terceiro país com maior população encarcerada do mundo*, atrás apenas dos EUA e da China (<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/596466-brasil-se-mantem-como-3-pais-com-maior-populacao-carceraria-do-mundo>).

O termo pessoas encarceradas não é de uso dos redatores oficiais, os mesmos preferem usar a expressão “presos”, destaca-se também o entusiasmo do texto oficial com o aumento de mais de 4% do número de pessoas nesta condição. Sendo direcionado para o site do Departamento Penitenciário Nacional (Depen) (<https://www.gov.br/depen/pt-br>) e entrar na página referente às informações das unidades prisionais surge a imagem a seguir:

Estabelecimentos Penais no Brasil



Prisões no Brasil.(DEPEN,2021)

Alguns podem dizer que tal apresentação recebe um apelo maior do que o real devido a escala da imagem. Este argumento é aceito, pois em nada desmonta o fato de o país ter em seu território uma vasta e crescente infraestrutura prisional, revelando, de acordo com as reflexões do geógrafo francês Raffestin (1993) uma tessitura específica das ações do Estado e sua prática de exercício do Poder sobre dois fundamentais “recursos”: o próprio território e a população.

Há uma inegável política de encarceramento posta em prática pelo Estado: “A população carcerária brasileira em 2000 era de 232.755; enquanto, em 2014, passou a 622.202, apresentando uma taxa de crescimento de 167,32%”. (IBCCRIM, 2017)

A intenção deste texto não é a de fazer uma Geografia do Cárcere, mas de contextualizar a realidade sob a qual se produziu e produz um crescente contingente de pessoas encarceradas das quais, no Estado de São Paulo, mas em praticamente todo o território nacional tendo origem naquele, o Primeiro Comando da Capital surgiu e se reproduz. Esta intenção está ligada ao fato de o PCC ter sido o principal agente mobilizador e organizador dos incêndios de ônibus na Capital Paulista na primeira década dos anos 2000, sobretudo no ano de 2006, o “Salve Geral”.

8.1 Panorama da População carcerária no Brasil

Buscando informações atualizadas sobre a questão carcerária brasileira tem-se a notificação de que na segunda década do século XXI o Brasil assistiu um comportamento incomum, houve redução no número de pessoas sob regimes de privação de liberdade encarceradas no ano de 2020. Segundo especialistas em criminalística essa queda se liga à políticas “estruturantes e coordenadas para a transformações permanentes” desenvolvidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em colaboração com agentes sociais diversos a fim de viabilizar o programa Fazendo Justiça. (Conselho Nacional de Justiça, 2021)

O programa Fazendo Justiça vem no sentido de minimizar a própria injustiça da aplicação da justiça. Uma espécie de homeopatia jurídico criminal, aplicando o próprio elemento no tratamento do mal crônico da prática jurídica.

“A racionalização no campo penal para transformações necessárias e urgentes no campo da segurança pública passa necessariamente pela

questão da superlotação. Só há políticas públicas efetivas com um sistema manejável e com recursos adequados. Uma massa carcerária inchada e desatendida é exatamente o contrário do que a sociedade precisa”, avalia o supervisor do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Medidas Socioeducativas, conselheiro Mário Guerreiro. (Conselho Nacional de Justiça, 2021)

Curioso e assustador ver que a racionalidade é o imperativo da gestão, sejam elas: empresarial, estatal, do capital e do sistema prisional, no limite – a gestão dos corpos. Este pavor sentido, ao menos em quem escreve, ao ler sobre o sistema prisional é decorrente de saber que, em sua trajetória de vida na condição de jovem que cresceu na periferia da cidade de São Paulo, poderia ter resultado em uma permanência na “ilha” como se referem os encarcerados, condição que amigos de infância enfrentaram.

Digressões biográficas a parte, o relatório traz as seguintes informações numéricas, mas que não se esqueça que se referem à vidas:

De acordo com o levantamento, em um ano, o número de pessoas presas – em regime fechado ou semiaberto – caiu de 709,2 mil para 682,2 mil, enquanto a superlotação foi de 67,5% para 54,9%. [...] Mesmo com a redução da superlotação, que segundo o Monitor da Violência também resulta do aumento de 17 mil vagas no sistema, a variação positiva de 0,7% do número de prisões provisórias depois da queda registrada anteriormente confirma que a porta de entrada segue como um ponto de atenção. (Conselho Nacional de Justiça, 2021)

Difícil não se espantar com estas afirmações. Apenas no amortecimento cotidiano e na banalização do processo de objetificação da vida que isso pode acontecer. Pensar em uma sociedade que tem como prisioneiros o equivalente a população de Roraima, ou que, se considerando o total de pessoas presas como uma cidade dispersa e enclausurada, esta seria a quinquagésima cidade brasileira com mais de 500 mil habitantes.

Pode parecer um tanto absurdo essas indagações, mas que só podem ser feitas a partir do absurdo do real. Realidade esta que vai ter em ações comuns em outras áreas da vida, como a da saúde, de preservação dos ecossistemas, do combate aos maus tratos dos animais, das construções de moradias, abertura de roçados, etc. que são os

“mutirões carcerários”, uma ação que pesa na vida de centenas e milhares de pessoas presas.

Desde os mutirões carcerários nos anos 2000 até a parceria atual com o PNUD e o Depen, atualmente o programa Fazendo Justiça, o CNJ tem atuado nacionalmente para induzir políticas judiciárias com foco na redução da superlotação e combate aos maus tratos, entre outras ações estruturantes essenciais de atenção ao apenado e ao egresso (Conselho Nacional de Justiça, 2021)

Estas ações dos mutirões consistem em verdadeiros esforços por agilizar e acompanhar os processos das pessoas encarceradas diante de uma realidade que é expressa na citação a seguir:

Os dados revelam que 40,1% dos presos são provisórios (Infopen, p. 15/16). Isso implica dizer que, em 2014, havia quase 250 mil pessoas presas provisoriamente. Ainda mais grave é o fato de que 37% dos réus que responderam ao processo presos sequer foram condenados à pena privativa de liberdade (Infopen, p. 15). (IBRACIM, 2017)

O processo kafkiano desdobrado, pessoas que deixam de “*ser*” e se tornam, aos olhos da gestão penitenciária, números de matrícula. São em uma lógica contábil unidades de alocação e dispêndio de investimento estatal, como pode ser confirmado a seguir:

Além do custo social causado pela prisão, que reforça exclusões e reduz oportunidades para os apenados e para seus familiares com impactos negativos para o desenvolvimento do país, o gasto para manter o sistema também preocupa gestores públicos. A média nacional por preso é de cerca de R\$ 2,5 mil, além do gastos para criação de novas vagas. Somente com a redução da população carcerária apontada pelo Monitor da Violência, por exemplo, a economia potencial aos cofres públicos pode chegar a pelo menos R\$ 810 milhões anuais.

Muitos são os desdobramentos da forma jurídica que sustenta a política de encarceramento em massa brasileira. Segundo o relatório do IBCCRIM (2017)

Importa, de forma contundente, apontar que esta situação tende a se perpetuar e agravar, pois que após a entrada em vigor da Lei nº 12.403/2011 que fez a previsão de cautelares diversas da prisão a serem preferencialmente aplicadas em relação à prisão provisória, o quadro vem na prática se recrudescendo. Isso revela que a política criminal judiciária não aponta para a inversão desse quadro caótico.

Na Lei citada destaca-se o seguinte artigo em que se coloca como imperativo a prisão, sem medidas cautelares e inafiançáveis:

“Art. 323. Não será concedida fiança:

I - nos crimes de racismo;

II - nos crimes de tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, terrorismo e nos definidos como crimes hediondos;

III - nos crimes cometidos por grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático;

IV - (revogado);

V - (revogado).” (NR) (BRASIL, 2011)

No item II do artigo 323 está uma das principais causas de prisões no Brasil, o tráfico, e esta é uma das características da política de combate às drogas e seu desenrolar como encarceramento generalizado e indiscriminado. Vale dizer que o referido item é a aplicação do racismo institucional que o item I busca combater, a contradição circunscrita do nefasto sistema produtor de mercadorias e seu conjunto de cisões (SCHOLZ, 2000). Ou como diz Agamben (2015) :

A estrutura do tempo escatológico- esta é a mensagem de Paulo – é dupla: há de um lado, um elemento retardador (*katechon*, identificado com uma instituição, seja o Império, seja a Igreja) e, do outro, um elemento decisivo (o messias). Entre os dois, situa-se o aparecimento do homem da anomia (o Anticristo, segundo os Padres), cuja a revelação, que coincide com a saída de cena de *katechon*, precipita o confronto final. O messias – que, em Paulo, assim como na tradição judaica, deixa inoperante a lei – inaugura uma zona de anomia que coincide com o tempo messiânico e libera, dessa forma, o *anomos*, os sem lei, desse modo, muito parecido com o cristão (Lembremos que Paulo uma vez se referiu como *hos anomos*, “sem lei”: “Para aqueles que são sem – ou fora da – lei, eu e me transformei num sem – ou fora da – lei”, Cor. 9, 21). O *katechon* é a potência – o Império, mas também a Igreja, como toda autoridade juridicamente constituída – que contrasta e esconde a anomia, que define o tempo messiânico e, desse modo, retarda a revelação do “mistério da anomia”. O desvelamento desse mistério coincide com a manifestação da inoperosidade da lei e com a essencial ilegitimidade de todo poder no tempo messiânico. (É, segundo toda evidência, o que está acontecendo hoje sob nossos olhos, quando os poderes estatais agem abertamente fora da lei. O *anomos* não representa, nesse sentido, nada mais que o desvelamento da anomia, que define hoje todo poder constituído, no interior do qual Estado e terrorismo formam um único sistema.) (AGAMBEN, p.40-41, 2015)

8.2 O Perfil da população carcerária brasileira

Mais uma vez o assombro. Lançando a expressão que dá nome a este subtítulo os algoritmos dos portais de pesquisa oferecem algo revelador. Não se caracterizam mais as pessoas, estas se converteram, aos correlatos metadados, aos crimes que cometeram. Assim, o primeiro olhar sobre as pessoas encarceradas é sobre os crimes pelos quais foram condenadas ou acusadas.

Observando os dados oferecidos pelo Departamento Penitenciário Nacional referentes ao ano de 2019 é possível afirmar que os crimes cometidos foram em maioria contra o patrimônio, 50,96%, em segundo lugar as pessoas cumprem penas por questões relacionadas às drogas, 20, 28%, seguido por crimes cometidos contra pessoas, 17,36% (DEPEN, 2019)

Ao se fazer uma primeira divisão de gênero observa-se que dentre estes três principais grupos de crimes há uma grande diferença em sua prática. Dentre os homens a divisão fica: 51,84% (494994) contra o patrimônio, 19,17% (18007) relacionados às drogas e 17,5% (167098) de apenados por crimes contra pessoas. Nas prisões femininas a distribuição de penas fica da seguinte forma: 50,94% (17506) ligados às drogas, 26,52% (9114) em crimes contra o patrimônio e 13,44% (4617) cumprindo pena por delitos contra pessoas. (DEPEN, 2019)

Destes dados se tem um importante retrato do perfil de crimes a que estas pessoas foram condenadas ou esperavam julgamento no momento que foram feitos os levantamentos do segundo semestre de 2019. Percebe-se a nítida maioria de casos ligados aos crimes contra o patrimônio pelos homens encarcerados, enquanto para as mulheres a principal causa se dava por crimes relacionados ao universo das drogas.

De modo geral no que se considera como crimes hediondos²⁵ o tráfico de drogas é responsável por 41,65% (169.093) do cumprimento de penas nas penitenciárias do Brasil, seguido por pessoas que cometeram homicídios 28,74% (116690). (DEPEN, 2019)

O Estado de São Paulo concentra praticamente um terço de toda população carcerária do país (30,95%). São 239.976 pessoas em situação de carcere, destas 11.458 (4,77%) são do sexo feminino e 228.518 (95,23%) do sexo masculino. Em termos gerais o crime contra o patrimônio concentra 43,78% (105.051) dos encarcerados, prisões ligadas às drogas representam 38,88% (93.312) e contra a pessoa 9,04% (21.703). (DEPEN, 2019)

Observando as causas do cumprimento de pena e encarceramento na chave de gênero as pessoas do sexo feminino tem 62,41% (7.151) ligadas às drogas e ao tráfico, 25,64% contra o patrimônio e 7,85% (900) por crime contra a pessoa. No universo masculino a divisão é: 44,68% (102.113) de crimes contra o patrimônio, 37,7% (86.161) crimes ligados à drogas e tráfico e 9,1% (20.803) crimes contra pessoas. (DEPEN, 2019)

Fazendo o recorte dos crimes hediondos, somando as porcentagens de crimes ligados ao tráfico, observa-se que aproximadamente 49,4% da causa das pessoas estarem cumprindo pena em São Paulo. Os crimes contra a pessoa, em específico homicídios, concentram 43,62% dos encarcerados (DEPEN, 2019). Contudo, é importante observar que em termos gerais há em termos comparativos com a realidade brasileira, no estado de São Paulo os crimes contra a pessoa são perceptivelmente menores, ao passo que as prisões ligadas ao tráfico são maioria. Neste ponto é importante frisar que há dentre as influências do PCC dentro e fora das prisões um direcionamento em regular os

²⁵ Em Direito Penal, é um adjetivo que qualifica o crime que, por sua natureza, causa repulsa. O crime hediondo é inafiançável e insuscetível de graça, indulto ou anistia, fiança e liberdade provisória. (MPF, 2021)

crimes de homicídio e monopolizar o tráfico, além de estabelecerem algumas “diretrizes” a respeito dos crimes contra o patrimônio (furto, roubo, etc.).

8.3 Vasculhando os escombros prisionais e amontoados prisionais se encontram as pessoas que neles estão presas

Como em um labirinto fantástico, as perguntas que fazemos aos “bunkers” de dados da “rede” nos abrem portas e caminhos. As informações sobre a população, os recursos territoriais, a estrutura que conforma o território são elementos estratégicos para a tomada de conhecimento e elemento fundamental para a elaboração das táticas de ações dos variados agentes que as detém, como lembra Raffestin (1993). Talvez por isso não saibamos fazer as perguntas certas, por isso também ser ofertada em primeiras linhas o que se deseja que acreditemos. Vale lembrar que no ano de 2020 o Governo Federal se negou a realizar o Censo Demográfico outorgado ao IBGE, o Poder deseja e produz a informação, mas também a teme e as omite.

Solicita-se atenção das pessoas que estão lendo esta tese doutoral para a aproximação entre os dados levantados na reflexão sobre o Atlas da Violência e às informações a seguir. De antemão afirma-se, não é acaso, muito menos acidental, que há uma política posta em prática. Assim como violência é seletiva, o encarceramento também o é.

O DEPEN lançou seu último relatório referente ao ano de 2019, dividido entre os dois semestres daquele ano. Os dados que são expostos aqui são referentes às informações de dezembro de 2019. Inicia-se este recorte constitutivo com a faixa etária das pessoas encarceradas.

Os dados são diretos, a maior parte da população carcerária no país é composta por jovens (18-24) anos. Dentre estas pessoas as do sexo masculino são grande maioria. Abaixo são expostas as informações étnico raciais:

Categoria: Quantidade de pessoas presas por cor de pele/ raça/ etnia	Homens	Mulheres	Total
Item: Branca	202.113	10.331	212.444
Item: Preta	105.870	4.741	110.611
Item: Parda	311.550	16.558	328.108
Item: Amarela	5.048	243	5.291
Item: Indígena	1.325	65	1.390
Item: Não informado	85.174	4.991	90.165

Presos e raça.Fonte:

<http://antigo.depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorios-analiticos/br/br>

Neste ponto é preciso fazer algumas ponderações. A primeira delas é a de que os dados sobre a classificação racial oferecidos no relatório não são fruto de autodeclaração das e dos encarcerados, os agentes penitenciários são os que “racializam” os detentos²⁶. A segunda observação é referente a soma da população negra classificada entre “preta” e “parda”. Uma vez feita esta operação o recorte étnico ganha expressiva representatividade de pessoas negras cumprindo pena de ambos os sexos. Mais uma vez a realidade expressa pelos relatórios se repetem, *há mais negros e negras sendo mortos e encarceradas no Brasil.*

²⁶ A respeito da classificação racial dos detentos: “que os dados coletados pelo IBGE acerca da cor ou raça da população são autodeclarados, enquanto os dados coletados pelo Infopen para essas variáveis são cadastrados pelos gestores responsáveis pelo preenchimento do formulário de coleta do Infopen, não havendo controle sobre autodeclaração das características” (INFOPEN, 2016 apud NATALE, p. 80, 2019)

O local de moradia das pessoas encarceradas no país também é oferecido, vale destacar a relação entre urbanização e metropolização com o encarceramento, como muito bem chama a atenção NATALE (2019).

As prisões se afastam dos centros urbanos, mas ganham cada vez mais centralidade na organização social. Junto com a urbanização e a crise da cidade. A metropolização das prisões é, além de uma constatação sobre afastamento e isolamento destas, uma redefinição do que é a metrópole no século XXI. A minha proposta é que, junto com a interiorização dos presídios no Estado, a própria metrópole também é acionada para dar conta do encarceramento em massa, e com isso, o urbano, a prisão e metrópole são ressignificados no capitalismo em crise do século XXI. (NATALE, p. 58, 2019)

Categoria: Quantidade de pessoas privadas de liberdade por procedência	Masculino	Feminino	Total
Área Urbana - Municípios do Interior	183.418	10.870	194288
Área Urbana - Municípios em Regiões Metropolitanas	198.175	10.146	208321
Zona Rural	16.794	626	17420

Procedência do Privados de liberdade. Fonte:

<http://antigo.depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorios-analiticos/relatorios-analiticos>

Encerrando a apresentação de informações sobre as pessoas em situação de cárcere no Brasil e buscando traçar paralelos com o Atlas da Violência, fica evidente a relação entre baixa escolarização como uma realidade das vítimas de homicídios e também das que são presas no país. Em suma maioria não possuem o ensino fundamental completo, elemento que liga esta realidade com as práticas políticas postas em andamento, percebe-se que há uma estrutura de segregação e extermínio em andamento, e as principais vítimas são pessoas pobres jovens negras moradoras das periferias dos centros urbanos.

8.4 São Paulo, a triste recordista

Seguindo o mesmo movimento traçado até o momento apresentar-se-á os dados sobre a realidade penitenciária do Estado de São Paulo com a finalidade de melhor conhecer a realidade estudada e poder, comparativamente, perceber a magnitude que a unidade federativa paulista exerce nos índices de pessoas encarceradas, reforçando a denúncia de que São Paulo é a expansão metropolitana em seu movimento contraditório, no avassalador movimento de produção do espaço enquanto urbanização crítica (DAMIANI, 2004).

Na tabela abaixo é possível observar a distribuição de sexo e idade entre as pessoas presas no Estado.

Categoria: Quantidade de pessoas presas por faixa etária	Homens	Mulheres	Total
Item: 18 a 24 anos	51.237	2.183	53.420
Item: 25 a 29 anos	50.295	2.142	52.437
Item: 30 a 34 anos	46.192	2.294	48.486
Item: 35 a 45 anos	50.573	3.166	53.739
Item: 46 a 60 anos	18.355	1.442	19.797
Item: 61 a 70 anos	2.625	176	2.801
Item: Mais de 70 anos	580	24	604
Item: Não Informado	3	-	3

Faixa etária. Fonte:

<http://antigo.depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorios-analiticos/relatorios-analiticos>

Em comparação com o recorte nacional há semelhança no que se refere a maioria dos presos do sexo masculino serem pessoas na faixa etária dos 18-24 anos e entre as mulheres entre 35-45 anos. Contudo, ao analisar as duas realidades percebe-se que no Estado de São Paulo a diferença entre o número dos encarcerados dos 18 aos 45 anos é elevado, o mesmo acontecendo com as pessoas do sexo feminino. Esta constatação

levanta a pergunta do que justificaria este comportamento, ficando a suspeita de estar ligada com uma maior permanência das pessoas nos presídios.

A seguir é exposta a distribuição das pessoas presas por cor, as mesmas observações feitas sobre esta informação no cenário nacional valem para o recorte estadual, são os agentes penitenciários que classificam e valoram a “cor” das pessoas ao entrarem no sistema prisional, ignorando assim qualquer outra componente que não a fenotípica das mesmas.

Categoria: Quantidade de pessoas presas por cor de pele/ raça/ etnia	Homens	Mulheres	Total
Item: Branca	89.578	4.745	94.323
Item: Preta	29.064	1.347	30.411
Item: Parda	100.162	5.327	105.489
Item: Amarela	1.032	8	1.040
Item: Indígena	14	-	14
Item: Não informado	10	-	10

Recorte racial. Fonte:

<http://antigo.depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorios-analiticos/relatorios-analiticos>

Entre homens e mulheres pessoas pardas são maioria. Este “colorismo”²⁷, termo aqui desviado de significado original dentro das discussões do movimento negro, mas reapropriado no sentido de destacar que passa a valer a interpretação do “outro” sobre a natureza do “Eu”, no caso o AP “classificando” o/a preso/a, um enquadramento institucional reconhecidamente racista.

Sobre a origem das pessoas presas manifesto surpresa. Surpresa em se deparar com o fato de a maior parte das das pessoas presas terem origem em cidades chamadas do “interior”. Mas tão logo o inesperado se assenta e a reflexão ganha espaço, busco traçar o seguinte raciocínio, acompanhado pelos dizeres do amigo NATALE (2019) já

²⁷ Sobre este assunto ver o artigo <https://www.geledes.org.br/colorismo-o-que-e-como-funciona/>

citado. Se há o movimento de expansão da metrópole e urbanização crítica para além da forma jurídica metropolitana (que institui e delimita os municípios membros) e este movimento ser posto em prática como a interiorização dos próprios presídios, os dados deixam de ser surpreendentes. É a metrópole e sua influência, é o cárcere como modelo de gestão dos corpos desta parcela específica da população jovem e afrodescendente. É a própria urbanização crítica que se concretiza, desta vez como o aprisionar de camadas da população, uma espécie de “imobilidade” do trabalho dos “*hommo saccet*” enquanto a própria produção em escala industrial de pessoas encarceradas cresce e gira uma milionária parcela da economia do Estado.

Categoria: Quantidade de pessoas privadas de liberdade por procedência	Masculino	Feminino	Total
Área Urbana - Municípios do Interior	111.693	7.070	118763
Área Urbana - Municípios em Regiões Metropolitanas	79.574	4.306	83880
Zona Rural	3.873	51	3924

Procedência dos privados. Fonte:

<http://antigo.depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorios-analiticos/relatorios-analiticos>

A última informação apresentada é a respeito do grau de instrução das pessoas cumprindo penas. Da mesma forma do que ocorre em âmbito nacional o que se constata é que pessoas com o ensino fundamental incompleto são maioria nos presídios estaduais em São Paulo²⁸.

²⁸ Na condição de educador sob regime precário de contratação na prefeitura de Florianópolis tomo esta realidade como algo que me inspira em estar diante dos educandos. Isso ganha um peso ainda maior quando atuo na Educação de Jovens e Adultos (EJA) e constato que muitos destes já cumpriram algum tipo de pena no sistema prisional. A educação pode não ser a garantia de que a vida destas pessoas vai mudar, mas o fato de não tê-la os vulnerabiliza ainda mais, e neste percurso de pesquisa deparo-me com a importância deste serviço prestado à sociedade de forma pública e com esforços, também com qualidade.

Categoria: Quantidade de pessoas presas por grau de instrução	Homens	Mulheres	Total
Item: Analfabeto	3.682	178	3860
Item: Alfabetizado sem cursos regulares	664	15	679
Item: Ensino Fundamental Incompleto	99.463	4.661	104124
Item: Ensino Fundamental Completo	32.710	1.556	34266
Item: Ensino Médio Incompleto	48.101	2.330	50431
Item: Ensino Médio Completo	31.035	2.199	33234
Item: Ensino Superior Incompleto	2.400	256	2656
Item: Ensino Superior Completo	1.403	226	1629
Item: Ensino acima de Superior Completo	13	6	19
Item: Não Informado	389	-	389

Escolaridade dos privados.Fonte:
<http://antigo.depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorios-analiticos/relatorios-analiticos>

Assim, reconhecido os limites das informações e problematizações tecidas sobre a população carcerária brasileira e paulista, o passo em direção a apresentação do Primeiro Comando da Capital ganha uma base sem a qual falar simplesmente de sua origem e atuação não alcança o significado do mesmo, pois se perderia seu contexto, sua amplitude e a própria complementaridade entre o PCC e o exercício do poder do Estado.

8.5 1533 - Primeiro Comando da Capital

Circulando pelas ruas das periferias de São Paulo e de outras cidades do Brasil estão grafados nos muros a sequência numérica 1533. Tal código representa a sigla da facção (15=P, 3=C). O PCC não tem monopólio completo do território do tráfico no país, mas é na atualidade o principal grupo a atuar em um complexo arranjo que vai além do tráfico de drogas e armas e envolve uma rede difusa e diversa de membros e colaboradores, desde os diretamente ligados ao PCC aos que “prestam serviços” e “favores” ao mesmo. Atualmente, pesquisadores do mundo do crime organizado, e o próprio poder público consideram PCC como um cartel, uma vez que tem atuado em todas as pontas do circuito das drogas, produção , circulação em grande escala e distribuição, no mercado de “varejo” e “atacado”, em território nacional e internacional,

com abrangência transcontinental, complexificando seu *rol* de atuação chegando no ano de 2021 a estarem ligados à mineração ilegal de ouro em reservas indígenas no norte do país (Primeiro Cartel da Capital – mov.uol.com.br).

A abrangência de atuação, conexões com variados grupos de fornecedores de drogas na América Latina incluindo grupos como as FARC permitiu SOUZA (2006) afirmar que o PCC poderia em período de tempo muito menor do que o grupo colombiano que em cerca de 40 anos possuía 17 mil guerrilheiros, alcançar “uma parte considerável dos 130 mil prisioneiros de São Paulo e multiplicando-se em contatos interestaduais” (SOUZA, p. 28, 2006). Porém, o mesmo autor faz uma distinção entre os objetivos propostos por cada uma dessas organizações que se enquadram segundo ele em grupos terroristas. As FARC objetivava reverter a ordem política colombiana e o PCC a ordem jurídica, ambas se aproximando na atuação de comércio ilegal de drogas e armas para se financiarem.

De antemão vale frisar que abordar o PCC neste doutoramento tem como finalidade entender um pouco sobre o (ou um dos) principais envolvidos nas ações de incêndios de ônibus na capital paulista e RMSP. O que se propõe é possibilitar uma leitura sobre o mesmo enquanto produto e, assim também produtor, da realidade metropolitana e do próprio movimento crítico, contraditório e tautológico da reprodução desta sociedade produtora de mercadorias.

Para elaborar esta breve apresentação sobre o PCC foi tomada com base no texto do jornalista Percival de Souza, o mesmo possui carreira no segmento investigativo e elaborou o livro : “O sindicato do crime: PCC e outros grupos” lançado no ano de 2006, no auge dos “Salves Gerais”.

8.6 Prisões: incubadoras da organização do “crime”

O nome do livro de Percival de SOUZA (2016) não é aleatório, ingenuidade pensar que seria, uma vez que este é um profissional das letras. A ideia de chamar o PCC de sindicato é muito potente, pois remete a uma instituição reconhecida pela Lei e possui o status de representar e defender uma categoria de pessoas que exercem determinada atividade profissional. O desvio que se faz aqui é o de que, talvez este seja um dos mais promissores “sindicatos” no contexto de colapso da sociedade produtora de mercadorias, aquele que aglutina os que são excluídos e tem seus corpos geridos pela lógica do encarceramento em massa e superlotam as prisões.

Este movimento dialético negativo de reprodução desta sociedade sob a égide do fetiche das mercadorias cria a cada movimento de “produção” sua negação, é por esta chave que se sugere ler os fragmentos a seguir.

O crime como entidade, estruturou-se dentro das prisões, até aqui o último dos lugares para pensar numa formação criminal, porque as pessoas estão na prisão e, em tese, privadas de liberdade, isoladas da sociedade, imobilizadas pelas celas e pulverizadas psicologicamente pelas grades. (SOUZA, p. 21, 2016)

Observa-se que o autor está irônica e tragicamente apontando que mesmo havendo uma objetividade do cárcere, grades, celas no sentido de garantir a privação da liberdade foi neste ambiente de privação *compartilhado por milhares de pessoas* que o crime organizado se estruturou. O grifo anterior vai no sentido de reforçar o elemento que parece ter sido deixado de lado na elaboração do jornalista.

[...] foi exatamente nesse espaço da quebra dos movimentos e dos contatos que nasceu o crime em forma oficial de empresa, com voz própria de comando, chamada de *torre* nos códigos, com ordens regularmente emitidas (os *salves*) chegando às *faculdades* (incorporando ironicamente o conceito, fora das muralhas, que chama os presídios de escolas do crime) (idem)

Mais uma vez nota-se que Souza (2016) toma a referência, e pode se suspeitar se não propositalmente neste momento do texto, uma vez que o mesmo atua no jornalismo

policial há certo tempo, a perspectiva legalista e de quem não conhece a realidade prisional. Como visto nos dados apresentados pelos relatórios do DEPEN, em suma maioria os presídios estão superlotados, há um projeto de encarceramento em massa em andamento e como alvo direcionado à uma parcela específica da população brasileira. O que as prisões possibilitam é justamente o contrário do isolamento, ocorrendo o contato de forma abusiva, degradante e compulsória, onde, para minimamente se estabelecer a sobrevivência certas condutas foram sendo construídas e impostas àquelas pessoas que ali se encontram.

Com estatuto. Com batismo. Com rituais de entrada. Com pagamento de mensalidade. Com garantias de apoio para quem estivesse dentro ou fora dos cárceres. Com investimentos. Com compra de pessoas que atuam em diversos níveis, inclusive o jurídico, providenciando a graduação daqueles que seriam os *doutores do crime*. Criou-se, aos poucos, uma irmandade, ao estilo mafioso, na qual todos passaram a ser tratados e compromissados como “irmãos”. (SOUZA, p. 21, 2016)

Percival, vulgo Souza (2016) aponta que os embriões do PCC seriam o Comando Vermelho (CV) e os Serpentes Negras. O CV nasceu no Presídio da Ilha Grande, especificamente na praia voltada para o Atlântico chamada Lopes Mendes, e dentre as refuncionalização espaciais do espetáculo colapsado desta sociedade que podem ser visitadas, o presídio enquanto museu atualmente é um destino turístico e até desfrutar de um pão quentinho produzido na antiga padaria do presídio é possível. Há uma produção significativa de materiais escritos e audiovisuais sobre o encontro da intelectualidade atuante nas ações diretas e armadas contra a ditadura militar, sobretudo dos assaltantes de bancos com os presos “comuns”, em maioria negros que cumpriam pena por crimes ligados ao tráfico e a vadiagem que se encontravam no presídio. Já o Serpentes Negras se formou no Carandiru, em um contexto diferente do CV, onde a democracia disjuntiva (CALDEIRA, 2000) aprimorou o processo de exclusão, assassinato e encarceramento da população pobre, negra periférica. Contudo, é importante respeitar a “Lei da precedência”. O PCC é herdeiro destas organizações, aglutina elementos de ambas e os potencializa. E

um importante elemento que SOUZA (p. 22-23, 2016) pontua é o de que o Estado, em sua conflitante tríade, “deixou o sistema penitenciário nos escombros [...] Mas isso não interessava a ninguém, confirmando a teoria de que o principal papel das muralhas não é impedir as fugas, mas impedir que sociedade consiga ver o que se passa por trás delas. Quanto mais isolados melhor.”

Este argumento do isolamento e cortinamento que as prisões exercem é controverso como bem aponta NATALE (2019), uma vez que a própria espetacularização do poder sobre os corpos é uma das mais potentes significantes do próprio presídio, mesmo que haja um processo de metropolização das instalações prisionais como chama atenção o autor. E pela chave interpretativa de NATALE (2019) pode-se aproximar-se de como foi possível que houvesse em conjunto com a dispersão das unidades prisionais pelo território a dispersão do próprio PCC, elemento este que talvez tenha faltado a análise de Souza (2016) pelo próprio momento que escrevia e por não ter este fato como foco de sua análise.

A organização PCC não poderia se desenvolver apenas de dentro das grades, foi necessário que suas ações extra muros garantissem o cumprimento das ordens vindas de dentro dos presídios pelos “cabeças” do grupo. Isso se fez possível pois,

O Estado perdeu o mínimo: impedir o contato com o mundo externo. Funcionários corruptos, advogados sem escrúpulos e pústulas de todas as categorias iniciaram a construção de uma ponte entre o proibido e o permitido, o impossível e o factível, a aparência e o concreto. Os telefones celulares passaram a fazer parte do sistema prisional. Centrais telefônicas foram instaladas, com pessoas especialmente contratadas para intermediar as ligações de presídio para presídio. (SOUZA, p. 23, 2016)

O desenvolvimento das forças produtivas, a produção em massa de artefatos e artificios eletrônicos e avanços tecnológicos, enquanto mercadorias, produzidos para serem postos

em circulação não respeitam fronteiras, a mercadoria tem passaporte livre desde que se estabeleça comum acordo entre os que ofertam e os consomem²⁹.

Esta trama construída pelo PCC tem a comunicação das informações como uma centralidade. Difícil não incorrer na chave de periodização de Milton Santos a respeito do “Período Técnico Científico Informativo” (SANTOS, 2009) e ligá-la, mesmo que em curto circuito, com as chaves propostas por Marx (1989, 2011) em *O Capital*, para pensar a comunicação e a produção de informações como constituintes da própria composição orgânica dos capitais.

NATALE (2019) traz a leitura de Rafael GODOI (2017) destacando um conceito central na publicação deste, “os vasos comunicantes”, que nas palavras daquele

Cada vez mais a conexão entre o dentro e o fora da prisão se dilui, ou seja, cada vez mais conexão entre cidadão em liberdade e o cidadão condenado se aproxima. O preso continua cercado por grades, tendo sua privação de liberdade regulada de forma mais incisiva pelo poder Estatal; o que está em liberdade sente cada vez mais a regulação do próprio Estado e de todo o aparato de segurança e controle (na maioria das vezes privado). Um vaso comunicante relaciona essas duas realidades. Ele capilariza, dilui e estende a área de influência dos presídios. GODOI (2017)

O PCC ao longo de sua formação estabeleceu uma vasta capilarização, aproveitando os termos dos vasos comunicantes, em diferentes escalas. Do interior do presídio, ao entorno do mesmo, às cidades que os abrigam, aos Estados, ao território nacional e aos países vizinhos. A própria formação do PCC tem raízes extra fronteiriças, como demonstra SOUZA (2006).

²⁹ Neste exato momento surge a pergunta se esta rede entre os mundos dos que estão cumprindo penas nos presídios e os que estão presos do lado de fora não constituiria, desviando os circuitos da economia de Milton Santos, um sub circuito. Mas para que os leitores tenham uma noção do preço que é oferecido por um celular na prisão, os mesmos podem chegar a dez mil reais em média. É um fato, o sistema penitenciário reproduz de forma potencialmente crítica a circulação de mercadorias.

As raízes do PCC criaram metástase, crescendo e multiplicando-se de São Paulo para outros Estados, e destes para outros países, como Paraguai, Bolívia e Colômbia, tornando-se internacional. O PCC federalizou-se com suas ramificações interestaduais. (SOUZA, p. 24, 2006)

Observa-se que o termo escolhido por Percival de Souza denota uma posição de interpretar a vascularização do PCC como um câncer. Esta é uma imagem interessante ao passo que trás consigo a ideia de que é o próprio corpo, neste caso, a forma social produtora de mercadorias na particularidade brasileira, no centro do centro de sua maior capital econômica e recordista de pessoas encarceradas que o PCC se forma e se espalha, porém, guarda uma ideia de que isto é uma anomalia, um desvio do corpo social e não sua própria natureza, ponto que se discorda, uma vez que o sugerido é de que o PCC é o negativo indissociável do Estado e do poder.

O sistema apodreceu. O crime estruturado ganhou oxigênio e poder. Em alguns lugares, o Executivo dele mesmo um poder que pode. [...] Poderoso tornou-se. Arrogante, evoluiu para atrevido. Atrevido, não hesitou em explicitar ousadia. Ousado, deixou de lado os limites. E sem limites, chegou ao extremo de dar ordens terroristas e de executá-las, desafiando as leis e instituições do Estado, matando policiais e agentes prisionais, metralhando unidades policiais civis e militares, lançando as sementes (do pânico entre a população. (Idem)

Ler estes fragmentos na chave biologizante serve apenas como metáfora, que permite tecer algumas reflexões sobre o caráter social deste duplo constituído na chave Crime – Estado em suas sobreposições de tessituras (RAFFESTIN, 1999) de seus poderes, em que ambos são imbricados, em que há o uso das estruturas de uns pelos outros, em um jogo visceral do Poder. Houve, ao menos naquele momento, o Salve Geral em 2006, a aguda demonstração de forças, e, pelas táticas e estratégias adotadas pelo PCC, ocorreu um rearranjo no tabuleiro de xadrez.

A polícia, outrora temida, passou a sentir medo. Policiais militares reforçaram a prática de andar sem uniforme, saindo ou voltando de casa, e a instruir seus filhos para não revelar, na escola, qual era a sua profissão. Policiais civis começaram a andar sem as identidades funcionais. Nos automóveis, o hábito de exibir nos vidros decalques de unidades policiais desapareceu completamente. Os policiais, que durante décadas gostavam de mostrar o que faziam, aderiram ao recato, à camuflagem, ao anonimato.

Uniformizados, na rua, somente vestindo coletes à prova de balas.
(SOUZA, p. 24, 2006)

Apesar de carregar certa estrutura romanesca em suas colocações, em que paira uma ideia positiva da figura do policial e simultaneamente negativa do PCC, Souza (2006) traz à superfície um momento de rearranjo na geografia do poder (RAFFESTIN, 1999) que decorreu do conjunto de ações do chamado “Salve Geral”, onde se incluem os próprios incêndios de ônibus na capital paulista, na zona metropolitana e outras cidades do Estado de São Paulo e do Brasil. As ações do PCC não visaram apenas atingir os funcionários da segurança pública, seus atentados se dirigiram a representantes do poder judiciário e executivo. Sobre a figura do policial é importante trazer as colocações de NATALE (2016) para situar estes sujeitos no conjunto de ações que realizam nesta trama de relações entre as escalas jurídico-legais e a população.

A pena estabelecida está diretamente associada a questões de raça, classe social, bairro, gênero – questões que embasam a ação policial e o sistema penal. Dessa maneira o sistema penal e a polícia são transversais. O crime corresponde ao que sociedade chama de ilegal e a penalidade é o sistema responsável por gerir essas práticas ilegais, sendo que o encarceramento é uma destas formas de gestão, junto à prisão há também a polícia que formam, assim um dispositivo geminado [...]. (p. 75, 2016)

Este dispositivo geminado configura a forma do Direito Penal, que nas palavras de NATALE é definido nas seguintes palavras:

O direito penal é a parte que substitui o todo. É o que tem a capacidade de afetar o indivíduo de modo mais direto e brutal. O sujeito desse sistema é, dissimuladamente, o magistrado, aquele operador que faz o cálculo da pena e bate o martelo. Porém, tampouco é ele o principal agente da prisão. Para selecionar as pessoas que serão presas é necessário alguém que esteja na rua e faça essa mediação entre prisão e “mundão”. [...] No fundo, assim como é a prisão que revela a verdade do direito penal, é o policial que atua como verdadeiro agente penal nas periferias de São Paulo. (NATALE, p. 61-62, 2016)

As ações do “Salve Geral” tiveram forte impacto sobre o corpo policial desencadeando no interior do conjunto jurídico, executivo e da Polícia Militar e Civil embates acerca da necessidade de se tomarem medidas para conter o crescimento e fortalecimento do PCC.

No auge das consequências dos ataques do PCC à cidade de São Paulo no mês de maio de 2006, a fragilidade do Estado e as divergências entre autoridades tornou-se patente. Policiais mortos, unidades policiais metralhadas, carros da polícia atingidos por tiros, população amedrontada. A espantosa situação dava uma amostra do poderio do PCC quando, num encontro de autoridades numa unidade da Polícia Civil, cansado de promessas sobre fornecimento de mais recursos, mais armamento, o diretor do -DEIC-, Godofredo Bittencourt, mandou por três vezes um secretário de Estado “ir tomar no cu” e também a “puta que o pariu”. (SOUZA, p. 39, 2006)

A citação anterior vem no sentido de reforçar que o PCC no emblemático ano de 2006 se tornou uma organização cuja existência não poderia mais ser negada. O desespero do diretor do DEIC frente às ameaças e sob ataques do PCC o levaram enquanto representante da instituição Polícia, a clamar para que o poder executivo enquanto Estado olhasse para a situação e assumisse sua existência. O PCC fez com que a instituição que o combate e com quem diretamente com ele se relaciona publicize sua existência à sociedade.

Neste movimento é possível olhar para os incêndios nas periferias em uma abordagem dupla, de um lado como dispositivo de desestabilização da normalidade cotidiana e amedrontamento de uma grande parcela da população e por outro, complementar a este, e uma tentativa, exitosa pode-se dizer, de fazer com que se reconhecesse sua existência e lhes dessem atenção. Este último movimento é por onde se acredita poder olhar para os incêndios de ônibus de modo mais generalizado, onde se produz uma quebra na circulação hipnótica do cotidiano através das chamas. Curiosamente a população que é a vítima número um do extermínio, do encarceramento, dos que são atendidos pelo Estado apenas com a truculência e a negação de sua dignidade, se fazem ver e são notados, como visto na discussão sobre a “Violência” com Zizek anteriormente. O PCC reforça a imagem de Poder, de contrapor-se ao Estado ao mesmo tempo que se coloca como o Poder vigente nas periferias, a ameaça protetora, o monopolizador da proteção e da violência, dentro dos presídios e nas periferias.

O PCC foi fundado “oficialmente” em 1993, um ano após o massacre dos 111 presos no maior complexo penitenciário da América Latina na época, o Carandiru. Por meio da imposição de seu código de conduta o PCC foi “responsável” por “moralizar” o interior dos presídios. Banindo seus rivais e qualquer dissidente que se atrevesse a fugir das condutas estabelecidas, os próprios detentos relatam que houve significativa melhora nas condições de sobrevivência dentro da “cadeia”, menos assassinatos, que deveriam ocorrer apenas após serem levados às lideranças do PCC dentro da unidade prisional, proibição da venda de crack, banimento do estupro, além de reivindicações de “benefícios” amplos a todos os internos, como melhorias na alimentação e garantia dos dias de visitas e, de modo mais amplo, o respeito a “dignidade humana” dos presos fazendo se cumprir o próprio Código Penal.

Foi justamente a quebra de um desses “direitos básicos” que ultrapassam o fator objetivo da reprodução da vida, que SOUZA (2006) aponta como o estopim para as ações do “Salve Geral”.

Os ataques de maio de 2006 em São Paulo tiveram uma razão aparentemente singela, mas própria da ansiedade nos presídios: o cancelamento das visitas no Domingo do Dia das Mães. Para alguns desinformados isso poderia parecer ridículo³⁰. Mas não é. Marcola, o líder do PCC, não tem mãe, mas lutou pelo direito dos companheiros enclausurados, seus subordinados, de vê-las. Os ataques poderiam ser evitados se houvesse um mínimo de bom senso no intransigente governo de São Paulo. Os líderes do PCC queriam ver a mamãe! Fora das muralhas, o motivo pode ser considerado banal. Os presos se rebelaram e “foram para cima”, como se diz nos presídios. Atacaram. As mães representam uma grande força também dentro do sistema. Diretor habilidoso cativa as mães e garante a disciplina através delas. Preso pode não respeitar ninguém, mas ouve o clamor da mãe, que cumpre pena junto com o filho, de tanto acumular sofrimentos. Quem não sabe de nada disso, não faz a menor ideia do que se passa dentro da prisão. Não é ridículo. É verdade. (SOUZA, p. 12-13, 2006)

³⁰ Seria possível uma digressão psicanalítica sobre esta passagem e a rebelião dos detentos como “o filho” impedido de ter acesso a mãe pela figura do Estado enquanto pai. Fica registrada a possibilidade interpretativa, mas não será desenvolvida neste trabalho por incapacidade argumentativa.

O resultado deste impedimento e negação de um direito em uma data tão significativa para os detentos simplesmente resultou em 27 rebeliões simultâneas nos presídios em todo o Estado de São Paulo e nas ações nas ruas já mencionadas. Foi neste momento que o PCC se tornou público, a mídia lança em rede nacional a faixa branca escrita em letras pretas os dizeres do lema da facção: “Paz, Justiça e Liberdade” estendida no alto dos presídios em conjunto com corpos e sangue de AP e rivais de outras facções.

Paulo Arantes (2014) pensando os movimentos “insurgentes” do presente, em uma rápida passagem em que dialoga com os teóricos da “anomia social” vai tecer as seguintes palavras sobre estes eventos no ano de 2006:

Sua anomia é conformista, e embora desafiem o monopólio estatal do uso da violência dita legítima, como gostam de recordar os sociólogos ofuscados pela evidência de que o Estado está voltado a ser a relíquia arcaica que sempre foi, um bando armado que vende proteção, nunca cogitaram enfrentá-lo para valer, embora o façam para negociar em melhores condições, como se viu na sublevação do Primeiro Comando da Capital (PCC) em maio de 2006, em São Paulo, muito menos têm qualquer pretensão que poderia se chamar de política – salvo a ironia macabra de que o assim chamado Estado de Direitos faça valer suas prerrogativas pelo menos na legislação em princípio garantista da Execução Penal. Nisto são até litigantes de boa fé, jamais insurgentes. (ARANTES, 2014, p. 369)

8.7 Vozes aos envolvidos: entrevistas com ambos os lados

O propósito deste texto não é o de encerrar uma discussão sobre o PCC, o encarceramento em massa e a gestão bélica da sociedade sob os ditames da lógica abstrata de produção de mercadorias, ao contrário, se pretende apresentar elementos que, mesmo de forma dispersa, possibilitem ampliar as entradas e consequentes saídas da problemática de pesquisa.

Assim, abaixo seguem duas transcrições de entrevistas³¹ feitas dentro das possibilidades de realização de campo no contexto da pandemia do COVID-19/20/21/22.

³¹ Os nomes das pessoas entrevistadas não serão divulgados a fim de protegê-las de qualquer constrangimento, assim como detalhes que permitam que sejam identificados .

A primeira delas foi feita com um policial civil, que estava na ativa no ano de 2006 e que de modo geral trouxe importantes reflexões sobre a própria condição da reprodução objetiva e subjetiva do policial neste contexto. A segunda entrevista foi feita com uma pessoa do sexo masculino, branco, de meia idade que esteve na condição de interno no sistema prisional. O mesmo não sendo membro do PCC, pode experienciar enquanto cumpriu pena a influência e transformação do ambiente carcerário sob controle do Cartel.

Cabe deixar registrado que as entrevistas trouxeram muitos elementos de cunho pessoal e desabafos de angústias, medos e revoltas que emergiram a partir das conversas e resgate de lembranças. Contudo, como se trata de situações que podem oferecer riscos de represálias aos entrevistados, este material teve de ser deixado fora do corpo da tese, mas passou a constituir o corpo do próprio doutorando.

É o caminhar sob o fio da navalha, a ética é simples, se oferece risco à quem colabora com a pesquisa, a pesquisa é quem deve sair prejudicada.

É preciso, sobretudo, colocar problemas políticos, e, primeiramente, a responsabilidade do pesquisador face aos homens e mulheres que ele estuda e cujo território analisa. Digamos, primeiramente, que este problema não diz respeito somente aos pesquisadores, mas ao conjunto de cidadãos em razão da multiplicação das pesquisas de toda ordem, que recaem sobre grupos mais ou menos numerosos sobre os quais nos interessamos a títulos diversos. Mesmo pesquisas que apenas recaem sobre as características físicas de um território, não deixam por isso, de dizer menos respeito à população que aí vive, na medida em que seus resultados tornam mais eficaz uma intervenção aí. Mesmo pesquisas completamente desinteressadas podem ter importantes consequências para a população estudada, mas esta ignorará tudo, pela impossibilidade de examinar inumeráveis publicações científicas; em contrapartida, os aparelhos de Estado e os grandes grupos privados poderão mesmo utilizar estas pesquisas para elaborar seus projetos e executá-los. (LACOSTE, p. 77, 2017)

As palavras de Yves Lacoste escritas originalmente em 1977 se dirigiam ao uso de uma pesquisa publicada por um de seus contemporâneos, Pierre Gourou, que em uma exemplar prática acadêmica e abordagem geográfica fez um riquíssimo levantamento da paisagem ao modo ideográfico francês do delta do rio Tonkinois, no Vietnã. A crítica de Lacoste se dirigia ao fato de este mesmo trabalho de Pierre Gourou de 1936 ter sido a

base de planejamento dos ataques aos diques de contenção de represas no rio pelas tropas dos EUA na Guerra do Vietnã.

Como dizem algumas letras de rap e funk vivemos um cenário cotidiano que mescla Bagdá e Vietnã, Colômbia, Gaza, Águas Espraiadas, Grajaú, João XXIII, Jd. D’Abril, São Matheus, Cohab II, Wall Street, Faria Lima, a guerra cotidiana não nos permite oferecer maiores instrumentos para o massacre de vidas por onde passa a reprodução crítica do capital deixando terras arrasadas.

8.7.1 A mobilidade do trabalho e o transforma-se em policial

“Na verdade prestei o concurso meio sem saber sobre, porque todos os amigos já trabalhavam em empregos fixos, e eu trabalhava um tempo aqui, outro lá.

Já tinha até esquecido quando fui chamado, prestei para Casa Civil, o tempo do concurso já ia terminar e ofereceram vaga para a Secretaria de Segurança Pública, como oficial administrativo, e eu aceitei.

Quando entrei para o Serviço Público eu tinha vinte e poucos anos. O contexto não me lembro direito, sei que era jovem, já estava namorando, quase noivo, com vida correndo e precisava trabalhar para ter dinheiro. A estabilidade do Serviço Público (S.P) faria com que eu parasse de entrar e sair dos empregos, ‘responsabilidade’.

Uma coisa é certa, foi mais de 30 anos no S.P, e nunca me adaptei com horários e regras.

Minhas primeiras experiências na S.P. foram ansiosas, cheias de novidades, trabalho novo. Logo caiu na rotina. Cuidava da vida funcional de outros servidores, me tornei chefe de seção, descobri a gaiola das vaidades, onde as pessoas ganhavam o mesmo salário e executavam os mesmos serviços repetitivos, fiz amigos e nem tão amigos dos quais hoje não tenho contato algum.

Às vezes ouvíamos gritos, que diziam estar torturando algum preso, por lá passavam poucos, passavam para depor (os mais importantes) depois eram transferidos (aconteciam alguns suicídios, que ficávamos sabendo depois). No prédio tinha muita conversa de fantasmas que assombravam o prédio. Principalmente no prédio do extinto DOPS, que era próximo e ninguém gostava de ir lá.

Foi no período da [Delegacia Central] que percebi as mudanças na Polícia Civil (P.C.), cada troca de governo ou secretário, praticamente mudava toda chefia das delegacias e da administração. O nosso serviço aumentava muito, para fazer as renovações e admissões no departamento, mas em matéria de modernização, humanização, melhores condições de trabalho, nada acontecia ou raramente acontecia. Vinham delegados mais tranquilos e respeitosos e o ambiente ficava mais leve, mas vinham uns “casca grossa”, onde se percebia que o departamento inteiro ficava tenso.

Quanto a materiais de trabalho, saímos da máquina de escrever para a máquina de escrever elétrica, depois para computadores, observando o desperdício de dinheiro público, chegavam novas máquinas, algumas ficavam encostadas sem serem distribuídas, outras quebradas sem manutenção, comprava-se outras, móveis novos, desvio de material de trabalho e assim vai...

Com relação às viaturas a mesma coisa, no pátio da garagem ficava lotada de viaturas novas, que apareciam na mídia e depois eram recolhidas para fazer entregas das mesmas pelo Estado afora. Tinham viaturas novas largadas no pátio, precisando de pequenos reparos que não aconteciam e a [Delegacia Central] tinha almoxarifado, garagem, manutenção, guincho, mas na maioria das vezes nenhuma vontade ou atitude de melhora. Na maioria das vezes queriam ser “típicos funcionários públicos”, como eram descritos na época, um querendo ser mais esperto que o outro.

O fato de ser polícia me trouxe sim constrangimentos e implicações na minha vida pessoal. Quando assumi o cargo de [auxiliar de polícia], já estava casado e com filhos, minha esposa sempre muito contrária a eu trabalhar em um local perigoso, o que gerava muitas discussões familiares, quase pedi exoneração, mas ainda bem que não, pois passamos por períodos muito difíceis, como desemprego de minha esposa, falta de dinheiro etc. Na verdade, nunca me senti polícia e fazia questão de esconder isso, na maioria das vezes que perguntavam me declarava funcionário público, escriturário, também para evitar que as pessoas ficassem pedindo favores (num ambiente onde você pede favor e fica devendo favor).

Depois que as crianças foram crescendo e minha esposa faleceu, comecei a ter medo de perseguição. Morávamos em um bairro na periferia da zona leste, cresci lá, conhecia todos os tipos de pessoas, mas que passou por mudanças, e os não tão bons que estavam chegando não me conheciam).

O sistema policial passou a ter grandes mudanças, as facções começaram a aparecer com mais força e isso trazia grande insegurança. Na verdade, nunca me senti polícia, acho que tinha até certa vergonha, pois sempre fui contra o sistema, sempre que possível declarava: 'estou [auxiliar de polícia], mas em desvio de função'. Era pesado, não aceitava usar arma, mesmo quando baixaram uma portaria obrigando o porte (eu não sei atirar), não pertencia ao meio.

Não foram só coisas ruins, graças ao salário sustentei minha família, a mim, fiz amigos, vivi por muitos anos também com alguma alegria. É muito difícil passar tudo numa conversa, são muitas lembranças, nem tudo se consegue transmitir por palavras ditas e escritas. São muitas vivências, tristes, alegres, de conquista de forças, de constrangimento, observações que o sistema é cíclico, história de pessoas que também ia movimentando a minha.

Neste período as facções foram crescendo, tomando forma, se apresentando com maior força, com destaque para o PCC, que segundo consta, queriam ser melhores e maiores que o Comando Vermelho e mais organizado.

Tinha muita boataria no departamento, períodos mais agitados, algumas delegacias em polvorosa, só tínhamos informações pela 'rádio opinião' (fofocas). Mas com certeza foram aumentando os assaltos a bancos, carros fortes, munição, armas, explosivos, cartas anônimas de ameaças. Sempre teve uma coisa aqui outra lá, mas por volta do ano 2000 se intensificaram, no ano 1999 foi feita a prisão do Marcola, que segundo dizem, é o chefe do PCC, e alguns outros integrantes. Lembro que Marcola era tido como uma pessoa muito inteligente, segundo a boataria, ajudava até na organização da Polícia Civil e que foram efetuados vários acordos entre ele e o Estado.

A partir daí as coisas foram acontecendo de forma mais clara, como rebeliões coletivas em todo o Estado, ameaças de bomba, na [Delegacia Central] foram encontradas algumas, lembro que por dois plantões fomos impedidos de entrar lá até que o esquadrão antibombas eliminasse os riscos. Foram anos tensos, a apreensão aumentava a cada dia, mesmo fazendo de conta que era só boataria.

O departamento começou a ter mais presos que não deviam estar ali, não tinham estrutura, era local de passagem. Casos de tortura, muita tentativa de fugas, o alarme soava varias vezes. Houve uma fuga que eles chamavam de "Cavalo louco", onde capturaram o carcereiro e saíram em debandada, como na explosão de uma manada, um dos presos que fazia parte, acho que de tão atordoado, na correria bateu a cabeça em um poste na frente do prédio, caiu na sarjeta e ali mesmo morreu. Fogo em colchões, tinha muitos casos de corrupção de funcionários diretamente ligados aos presos. Entrada de armas, açúcar e café em pó, onde os presos misturavam e conseguiam fazer ficar igual ao piso, disfarçando quando estavam cavando para fuga ou escondendo armas.

Tinham presos com alguns “privilégios” que podiam ir até o bar da frente comprar pão, café, cigarro... Encontraram até uma britadeira em uma das celas, que mais tarde descobriram que tinha sido entregue por um carcereiro.

No prédio da detenção dos policiais que ficava próximo, também acontecia muita confusão e casos de corrupção e privilégios. Foram anos bem intensos, mesmo fazendo de conta que nada estava acontecendo.

A boataria aumentava, uma das ordens era colocar o pessoal do PCC em cargos da Administração Pública em todo o Brasil, principalmente em âmbito federal, como deputados, juízes, investigadores de polícia, PM 's.

Consta, segundo as cartas anônimas, que um atual ministro era um deles, e que até presidente do Brasil que anteriormente era Secretário de Segurança Pública de São Paulo ajudava nas articulações e, são muitas histórias que acredito que não serão compartilhadas. As coisas iam acontecendo veladamente, num clima de desconfiança, para que não houvesse vazamento de informações.

Em 2005 as coisas pioraram muito, o clima estava tenso, várias ameaças, segundo consta o pacto com o PCC havia sido feito e agora estava sendo quebrado (nós tínhamos até uma simpatia pelo Marcola, ele havia conseguido que tivéssemos aumento salarial!).

Antes de “parar São Paulo”, já estavam ocorrendo muitas mortes de policiais e não policiais, muitas histórias, os P.M não saiam mais de uniforme de suas casas e nem penduravam os mesmos nos varais de casa. Os P.C. eliminavam os adesivos de seus carros e qualquer coisa que pudesse identificá-los como tal. Eu tinha muito medo, não só eu, de ir e vir para o trabalho. Houve vazamento de informações de todos que trabalhavam nas polícias. Morreram policiais do nosso departamento também. Diziam que estavam em campanhas e foram descobertos ou emboscados, vivíamos em total insegurança.

Em 2006 houve muitas trocas de comando e isso gerava um grande estresse em todos do departamento. As mortes continuavam, sequestros, roubos a bancos, aumento do roubo de explosivos, nem todos explicados ou com explicação coerente, incêndios em ônibus por toda a cidade. Tinha muito medo.

Quando estava perto do dia da cidade de São Paulo parar [Salve Geral!], para as pessoas em geral, já estávamos [policiais] em toque de recolher, mas como explicar isso? Na semana anterior aos ataques estes já tinham se intensificado por toda a cidade e Estado, e os presídios em pólvora, rebeliões, fugas, mortes ... O fim de semana que antecedeu o fechamento de todos os estabelecimentos foi o pior em tensão. Mesmo em casa ficávamos sabendo de algumas notícias e todos os P.C. sem exceção estavam em regime de alerta podendo ser chamados a qualquer momento. A população estava aflitíssima buscando crianças nas escolas, fechando tudo. Cenas de uma guerra anunciada. Sabíamos que não era alarde, era fato.

Uma observação minha era, acho que ainda é, o PCC é quem manda, tem força, organização, dinheiro, influencia; a polícia, o sistema colocado, obedece para evitar males maiores ou menos votos nas eleições.

Desde antes aconteciam centenas de mortes nas periferias da cidade. Histórias de que as pessoas que a polícia deixava viva tinham suas línguas cortadas, que os policiais para não serem identificados apareciam de roupa preta e capuz em carros pretos. Tanta coisa que não consigo lembrar ou colocar pra fora.

As coisas foram se acalmando após a mensagem do PCC mostrar quem manda. Consta, segundo informações anônimas, que houve um encontro secreto entre o Governador e a alta cúpula do Estado, incluindo o Secretário de Segurança Pública com o Marcola, um novo pacto estaria sendo formado.

As coisas se acalmaram , voltamos à rotina, mas sempre acontecia alguma coisa para lembrar, um incêndio de ônibus, um roubo de explosivos, uma apreensão grande de drogas, um extermínio (segundo boatos internos, tudo arranjado). Um lado agia aqui, o outro fazia que estava combatendo ali.

No departamento as coisas voltaram ao “normal”, mas a partir dali se intensificaram as remoções e admissões de funcionários, um entre e sai, as equipes das delegacias não conseguiam se organizar, principalmente no sistema de confiança.

Lembro que veio um delegado para ser o diretor e trouxe toda a sua equipe, mudou tudo, pessoas arrogantes, sem a menor humanidade, isso por volta de 2011/2012. Estava se tornando impossível para mim trabalhar naquele lugar, mas pelo menos uma vez por mês levavam o Padre Marcelo para rezar uma missa e benzer o local [risos], todos que estavam de plantão eram obrigados a comparecer no auditório.

Nesta época, por volta de 2012, não recordo a data exatamente, começou novamente as cartas anônimas com ameaças, bombas escondidas no prédio, fugas, rebeliões, diziam que seria decretado novo toque de recolher (o Marcola iria ser transferido e isso o PCC não queria). Ondas de extermínio, chacinas, mortes dos “dois lados”. A lembrança de 2006 voltou, veio uma portaria obrigando a todos a portar uma arma, sem exceção, disponível no setor de armamento, na mesma época foi descoberto o desaparecimento de muitas armas e munições pertencentes a [Delegacia Central], não sei que rumo tomou essa investigação. Imagina eu com um 38 cano longo, igual esses de filme de faroeste dentro da mochila, horrível, na primeira oportunidade devolvi a arma.

Os ataques a ônibus se intensificaram nesta época, rebeliões em todos os presídios do Estado. Lembro que teve um dia marcado, e na maioria dos presídios teve rebelião e tentativas de fuga, porque começou novamente a se falar em transferência dos membros do PCC para presídios de segurança máxima fora do Estado de São Paulo. A

onda de criminalidade aumentava e de represália também. Foi até instalado um Gabinete de Crise em conjunto com a Administração Penitenciária, Sec. de Seg. Pública, Polícia Federal e demais órgãos administrativos do Estado.

Lembro que morreram policiais, mas o número de civis mortos foi muito, muito maior. Falava-se muito sobre a violência do Governo do Estado, era polícia acusando polícia, policiais falando de grupos de policiais que estavam participando de grupos de extermínio, principalmente nas periferias e principalmente P.M.

Sempre tive medo de ser alvo de ataques, mais ainda minha família. Estava provado que vazavam informações dos funcionários da Sec. de Seg. Pública, da Adm. Penitenciária, e sabia que não ia dar pra explicar “veja bem, eu sou polícia mas tenho um cargo administrativo, não sou polícia na prática”.

Como escrevi acima, em algum lugar, foram muitos anos na instituição, uma vida, com muitas histórias, com muita angústia, mas também onde fiz amigos e por aí vai ... É muito triste também ver que era um lugar pesado, cheio de corrupção do micro ao macro, onde alguns dos seus “maus” colegas não estavam nem aí, se nas ocorrências passadas você iria correr risco de morte ou sua família, como por exemplo levar uma britadeira para a carceragem.

As datas mais intensas que eu me lembro foram 2000/2001, 2005/2006 e 2010/2013.

Por algum tempo tive medo de que soubessem sobre meu cargo na P.C. e de sofrer represália. Até hoje, se tenho que preencher alguma ficha com dados profissionais digo: ‘funcionário público’ sem especificações”.

8.7.2 O Sequestro do Estado e a permanência no cativeiro prisional

“30 anos , em São Paulo , bairro do Brás , artigo 12.

Fui abordado por um policial "Rocam" de moto, mandou parar e pediu pra eu descer do carro , uma caminhonete S10 , estávamos em duas pessoas , trabalhando no momento da abordagem , o policial pediu reforço e vieram mais de 3 viaturas obstruindo o trânsito e causando bastante transtorno, revistaram o carro e encontraram 900 gramas de maconha, balança, faca, plástico filme. No momento que encontraram a maconha os policiais começaram a me questionar sobre armas e outras coisas ilícitas, prometendo até me liberar caso eu tivesse armas pra entregar ...

Desde o primeiro instante os guardas questionam se você tem inimigos, se faz parte de facção, se é parente de polícia, se tem algo escondido no corpo, muitos apanham bastante nessa transição, em mim não encostaram um dedo, depois que você é colocado dentro da cela as perguntas vem dos presos, de onde você vem, caiu em qual artigo, se tem conhecidos no crime, eu tive a "sorte" de ter sido encaminhado por prisões que estavam dominadas pelo PCC, a única facção criminal que estava impondo um código de paz entre os presos em todo o sistema carcerário paulistano na época, então os presos se mostravam solícitos com quem chegava, ofereciam sabonete, pasta de dente, toalha e cobertor, na sequência explicavam qual era o 'proceder ' tudo se resumia em respeito ao próximo e lealdade ao PCC no sentido de manter a paz, não era permitido brigar com ninguém, caso algo errado ocorresse era pra comunicar a algum "irmão" pra que fossem tomadas as atitudes devidas, não era pra ficar trocando ideia com funcionário, respeitar as visitas (não olhar no olho de visita nem puxar assunto, no caso nos dias de visita) quem passa a orientação inicial é o preso mais antigo da cela, nunca os guardas, do pavilhão pra dentro quem manda são os presos, a polícia só entrega a comida na hora certa, havia também uma constante preocupação com a limpeza e asseio dos presos, disciplina nas faxinas de cela, rodízio na vigília da grade pra acompanhar a rotina e saber

se algo fora do normal aconteceria, tipo blitz do choque nas celas, rebelião, algo do gênero...

Como disse antes, PCC, relação respeitosa aparentemente amistosa, aos poucos no convívio muitos iam se filiando e almejando fazer parte mas ninguém era obrigado a nada, ali dentro somos todos primos e não irmãos da facção, você não precisa ser, mas é obrigado a participar, caso contrário seria cobrado e isso não era bom pra ninguém.

Pelos relatos que escutei estávamos sobre a conduta da facção mais equilibrada em termos de atuação social, o PCC prezava pela paz, justiça e liberdade, não havia espaço para opressão entre os presos, em outras facções presos eram obrigados a coisas inexplicáveis que envolviam familiares fora, abusos graves, violência e desmandos, a base filosófica do PCC era a igualdade (sabemos que de forma utópica e seletiva mas existiam os termos).

Era fundamental a presença da facção pois os guardas e o sistema carcerário não se importavam nem um pouco com os presos, não davam nem um sabonete, nem papel higiênico, nada, nem uma migalha, apenas mantinham vivos os presos dando alimento.

Leitura, caminhadas pelo pátio, conversa com presos e quando fui transferido para uma penitenciária consegui um trabalho, uma empresa metalúrgica de fabricar discos de "policorte", conseguia um mísero salário simbólico e a tão sonhada remissão de pena, 3 dias trabalhados reverteram em um dia de liberdade trabalhar era bom porque te tirava da rotina ociosa.

Carta, visitas, celulares escondidos e trocas de pequenos favores favoreciam o convívio, mas a solidão é presença constante. Muitos são esquecidos pelos familiares, amigos e namoradas, vivenciei alguns casos de suicídio por conta dessa solidão e abandono.

Nunca fui um cidadão que reunisse características de um criminoso mas a prisão carimba sua vida social, o tempo preso apaga sua vida anterior, a retomada é lenta e difícil tanto

em termos profissionais como sociais afetivos, a cadeia tira um certo brilho das suas motivações, banha seus pensamentos em ansiedade, dúvidas e incertezas, eu trabalhava com o que mais gostava e sabia fazer, arte, ser preso me tornou invisível por 3 anos, retomar esse tempo nunca foi possível, sim, teria sido diferente, não é possível mensurar mas seria diferente.

Marcou de maneira injusta porque não acrescentou em nada, as sequelas são pontuais em termos de perder tempo, um tempo que não volta, preconceito por ter a "passagem", receio de ser abordado pela polícia e sofrer um preconceito violento, não vejo nada de positivo a não ser os aprendizados que qualquer tipo de sofrimento traz.

Pelo que sei são consequência de acordos políticos, o PCC cumpre o papel do estado dentro das cadeias, é uma troca, os números caem e a popularidade dos políticos, secretários de segurança pública, etc. sobem, com isso o crime segue se organizando e recrutando soldados. Salves gerais ocorrem quando o Estado não cumpre com sua parte nos acordos.

Demonstração e ameaça de poder através do medo nada mais”.

8.8 Os ecos e o oco

Estudar a questão da violência, o processo de encarceramento e extermínio sistemático do Estado, o fortalecimento do crime organizado e seu papel de cuidado e opressão dentro e fora das grades, ouvir funcionários da Secretaria de Segurança geram um conjunto de desconfortos. É o revirar do estômago, é a ânsia gerada pela compulsão de se intoxicar com cada página trago amargo desta realidade, dos que levam e dos que são levados e deixados trancados em celas e grades. O carcereiro também está preso!

A intenção deste ensaio foi a de acessar o que é explorado de forma sensacionalista e, por isso mesmo, sempre feito superficial e moralmente enviesado pelo

conjunto de notícias e tele reportagens. Para quem é um cidadão comum, não está na condição de preso, de agente penitenciário, não é do Choque (batalhão da PM), não é advogado, e não se envolveu com nenhum dos projetos de atendimento social dentro das diferentes repartições do sistema carcerário, tudo se faz de forma fantasiosa e insuficiente.

Independente da condição de verdade deseja-se que estas linhas sejam lidas com desconfiança, não por má-fé de quem as escreveu, mas por retratar uma realidade velada por muitas camadas, por tratar de relações muito complexas e mais do que isso, se situam no campo do ilegal, do subterrâneo em erupções de ódio, rancor e valores indecifráveis.

9. Mobilidade das massas: mobilidade do trabalho e a mobilidade urbana

Como já vem sendo abordado ao longo da redação desta tese a produção do espaço metropolitano e a centralidade da cidade de São Paulo conformou uma realidade urbana com as características deste processo, permitindo e constringendo o próprio cumprir da função do espaço urbano sob a lógica da valorização em sua tautologia negativa.

No capítulo dedicado à reflexão sobre a formação do espaço da metrópole pode-se acompanhar uma proposta de entendimento da produção do espaço urbano intrinsecamente à própria reprodução da abstração concreta do Capital na periferia do sistema mundo enquanto modernização retardatária. Nesse prisma teórico metodológico pensar o urbano enquanto produção específica de uma forma social posta e mediada pela produção de mercadorias tem sido a chave interpretativa que guia o exercício reflexivo.

Deste modo, assumir a produção do espaço urbano como parte integrante da própria reprodução do capital é assumir que o mesmo carrega a própria forma contraditória e crítica de perpetuação, como as ideias basilares que Lefebvre, Marx, Engels, Kurz, Roswitha, Damiani, Alfredo, Gaudemar ... sustentam.

Assume-se, portanto, uma perspectiva crítica diante do fenômeno urbano e da entrada de pesquisa que são os incêndios de ônibus na capital paulista. Para tal a ideia da mobilidade do trabalho (GAUDEMAR, 1977) é central, desviando a interpretação de um mero problema de “mobilidade urbana”, mas pensando-o como resultado da própria lógica do capital, em que seus fundamentos dinamizadores são desenvolvidos de forma a repor o capital e suas categorias criticamente, não apenas em termos lógicos abstratos, mas também, em termos concretos, próprios da urbanização crítica como melhor expressa DAMIANI (2004).

É nesse sentido que pensar o aumento da própria composição orgânica do capital refletido no espaço urbano³², por exemplo, na própria rede de transportes ajuda a complexificar o entendimento que a relação posta internamente ao “desenvolvimento” do sistema capitalista e a realidade concreta por ele posta e pressuposta é dialeticamente negativa. Isto é dito pensando a chave de automação e liberação de mão de obra do processo produtivo sem a libertação da forma mercadoria para sobreviver dos sujeitos sujeitados. A potencialização da mobilidade do trabalho refletida na mobilidade dos fluxos urbanos e crescente centralização do capital com periferização consequente. No movimento de produção do espaço urbano metropolitano este movimento crítico se manifesta na implosão e estilhaçamento do urbano. Novas composições periféricas e consequentes sub centralidades são criadas no jogo especulativo e pela própria necessidade destes sujeitos mobilizados de habitarem e buscarem reporem-se enquanto sujeitos portadores de força de trabalho descartáveis, a miséria da sobrevivência em sua manifestação crua.

Essa condição de sujeitos sujeitados à mobilidade do capital em busca de sobreviverem em meio a dinâmica de produção do espaço urbano em sua reprodução crítica aglutina um conjunto de constrangimentos cotidianos à vida destas pessoas,

³²A professora Flávia ULIAN (2008) em sua tese de doutoramento percorre este mesmo itinerário buscando compreender a formação do espaço metropolitano com atenção especial aos diferentes meios de mobilidade urbana que a população metropolitana passa a ter à disposição para realizar a mobilidade do trabalho. É interessante que, percorrendo outras entradas, ou metaforicamente “linhas”, a professora vai elencar a reestruturação produtiva e sua decorrente produção do espaço urbano como um processo de desconcentração produtiva com concentração política, financeira e administrativa na capital paulista. Esse processo compõe uma expressão no próprio espaço urbano, seus deslocamentos e ritmos da população metropolitana e, sobretudo, se coloca como um cotidiano de segregação, marginalização e constrangimentos a parcelas crescentes da população metropolitana.

desde infraestrutura habitacional e dos serviços básicos de atendimento social à própria ação violenta do Estado em ação enquanto gestor destes corpos periféricos.

O transporte de passageiros pode ser visto de muitas maneiras, seja tecnocraticamente, em uma chave pura de gestão e eficiência em um algoritmo que tenta atender os interesses da lucratividade das empresas e o balanço de oferta e demanda de passageiros por um viés de uma pura engenharia do tráfego em busca de uma maximização da eficiência e economia, pois, afinal de contas tudo se trata de um grande negócio na lógica do capital; ou por uma perspectiva já anunciada anteriormente, que entende o transporte como componente de um conjunto de elementos ligados à reprodução e produção das abstrações concretas do capital, um elemento central para a circulação e reprodução das mercadorias, sobretudo ao pensar a força de trabalho de um exército de excluídos potenciais e latentes que tem que se levar ao mercado para ser trocada, exercendo a liberdade compulsória da busca por sobrevivência diante os ditames do mercado de trabalho.

Porém, esta chave marxista de interpretação não exclui o entendimento dos transportes como por exemplo um importante instrumento de contenção e controle da circulação das pessoas detentoras destas forças de trabalho, como muito bem adverte Raffestin (1998) desviando a leitura de Foucault sobre a atuação do Poder nesta sociedade capitalista. Os ritmos da produção de mercadorias determinam a circulação de transportes coletivos na cidade. O famoso horário comercial, de certa forma já incongruente com as transformações produtivas na indústria e nos próprios serviços, se mostra como um intervalo espaço temporal de permissibilidade da circulação dos sujeitos pelas tramas do urbano. Circular fora deste portal é assumir riscos de imobilidade na cidade, para uma parcela da população, sobretudo, mas não só periférica, é o risco inclusive da mortalidade como visto nos relatórios.

Na perspectiva interseccional vale frisar que nem só “todo camburão carrega um pouco de navio negreiro” como diz a letra da banda “O Rappa”, mas também os ônibus, trens e metrô carregam similaridades. Não à toa na década de 1970, na zona leste da cidade, no bairro da Vila Carrão, os usuários do ônibus que atendia a linha final que chegava mais próximo a moradia distante do terminal chamavam o ônibus por duas expressões: “poeirinha” advertindo que as ruas ainda não haviam sido pavimentadas e de “tumbeiro” lembrando a condição de mal estar e lotação dentro do mesmo, sendo a lembrança viva do transporte de vidas objetificadas.

9.1 Regressão e Progressão sob trilhos e corredores de ônibus

Abaixo são apresentados alguns apontamentos sobre o transporte de passageiros por ônibus na capital paulista e RMSP, mas com a devida advertência de que é feito pelas lentes apresentadas acima. Para tal feito serão utilizadas duas fontes principais, o Relatório de Origem e Destino de 2017 produzido pelo METRÔ lançado em 2019 e o estudo derivado do Banco de Dados Georreferenciados das Linhas de Ônibus do Município de São Paulo de 2018 elaborado pelo Centro de Estudos da Metrópole.

Antes de trazer dados referentes ao contexto atual do serviço de transporte de passageiros por ônibus na RMSP e sua capital, uma breve regressão ajuda no exercício de pensar o presente. Assim, ao buscar a gênese do que veio se constituir como a SPTrans inevitavelmente nos deparamos com a história do transporte paulista e brasileiro de cargas e posteriormente de passageiros. Isto, pelo fato de a gênese do transporte de passageiros por ônibus na cidade ter sido precedido pelo transporte de bondes com tração animal, e posteriormente, elétricos, operados pela parceria da inglesa São Paulo

Railway com a canadense Light & Power Company LTDA., em um período de concessão de mais de quarenta anos entre o fim do século XIX e começo do século XX (SPTRANS, 2006) . Neste período o transporte de cargas e não o de passageiros era o objetivo central das empresas operadoras das linhas de trens (SAES, 1981) o que, com o aumento da demanda por transporte pelos moradores dos bairros que iam se constituindo na cidade passaria a ser uma necessidade na dinâmica urbana que ia se impondo e, ao mesmo tempo em que, a quem pudesse ofertar tal serviço, este setor mostrava-se como uma ótima oportunidade de negócios (BRASILEIRO e HENRY & TURMA, 1999). Neste momento é importante fazer uma observação que SANTARÉM (p. 59, 2021) traz à tona , que é de pensar a própria origem desse capital investido na criação da rede infraestrutural dos centros urbanos e da rede de transportes no país.

Após embates, conflitos e mudanças de rotas, no século XIX o tráfico é proibido e seu ciclo econômico encerrado. Seus excedentes, porém, foram investidos na logística de mercadorias e também na infraestrutura de circulação nacional, inclusive as primeiras estruturas de transporte coletivo com propulsão motora no país – principalmente bondes elétricos e trens. O negro, no Brasil, simultaneamente constrói a estrutura de circulação e é transportado como mercadoria no interior do país, constituindo novamente a duplicidade de trabalhador e mercadoria transportada.

Trazer a fala de SANTARÉM (idem) neste momento de entendimento da constituição da própria estrutura de transporte coletivo no que viria ser o maior centro urbano do país com o advento da industrialização é feito com a intenção de traçar os percursos que o acúmulo de capital e seus investimentos dentro da lógica de reprodução ampliada do capital. De certa forma, SANTARÉM (idem) está em diálogo direto com os pensadores da história econômica do Brasil e destacando a importância deste volume monstruoso de rendimentos que o tráfico de pessoas escravizadas gerou nos sequestros e comercialização de pessoas no comércio transatlântico. As colocações deste autor traz a possibilidade de pensar que da mesma forma que houve o “cativeiro da terra” (MARTINS) nesta passagem da estrutura escravista à abolição formal dos escravizados,

existiu também a formação do “cativeiro dos sistemas de circulação” de pessoas e mercadorias.

Voltando à reflexão sobre formação do transporte de ônibus na cidade de São Paulo, como estes autores anteriormente citados mostram, e trabalhos como o de BORGES (2010) e QUEIROZ (1997), por exemplo, revelam que o transporte rodoviário interno à cidade teve uma história muito próxima à da ferrovia no que se diz respeito ao fato que a construção da ferrovia na região produtora de café só se realizou mediante a “garantia de lucros”, que asseguravam aos investidores, em maioria ingleses, que sob o total de capital investido, se os lucros não alcançassem 5%, o Estado se responsabilizaria por realizá-lo, em um período de 90 anos. Desta maneira, enquanto o café oferecia a possibilidade de gerar divisas para o Estado, os investimentos em ferrovias e sua expansão continuaram ocorrendo, mas tão logo esta economia entrou em crise juntamente com o mercado internacional, os capitais estrangeiros se retiraram do setor, ficando a cargo do Estado, através da nacionalização da rede ferroviária, a administração e gestão do sistema de transporte ferroviário (STEFANI, 2007: 37-38).

O serviço de transporte de passageiros por ônibus apresentou o mesmo percurso, de início, ofertado pelas estrangeiras inglesa e canadense, com garantias e concessões de exclusividade cedida pelo Estado paulista e ratificado pelo Governo Federal, passando em meados do século XX a ser de responsabilidade da Companhia Municipal de Transportes Coletivos - CMTC, iniciativa que coube ao prefeito Abrahão Ribeiro, por via do Decreto de Lei 365 em 10 de outubro de 1946, delegando a CMTC prestar os serviços de transporte e gestão por trinta anos (SPTrans, 2006).

Desta maneira houve a municipalização da gestão e administração do serviço de transporte coletivo rodoviário em um contexto em que as transformações ocorridas no cenário econômico durante o século XX, afirmavam a cidade de São Paulo como centro

industrial onde a demanda por transporte da população mobilizada à este centro (SEABRA, 2004) passaria a ser latente a fim de garantir o deslocamento dos trabalhadores residentes nas periferias que iam se constituindo.

Na passagem da década de quarenta para cinquenta, o modal rodoviário passa a ser preferido tanto pelo Estado quanto pelos investidores privados (STEFANI, 2007: 95). Preferência que se manifesta nas décadas seguintes deixando as marcas das políticas de urbanização realizadas pelos técnicos de Estado na cidade de São Paulo e da RMSP, em que este estímulo ao sistema rodoviário se expressaria com as obras de construção das avenidas expressas de fundo de vale, que ao mesmo tempo abriram “novos espaços” para os negócios da construção civil e dos empreendedores imobiliários (ALFREDO, 1999: 102), sendo as ruas tomadas pelo automóvel, e o automóvel, não enquanto objeto técnico apenas, mas como signo do processo modernizador, se tornava a opção individual de transporte (GONÇALVES, 2010: 145), ao mesmo tempo em que o transporte coletivo rodoviário passaria a ser privilegiado em detrimento a outros modais, como, por exemplo, o ferroviário.

Nos anos setenta e oitenta, passou a ocorrer através da contratação de empresas privadas uma segunda fase de municipalização do transporte coletivo de passageiros por ônibus na capital, cabendo a CMTC neste momento estabelecer as diretrizes e parâmetros que as empresas deveriam operar (SPTrans, 2006). Na década de noventa, porém, com o acirramentos dos ditames neoliberais que organizaram as políticas públicas no país e principalmente no estado paulista a CMTC inicia o processo de privatização dos serviços prestados, sendo transferidos à quarenta e sete empresas que assumiram os serviços (Idem). Em 1995 foi criada no âmbito da Secretaria Municipal de Transportes – SMT - a São Paulo Transportes S/A – SPTrans - que assumiria no lugar da CMTC, a fiscalização, contratação e remuneração das empresas contratadas para atender as

demandas de transporte coletivo por ônibus na capital assim como regulação do transporte escolar e serviços de táxi na capital.

O binômio metrópole-automóvel, como pontua GONÇALVES (2010, p.145) resultou por um lado na “perda do espaço da rua para a máquina automotiva e a exacerbação do individualismo atrás do volante”. Por sua vez, o acesso a este símbolo não sendo possível à maioria da população, por mais que ocupe mais de 80% do espaço carroçável na cidade, reforçou uma realidade de precarização das condições de transporte coletivos, superlotação, frotas insuficientes e ônibus mal conservados (REQUENA e CAMPOS, 2014). Neste cenário, aproveitando das lacunas deixadas pelas empresas supervisionadas pela SPTrans surgem os serviços das “*Bestas lotadas*” (peruas Kombi e vans) nas áreas periféricas da cidade, que em seu surgimento carregou os traços de conflito e beligerância característicos da expansão e abertura de mercados (ARAGI, 2015). A regulamentação das mesmas só ocorreu em 1999 sendo que para isto a SPTrans obrigou que os proprietários dos veículos formassem cooperativas. Atualmente a cidade está dividida em oito áreas (Noroeste, Norte, Nordeste, Leste, Sudeste, Sul, Sudoeste, Oeste) operadas por cerca de treze cooperativas e dezessete consórcios com empresas privadas (SPTrans, 2006) que operam em linhas estruturantes (centro-bairro) e locais (bairro-bairro). No ano de 2015 foram abertas auditorias para a apuração de corrupção no setor, considerado um dos menos transparentes pelo próprio governo municipal.

9.2 Relatórios, relatos e desabafos dos usuários do “busão”

Uma vez feitos estas observações e recuperando um pouco do processo de conformação do transporte coletivo automotor na RMSP e sua capital serão apresentadas algumas constatações presentes nos relatórios de Origem e Destino (OD) que estabelece

um comparativo das motivações, modais utilizados e perfil dos usuários na década de 2007-2017. Posteriormente a esta, serão expostos os resultados da Nota Técnica derivada do Banco de Dados Georreferenciados das Linhas de Ônibus do Município de São Paulo de 2018 organizado e produzido pelo Centro de Estudos da Metrópole.

No período de 2007-2017 houve um acréscimo no número de viagens diárias internamente a RMSP, em termos gerais este aumento foi de 10,3% e as viagens motorizadas cresceram 12,4%, a frota automobilística cresceu 22,8%. O total de viagens foi de 42 milhões em um dia dentro da RMSP, averiguados entre os modais motorizados, sob trilhos, a pé e por uso de bicicletas (METRO, p. 141, 2019).

Os dados referentes a população, emprego e renda constataram que houve um crescimento de 6,6% da população metropolitana. O crescimento do emprego foi de 3,3%, a metade do valor de crescimento populacional. A densidade demográfica aumentou em todas as sub-regiões da RMSP, apresentando densidade superiores a 100 hab./ha em toda a coroa metropolitana. O emprego, segundo o relatório, manteve-se concentrado nas áreas centrais do município de São Paulo. Outra importante constatação sobre os empregos é o de que cresceu o número dos mesmos sem endereço fixo, passando de 4,1% em 2007 à 12,5% em 2017, indicando crescimento dos empregos informais, temporários e irregulares, com o aumento de 6% dos que se declararam “fazendo bicos”. A maior parte das ocupações de emprego manteve-se no setor terciário, principalmente em serviços. O número de pessoas que se declararam sem trabalho cresceu 11%. Houve uma queda na renda média familiar, diminuindo 11,5% em comparação ao ano de 2007, a média de renda foi de R\$3.607,00. A exceção da diminuição da renda foi na sub-região Oeste, onde estão situados os municípios de Cotia, Osasco, Santana de Parnaíba e Barueri., nesta não ocorreu diminuição e sim aumento da renda média familiar, o que não significa dizer, portanto, distribuição da renda nesta sub-região. (METRO, p. 141, 2019)

Observando os dados de distribuição dos deslocamentos por modal utilizado o relatório demonstrou que se manteve o padrão de distribuição entre meios individual e coletivo, 54,1% foram realizados por transporte coletivo e 45,9% por meios individuais. Contudo, o relatório aponta que a sobreposição do uso de transportes coletivos na RMSP se deve pela expressividade das sub-regiões centro (município de São Paulo) e Norte. Os modos movidos a motor tiveram aumento de forma geral na RMSP, o que consequentemente indica uma diminuição nos modos não motorizados. (METRO, p. 141, 2019)

O principal modo utilizado na RMSP para deslocamentos foi o ferroviário (metrô e trens) representando um acréscimo de 53% entre 2007 – 2017, a explicação para isto é dada pela expansão de cerca de 30 quilômetros de trilhos e a conexão de estações de trens com as do metrô. O deslocamento por ônibus, segundo modal mais utilizado, teve um decréscimo no número de usuários de 8%. Há destaque no relatório para o crescimento de 414% no número de deslocamentos feitos por meio de táxis, explicado pela entrada do serviço de táxis por aplicativos (a uberização literal expressa em números). (METRO, p. 142, 2019)

A relação entre renda e modo utilizado mostra que o modo motorizado é predominante em todas as faixas de rendas³³. Há a constatação intrigante de diminuição do modo coletivo nas três primeiras faixas e aumento nas faixas de renda mais altas. (METRO, p. 142, 2019) A explicação para tal não é oferecida, mas pode-se ficar a questão se a diminuição decorre da aquisição de veículo particular individual ou, se houve a imobilização (desemprego) mais presente nestas camadas da população. Sobre o uso mais significativo dos modos coletivos pelas faixas de maior renda pode-se explicar pela

³³ Faixas de renda adotada no relatório O-D: Faixa 1: até 1908 reais; Faixa 2: 1908 até 3816 reais; Faixa 3: 3816 até 7632 reais; Faixa 4: 7632 até 11448 reais e Faixa 5: superior a 11448 reais.

melhoria do serviço ofertado e pela inauguração de estações em áreas da sub-região central com elevadas rendas, como a Linha 4 Amarela do Metrô.

Os principais motivos de deslocamento apontados pelo relatório Origem e Destino (O-D) são em primeiro lugar, 44,1% das viagens, feitas para ir e vir ao trabalho, destas, 54,5% feitas por modos coletivos, um montante menor que 2007 que era de 57,7% feito por modo coletivo. As viagens ligadas à educação ocupam o segundo lugar, correspondendo a 35% do total de viagens, com predomínio de viagens motorizadas. (METRO, p. 142, 2019). Os dados do relatório reforçam o posicionamento feito na introdução deste capítulo, pensar a mobilidade urbana na RMSP é um exercício de pensar a própria mobilidade do trabalho expressa pelos fluxos urbanos de passageiros. Perceber um aumento ou diminuição da mobilidade de certas camadas da população e a natureza destes deslocamentos é um convite à reflexão das transformações em processo na própria metrópole sob a ótica das dinâmicas de produção do espaço metropolitano e a mobilidade do trabalho a ela ligada.

O tempo médio dos deslocamentos teve diminuição em todos os modos, porém, o relatório destaca tal afirmação: as faixas com menor renda são as que apresentam maiores tempos de viagem no modo coletivo. Sobre o horário de pico passou haver um maior volume de viagens ao meio dia, 5,2 milhões, superando os números de viagens da manhã 4,6 milhões e do final da tarde 4,1 milhões de viagens. (METRO, p. 142, 2019) A respeito do maior tempo médio dos deslocamentos ser feito pelas faixas de menores renda pode-se somar ao fato de as mesmas buscarem acesso a moradia (compra ou locação) nas periferias da cidade de São Paulo e das cidades da RMSP e conjuntamente passarem a desfrutar de infraestrutura de circulação deficitária e fazerem viagens mais longas ao passo que o emprego manteve-se concentrado na região central da metrópole.

Uma importante informação oferecida pelo relatório é a de que houve um aumento da mobilidade feminina no transporte coletivo e individual, enquanto a mobilidade masculina teve decréscimo no modo coletivo e aumento no individual. (METRO, p. 142, 2019) . Tal afirmação que pode ser lida por um prisma que apontar para o caráter violento do próprio campo masculino e a própria pulsão de morte do sujeito masculino sob a crise da subjetividade em crise posta pela forma mercadoria colapsada (ROSWITHA, 2008 e KURZ, 2004), sendo os homens jovens maiores vítimas de acidentes fatais no trânsito. Outro ponto complementar a este é o do crescimento da ocupação e participação das mulheres no mercado de trabalho assumindo a posição de “chefas de família”.

Por fim, o relatório constata que os custos de deslocamento passaram a incidir sobre o bolso dos próprios trabalhadores e trabalhadoras, pois, as viagens pagas pelos empregadores diminuíram de 46% para 38%. (METRO, p. 143, 2019) Levando em consideração que aumentaram os deslocamentos na RMSP, aumentou as taxas de desemprego assim como o número de ocupações informais, a diminuição da participação dos empregadores no pagamento de passagens de seus trabalhadores é parcialmente compreendida. A informalidade, o crescimento das iniciativas autônomas de empreendimentos (empresários da própria miséria como dizia KURZ, 2008) aparecem como elementos característicos do decênio estudado.

Não sei se o leitor ou leitora percebeu algo até aqui. Há uma lacuna no relatório, é excluído do mesmo informações étnico raciais. O que significa esse silenciamento? Se podemos induzir a quais camadas e faixas de renda a maior parte da população afrodescendente estaria localizada pelos outros relatórios e estudos mobilizados até aqui, há uma invisibilidade produzida sobre os corpos que trafegam na RMSP pelo relatório O-D de 2019.

Adentrando os estudos feitos pelo Centro de Estudos da Metrópole (2018) , temos a primeira informação de que o município de São Paulo possui 2349 linhas de ônibus em operação na cidade. Em nota técnica lançada em setembro de 2021 o CEM apontava que:

Em São Paulo, apenas 16% das famílias têm acesso a pelo menos 50% dos empregos existentes a 60 minutos, a partir de sua moradia, por transporte público. Enquanto 44% do grupo é composto por famílias com renda familiar acima de 10 salários mínimos (SM), apenas 20% equivale às famílias com renda familiar abaixo de 3 SM. (CEM, 2021)

Esta informação reforça a ideia de privilégio que as camadas mais abastadas da sociedade paulistana usufruem em relação a poderem realizar menores percursos fazendo uso de transportes públicos para chegarem aos seus trabalhos cotidianamente na cidade. Esta informação ajuda a compreender também o aumento do uso dos transportes coletivos pelas faixas de renda mais altas e diminuição por camadas mais baixas diagnosticado pelo estudo Síntese de O-D do Metrô (2019).

Tendo como principal instrumento de transformação e meio de tornar o acesso e efetivação de um “Direito à Cidade” a nota técnica destaca o papel potencial do Plano Diretor Estratégico do município atualizado em 2014 que conteria estratégias que minimizem essa diferença de mobilidade na cidade e equilibrar a relação de oferta de serviços de transporte e proximidade dos postos de trabalho às camadas de baixa renda. Dentre eles são destacados três principais ações: i) a construção de moradias destinadas a baixa renda na zonas de interesse social nas áreas de concentração do emprego; ii) a desconcentração dos empregos e a criação de sub centralidades nas periferias da cidade mediante a incentivos fiscais e iii) a compensação de investimentos sociais em empreendimentos de alto padrão em zonas estratégicas de desenvolvimento.

O resultado das políticas e implementações são percebidos da seguinte maneira pelas pesquisadoras que organizam a nota técnica:

Há um grande potencial para a melhoria das condições de acesso à cidade pela população de baixa renda, considerando os instrumentos apresentados no PDE 2014. No entanto, nota-se um importante problema de implementação e fiscalização das políticas propostas, uma vez que: i) a partir do banco de dados analisado em relação aos instrumentos do PDE 2014, não foram produzidas HIS³⁴ pela iniciativa privada, não atendendo a uma das expectativas do PDE, ii) houve um crescimento dos lançamentos de empreendimentos de alto padrão em áreas de ZEIS bem localizadas, iii) o adensamento nos eixos de transporte não tem avançado como esperado tendo, adicionalmente, concentrado o lançamento de empreendimentos de alto padrão e iv) poucos foram os empreendimentos que de fato se enquadraram nas Cotas de Solidariedade e que assumiram a responsabilidade de construção de HIS. (CEM, 2021)

O espaço concebido pelos urbanistas comprometidos com a universalização do “Direito à Cidade” não condiz com o espaço percebido e vivido produzido pelo processo de produção do espaço urbano na capital da (mega)(necro)metrópole paulista.

9.3 Pausa técnica, ou melhor, pausa étnica

Um incômodo persegue a escrita deste capítulo, anos atrás, quando pouco ou quase nada se falava das perspectivas interseccionais na abordagem marxiana o contentamento com o recorte de classes bastava à sanar as inquietações de pesquisa de muitos pesquisadores das ciências humanas. Vejam que não é feito uma generalização totalizante, uma vez que muitos pesquisadores, atentos e sensíveis à realidade brasileira perceberam que falar de classe estritamente no Brasil era deixar de lado uma importante componente desta mesma, a sua composição étnico racial em um país de passado escravocrata colonial.

Mas há um permanecer de práticas que não consideram ou omitem esta componente racial das publicações, isto é afirmado com exemplos presentes neste texto, tanto o relatório de O-D (2019) quanto os apontamentos do CEM de 2021 denunciam a desigualdade de acesso à cidade entre as camadas de diferentes faixas de renda, mas,

³⁴ HIS – habitação de interesse social.

acabam com isso deixando de documentar quem são as pessoas que estão representadas e contidas nestas realidades que a renda omite. Por isso PETRONE (p.22, 2021) compartilhar deste mesmo incômodo e reafirmar: “[...] há uma lacuna importante nos dados: ausência de um quesito racial, em um país marcado, como dissemos, pelo racismo estrutural, por si só evidencia um problema grande”. Na sequência desta frase anterior a autora conclui: “Sabemos que, sem esse critério para análise, o cruzamento renda, raça e gênero traria dados ainda mais absurdos” (p.22, 2021).

A estrutura racista que sustenta a própria realidade das desigualdades de camadas da sociedade em termos de renda recebe um verniz de transparência toda vez que não se exalta a condição de privilégio que não ser negro representa no Brasil. Isso vem sendo percebido ao longo de todo este trabalho, os relatórios sobre as vítimas da violência, das pessoas em situação de privação de liberdade corroboram essa afirmação. O mesmo se repete com relação ao acesso e oferta precarizada dos serviços de transporte coletivos na RMSP.

Um levantamento feito pelo do Grupo de Trabalho de Ações Contra Violência de Gênero, Raça e Diversidade na Mobilidade Urbana, coordenado por Luciana Durand, preocupados em pensar a situação dos usuários em circulação nos ônibus e exposição ao vírus COVID-19 diz:

[...] o levantamento mostra que para 70% dos passageiros de ônibus da cidade de São Paulo, o trabalho tem de ser feito presencialmente. Entre os passageiros que conseguem fazer o teletrabalho, as mulheres compõem a minoria: 29,27%. Se elas são minoria à frente das telas dos computadores, nos bancos e nos corredores dos ônibus, as mulheres representam a maior parte da demanda transportada. De acordo com a pesquisa, entre os usuários, 56,67% são mulheres e 43,33% são homens. O perfil majoritário das mulheres que usam ônibus na cidade de São Paulo também foi identificado pela pesquisa: 57% são mulheres jovens, negras, de ensino médio completo, com ocupações no setor de comércio e possuem renda média familiar de R\$ 2,4 mil, fazendo assim parte da classe C. Se a maioria dos usuários é formada por mulheres e a maioria das mulheres trabalha no comércio, logo, toda a vez que nos planos de ampliação ou redução de atividades para conter a covid-19 é feita uma alteração nos

horários de lojas e shoppings, o impacto nos ônibus tende a ser maior que mudanças em outros ramos. (DIÁRIO DO TRANSPORTE, 2021)

Esta citação é importante no sentido de, por um lado linca uma situação constatada em 2021 com uma tendência sinalizada no relatório O-D 2007-2017 que era a do crescimento da participação das mulheres no transporte coletivo de ônibus, por outro lado, a singela notícia traz características de quem são essas usuárias, jovens, negras, com ensino médio completo, ocupadas no terciário. Contudo, incorrendo em problematizar os apontamentos conjunturais, como o apontado na notícia jornalística, aproveitando das colocações de PETRONE (p. 22, 2021) para pensar as camadas D e E: “Mulheres de baixa renda fazem em média 0,7 viagem por dia, menos da metade do percentual relativo à população em geral. Significa concretamente uma limitação de acesso dessas mulheres à livre locomoção e, por consequência, a serviços como SUS, creches, escolas”.

Vale ressaltar também que o número de desalentados, aqueles que desistiram de procurar emprego, permanecendo fora do mercado de trabalho no segundo semestre de 2021 “A mulher negra e o homem negro são os que sofrem as maiores pressões na taxa de desemprego, é bem maior nos negros do que nos não-negros” (PUENTE, 2022), a mesma autora continua: “os desalentados estão vislumbrando um mercado de trabalho ainda precário, que ainda não recuperou esses trabalhadores. As ocupações geradas estão com rendimentos menores, a PNAD mostra isso. O rendimento mensal é o menor desde 2012 [...]”.

Antes que os leitores se perguntem qual é a intenção de trazer estes dados para a tese seguem mais algumas informações disponibilizadas por PETRONE, (p. 24, 2021):

A partir de 2018, o brasileiro passou a gastar mais com transporte do que com alimentação, perdendo apenas para os gastos com habitação. Em média, 18% dos ganhos assalariados se destinam a transporte. Quanto menor o rendimento das famílias, maior o gasto com o transporte público; quanto maior o rendimento, maior o gasto com compras de veículos.”

Talvez fique mais inteligível o argumento que vai se construindo. Estamos diante de uma realidade que a imobilidade significa proporcionalmente uma relação de marginalização e periferização de uma parcela da sociedade nos centros urbanos, fenômeno que ganha potencialmente representatividade na maior cidade do país e sua região metropolitana de influência direta.

Além disso, retornando a problemática de pesquisa, que é a de tentar compreender os atos de incendiar os ônibus na RMSP estas informações sobre os usuários e usuárias dos coletivos sobre rodas que cruzam a cidade são importantes por destacar que primeiramente a oferta deste serviço de transporte se estrutura a atender no movimento cotidiano, no dia a dia, da “mão de obra”³⁵ a se levarem aos centros onde se concentram os postos de trabalho, são percebidos como insuficientes e precários. Estes postos de trabalho, seguindo o perfil de renda das pessoas usuárias dos ônibus, se referem a ocupações de média a baixa remuneração. Além do mais, estas pessoas se veem literalmente presas nestes veículos coletivos de transporte de massas por muito mais tempo.

Essa superlotação que é característica dos ônibus nos horários de pico na cidade trazem a sensação e a ideia de que aquelas pessoas apertadas, surpreendendo até mesmo os engenheiros automotivos que projetam os veículos pela capacidade de se adensar, com uma gama vasta de constrangimentos do contato forçado, pela necessidade de cumprirem os horários dos voláteis empregos. Com base nestas colocações é importante expor as colocações de SANTARÉM (p. 10, 2021)

O ser humano é tratado como mercadoria não é de hoje. No tráfico transatlântico de pessoas escravizadas, diversos povos e etnias africanos foram sequestrados e atravessados como carga, por muitas vezes, feitos de propulsão nos termos dos tumbeiros. O racismo como base da organização dos transportes nas cidades reproduz a lógica de confinamento e segregação quando caminhões e trens de carga são

³⁵ Expressão que expressa uma total objetificação das pessoas portadoras de força de trabalho.

adaptados e transformados em ônibus ou metrô para transportar o máximo de “gentes” possível.

De acordo com o relatório O-D (2021) há uma presença crescente de mulheres fazendo uso dos ônibus na capital, o que possibilita induzir que de certa forma as pessoas que ateiam fogo nos ônibus não são os usuários diretos dos mesmos, desarticulando o argumento de parte dos canais midiáticos e de gestores do transporte de que “eles destroem o que é para eles”. Além disso, as mulheres têm assumido papel crescente de mantenedoras de suas famílias, seja pela ausência de cônjuge ou pela desocupação profissional dos mesmos nas periferias. Essas mulheres são figuras fundamentais da própria reprodução das relações comunitárias nos bairros periféricos, exercer impacto amedrontador, mesmo que em algumas situações possa haver simpatização de parte das mães que veem seus filhos sendo abatidos e levados pelas forças policiais do Estado, é de certa forma uma ação de imensa repercussão nestas comunidades, realidade conhecida e instrumentalizada, por exemplo, pelas facções criminosas.

Soma-se ainda o fato do apelo midiático espetacular em seu sentido mais simples que as imagens de ônibus em chamas geram nas audiências televisivas e de mídia impressa. A apropriação e abertura de visibilidade que estes atos possibilitaram e ainda possibilitam é apropriada pelos grupos de pessoas que fazem uso dele. Vejam que, segundo as notícias de jornal, os incêndios não foram realizados exclusivamente por membros do PCC dentro da efetivação dos “Salves Gerais”, alguns casos, minoria é verdade, foram resposta direta às ações avassaladoras das polícias nos bairros periféricos, ou em protesto às más condições do serviço, por mais que de forma minoritária.

Arrisca-se tecer a afirmação de que a intencionalidade de atingir estes meios estruturais de ligação dos extremos periféricos da cidade com os ramais conectores de transbordo se inscreve na auto afirmação nas comunidades ora como disputa e

demonstração de força e presença territorial abrangente como nos casos das ações propostas pelo PCC, ora como pura resposta explosiva de uma parcela da sociedade racializada, discriminada, exortada pelo Estado que, diante de eventos tão agudos de sofrimento, como a de ações atroztes do aparato repressor policial, queimam os veículos de transporte de corpos massificados de propriedade de empresas privadas que operam na lógica empresarial e da concorrência em que a lucratividade se sobrepõe a qualquer dignidade daquelas e daqueles que são transportados enquanto passageiros ou funcionários das próprias empresas.

Enquanto ação do PCC, o cartel paulista, é de conhecimento dos mesmos, por sua presença difusa em todo o território metropolitano da importância que os ônibus exercem na comunicação entre os bairros mais distantes e as conexões com os modais estruturantes. O recado é rápido, nas duas pontas a mensagem é emitida, o sinal de fumaça e as carcaças dos ônibus em puro metal carbonizado são marcas deixadas à vista na cidade de um conflito social profundo. A guerra, suas ruínas e chamadas.

10. Fogo: labaredas significativas

É chegada a hora em que se anuncia o encerramento. Realizar esta pesquisa, perseguindo os rastros de uma problemática de pesquisa difusa, flamejante, obscura, fúnebre, dolorida, dura, e tantos outros adjetivos que lhes vieram à mente após ler estas páginas anteriores, deixou seu redator em estado de exaustão. Anos ardendo em febre!

Por estes ensaios foram atravessados desertos da teoria tecidos a partir dos fios interpretativos da realidade concreta. Trata-se da busca por, de alguma maneira, compreender o traçado do processo de constituição e produção deste urbano estilhaçado pela luneta da crítica à sociedade produtora de mercadorias e seus encantamentos físicos metafísicos. A matéria em chamas fotografada ao longo destas décadas pelas notícias de jornal foram iluminadas facetas do complexo contexto que envolve os incêndios de ônibus na RMSP, que, como visto, não pôde ser enquadrado em um arcabouço disciplinar único. Foi, observando o curto voo dos “balões galinha³⁶” que as temáticas abordadas nesta tese foram enunciadas.

O fogo esteve presente em todo este trabalho, a combustão, a queima, a transformação da matéria e dos corpos. As ruínas produzidas diariamente, soterrando e aprisionando corpos, “virando presídios”, incendiando veículos de transporte coletivo, difundindo o pavor como napalm sobre a maior capital do país. Sem poder deixar de lado a ocorrência das maiores queimadas na Amazônia, no Pantanal, o avanço da destruição e invasão de territórios indígenas no norte do país por garimpeiros e a chocante relação destes eventos com as novas frentes de atuação do PCC em seu variado rol de atividades econômicas, temática esta que não foi abordada no trabalho por atonia deste redator.

³⁶ Tipo de balão feito com folhas de jornal em que se queima o próprio balão para que ele ascenda ao céu, o que lhe confere um curto voo, similar ao das galinhas.

Compreender as múltiplas significâncias deste fenômeno social não se esgota em centenas de páginas. A presença e manuseio do fogo na história da humanidade remonta a milhões de anos, captar esse acúmulo de experiências pré históricas é literalmente colocar a mão no fogo e ter a certeza de sair ferido. Contudo, no processo modernizador a presença do fogo surge como a da possibilidade de proteger, a de atacar, a de construir e a de destruir. Da iluminação à carbonização, da alçada aos céus à condenação perpétua do inferno terreno cotidiano.

Como tentativa de dar sustentação argumentativa sobre esta polissemia do fogo será feito um compilado de citações que abordam o fogo e, dentro das capacidades deste que vos escreve buscar-se-á iluminar a problemática desta pesquisa.

10.1 Processos alquímico psíquicos: o fogo como arquétipo

Inicia-se esse compilado com fragmentos do trabalho de Leonardo SANTANA (2005), que desenvolveu uma pesquisa sobre o “Simbolismo do Fogo e Tentativas de Suicídio” no curso de psicologia da UniCeub.

Para abordar a questão do fogo SANTANA (2005) recorre a Jung para buscar compreender os múltiplos significantes do arquétipo do fogo dentro de um contexto psíquico. Nesta busca, SANTANA (idem) se depara com a apresentação do fogo como objeto e principalmente como instrumento, meio por onde processos se realizam, elemento ativo. Por isso, na obra junguiana este elemento é considerado em paralelo a sua implicação nos processos alquímicos.

O que torna a alquimia tão valiosa para a psicoterapia é o fato de suas imagens concretizarem as experiências de transformação pelas quais se passa durante o processo terapêutico. E o que é ainda mais interessante para o psicólogo, é que os símbolos alquímicos originam-se no inconsciente e são reencontrados nos sonhos e imaginação do ser humano de todas as épocas. Ela é um tesouro de analogias que personificam ou encarnam a psique objetiva e os processos por que ela passa no curso do desenvolvimento. E o mesmo se aplica à religião e à mitologia. (SANTANA, 2005, p. 28)

As metáforas, os paralelos, a expansão do olhar e o encontrar possíveis caminhos interpretativos de momentos explicativos, mais do que afirmações rígidas e estáticas. Em seu percurso SANTANA (2005) trouxe, dentre outros processos alquímicos, o processo de “calcinatio”, o aquecimento ao limite, o fogo como meio de realização do processo, mas não o seu resultado.

O processo alquímico da calcinatio compreende o aquecimento intenso de um sólido e tem por objetivo a retirada da água e todos os demais elementos passíveis de evaporação. O resultado desse processo é um fino pó seco. O fogo, para Jung, simboliza a libido. Edinger (1999), a respeito das qualidades do fogo da calcinatio, diz que “é um fogo purgador, embranquecedor. Atua sobre a matéria negra, a nigredo, tornando-a branca”(SANTANA, 2005, p. 45)

O autor continua:

O fenômeno psicológico da calcinatio opera da seguinte maneira: um desejo carregado de energia emerge do inconsciente (esse desejo exige ser satisfeito imediatamente), fazendo com que a energia do Ego seja reduzida. Desestruturado com a perda de energia, o Ego fica mais propenso a ceder aos desejos vindos do inconsciente. Se ocorrer de o Ego sucumbir aos desejos inconscientes, surge, então, o arquétipo do Si-Mesmo para frustrar a tentativa do Ego de ser o centro da psique. A energia usada para esse “combate” entre as estruturas tem o simbolismo do fogo, que “queimará” e secará a energia inconsciente do desejo emergente. (SANTANA, 2005, p.29)

Um desvio possível destas passagens seria o de pensar essa força libidinal (que não necessariamente se reduz a pulsão sexual como o senso comum situa a libido, mas que de maneira amplificada ao próprio desejo de estar e manter-se vivo) como aquela que emerge das camadas soterradas do inconsciente, a “lava-pulsão” que encontra a possibilidade de emergir à superfície da ação a partir de alguma brecha na estrutura egóica e super egóica. No caso aqui estudado podemos pensar o luto daqueles que perderam seus filhos e entes queridos na guerra civil cotidiana das periferias da metrópole paulista e, por outro lado, uma possível manifestação de equivalência ou superioridade ao “falo-fuzil-cacetete” do Estado por parte de um coletivo formado nas entranhas do poder na condição de crime organizado. Outro elemento que gerou desconforto na primeira citação apresentada, quando Santana (2005) está citando Edinger e o mesmo diz que a

calcinato transforma a matéria libertando-a do nigerido e a pureza se apresenta na alvura desta matéria desumidificada. Pensar este processo considerando a realidade racista em que os eventos dos incêndios de ônibus acontecem é inevitável. Dentro dos limites interpretativos surge a reflexão de que os incêndios trazem perante a sociedade a declaração de humanidade da vítima que motivou a “ação protesto explosão” de atear fogo no ônibus. O embranquecer no sentido de denúncia de que “vidas negras, pobres, periféricas, importam”, assim como se valoriza e protege as camadas brancas da sociedade. Fenômeno que pode ser narrado em palavras, mas só pode ser experimentado na pele, e só sabe quem por ele passou.

A necessária frustração do desejo é a principal característica do estágio de calcinatio. Primeiro, a substância deve ser localizada, isto é, o desejo e a expectativa inconscientes não reconhecidos precisam ser identificados e afirmados. A urgência instintiva deve ser plenamente aceita pelo Ego, pois não pode ocorrer uma calcinatio adequada enquanto o material correto a ser trabalhado não estiver à mão. (SANTANA, 2005, p.31)

A frustração de não acompanhar o crescimento de um filho, seja pela prisão (forjada ou não) ou pela quebra do curso “natural da vida” quando os pais velam seus filhos assassinados em ações policiais oficiais ou em chacinas criminosas contra supostos criminosos. Por outro lado, em uma possível perspectiva do cartel de drogas do impedimento de suas atividades, o extermínio de seus membros, a interdição de suas lideranças, e o próprio contexto carcerário e sua condição de ambiente de negação da condição “humana”, talvez possam ser considerados como elementos de clivagem que permitem o surgimento das erupções.

De uma forma geral, ao enfrentar-se a realidade da vida, tem-se uma gama variada de situações para que a calcinatio dos desejos frustrados ocorra . A realidade com frequência produz o fogo da calcinatio ao desafiar ou negar às exigentes expectativas desses desejos, que operam sob a suposição implícita de que fazem jus ao seu objeto. Tendo negada a sua justificativa, o desejo frustrado torna-se o próprio fogo da calcinatio. A calcinatio tem um efeito purgador ou purificador. A substância (complexo) é purgada de sua umidade radical. (SANTANA, 2005, p. 31-32)

A cidade se torna um purgatório, o consciente coletivo flamejante. A tautologia da lógica de reprodução do capital e seu vazio estrutural cria abismos que engolem as subjetividades, a náusea da vertigem diante do fosso social existencial que se alarga. As perspectivas cada vez mais encurtadas, as ações pressupostamente frustradas, são milhares os “homens na estrada”³⁷.

Eu durmo pronto pra guerra
E eu não era assim, eu tenho ódio
E sei o que é mau pra mim
Fazer o que se é assim
Vida loka cabulosa
O cheiro é de pólvora
E eu prefiro rosas

E eu que,
e eu que

Sempre quis como um lugar,

Gramado e limpo,
assim, verde como o mar

Cercas brancas, uma seringueira com balança
Disbicando pipa, cercado de criança
How, how Brown
Acorda sangue bom,

Aqui é Capão Redondo, tru

Não é pokémon

Zona sul é o invés, é stress concentrado

Um coração ferido, por metro quadrado

Quanto, mais tempo eu vou resistir

Pior que eu já vi meu lado bom na U.T.I.

Meu anjo do perdão foi bom

Mas tá fraco

Culpa dos imundo, do espírito opaco

³⁷ Referência a música “Homem na Estrada” do Grupo Racionais MC 's em que a narrativa da canção é feita na perspectiva de um “ex -detento” e seu retorno ao “convívio” em “Liberdade”.

Eu queria ter, pra testar e ver
Um malote, com glória, fama
Embrulhado em pacote
Se é isso que 'cês quer
Vem pegar [...]
(Racionais MC's, "Vida Loka Parte 2, 2002)

“Um coração ferido por metro quadrado”, metáforas e suas potências, quem circula nos bairros das periferias, quem convive com pessoas, famílias, histórias periféricas, consegue dar maior profundidade a estes versos, o universal “humano”, a abstração iluminista ganha particularidade, cor, raça, sexo, ocupa certas partes da cidade, tem endereço, cheiro, o café adoçado na garrafa tem sabor.

10.2 Fogo falo, Falo fogo!

A leitura tardia do texto de Sandra Niskier FLANZER (2007) de título: “O amor é fogo!”, traz um compêndio de considerações psicanalíticas “freud lacanianas” acerca do significante – signo fogo e sua relação psicanalítica.

De início a autora pontua que:

Em A aquisição e o controle do fogo, de 1932, Freud correlaciona o fogo com a excitação sexual masculina, assim como a água com a micção, ao servir-se de uma interpretação sobre o mito de Prometeu. Esta correlação acerca da estreita associação, fisiológica e psíquica, entre as duas possíveis funções do pênis (a micção e a ejaculação) já havia representado a chave para a análise do primeiro sonho de Dora, exposta na descrição de seu caso clínico (1905[1901]), e reaparece novamente na narrativa do caso do *Homem dos lobos* (1918[1914]). (FLANZER, 2007)

Uma contradição imanente, uma fonte de angústia, saciar o desejo sexual e atender as necessidades fisiológicas como destruidora da potência fálica.

FLANZER (idem) continua:

Freud assevera a hipótese de que, com a finalidade de adquirir controle sobre o fogo, os homens tiveram de renunciar ao desejo de apagá-lo com um jato de urina. [...] Para Freud, o fogo é análogo à paixão do amor, é um símbolo da libido, devido ao calor que irradia e também às suas chamas, que se assemelham ao falo em estado de atividade: “quando falamos do ‘fogo devorador’ do amor ou das chamas que ‘lambem’ &– comparando assim o fogo a uma língua &–, não nos distanciamos do modo de pensar de nossos ancestrais primitivos” (Freud, 1932, p.

230). Uma das suposições freudianas para o mito da aquisição do fogo é a de que o homem primitivo teria tentado, durante muito tempo, apagar o fogo com sua própria urina, este ato significando uma luta prazerosa com um outro falo. De fato, é ao registro fálico que ele parece se referir, ao utilizar o significante “controle”.

Alguns já devem estar se questionando sobre qual a intenção e manobra argumentativa que será lançada para correlacionar o falo, o fogo e os incêndios de ônibus. Pois bem, não se apressem. O que se retira destas considerações de Freud por via de Flanzer, é que no fogo se viu uma representação do Fogo/falo enquanto momento de uma realização pulsional ligada ao prazer, ao estar vivo, e mais do que isso, a condição de “controle” supra fisiológico do ser. Ao projetar essas considerações sobre a camada da sociedade que incendeia os ônibus surge a questão: Não estariam nestes atos reivindicando também a condição de detentores de uma pulsão em conflito direto com um outro Fogo/falo do Estado? Seria um desejo de assumir o papel de sujeitos e não o de sujeitados?

A autora traz para complementar sua análise sobre o fogo e o amor, que nesta tese seria entre o fogo e o desejo de sobreviver para amar, o arcabouço lacaniano. Assim ela expressa:

Isto ao que o sujeito se vê defrontado, esta mortificação, não é senão a feminilidade, determinando para o sujeito que, no escopo no desejo, há a presença de uma ausência. Isso se articula de forma a consumir aquilo que Lacan nomeou como a inexistência da relação sexual. Persigamos, então, alguns elementos da temática da feminilidade que nos lançam para mais perto desse fogo.

À posição da mulher na histeria, Lacan atribui como destino o movimento de fazer-se máscara. Ela faz-se máscara para, por detrás desta máscara, ser o falo.

Chega-se a um momento que remonta a discussão acerca do valor - cisão apresentado por Scholz (2000) no início desta tese, onde o que se apresenta como cindido é o oposto do masculino, do valor, e de sua identificação com o falo do poder. De forma arriscada pode-se pensar a população submetida a violência do Estado como sendo feminilizada, um vez que, de forma pública, mas velada por meio da ilegalidade das

ações de extermínio das forças oficiais do Estado, assim como sob a proteção do âmbito privado as mulheres são violentadas, há um desejo de deixar a posição de vitimáveis, isto através de uma apresentação de poder, Fogo/falo. Poder que para as famílias vítimas de entes assassinados é o de deixar de serem mortos, para o crime organizado o de atuarem nas brechas da ilegalidade/legalidade, forçando o cumprimento da Lei Penal e abrindo espaço para as atividades no âmbito empresarial/criminal. A autora cita diretamente Lacan:

Desde sempre, a teoria cósmica do conhecimento, a concepção do mundo vem brandir o exemplo famoso da fumaça, que não há sem fogo. E por que não colocaria eu aquilo que me parece? A fumaça bem pode ser também o signo do fumante. E mesmo ela o é, sempre, por essência. Não há fumaça senão como signo do fumante. Todos sabem que, se vocês vêem uma fumaça no momento em que abordam uma ilha deserta, vocês dizem logo para si mesmos que há todas as chances de que lá haja alguém que sabe fazer fogo. Até nova ordem, será um homem (Lacan, 1972/3, p. 68).

Assim, destaca-se que por meio da fumaça restante dos incêndios, o resíduo gasoso, chega-se, atravessando a cortina de fumaça, a sujeitos desejantes de sua condição de humanidade cotidianamente solapada.

10.3 Condenação perpétua

Observando os relatórios a respeito a violência no Brasil e em específico ao Estado e cidade de São Paulo percebe-se que a maior parte dos crimes de homicídios incorre sobre uma camada particular da sociedade, homens, jovens, de baixa escolaridade e negros. Muitas destas mortes decorrem da suposta guerra às drogas e ao crime organizado. Contudo, observando os dados referentes à população privada de liberdade percebe-se que a maior parte dos apenados estão cumprindo pena por terem sido enquadrados em crimes de tráfico, organização criminosa, roubos, e posteriormente surgem os crimes contra “a pessoa”.

Em contrapartida, em seu basilar trabalho CALDEIRA (2000) explicita que a suposta “guerra” se apresenta com um número de mortes elevadíssimo causado por ações policiais. Tal desproporcionalidade é apontada como um padrão de extermínio e negação da condição humana de uma parcela da sociedade civil de direito.

Mas por quê levantar estas questões? Simples, o crime vem atuando contra a propriedade, e o Estado atua contra a pessoa, despossuindo os, em maioria, já expropriados de seu único bem, a vida. Talvez, por isso, as ações dos incêndios de ônibus em São Paulo, não se direcionarem aos passageiros dos mesmos, que seja o mesmo que atentar contra a própria população vitimada em protesto, mas sim contra o patrimônio, que é muitas vezes visto como bem público, “do Estado”, e não das companhias conveniadas.

O fogo traz no conjunto de valores e imaginário cristão a implícita relação com o inferno, o lugar de destino aos eternos sofredores. Mas, curiosamente, essa condenação é dirigida às almas e não aos bens. Há, porém, uma possibilidade de desviar tal entendimento a partir dos incêndios de ônibus. Ao atear fogo nesta mercadoria e meio de produção se produz um efeito de destruição de um produto do trabalho humano de alto teor simbólico físico metafísico, capaz de gerar incômodo aos representantes governamentais, policiais e proprietários dos veículos.

Na realidade metafísica da mercadoria, os que sentem a ameaça da morte de suas vidas objetificadas restam poucas saídas, dentre elas, embeber os veículos que diariamente os transportam como mercadorias, de gasolina, e desvelar o inferno a que estão submetidos ainda em vida.

A perda de uma vida é irreparável, mas deste pensamento compartilham apenas os que se solidarizam, aqueles com capacidade empática. Características estas incongruentes com a lógica da eficiência, da normatividade e da ordem. Os oprimidos

resistem simplesmente lutando por manterem-se vivos. Reagindo ao exercício do Poder, ultra defensor da propriedade e do infinito ciclo negativo da valorização, queimam-se ônibus, destroem vitrines e monumentos.

José de Souza Martins (2019, p. 148) quando estuda os linchamentos faz alusão a prática de incendiar os corpos das vítimas de linchamento com o sentido simbólico religioso de fazer com que a alma desta pessoa se perca para sempre, negando-a a possibilidade da ressurreição. Esta crença e prática cristã é aplicada contra aqueles que cometeram atos inaceitáveis dentro das comunidades (violência sexual, infanticídio ...).

Desviando esse significado do atear fogo, pode-se levantar a pergunta se o queimar dos ônibus não busca justamente fazer sentir essa condição de irreparabilidade. Atentar contra a mercadoria em uma sociedade do Deus-Valor, esses portadores “supérfluos” de mão de obra objetificados que carbonizam veículos de transporte coletivos para desvencilhar-se e, distinguirem-se, da mercadoria.

Na cidade queimam-se ônibus

Protestam contra as mortes dos seus

Mortos pelo Estado

Com tiros de arma de Fogo

A Queima Roupa.

Nos presídios queimam-se colchões

Dão um Salve Geral

Em resposta a morte dos Irmãos

Retratos da periférica metrópole

Diferente daqueles que são reconhecidos como cidadãos

que não ouvem: “mãos ao alto”

“cara pro chão”

Por sobrevivência

Sinal de fumaça

pedidos de clemência

Para que homens de farda

deixem de decretar as sentenças

e a mãe preta não mais pereça, pela busca do corpo de um filho que

no porta malas da viatura desaparecera.

11. Coágulos referenciais

ADORNO, Theodor W. “ O ensaio como forma ” (pág. 15-45). In: Adorno, W.T, Notas de Literatura I. Tradução de Jorge de Almeida, Ed. 34, Coleção espírito crítico, 2003

AGAMBEN, Giorgio. O mistério do Mal. São Paulo/Florianópolis, Ed. UFSC/Boitempo, 2015.

ALFREDO, Anselmo. A luta pela cidade na metrópole de São Paulo: do projeto a construção da avenida Água Espraiada. São Paulo, 1999. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

ARAGI, Rafael Cesario. Os “quebra-quebras” nos trens e estações da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos: um estudo só cotidiano mobilizado na urbanização crítica da Região Metropolitana de São Paulo. Dissertação de Mestrado - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Departamento de Geografia, PPGH, 2015.

ARANTES, Paulo. O novo tempo do mundo.: e outros estudos sobre a era das emergências. São Paulo, Boitempo, 2014.

ARROYO, Francisc. Giorgio Agamben: “O estado de exceção se tornou norma”, 2016.

Consultado em: 20 de nov. 2018. Disponível em:
https://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/19/cultura/1461061660_628743.html.

BAUMAN, Zygmunt. Vida líquida. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2007.

BENJAMIN, Walter. Capitalismo como religião. In: Revista Garrafa, nº 23, jan.-abr de 2011. Disponível em:

http://www.ciencialit.lettras.ufrrj.br/garrafa/garrafa23/janderdemelo_capitalismocomo.pdf

BOTTCHER, Herbert. Auto referencialidade ... Tal como no capital, também em nós próprios. 2020. Consultado em: 16 de maio de 2021. Disponível em: http://www.obeco-online.org/herbert_bottcher13.htm

BRANDÃO, Sandra Márcia Chagas e JANUZZI, Paulo de Martino. Distribuição de renda e pobreza. In: São Paulo em Perspectiva, 9 (3), 1995. Consultado em: 25 maio de 2019. Disponível em: http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v09n03/v09n03_13.pdf

BRASIL. **LEI Nº 12.403, DE 4 DE MAIO DE 2011.** Consultado em: 11 mar. 2022. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12403.htm

BRUM, Eliane. Exaustos-e-correndo-e-dopados, 2016. Consultado em 15 de nov. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/07/04/politica/1467642464_246482.html

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A metrópole de São Paulo no contexto da urbanização contemporânea. *Estud. av.* [online]. 2009, vol.23, n.66 [cited 2019-05-20], pp.303-314. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142009000200021&lng=en&nrm=iso.

_____. "A reprodução do espaço urbano como momento da acumulação capitalista." *Crise Urbana. São Paulo: Contexto* 1 (2015): 25-36.

CASTELLS, M. A questão urbana. São Paulo: Paz E Terra. 2000.

CENTRO DE ESTUDOS DA METRÓPOLE – CEM. Acesso à cidade, transporte e habitação. Nota técnica nº10, São Paulo, 2021. Disponível em: https://centrodametropole.fflch.usp.br/sites/centrodametropole.fflch.usp.br/files/cem_na_midia_anexos/10-nota_tecnica_acesso_habitacao_transporte.pdf

CLASTRES, Pierre. A sociedade contra o Estado: pesquisas de antropologia política. São Paulo, Cosac Naify, 2003.

_____. Arqueologia da violência. São Paulo, Cosac Naify, 2011.

CIA. DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO (CMSP-METRÔ). Pesquisa de origem e destino 2007-2017: Região Metropolitana de São Paulo, Síntese das Informações. São Paulo, 2019.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ. Novos dados do sistema prisional reforçam políticas judiciárias do CNJ. 2021. Consultado em: 11 mar. De 2022, Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/novos-dados-do-sistema-prisional-reforcam-politicas-judiciarias-do-cnj/>

DIÁRIO DO COMÉRCIO. Apenas 1/3 de quem usa ônibus está no “novo normal do teletrabalho” e maioria dos usuários são mulheres na capital paulista. São Paulo, 26 DE MAIO DE 2021. Disponível EM: <https://diariodotransporte.com.br/2021/05/26/apenas-1-3-de-quem-usa-onibus-esta-no-novo-normal-do-teletrabalho-e-maioria-dos-usuarios-sao-mulheres-na-capital-paulista/>

COMISIÓN SEXTA DE EZLN. El Pensamiento Crítico Frente a la Hidra Capitalista. México, 2016.

CONTEL, Fabio Betioli. Espaço geográfico, sistema bancário e a hipercapilaridade do crédito no Brasil. Caderno crh, v. 22, n. 55, 2009.

COSTA, Ana Clara Gomes. Existência e inexistência de um corpo negro violável: a violência dos processos comunicacionais. C&S – São Bernardo do Campo, v. 40, n. 3, p. 217-240, set.-dez. 2018.

DAMIANI, Amélia Luisa. Urbanização crítica e situação geográfica a partir da Metrópole de São Paulo. In: Geografia de São Paulo. São Paulo, Contexto, 2004.

DEBORD, Guy. A sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro, Ed. Contraponto, 2008.

DIAS, Marcela Pereira. A particularidade do emprego doméstico no processo de formação do mercado de trabalho no Brasil: um estudo de caso em São Paulo. Trabalho de Graduação Individual. Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 2013.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Felix. Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia. Vol. 5. São Paulo, Ed. 34, 1997.

DEPARTAMENTO NACIONAL PENITENCIÁRIO – DEPEN. Levantamento nacional de informações penitenciárias: Julho a Dezembro de 2019. Consultado em: 11 mar. De 2022.

Disponível em:

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiaMmU4ODAwNTAtY2lyMS00OWJiLWE3ZTgtZGNjY2ZhNTYzZDIliiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThIMSJ9>

_____ . Resultados: Dezembro de 2019. Consultado em: 11 mar. 2022.

Disponível em:

<http://antigo.depen.gov.br/DEPEN/relatorio-de-acoes-do-governo/1.RelatorioanualDepenVerao20.04.2020.pdf>

DIPLOMATIQUE Brasil. “Proposta de Bolsonaro para uma nova Lei Orgânica das Polícias.

Consultado em: jan. de 2021. Disponível em:

<https://diplomatique.org.br/a-proposta-de-bolsonaro-para-uma-nova-lei-organica-das-policias/>

ENGELS, Fredrich. A situação da classe operária na Inglaterra. São Paulo, Ed. Boitempo, 2010.

FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. Salvador, EDUFBA, 2008.

FEDERICI, Silvia. Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo, Elefante, 2004.

FLANZER, Sandra Niskier. O amor é fogo!. **Psyche (Sao Paulo)**, São Paulo , v. 11, n. 21, p. 131-144, dez. 2007 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-11382007000200009&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 06 maio 2023.

GAUDEMAR, Jean Paul de. Mobilidade do trabalho e acumulação do capital. Lisboa, Ed. Estampa, 1977.

GEORGE, Pierre. Populações Ativas. São Paulo – Rio de Janeiro, Difel, 1979.

GIAVAROTTI, Daniel Manzione. Eles não usam macacão: crise do trabalho e reprodução do colapso da modernização a partir da periferia da metrópole de São Paulo. 2018. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. doi:10.11606/T.8.2019.tde-26032019-111308. Acesso em: 2019-06-10.

O GLOBO. Índice de mulheres chefe de família em SP cresce 28%, diz Pnad. 2017. Consultado em: 23 mai. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/indice-de-mulheres-chefes-de-familia-em-sp-cre-sce-para-28-diz-pnad.ghtml>

HALL, Stuart. Identidade e diferenças: a perspectiva dos estudos culturais. Rio de Janeiro, Ed. Vozes, 2000.

IBCCRIM. A perspectiva dinâmica da população provisoriamente encarcerada no contexto do superencarceramento brasileiro. 2017. Disponível em: <https://www.ibccrim.org.br/noticias/exibir/6774/> Consultado em : 11 mar. De 2022..

IBGE. Estatística do Século XX. 2003. Consultado em: 15 de maio. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/29092003estatisticasecxxhtml.shtm>

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (Org.). Atlas da violência 2019. Brasília; Rio de Janeiro; São Paulo: IPEA; FBSP, 2019.

KAFKA, Franz. *Essencial Franz Kafka*. São Paulo: Penguin Classics - Companhia das Letras, 2011.

KURZ, Robert. O estouro da modernidade com canhões e tostões. Jan. 2002*. Disponível em: <http://obeco.planetaclix.pt/rkurz94.htm>. Consultado em: 27 set. 2018.

_____. A ascensão do dinheiro aos céus. Mai. 2002. Disponível em: obeco.planetaclix.pt/rkurz101.htm, Consultado em: 10 abr. 2019.

_____. Guerra de ordenamento Mundial: Os fantasmas reais da crise mundial. Jan. 2003.

Consultado em: 27 out. 2018. Disponível em: <http://obeco.planetaclix.pt/rkurz291.htm>

_____. O colapso da modernização: Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2004.

_____. O último estádio da classe média. 2004. Consultado em: 17 maio de 2021.

Disponível em: <http://obeco.planetaclix.pt/rkurz173.htm>

_____. Ontologia Negativa. 2013. Disponível em: <http://www.obeco-online.org/rkurz115.htm>.

LACOSTE, Y. A. A pesquisa e o trabalho de campo: um problema político para os pesquisadores, estudantes e cidadãos. Boletim Paulista de Geografia, [S. l.], n. 84, p. 77–92, 2017. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/index.php/boletim-paulista/article/view/729>. Acesso em: 23 jan. 2022.

LATOURETTE, Bruno. Ciência em Ação: como seguir cientistas e engenheiros. São Paulo, Ed. Unesp, 2000. Disponível em:

https://pedropeixotoferreira.files.wordpress.com/2011/02/latour_2000_ciencia-em-acao-e-28093-como-seguir-cientistas-e-engenheiros-sociedade-afora_unesp.pdf

LEFEBVRE, Henri. A revolução urbana. Belo Horizonte:Ed. UFMG, 2008.

LENCIONI, Sandra. Observações sobre o conceito de cidade e urbano no Brasil. In: GEOUSP: Espaço e Tempo. São Paulo, 2008. Consultado em: 01 abr 2019. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74098>.

LENIN, Vladimir Ilich. O Imperialismo, fase superior do capitalismo. 1984. Consultado em: 04 de junho. 2021. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1916/imperialismo/index.htm>

MANDEL, Ernest. O capitalismo tardio. São Paulo, Abril Cultural, 1982.

MARTINS, José de Souza. Subúrbio. São Paulo, Ed. Unesp, 2002.

_____. O cativo da terra. São Paulo, Hucitec, 2004.

MARX, Karl. O Capital: Crítica da Economia Política. São Paulo. Nova Cultura, 1983.

_____. Grundrisse. São Paulo, Boitempo, 2011.

MELLO, J. M. C. de. O capitalismo tardio. 3ª ed. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1984.

METRÔ. Pesquisa de origem e destino 2017: 50 anos. 2018. Disponível em: http://www.metro.sp.gov.br/pesquisa-od/arquivos/2018_12_12_Balanco_OD2017_Instituto_de_Engenharia_site_metro.pdf . Consultado em: 05 jun. de 2019.

MIÉVILLE, China. A cidade & A Cidade. São Paulo, Boitempo, 2014.

MONBEIG, Pierre. Fazendeiros e pioneiros de São Paulo. São Paulo, Hucitec, 1998.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. Estrangeiro em sua própria terra. São Paulo, Fapesp, 1998.

NERI, Marcelo Cortes. A Nova Classe Média. Rio de Janeiro. FGV/IBRE, CPS, 2008. Disponível em: https://www.cps.fgv.br/ibrecps/M3/M3_TextoFinal.pdf Consultado em: 03 jun. de 2019.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A Geografia Agrária e as Transformações Territoriais Recentes no Campo Brasileiro” in Novos Caminhos da Geografia, Ed. Contexto, São Paulo, 1999.

OLIVEIRA, Francisco de. Crítica à razão dualista. O ornitorrinco. São Paulo, Boitempo, 2011.

PETRONE, Taliria. Uma saída para Joanas, Marias e Clarices. In: SANTINI, Daniel, SANTARÉM, Paíque, ALBERGARIA, Rafaela. Mobilidade antirracista. São Paulo, Autonomia Literária, 2021.

PINHEIRO, P. S. Autoritarismo e transição. *Revista USP*, (9), 1991, Pág. 45-56. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i9p45-56>

PITARCH, Pedro. A linha de Dobra. Ensaio de cosmologia mesoamericana. *Mana* 24, 2018. Consultado em: 18 nov. 2018. Disponível em: [https://www.academia.edu/36906776/A linha da dobra. Ensaio de cosmologia mesoamericana. MANA_24_2018](https://www.academia.edu/36906776/A_linha_da_dobra._Ensaio_de_cosmologia_mesoamericana._MANA_24_2018)

POSTONE, Moishe. Time, Labour and Social Domination: A reinterpretation of Marx's critical theory. Cambridge University Press, 1993. Disponível em: <https://libcom.org/files/Moishe%20Postone%20-%20Time,%20Labor,%20and%20Social%20Domination.pdf>

PUENTE, Beatriz. Número de desalentados fica abaixo de 5 milhões pela primeira vez desde 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/numero-de-desalentados-fica-abaixo-de-5-milhoes-pela-primeira-vez-desde-2020/> Consultado em: 23 de fevereiro de 2022.

RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do Poder. São Paulo, Ed. Ática, 1993.

REMARQUE, ERICH. Nada de Novo no Front. São Paulo, Círculo do Livro, 1975

SANTARÉM, Paíque. Ensaio sobre a mobilidade racista. In: SANTINI, Daniel, SANTARÉM, Paíque, ALBERGARIA, Rafaela. Mobilidade antirracista. São Paulo, Autonomia Literária, 2021.

SANTOS, Milton. A Cidade nos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1965.

_____. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo, Edusp, 2009.

_____. O Espaço Dividido. São Paulo, Ed. USP, 2008.

SCARLATO, Francisco Capuano. A Indústria no Capitalismo Brasileiro e suas articulações com o Crescimento Espacial na Metrópole Paulistana. Tese de mestrado em Geografia na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – FFLCH – da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981

SCHOLZ, Roswitha. O Valor é o Homem. Teses sobre a Socialização pelo Valor e a Relação entre os Sexos, 2017. Consultado em 13 nov. 2018. Disponível em: <http://www.obeco-online.org/rst1.htm>

_____. O Sexo do Capitalismo. 2000. Consultado em fevereiro de 2021. Disponível em: http://www.obeco-online.org/roswitha_scholz6.htm

_____. Homo Sacer e os Ciganos. 2007. Consultado em: 25 maio de 2021. Disponível em: http://www.obeco-online.org/roswitha_scholz7.htm

_____. O ser-se supérfluo e a “angústia da classe média”. 2008. Consultado em 17 de maio de 2021. Disponível em: http://www.obeco-online.org/roswitha_scholz8.htm

_____. Forma Social e Totalidade Concreta. 2010. Consultado em maio de 2021. Disponível em: http://www.obeco-online.org/roswitha_scholz12.htm

SCHWARZ, Roberto. Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis. São Paulo, Ed. 34, 2008.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. São Paulo: a cidade, os bairros e a periferia. In: Geografias de São Paulo, São Paulo, Contexto, 2004.

SEAD. Mercado de trabalho na Região Metropolitana de São Paulo em 2016. 2017. Consultado em: 24 mai de 2019. Disponível em: http://www.seade.gov.br/produtos/midia/2017/01/PED_RMSP_anual_2016.pdf

_____. Mercado de trabalho da mulher na Região Metropolitana de São Paulo em 2016. 2017. Consultado em: 24 maio de 2019. Disponível em: <https://www.seade.gov.br/mercado-de-trabalho-da-mulher-na-regiao-metropolitana-de-sao-paulo-em-2016-2/>

SERRER, Pedro Benetazzo. **Estudo sobre as imagens fotográficas da Chapada Diamantina**. 2018. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. doi:10.11606/D.8.2019.tde-16042019-145726. Acesso em: 2022-07-04.

SINGER, Paul. Economia Política da Urbanização. São Paulo. Ed. Brasiliense. 1973

STENGERS, Isabelle. A proposição cosmopolítica. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 69, p. 442-464, abr. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i69p442-464>.

SZTUTMAN, Renato. Reativar a feitiçaria e outras receitas de resistência – pensando com Isabelle STENGERS. *Revista Do Instituto De Estudos Brasileiros*, (69), 338-360, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i69p338-360>.

TAVARES, M. da C. Da substituição de importações ao capital financeiro. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.

UNODOC. Redução da população carcerária reforça importância de políticas judiciárias. 2021. Consultado em: 11 mar. 2022. Disponível em: <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/frontpage/2021/05/reducao-da-populacao-carceraria-reforca-importancia-de-politicas-judiciarias.html>

VALOR. Na Grande SP, a pobreza extrema cresce 35% em um ano. 2018 Consultado em: 22 maio de 2019. Disponível em: <https://www.valor.com.br/brasil/5480737/na-grande-sp-pobreza-extrema-cresce-35-em-um-ano>

_____. Estudos apontam que até 900 mil pessoas deixaram a classe A e B. 2018*. Consultado em: 24 maio de 2019. Disponível em: <https://www.valor.com.br/brasil/5515501/estudos-apontam-que-ate-900-mil-pessoas-deixaram-classes-e-b>

VANEIGEM, Raoul. A arte de viver para as novas gerações. São Paulo, Conrad Editora do Brasil, 2002.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O nativo relativo. **Mana**, Rio de Janeiro , v. 8, n. 1, p. 113-148, Apr. 2002 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132002000100005&lng=en&nrm=iso>. access on 20 Nov. 2018

ZIZEK, Slavoj. Violência: seis reflexões laterais. São Paulo, Boitempo, 2014.

WALLERSTEIN, Immanuel. O Sistema Mundial moderno. Vol. I. Portugal, Ed. Afrontamento, 1990.

Do Acervo do Estadão:

O ESTADO de São Paulo. *Segurança identifica e busca doze terroristas*. Quarta-Feira, 29 de março de 1972, pág. 13, Consultado: setembro de 2020.

_____. *Grupo ataca e incendeia ônibus*. 28 de outubro de 1983, pág. 34. Consultado em set. 2020.

_____. *A CMTC acredita em atentado*. 06 de janeiro de 1988, pág. 32. Consultado em setembro de 2020.

_____. *Moradores queimam ônibus depois da morte de estudante*. 08 de março de 1991, pág. 16. Consultado em: setembro de 2020.

_____. *Traficantes matam 2 e incendeiam 3 ônibus* 09 de março de 1995, pág. 31. Consultado em setembro de 2020.

_____. *Viação pára serviço no Rio após ataque a ônibus*. 05 de março de 1997, pág. 26. Consultado em: Setembro de 2020.

_____. *Perueiros voltam a depredar ônibus em protesto contra multa*. 22 de janeiro de 2000, pág. 24. Consultado em: outubro de 2020.

_____. *Transurb culpa Prefeitura Por ações de perueiros*. 31 de janeiro de 2000, pág. 19. Consultado em: outubro de 2020.

_____. *Preso 1º perueiro acusado de incendiar ônibus*. 17 de fevereiro de 2000, pág. 21. Consultado em: outubro de 2020.

_____. *'Bateu, levou' domina tática de campanhas*. 09 de agosto de 2000, pág. 12. Consultado em outubro de 2020.

_____. *Garotinho estreia programa de rádio no Rio*. 27 de abril de 2003, pág. 43. Consultado em: outubro de 2020.

_____. *O Tempo está se esgotando*. 03 de dezembro de 2005, pág. 03. Consultado em outubro de 2020.

_____ . *Traficante se entrega no Rio*. 08 de janeiro de 2006, pág. 147.
Consultado em: outubro de 2020.

_____ . *Lotação também é atacada na capital*. (19 de maio de 2006, pág. 42). Consultado em: outubro de 2020.

_____ . *Em menos de 24 horas, 14 mortos em reação policial*. (19 de maio de 2006, pág. 42). Consultado em: outubro de 2020.

_____ . *Sem abalo, V. Madalena mantém rotina festiva* (14 de julho de 2006). Consultado em outubro de 2020.

_____ . *Especialistas divergem sobre a Lei de Segurança*. (09 de agosto de 2006, pág. 42). Consultado em: outubro de 2020.

_____ . *Lorde é condenado a 444 anos de prisão*. (08 de novembro de 2006). Consultado em: outubro de 2020.

_____ . *“A moda do PCC”* (O Estado de São Paulo, 31 de dezembro de 2006). Consultado em: outubro de 2020.

_____ . *PCC e facções do Rio: objetivos comuns, organização diferente* (31 de dezembro de 2006, pág. 36). Consultado em: outubro de 2020.

_____ . *“O segundo sinal de alerta”* (O Estado de São Paulo, 16 de maio de 2009, p. 3). Consultado em: outubro de 2020.

_____ . *“Neste ano, 9 protestos ocorreram em favelas”* (por Fernando Aranda em: O Estado de S. Paulo, 03 de setembro de 2009, pág. 40). Consultado em: outubro de 2020.

_____ . *“SP insiste em isolar as franjas da cidade”*. (O Estado de S. Paulo, 03 de setembro de 2009, pág. 40). Consultado em: outubro de 2020.

_____ . *“Mídia, segurança pública e violência”*. (Por Renato Sérgio de Lima para O Estado de S. Paulo, 03 de setembro de 2009, pág. 40). Consultado em: outubro de 2020.

_____ . *“Ato fecha Fernão, deixa 1 baleado, 90 detidos e faz SP pedir cooperação federal”*. (O Estado de S. Paulo, 29 de outubro de 2013, pág. 10). Consultado em: outubro de 2020.

_____ . *“O porrete está no ar”*. (Gaudêncio Torquato para o jornal O Estado de S. Paulo, dia 16 de fevereiro de 2014, pág. 02). Consultado em: outubro de 2020.

_____ . *“Após 14 assassinatos em série, ônibus é queimado em Sorocaba”*. (O Estado de S. Paulo, dia 02 de maio de 2014, pág. 15). Consultado em: outubro de 2020.

_____ . *“Vandalismo e seguro”* (Por Antonio Penteado Mendonça para “O Estado de S. Paulo, dia 19 de maio de 2014). Consultado em: outubro de 2020.

_____ . *“Uma mistura explosiva”*. (O Estado de S. Paulo, dia 18 de setembro de 2014, pág. 3). Consultado em: outubro de 2020.

_____ . *“A ameaça do crime organizado”*. (O Estado de S. Paulo, 04 de novembro de 2014, pág. 3). Consultado em: outubro de 2020.

_____ . *“Governador vê ação ‘extraordinária’ contra o crime em SC”*. (O Estado de S. Paulo, dia 07 de outubro de 2014, pág. 11). Consultado em: outubro de 2020.

_____ . *“Grupo põe fogo em ônibus na zona sul de SP”*. (O Estado de S. Paulo, dia 07 de outubro de 2014, pág. 11). Consultado em: outubro de 2020.

_____ . “Assassinato e prisão de bandidos levam a protestos, ônibus queimados e morte”. (O Estado de S. Paulo, dia 26 de novembro de 2014, pág. 13). Consultado em: outubro de 2020.

_____ . “Black blocs enfrentam PM e depredam o centro em ato contra tarifa a R\$3,80”. (O Estado de S. Paulo, 09 de janeiro de 2016, pág. 13) Consultado em: outubro de 2020.

_____ . “À ‘caça’ de tiroteios sem sair de casa”. (O Estado de S. Paulo, dia 04 de março de 2018, pág. 18). Consultado em: outubro de 2020.